

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA KOGLIN

OS CONTEXTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS QUE NORTEARAM OS
PROCESSOS DECISÓRIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA
UFPEL

PELOTAS

2018

JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA KOGLIN

**OS CONTEXTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS QUE NORTEARAM OS
PROCESSOS DECISÓRIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA
UFPEL**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós- Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Professora Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr^a. Vera Maria Ribeiro Nogueira - Orientadora (UCPEL)

Professora Dr^a. Vini Rabassa da Silva (UCPEL)

Professora Dr^a. Maria de Fátima Cóssio (UFPEL)

Professora Dr^a. Elena Maria Billig Mello (UNIPAMPA)

PELOTAS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K78c Koglin, João Carlos de Oliveira
Os contextos político-administrativos que nortearam os processos decisórios para a implantação do Programa REUNI na UFPEL. / João Carlos de Oliveira Koglin. – Pelotas: UCPEL, 2018.
244 f.
Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2018.
Orientadora: Vera Maria Ribeiro Nogueira.

1. política social. 2. programa REUNI. 3. análise de políticas. 4. educação superior. 5. UFPEL. I. Nogueira, Vera Maria Ribeiro, or. II.Título.

CDD 378

DEDICATÓRIA

A minha amada esposa, amiga e colega, Terena, pelo apoio e incentivo, que durante a realização deste trabalho me deu o maior presente de todos, o nosso amado filho Lorenzo.

Aos meus pais João Antonio e Zenaide, e a minha irmã Isabel, que sempre estiveram ao meu lado e que muito motivaram nas horas mais difíceis durante as etapas de minha formação, razão de minha luta e vontade de vencer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por toda graça alcançada, pela saúde e por sempre colocar pessoas maravilhosas no meu caminho, que ajudaram a me tornar quem sou hoje.

À professora Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira por ter aceitado mais este desafio. O primeiro foi no mestrado e agora no doutorado. Agradeço, de forma muito especial, o carinho e compreensão que teve comigo em todos os momentos em que nos falamos, seja por e-mail ou nos momentos riquíssimos de orientação.

Agradeço de forma especial a professora Dra. Vini Rabassa da Silva, que também acompanhou minha trajetória no mestrado e no doutorado. Sempre muito atenciosa e preocupada com a formação de sujeitos participativos. Nunca deixou de me orientar nos diversos momentos em que tive dúvidas, seja na disciplina de Metodologia da Pesquisa Social, seja na disciplina de Gestão e Controle Social de Políticas Públicas ou como membro da minha banca de qualificação e de defesa da dissertação e da tese.

À banca examinadora deste trabalho, professora Dra. Maria de Fátima Cossio e professora Dra. Elena Maria Billig Mello pela disponibilidade de tempo e pronto aceite do convite para esse momento. Agradeço também a professora Dra. Glades Tereza Felix, por ter participado de minha banca de qualificação, e que só não esteve presente na banca de defesa por motivo de saúde.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPel, Regina Célia Tamaso Mito, Aline Mendonça dos Santos, Cristine Jaques Ribeiro, Sandro Schreiber de Oliveira, Daniel Lena Marchiori Neto, Myriam Siqueira da Cunha, pelo privilégio de conviver durante esta valiosa etapa de minha vida, onde me proporcionaram momentos de grande aprendizado em relação as questões sobre Políticas Públicas e Sociais.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, especialmente à Lucimar Pereira de Souza e Rita Sodré, pela atenção sempre prestada.

Agradeço aos meus colegas de Doutorado – Rosaura, Juliana, Lenara, Daiane, Flúvia e Ana Luiza, e aos demais colegas das outras turmas de mestrado e doutorado – Isabel, Jandira, Diego, Carmem, Rosana, João Alberto, Glória, Maurel, Alexandre, Daniel, Thilara, Tiago, Guilherme, Valdenir, entre outros, com os quais pude compartilhar as minhas angústias e preocupações sobre as políticas sociais, mas principalmente receber com grande entusiasmo as inquietações de colegas que sem dúvida possuem grande expertise prática das políticas sociais desenvolvidas em nosso país.

A Universidade Católica de Pelotas e ao Programa de Pós- Graduação em Política Social e Direitos Humanos por oportunizar que eu pudesse fazer o mestrado e doutorado em Política Social na cidade, onde resido e trabalho, pois de outra maneira não teria como cursá-los neste momento de minha vida.

À Universidade Federal de Pelotas, minha instituição de trabalho, que autorizou meu afastamento para qualificação, propiciando o desenvolvimento do estudo de campo e elaboração da tese.

Aos meus colegas do Curso de Gestão Ambiental da UFPEL - Rosaura, Celso, Maurício, Marcos (*in memoriam*), Mateus, Cleiton, Giovanni, Fernanda, Claire, Renata, Ignácio e mais recentemente Nádia, pelo apoio para a concretização de minha qualificação profissional.

Às colegas Roseméri Gomes Gonçalves e Sabrina Marques D Avila Toralles da Secretaria dos Conselhos Superiores da UFPEL, pelo exemplo de profissionalismo e pelo cuidado com o bem público.

RESUMO

Este trabalho tem como foco o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, do governo federal, implantado pela Universidade Federal de Pelotas, no período de 2008 a 2012. Como marco inicial, o trabalho apresenta as justificativas para sua elaboração, a experiência do pesquisador com o tema, o objeto da tese, a relevância do entendimento da política de educação como política pública presente como direito de todos os cidadãos na Constituição Federal de 1988 e os contextos nacionais de surgimento do Programa REUNI. Além disso, justifica-se a importância de elaboração desta tese doutoral, por constatar que, muitas vezes, a análise de política fica restrita aos resultados, mostrando que estes são diferentes daqueles traçados na elaboração da política. Verifica-se, uma lacuna na literatura sobre experiências que abordem o papel dos gestores que implementam a política nacional em nível local. Ressalta-se que a análise de políticas públicas tem a capacidade de potencializar a correção dos rumos das mesmas. Este estudo tem como objetivo analisar os contextos político-administrativos que nortearam os processos decisórios para a implantação do REUNI na UFPEL. Os procedimentos metodológicos adotados incluíram análise documental da proposta do Ministério da Educação, da proposta de expansão da UFPEL, bem como as demais normatizações, documentos institucionais e marcos legais referentes à temática, ademais se fundamenta em uma abordagem qualitativa com a utilização do método de estudo de caso. Foram realizadas entrevistas aprofundadas junto aos Conselheiros Universitários que faziam parte do CONSUN, no período de 2007 a 2012. Como principais resultados têm-se que o REUNI possibilitou uma ampliação dos cursos da UFPEL, de 47 em 2007 para 104 em 2012, e conseqüentemente uma diversificação na formatação do ensino de graduação, com a criação de cursos tecnológicos e o forte investimento na área das engenharias. A Universidade mais que dobrou o número de cursos e vagas ofertadas entre 2007 e 2012. Em 2007, foram ofertas 1967 vagas e, em 2012, foram ofertas 4.264 vagas. Nas decisões dos Conselheiros Universitários, foi possível perceber aspectos que influenciaram as deliberações. Dentre os principais fatores estão os contextos institucionais, onde o sucateamento da UFPEL, no momento da adesão ao REUNI, teve grande impacto na proposta da Universidade; os contextos políticos, pois a não inclusão dos departamentos nos Centros Acadêmicos alterava a estrutura de poder nestes; os contextos administrativos, onde destacaram-se as questões referentes as estruturas de poder entre os departamentos e os colegiados, já que nos Centros as responsabilidades dos extintos departamentos são atribuições dos colegiados; os interesses pessoais, onde se destacam as propostas dos Centros que atendem a interesses de grupos específicos de servidores e os interesses de classes, principalmente dos sindicatos ASUFPEL, ADUFPEL e DCE, e dos representantes dos docentes (auxiliares, assistentes, adjuntos, associados e titulares). Além disso, pode-se constatar que apesar do projeto da UFPEL ter um alinhamento ao projeto do Governo Federal, durante a implementação do programa, a proposta foi reconfigurada a partir das experiências, das possibilidades e dos contextos institucionais. Com esta proposição, espera-se contribuir com a literatura existente ampliando o conhecimento sobre as experiências que abordem os processos burocráticos a nível local, fortalecimento da cultura de análise na comunidade acadêmica e possibilitar que as informações resultantes da tese possam ser utilizadas por outras instituições similares.

Palavras-chave: Política Social; Programa REUNI; Análise de Políticas, Educação Superior; UFPEL.

ABSTRACT

This work concentrates on the federal government's Federal University Restructuring and Expansion Program, implemented by the Federal University of Pelotas, from 2008 to 2012. As a starting point, the paper presents the justifications for its elaboration, the researcher's experience with the theme, the object of the thesis, the relevance of the understanding of education policy as public policy, present as the right of all citizens in the Federal Constitution of 1988 and the national contexts of the emergence of the REUNI Program. In addition, the importance of elaborating this doctoral thesis is justified, since it is often found that policy analysis is restricted to results, showing that these are different from those outlined in policy making. There is a gap in the literature on experiences that address the role of managers who implement national policy at the local level. It should be emphasized that the analysis of public policies has the potential to enhance the correction of their direction. This study aims to analyze the political-administrative contexts that guided the decision-making processes for the implementation of REUNI at UFPEL. The methodological procedures adopted included documentary analysis of the proposal of the Ministry of Education, the proposal for expansion of UFPEL, as well as other regulations, institutional documents and legal frameworks related to the subject; in addition it is based on a qualitative approach using the study method of case. In-depth interviews were carried out with the University Councilors who were part of CONSUN, in the period from 2007 to 2012. The main results are that REUNI made possible an expansion of UFPEL courses, from 47 in 2007 to 104 in 2012, and consequently a diversification in the formatting of undergraduate education, with the creation of technological courses and the strong investment in the area of engineering. The University more than doubled the number of courses and vacancies offered between 2007 and 2012. In 2007, 1,967 vacancies were offered and in 2011, 4,264 vacancies were offered. In the decisions of the University Councilors, it was possible to perceive aspects that influenced the deliberations. Among the main factors are the institutional contexts, where the UFPEL scrapping, at the moment of joining the REUNI, had a great impact on the University proposal; the political contexts, since the non inclusion of the departments in the Academic Centers altered the structure of power in these; the administrative contexts, where the issues related to power structures between departments and collegiate were highlighted, since in the Centers the responsibilities of the extinct departments are attributions of the collegiate; personal interests, highlighting the proposals of the Centers that serve the interests of specific groups of servants and the interests of classes, especially the unions ASUFPEL, ADUFPEL and DCE, and the representatives of the teachers (auxiliaries, assistants, associates, associates and holders). In addition, it can be seen that, despite the UFPEL project's alignment with the Federal Government's project, during the implementation of the program, the proposal was reconfigured from the experiences, possibilities and institutional contexts. With this proposition, it is hoped to contribute with the existing literature by expanding knowledge about the experiences that address bureaucratic processes at the local level, strengthening the culture of analysis in the academic community and enabling the information resulting from the thesis to be used by other similar institutions.

Key words: Social Policy; REUNI Program; Policy Analysis; Higher Education; UFPEL.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ADUFPEL	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas
ASUFPEL	Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas
ALM	Agência da Lagoa Mirim
BM	Banco Mundial
CA	Centro de Artes
CAVG	Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
CCQFA	Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos
CDTEC	Centro de Desenvolvimento Tecnológico
CENG	Centro de Engenharias
CIM	Centro de Integração do MERCOSUL
CLC	Centro de Letras e Comunicação
CLN	Comissão de Legislação e Normas
CM	Conservatório de Música
COCEPE	Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
CONSUN	Conselho Universitário
DCE	Diretório Central de Estudantes
FAE	Faculdade de Educação
FAEM	Faculdade de Agronomia
FAT	Faculdade de Administração e Turismo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FV	Faculdade de Veterinária
IAD	Instituto de Artes e Design
IB	Instituto de Biologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICH	Instituto de Ciências Humanas

IFES	Instituições Federais de Ensino Superiores
IFISP	Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
IFM	Instituto de Física e Matemática
IQG	Instituto de Química e Geociências
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISP	Instituto de Sociologia e Política
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MALG	Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESu	Secretaria de Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STA	Servidores Técnico-Administrativos
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do SUL
UGR	Unidade Gestora de Recursos
UNB	Universidade de Brasília
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Exemplo de definição das categorias de análise.....	41
Figura 2	Modelo Norte-Americano (MNA) de educação superior	66
Figura 3	Modelo Unificado Europeu (Processo de Bolonha)	67
Figura 4	Modelo de formação superior vigente no Brasil	68
Figura 5	Arquitetura curricular do Modelo Universidade Nova	70
Quadro 1	Relação de novos cursos a serem implantados na UFPEL, por ano, UFPEL, 2007.	97
Quadro 2	Relação de cursos Superiores de Tecnologia criados na UFPEL através do Programa REUNI, por ano	118
Quadro 3	Relação de cursos novos criados através do REUNI, 2008-2012.....	124
Quadro 4	Agenda do Conselho Universitário e as principais deliberações a respeito da Reestruturação Acadêmica da UFPEL, através do REUNI, de 2007 a 2012	126
Tabela 1	Taxa de conclusão de cursos de graduação a partir dos dados do PingFES 2005, por instituição.....	62
Tabela 2	Simulação Preliminar da relação entre alunos de graduação por professor a partir dos dados PingFES 2005.....	63
Tabela 3	Ingressos no Serviço Público Federal	79
Tabela 4	Previsão de vagas ofertadas e acréscimo de vagas na graduação, conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.....	98
Tabela 5	Previsão de contratação de professores para cursos de graduação conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.....	98
Tabela 6	Previsão de contratação de servidores técnico-administrativos, conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.....	99
Tabela 7	Previsão de bolsas para estudantes de graduação conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.....	99
Tabela 8	Previsão de repasse do MEC para custeio e investimento, conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.....	100
Tabela 9	Relação de cursos que seriam criados na UFPEL em 2008	114
Tabela 10	Relação de cursos que seriam criados na UFPEL em 2009	114
Tabela 11	Relação de cursos que seriam criados na UFPEL em 2010.....	115

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. O PERCURSO METODOLÓGICO	29
2.1 Caracterizando e conceituando os métodos e técnicas escolhidos	31
2.2 Indicações sobre sujeitos e instrumentos de coleta de dados	34
2.3 Caracterizando a análise das informações e as categorias	39
3. CONTEXTO DE INFLUÊNCIAS NA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DO REUNI NA UFPEL	44
3.1 Contextos externos e normativas internas na Educação Superior que influenciaram na proposta do Programa REUNI	46
3.2 Alinhamento da política de Estado a proposta do REUNI na UFPEL e os contextos e critérios adotados pela instituição para adesão ao Programa	60
3.3 Contextos e atores que influenciaram na adesão da UFPEL ao REUNI e as expectativas com relação ao Programa	86
4. CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NA UFPEL	111
4.1 A expansão do acesso na Universidade Federal de Pelotas através do Programa REUNI	111
4.2 Contextos de influência na expansão da UFPEL	116
4.3 Contextos de influência na Reestruturação da UFPEL	126
4.3.1 As primeiras propostas de alteração da estrutura acadêmica da UFPEL através do Programa REUNI	130
4.3.2 Influência do processo eleitoral para o cargo de Reitor e Vice-Reitor no processo de Reestruturação da UFPEL	136
4.3.3 Contextos iniciais da criação dos Centros Acadêmicos na UFPEL	142
5. OS CONTEXTOS DE CRIAÇÃO DOS CENTROS ACADÊMICOS NA UFPEL	146
5.1 Os contextos de criação dos Centros Acadêmicos na UFPEL	146
5.2 Propostas não aprovadas pelo Conselho Universitário	184
5.3 Contextos de influência sobre o novo regimento dos Centros na UFPEL	201
5.4 Impactos do REUNI na UFPEL na percepção dos Conselheiros Universitários	210
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
7. REFERÊNCIAS	235
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS GESTORES UNIVERSITÁRIOS	241
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA QUALITATIVA COM OS CONSELHEIROS UNIVERSITÁRIOS	242
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	243

1 INTRODUÇÃO

Inicia-se esta sessão escrevendo sobre o privilégio do presente pesquisador de cursar o doutorado em Política Social, ter cursado mestrado na mesma área e a graduação em análise de sistemas. O privilégio de estudar no Ensino Superior deveria ser de todos os brasileiros que nele desejassem estar.

Ao mesmo tempo, tem-se a compreensão de que a responsabilidade é muito grande, pois acredita-se que todos que tem a possibilidade de acesso ao conhecimento, através do Educação Superior, possuem a tarefa desafiadora de socializar ideias, reflexões e análises com o objetivo de ajudar a formar as futuras gerações.

Muitas vezes ainda vem à mente, deste pesquisador, o questionamento de por que um indivíduo que fez graduação em análise de sistemas, um curso com uma formação muito forte em aspectos técnicos da computação, altera o caminho de sua formação acadêmica, e passa a ter um olhar mais crítico e em constante busca de respostas aos problemas identificados ao longo de sua trajetória de vida. Acredita-se que tanto na sua dissertação de mestrado, quanto agora na tese de doutorado busca desvendar os árduos caminhos que percorrem a política pública e social em nosso país, desde sua concepção, passando pela implementação, até a sua materialização. Esclarecer os motivos que levaram este pesquisador a desenvolver o presente projeto de tese implica em retornar parte de sua história pessoal e profissional.

As experiências pessoais foram fundamentais para que decidisse ingressar no curso de Informática da Universidade Católica de Pelotas no primeiro semestre de 1999. O curso da UCPEL era noturno enquanto o curso de Ciência da Computação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) era diurno (manhã e tarde sem turno definido). Este aspecto foi determinante para a escolha do pesquisador, pois era estudante trabalhador, assim como a maioria dos estudantes da faixa etária dos 18 aos 24 anos¹, que precisam trabalhar para sustentar a família

¹ ARROYO, Miguel G. A Universidade, o Trabalhador e o Curso Noturno. Em: *Estudos e Debates*. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília: CRUB, (17), julho de 1990, pp. 91-94;

(ARROYO, 1990; SPOSITO, 2000; SOARES & SAMPAIO, 2013). Como poderá ser percebido ao longo deste trabalho, a grande maioria dos cursos da UFPEL eram diurnos. Esta experiência pessoal do investigador contribuiu para a aproximação do tema da política de expansão do Ensino Superior público, foco deste estudo, a qual tinha como objetivo reduzir a distância que havia entre o quantitativo de cursos diurnos e noturnos, e conseqüentemente ampliar as vagas nos cursos noturnos das universidades públicas.

Pouco tempo depois do ingresso na UCPEL, teve a oportunidade de estagiar no centro de informática na UFPEL, onde começou o seu contato com essa Instituição. Pode perceber, já naquela época, uma série de problemas e dificuldades que este estabelecimento de ensino passava. Naquele momento não entendia como uma entidade tão respeitada, e almejada por boa parte dos estudantes que buscavam estudar no Ensino Superior na metade sul do Rio Grande do Sul, encontrava-se tão sucateada. Eram visíveis os problemas de infraestrutura, de laboratórios, de sala de aula, etc. Estas constatações estão presentes nos relatos dos sujeitos entrevistados e que fazem parte do objeto desta pesquisa. A diferença de estrutura era facilmente percebida nas vivências do pesquisador, já que transitou pelos corredores de várias Unidades Acadêmicas da UFPEL, pois a Instituição passava por um momento de mudanças com a implantação de vários softwares e instalação de muitos novos microcomputadores. A noite estudava em uma universidade privada e durante parte do dia trabalhava em uma universidade pública. Aquela situação contribuiu para a inquietação com relação a este assunto.

Em meados de 2004, este pesquisador passou a atuar no setor de concursos da UFPEL, na época chamava-se Centro Especializado em Seleção, e em março de 2005, na Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PRPD), onde começou a entender os porquês de alguns problemas da Universidade.

A primeira atividade desenvolvida junta a PRPD foi fazer um levantamento da situação das bibliotecas, informações sobre o acervo, sistema de

SPOSITO, M. P.(Coord.). Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: Estado do conhecimento. Juventude e escolarização. 2000.

SOARES, Marianna Luiza Alves; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Reflexões acerca de ser um estudante trabalhador em uma universidade pública brasileira. Revista Congreso Universidad. Vol. II, No. 2, 2013, ISSN: 2306-918X.

informação disponível na Instituição, a tecnologia da informação utilizada, etc. A situação era pior que se imaginava, pois o acervo era muito antigo e a tecnologia da informação não era a mais adequada, muitas máquinas obsoletas ou fora de uso.

Em 13 de julho de 2006, através da portaria da UFPEL n° 906/2006, o investigador foi nomeado Coordenador Administrativo do Campus Caçapava do Sul da futura Universidade Federal do Pampa. De 2006 a 2008 a UFPEL e a Universidade Federal de Santa Maria foram tutoras da UNIPAMPA.

A UNIPAMPA foi criada com 10 campi, sendo que no início de suas atividades, era apenas uma extensão da UFSM, para os campi da região norte - Alegrete, Uruguaiana, São Gabriel, Itaqui e São Borja - e da UFPEL, para os campi da região sul - Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Jaguarão e Caçapava do Sul. O primeiro Concurso Vestibular da UNIPAMPA ocorreu nos dias 17 e 18 de junho de 2006 e o início das aulas ocorreu em 16 de outubro de 2006.

Como não existia estrutura física própria da nova Universidade foram feitos convênios entre as universidades tutoras, os Governos Municipais e instituições de ensino já existentes nas cidades que tivessem estrutura para receber os cursos da Instituição. Em Caçapava do Sul, o convênio foi feito com a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Eliana Bassi de Melo, onde Curso de Geofísica iniciou suas atividades. Este foi o primeiro curso da UNIPAMPA naquele município.

A situação encontrada era alarmante, pois não havia a mínima condição de receber um curso superior na estrutura disponibilizada pela prefeitura e pela escola. Considerando que as aulas estavam com data de início definida, e que não poderiam ser prorrogadas, o que se sucedeu foi uma série de ações para contornar os obstáculos que existiam naquele momento. Foram momentos de muita angústia e preocupação, mas também de muitos aprendizados e conquistas. Este pesquisador teve a oportunidade de acompanhar a implantação de uma política pública de educação superior, e respirar o surgimento de uma nova instituição federal, algo que nunca será esquecido.

Em 28 de agosto de 2008, através da portaria da UFPEL n° 1145, este pesquisador foi nomeado coordenador do Programa REUNI na UFPEL. Já a esta

altura muitos dos cursos novos previstos para implantação já estavam criados, e em atividade desde o primeiro semestre de 2008. Mesmo só assumindo a coordenação do programa REUNI, em meado de 2008, já acompanhava processo de concepção do projeto na Instituição, mas sem participar da tomada de decisões.

Apresentar os motivos que levaram este investigador a percorrer o caminho de pesquisar a política pública para a educação superior no Brasil, muito tem a ver com as experiências descritas até aqui. Diariamente tem-se os sentimentos de impotência, ansiedade, preocupação e incertezas, que cada vez mais instigam, a busca por respostas que ainda não foram respondidas, como também de soluções para os problemas existentes no contexto político e social da educação no nosso país.

Ao mesmo tempo, as experiências na implantação da UNIPAMPA e na expansão e reestruturação da UFPEL, através do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras, tornam-se fundamentais como elemento empírico para o presente pesquisador.

Acompanhar tanto a interiorização, quanto a expansão das Universidades Federais do Sul do Brasil, potencializam a necessidade da busca de respostas as hipóteses presentes e alternativas aos problemas encontrados diariamente dentro do contexto complexo da educação pública.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objeto os processos decisórios que viabilizaram a implementação do REUNI na UFPEL. Enquanto uma política pública federal, que pretendia reduzir as desigualdades no campo da educação superior, a sua concretização no plano local sofre influências distintas dos atores envolvidos com a Universidade e seu entorno. Analisar quais foram estas influências é o objetivo central que orienta a presente tese.

Parte-se do pressuposto que o presente detém o passado e assim, um dos primeiros passos na revisão de literatura foi conhecer a trajetória do sistema de educação superior brasileiro.

Historicamente, o sistema de educação no Brasil e os seus diferentes níveis de ensino são caracterizados como excludentes, reproduzindo e acentuando as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais do país.

As desigualdades sociais identificadas no Brasil são objeto de estudo de vários pesquisadores nacionais e internacionais, principalmente nas últimas décadas. Neste sentido destaca-se um trecho da obra de Scheinvar (2007) a qual trata sobre o direito da educação no Brasil:

Reconocido como el país con las mayores disparidades del planeta, presenta, al mismo tiempo que logros tecnológicos, productivos, académicos, científicos, culturales, un conjunto de miserias igualables a los de naciones que han vivido bajo regímenes absolutistas de opresión, impidiendo el acceso de la mayor parte de su pueblo a condiciones de vida mínimamente aceptables. Brasil es país de contrastes tan grandes que la condición humana de casi 30 millones de personas puede considerarse cuestionable. Otra parcela de la población, es decir, mas de 100 millones de personas, sufren la inestabilidad, el terrorismo, la amenaza de perder su condición de ciudadanos. Bajo conceptos con el de "marginalidad" viven, trabajan, circulan personas que se ven sometidas directamente a la lógica intempestiva de la explotación y que, en realidad, son estructuralmente necesarios para la usura. En una nación de aproximadamente 180 millones de habitantes, menos del 5%, o sea, unos 9 millones de personas, está en condiciones de participar de la lógica que permite disfrutar, en alguna medida, de las riquezas producidas en este país. (p. 7-8)

Neste cenário, está inserido o sistema educacional brasileiro. Ainda segundo Scheinvar (2007) a dificuldade de acesso à educação está diretamente relacionado as desigualdades sociais presentes no país. Como será possível verificar posteriormente, as políticas públicas desenvolvidas no Brasil estão inseridas num contexto de lutas históricas, pela democratização do acesso e garantia da permanência no ensino superior. Estas lutas marcam a trajetória da educação superior brasileira.

A história da educação superior é marcada por desafios, limites e potencialidades, sendo assim, é imprescindível conhecer o passado para entender o presente, principalmente quando discorre-se sobre um tema tão relevante para a transformação da sociedade. Tão importante quanto conhecer é analisar o caminho percorrido e as lutas para a democratização do ensino superior na tentativa de entender o cenário em que este se encontrava, potencializando subsídios para a análise das políticas públicas para educação nos dias atuais.

Não se pode esquecer que para analisar as políticas públicas deve-se retomar como as distintas concepções de Estado influenciam a construção e os rumos da educação em nosso país.

Além disso, as políticas públicas constituem-se em um meio de concretização dos direitos estabelecidos nas leis de um país. No caso brasileiro destaca-se a Constituição Federal de 1988 como documento norteador para o estabelecimento das mesmas.

A Carta Magna brasileira (BRASIL, 1988) contempla em seu art. 6 os direitos sociais, os quais são: “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Destaca-se que a educação aparece em primeiro na lista de direitos sociais do documento. A política de educação se constitui, portanto, uma das esferas da política pública e social.

O direito a educação está presente na Constituição como um direito fundamental de natureza social. Sendo que no título VIII, Da Ordem Social, contempla os artigos 205 e 214, os quais definem uma série de aspectos referentes à concretização desse direito, tais como: os deveres de cada ente da Federação, a estrutura organizacional brasileira, previsão de um sistema próprio de financiamento, etc.

Além da Constituição Federal de 1988, existem diversos documentos jurídicos, no plano internacional, que contemplam dispositivos relevantes a respeito do direito à educação, tais como o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966², ratificado pelo Brasil em 12 de dezembro de 1991, e promulgado pelo Decreto Legislativo n°. 592, de 6 de dezembro de 1992.

A Constituição é clara ao afirmar no art. 205 que a educação é direito de todos, e dever do Estado e da família, assim como a LDB de 1996 em seu art. 4, V, contempla que o acesso a educação deve ser “aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1996).

Diante deste contexto, a partir do ano de 2002, foram desenvolvidos diversos programas públicos para reduzir as desigualdades existentes entre os

² Os artigos 5º, 6º e 7º demonstram a forte influência, na Carta de 1988, do Pacto Internacional de Proteção dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional de Proteção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966.

níveis de educação no Brasil. Neste sentido, em 2008³, segundo dados do INEP (2015), a taxa de atendimento da educação no país se mostrava elevada na educação fundamental com 95%, enquanto o ensino médio apresentava 48% e a educação superior apenas 13% da população matriculada nas instituições de ensino brasileiro⁴.

Na perspectiva de promover a educação universal, em todos os níveis de ensino, as mais recentes políticas educacionais buscavam articular, especialmente, dois movimentos: a expansão do acesso ao ensino superior, por meio do aumento quantitativo na oferta de vagas das Instituições Federais de Ensino Superiores (IFES) já existentes, e a interiorização do ensino universitário, através da criação de novas universidades, de campus fora de sede e de polos de apoio presencial às universidades públicas.

Segundo INEP/MEC, o Brasil, em 2008⁵, tinha 23.242.000 jovens com idade entre 18 e 24 anos, e destes apenas 3.221.000 (13,9%) estavam matriculados no ensino superior. O grande desafio de nosso país era, sem dúvida, ofertar mais vagas para o ensino médio e, principalmente, para o superior (INEP, 2015).

Buscando responder a esse desafio, ou seja, de ampliar o número de vagas nas universidades, dentre as propostas feitas pelo governo Lula, no que se refere à ampliação da educação superior, ressalta-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Destinado às instituições federais com a finalidade, sobretudo, de elevar a taxa de conclusão nos cursos de graduação, aumentar as vagas e garantir a permanência dos estudantes, o REUNI está entre as medidas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Além disso, o próprio decreto de criação do Programa, apresentou considerações sobre a meta de ampliação da oferta de educação superior constante

³ São apresentados dados de 2008 para contextualizar o período de criação do Programa Reuni (2007-2012).

⁴ Os percentuais consideram a faixa etária ideal, as quais são: Ensino Fundamental dos 6 a 14 anos, Ensino Médio dos 15 a 17 anos e Ensino Superior dos 18 a 24 anos.

⁵ Dados referentes ao período de implantação do Programa Reuni que acabam sendo usados como forma de justificar a criação do Programa.

do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Ainda segundo o MEC (BRASIL, 2007), tinha-se como pretensão congregar esforços para a consolidação de uma política de expansão da educação superior pública. Desta forma, a parceria entre Ministério da Educação e as Universidades Federais era fundamental para atingir os objetivos propostos pelo PNE, decênio 2001-2010, o qual estabeleceu a necessidade do provimento “[...] da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década” (BRASIL, 2001).

Desta forma, entre 2007 e 2012, as IFES passaram por um período de grande ampliação da oferta de vagas em decorrência das políticas elaboradas pelo Governo Federal. Esta expansão foi realizada através da criação de novas universidades e ampliação das existentes.

Analisando o histórico das universidades federais no Brasil, no período de 2007 a 2012 identifica-se um crescimento quantitativo da oferta de vagas de graduação sem paralelo na história da educação superior no Brasil, a partir da implementação do Programa REUNI (KOGLIN, 2011).

Inserida neste contexto, a UFPEL aderiu ao programa, em outubro de 2007, e segundo o Plano de Reestruturação e Expansão da Instituição ao Programa REUNI, esta adesão ocorreu a partir “[...] da consciência de que queremos uma Universidade mais inclusiva e capaz de responder com qualidade às demandas e expectativas locais e regionais” (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p.8).

Os argumentos apresentados pela UFPEL na proposta de adesão ao Programa discorriam sobre a oportunidade de criar “[...] as condições de possibilidades de participação/construção de um novo modelo de universidade pública, gratuita, aberta a um número maior de cidadãos com atuação social inclusiva dos seus distintos agentes sociais” (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 8). Estes princípios eram norteadores da proposta apresentada para a adesão ao Programa REUNI junto ao MEC. No entanto, no relato da Universidade para justificar a adesão ao Programa, a UFPEL apresentou elementos sobre a dimensão quantitativa contida no decreto de criação do Programa. No plano de adesão da

Instituição ao REUNI, consta: “a experiência histórica das universidades brasileiras evidencia com relativa clareza o fato de que o acesso ao ensino superior pensado apenas em sua dimensão quantitativa não garante a permanência e, por consequência, a tão desejada inclusão social” (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 8). Sobre uma ótica de análise de política pública este aspecto é relevante, sendo desenvolvido ao longo da tese de doutorado.

Nas últimas décadas cresceu o interesse pelas políticas públicas e sociais no Brasil, podendo ser constatado pelo aumento da ênfase dada nas universidades brasileiras, tanto em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, quanto pelo número de publicações de artigos científicos e livros sobre o tema.

Além disso, é necessário ter clareza que a área de análise de políticas públicas e programas sociais tem se expandido e especializado, embora no Brasil esta situação seja ainda considerada emergente devido ao pouco tempo de experiência, ao contrário de países como Canadá, Estados Unidos e alguns países europeus (SOUZA, 2006; FARIA, 2012).

A temática da análise e avaliação de políticas públicas começou a se desenvolver na década de 1950, e de acordo com a literatura sobre o assunto, eram adotadas por organismos internacionais e órgãos governamentais de planejamento. No entanto, nos países da América Latina, em geral, estes instrumentos começaram a ser utilizados em gestões autoritárias. Estes governos davam pouca importância para os resultados e consequências de suas ações perante a sociedade, e em relação à utilização dos recursos públicos (RICO, 1998).

No entanto, na década seguinte, após a Constituição Federal de 1988 e as reformas políticas ocorridas no país, à análise e a avaliação de políticas ou programas públicos passaram a despertar interesse, sendo introduzida de forma gradual na agenda pública, mesmo que de maneira modesta.

A formulação, implantação, avaliação e controle das políticas públicas que propõem atender as questões sociais, estão diretamente relacionados com as opções que nossos governantes fazem. A forma como se define a política, com suas diretrizes e seus objetivos tomam maior proporção quando possuem o objetivo social.

Caso a política social fosse apenas um contrato, ela seria segundo Abranges (1994, p. 10) “[...] cláusula inarredável do capítulo das obrigações coletivas, a cargo do Estado”. No entanto, as relações de poder geradas pelo processo político estão centradas no conflito. Conflito de ideias e de interesses. O poder contido na política gera transformações na sociedade, que normalmente produz desequilíbrio reduzindo as chances dos mais fracos neste processo (ABRANGES, 1994).

Para tanto, a política social não pode estar atrelada apenas ao contexto econômico de um país. A palavra chave para a política social brasileira deve ser igualdade, objetivando reduzir a lacuna que separa a elite e os mais pobres que vivem em um mundo onde a distribuição de renda só beneficia aos acumuladores do capital em detrimento do atendimento das necessidades básicas dos sujeitos.

Sendo assim, é necessário levar em conta o processo de decisão institucional, onde segundo Frey (2000, p. 232-233) as “[...] ideias de identidades e de concepções do comportamento apropriado”, contrapõe-se “[...] as ideias de coalizões e de uma troca voluntária entre atores políticos impulsionados pelo interesse próprio”. Além disso, os sujeitos, enquanto, “[...] cidadão, político, servidor público, ora enquanto engenheiro, médico, sindicalista ou chefe de família, influenciam o seu comportamento nos processos de decisão política”. Assim como, são influenciados pelas regras, deveres direitos e normas institucionais que influenciam o ator político nas suas decisões e na sua busca por estratégias apropriadas (FREY, 2000). Pode-se relacionar as afirmações de Frey (2000), quando descreve sobre processo de decisão institucional, com as decisões tomadas na UFPEL para escolha dos novos cursos criados na Instituição. As escolhas levaram em consideração: as demandas locais ou nacionais, se sofreram influência de instituições externas a Universidade, se as propostas surgiram de um grupo de professores ou de um professor específico, dentre outras questões.

Alguns aspectos devem ser mais bem desenvolvidos para possibilitar a potencialização das políticas públicas e sociais. Existem situações que dificultam o desenvolvimento de políticas mais efetivas para o nosso país, tais como: o processo de implementação muitas vezes é prejudicado pela falta de prioridade por parte dos implementadores; o estigma de que a política não se traduz na prática; os resultados

nem sempre são os esperados; questões como autoridade para as decisões, mobilidade de recursos e expertise também são elementos que irão impactar diretamente na política. Relacionando estas circunstâncias com o contexto local de adesão da UFPEL ao REUNI, é necessário identificar se existia prioridade da Instituição para a implantação do Programa, se as ações propostas estavam contidas no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), se a instituição tinha pessoas habilitadas para conduzir o processo decisório de implantação, entre outras questões.

Outro aspecto, é que muitas vezes, há o discurso de maximizar o impacto do gasto público, o qual pode atrapalhar a implementação da política. Desta forma, os processos de análise e avaliação são importantíssimos para identificar e possibilitar a correção dos rumos da elaboração e materialização da política pública e social no país.

Outro elemento, que pode-se destacar, é a forte interferência das burocracias públicas que afetam as políticas. As escolhas e decisões que são tomadas por agentes públicos, que muitas vezes, não conseguem visualizar o quão importante é a sua ação para a efetividade dos processos. No contexto do REUNI na UFPEL foi necessário identificar, se na elaboração da proposta foi levado em consideração as necessidades dos novos cursos, tais como: se existiam professores e técnico-administrativos habilitados para atender as demandas dos cursos, previsão das necessidades de estrutura (equipamentos, salas de aula, etc.), e se estas questões influenciaram as decisões tomadas pelos gestores locais.

Analisando a literatura sobre implantação de políticas públicas, identifica-se que muitas vezes, ficam restritas a análise de como a política foi implementada, mostrando que os resultados são diferentes daqueles traçados na elaboração da política. Existindo uma lacuna na literatura sobre experiências que abordem os processos burocráticos, e principalmente, o papel dos burocratas que implementam a política nacional em nível local (LOTTA, 2012).

Segundo Lotta (2012), é fundamental entender como, de fato, as ações são colocadas em prática, identificando os fatores que influenciam na implementação da política, e conseqüentemente, nos resultados das políticas públicas.

Ainda segundo Lotta (2010), os gestores não apenas executam ações predeterminadas, mas interagem com os processos de implementação local, onde são influenciados por muitos fatores que causam impacto direto nos resultados da política.

Nos últimos anos, a partir da adoção de um modelo descentralizado de políticas públicas, por orientações dos organismos multilaterais, entre as quais se destacam o Banco Mundial e, na América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Comissão Econômica para a América Latina, os gestores passaram a exercer papel crucial no momento da implementação das políticas. Esta mudança ocorreu, após a crise do capital, em meados de 1980, e tinha como objetivo reduzir o papel do Estado. A proposta tinha como plano de fundo a privatização das políticas protetivas para organizações da sociedade civil, como também para níveis sub-nacionais, via descentralização. Desta forma, ganharam destaque os atores políticos governamentais e não governamentais, tornando relevante seu papel na concretização das diretrizes nacionais (BANCO MUNDIAL, 1995; ALTMANN, 2002; FARIA, 2012).

A descentralização das políticas públicas possibilitou aos gestores locais certo grau de gerência, decorrente da delegação de poderes, principalmente em instituições universitárias que possuem autonomia atribuída pela Constituição Federal de 1988. Sendo assim, estes atores podem optar por um determinado caminho e/ou ação, ou até mesmo não operacionalizar as políticas em nível local.

Para Lipsky (1980) e Matland (1995), as políticas públicas sofrem forte influência dos conflitos e decisões dos implementadores da política, que muitas vezes tem pouco conhecimento técnico sobre o processo de implantação, análise e avaliação de políticas públicas. Além disso, em muitos casos, faltam diretrizes locais e guias práticos para poder auxiliar os tomadores de decisão.

Ademais, os interesses pessoais acabam influenciando as deliberações dos tomadores de decisão em nível local onde, muitas vezes, são pautadas por um conjunto de regras tácitas, que levam em consideração determinado contexto organizacional.

Tanto a política, quanto as políticas públicas, estão diretamente relacionadas ao poder social, no entanto, enquanto a política tem um conceito amplo, relacionado com o poder de modo geral, as políticas públicas estão relacionadas às soluções específicas vinculadas a assuntos políticos (LAHERA, 2004).

No entanto, é necessário destacar que a literatura afirma que existem influências na implantação local de políticas públicas, e em relação as políticas educacionais, pode-se citar, em especial, as contribuições do conceito de recontextualização do discurso, elaborado por Bernstein no contexto da sua teoria do dispositivo pedagógico, onde as políticas educacionais são reconfiguradas em nível local (MAINARDES & STREMEL, 2010).

Segundo Mainardes e Stremel (2010), a teoria de Bernstein define três dispositivos pedagógicos presentes nas políticas educacionais, as quais são: distributivas, recontextualizadoras e avaliativas e estas estão relacionadas aos compôs de produção do conhecimento, reprodução e recontextualização. Para Bernstein (1996 & 1998) estas regras estão hierarquicamente vinculadas, sendo assim, as distributivas condicionam as recontextualizadoras e estas, orientam as avaliativas (MAINARDES & STREMEL, 2010).

Sendo assim, através da recontextualização “o discurso se desloca do seu contexto original de produção para outro contexto onde é modificado (através de seleção, simplificação, condensação e reelaboração) e relacionado com outros discursos e depois é relocado” (MAINARDES & STREMEL, 2010, p.13).

Portanto, os processos de implementação reajustam as decisões nacionais adaptando-as as exigências locais. Assim, interessa compreender quais foram contextos locais que permearam a construção da proposta da UFPEL ao REUNI, no sentido de concretizar as diretrizes nacionais. Cabe destacar que na fase da implementação é o momento em que novos processos decisórios surgem, sendo os atores políticos locais responsáveis pelas decisões que devem ser tomadas no momento da execução da política. Estas decisões, muitas vezes, modificam a finalidade principal dos programas nacionais propostos.

É necessário destacar que, o processo decisório de implantação do Programa REUNI na UFPEL, teve a participação de diversos atores da sociedade, com visões, perspectivas e interesses distintos, pois na composição dos Conselhos Deliberativos Superiores da Universidade – Conselho Universitário (CONSUN) e Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE), tem representações das mais diversas, como por exemplo, o CONSUN com três (3) representantes da Sociedade Civil. Foi identificado ao longo deste trabalho que o contexto decisório e as instâncias por onde foram submetidas a aprovação do Programa REUNI na UFPEL, envolveu diversos atores que possuíam diversos interesses e diferentes visões sobre o processo. Considerando este cenário, pode-se caracterizar que a proposta de adesão da UFPEL para implantação do Programa REUNI se deu dentro de um ambiente multifacetado.

Neste contexto, cabe perguntar: quais foram os contextos político-administrativos que nortearam os processos decisórios para a implantação do Programa REUNI na UFPEL?

Como questões norteadoras tem-se:

- a) Quais os contextos de influências podem ser identificados na adoção do REUNI como política de governo?
- b) Em que medidas as propostas político-educacionais previstas no REUNI foram adotadas na proposta da UFPEL?
- c) Quais contextos/atores influenciaram na configuração da proposta da UFPEL?
- d) Quais foram os critérios adotados pela UFPEL na tomada de decisão quanto a adesão ao REUNI?
- e) Quais perspectivas e/ou interesses podem ser evidenciados entre os atores responsáveis pela implementação da proposta do REUNI na UFPEL?
- f) Quais impactos a política produziu em nível local?

Considerando as questões norteadoras tem-se como objetivo geral analisar os contextos político-administrativos que nortearam os processos decisórios a implantação do REUNI na UFPEL.

A partir do objetivo geral construíram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os contextos de influências presentes na adoção do REUNI como política de governo;
- b) Verificar se as propostas político-educacionais previstas no REUNI foram adotadas na proposta da UFPEL;
- c) Reconhecer os contextos e os atores que influenciaram na configuração da proposta da UFPEL;
- d) Conhecer os critérios adotados pela UFPEL na tomada de decisão quanto a adesão ao REUNI;
- e) Verificar as perspectivas e/ou interesses que podem ser evidenciados entre os atores responsáveis pela implementação da proposta do REUNI na UFPEL; e
- f) Apresentar os impactos que a política produziu em nível local.

Portanto, analisar os contextos político-administrativas que nortearam os processos decisórios para a implantação do Programa REUNI na Universidade é de fundamental importância dentro do contexto histórico da política pública e social brasileira, não deixando de esquecer que as universidades federais são um bem público que a todos pertence.

Tendo em vista as considerações acima, entende-se que analisar os contextos político-administrativas que nortearam os processos decisórios para a implantação do Programa REUNI na UFPEL é uma atividade complexa e que exige a formulação de instrumentos e estratégias que permitam apreender, de forma sistemática, quais as determinações que conduziram a sua materialização.

A prática da análise das políticas ou programas públicos possibilita aperfeiçoamentos nos mesmos, podendo torná-los mais efetivos, destacando a participação política dos sujeitos locais.

Para os fins de exposição dos resultados, o presente estudo, foi dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro relacionado à introdução. No segundo capítulo, apresenta-se o percurso metodológico e algumas reflexões em torno das opções que nortearam a coleta e a análise dos dados, com a finalidade de desenvolver o trabalho. Além disso, são indicados os sujeitos, os instrumentos de coletas e a caracterização da análise das informações, com suas respectivas categorias, com isso, possibilitando realizar as observações registradas ao longo deste trabalho.

No terceiro capítulo, apresentam-se as questões relacionadas aos contextos da concepção do Programa REUNI e da formulação da proposta. Foi possível, assim, identificar e analisar as influências externas e normativas internas na Educação Superior; o contexto da educação superior no Brasil para a criação do Programa REUNI; aspectos sobre a existência de alinhamento da proposta do Governo Federal e da proposta da UFPEL para implementação do REUNI; os contextos existentes a época da discussão na Universidade da adesão ao REUNI e os relatos registrados em ata do Conselho Universitário, os critérios adotados pela UFPEL para adesão ao Programa; os contextos e os atores que influenciaram na configuração da proposta da Universidade à época da discussão na Instituição da adesão ao Programa, assim como conhecer as expectativas dos Conselheiros com relação ao REUNI.

Já no quarto capítulo, expõe-se as questões referentes à implementação do Programa REUNI na UFPEL, com enfoque nos contextos de influência na Expansão apresentando as primeiras propostas de alteração da estrutura acadêmica da Universidade, as influências do processo eleitoral para o cargo de Reitor e Vice-Reitor no processo de Reestruturação e os contextos iniciais da criação dos Centros Acadêmicos.

No quinto capítulo, discorre-se sobre os contextos de criação dos seis Centros Acadêmicos criados na UFPEL, assim como apresenta as discussões sobre as propostas não aprovadas pelo CONSUN. Ao final, expõem-se os principais impactos do REUNI na percepção dos Conselheiros Universitários.

Por fim, nas considerações finais, expõem-se as reflexões sobre os contextos político-administrativos que nortearam os processos decisórios para a implantação do Programa REUNI na UFPEL. Assim como, são apresentados os principais resultados da pesquisa.

No capítulo a seguir, será apresentado o percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento desta tese doutoral.

2. O PERCURSO METODOLÓGICO

Apresentam-se neste capítulo algumas reflexões em torno das opções metodológicas que nortearam a coleta e a análise dos dados, as quais possibilitaram o desenvolvimento da presente tese de doutorado.

O tema da tese está centrado na política pública instituída pelo governo federal brasileiro para a educação superior no período de 2007 a 2012. O objeto de estudo é o processo de implantação do Programa REUNI na UFPEL, o qual fez com que a universidade expandisse, de forma significativa, o número de cursos de graduação, e conseqüentemente, a oferta de vagas e o número de alunos matriculados.

Para o desenvolvimento do trabalho foram realizados estudos preliminares para a construção da proposta de investigação, recorrendo-se a bases de dados reconhecidas entre o meio acadêmico para a procura de trabalhos científicos *online* - portal da Scielo, portal de periódicos da Capes, Sistema de Bibliotecas brasileiras (SISBI), portal e Biblioteca Digital de Teses, sites de busca e aos arquivos da Biblioteca Central da UFPEL. Esta busca em artigos, teses, dissertações foi no sentido de verificar o conhecimento produzido até o momento sobre o processo e/ou política de expansão das universidades públicas brasileiras.

Tanto a revisão teórica sobre análise de políticas públicas, quanto à revisão teórica sobre processos decisórios no âmbito das políticas públicas, serviram como norteadores da análise para descobrir caminhos que seriam mais pertinentes na elaboração do desenho da coleta de informações.

As opções metodológicas estão alinhadas aos objetivos do estudo, onde são descritos e analisados os contextos político-administrativos que nortearam os processos decisórios de implantação do Programa REUNI na UFPEL. Estes tiveram como principais atores os Discentes, os Servidores Técnico-Administrativos (STA), os Docentes, os Coordenadores de Cursos, os Diretores de Unidades Acadêmicas e Administrativas, os integrantes da Administração Central da UFPEL e representantes da Sociedade Civil.

Para analisar os processos político-administrativos que orientaram os processos decisórios, tanto no âmbito dos Conselhos Deliberativos dos campi universitários, como nos Conselhos Deliberativos Superiores - Conselho Universitário (CONSUN), Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (COCEPE) e Conselho Diretor (CONDIR); como também nos Órgãos Executivos de Direção Superior (Reitoria e Pró-Reitorias) e nos Órgãos Executivos de Direção Intermediária (Coordenações dos Campi), assim como nos diversos fóruns de discussões e proposições (Fórum de Dirigentes, Fórum dos Coordenadores de Campi) da UFPEL, foi necessário utilizar um conjunto de técnicas e procedimentos metodológicos para resgatar as informações exigidas para atingir os objetivos desta tese doutoral. Tais possibilitaram obter informações dos atores envolvidos no processo decisório e dos grupos em diferentes contextos, com diferentes agendas. Esta busca, em distintos espaços técnico-administrativos, exigiu uma utilização mais flexível das técnicas disponíveis, num esforço para tentar estabelecer conexões entre as diversas coletas da pesquisa. Esta flexibilidade do uso das técnicas e obtenção de informações, em diferentes espaços, permitiu variações de perspectiva, como por exemplo: o que se obtém através de um questionário a uma amostra representativa não é o mesmo que se extrai numa entrevista, seja ela estruturada ou semiestruturada (MENDES, 2015).

Para tanto, segundo Santos (1995, p. 466-467) é fundamental a identificação de três patamares que possibilitam a construção e regulação do que pertence a cada grupo pesquisado. Para o referido autor é necessário levar em consideração o patamar da detecção, que permite distinguir entre o que é ou não relevante para a análise; o patamar da discriminação que distingue entre o que é ou não igual, e que justifica diferenças qualitativas no tratamento; um terceiro patamar é o da avaliação, que define o que é legítimo ou não incluir na análise a ser efetuada.

As opções metodológicas para o desenvolvimento desta tese não permitiram que o pesquisador fosse subtraído, como investigador e como analista, de forma a potencializar as experiências vividas ao longo de sua trajetória profissional. Agregar as experiências vividas do investigador possibilitou fundamentar e analisar mais profundamente os resultados e as conclusões da pesquisa, permitindo estabelecer ligações entre objeto em análise, revelando semelhanças e diferenças imprevisíveis e até inesperadas.

A seguir serão apresentadas algumas reflexões gerais de ordem metodológica, explicando as opções tomadas na utilização da abordagem qualitativa, assim como, procura-se identificar as diferentes técnicas a serem utilizadas. Não é objetivo desta pesquisa, realizar uma investigação aprofundada da literatura existente sobre cada método ou técnica aqui apresentada. No entanto, tem-se como objetivo apresentar as referências que são utilizadas para delimitar e focar no objeto em estudo.

Cabe ainda destacar que, o presente trabalho se fundamenta em uma abordagem qualitativa com a utilização do método de estudo de caso, amparado na técnica de entrevista aprofundada. Também foi realizada pesquisa documental e para efetuar a análise dos documentos do MEC e da própria UFPEL foi utilizada a abordagem de análise textual discursiva.

2.1 Caracterizando e conceituando os métodos e técnicas escolhidos

Para Minayo (2010) existem diversas práticas científicas que relacionam, em seus substratos, visões sociais de mundo diferenciadas. No entanto, é necessário que cada investigador aprofunde-se no assunto que tenha interesse, utilizando-se das técnicas científicas para coletar os dados empíricos. Esta posição decorre do entendimento que os procedimentos metodológicos são construções que permitem, ao pesquisador, obter as informações unicamente sobre o seu objeto de estudo, não se constituindo como um esquema rígido e imutável.

No caso específico, e tendo em vista o objeto de estudo e os objetivos propostos, a opção foi pela abordagem qualitativa, visto que tem como foco o processo vivenciado pelos sujeitos, no caso presente, os contextos que levaram a UFPEL aderir e implementar o Programa REUNI. Para Santos (1999) o contexto central do paradigma qualitativo fundamenta-se na condição humana de responder a estímulos externos de maneira seletiva, condicionada a visão de mundo e valores sobre a situação abordada. Ou seja, tal seleção é influenciada pela forma na qual as pessoas definem e interpretam situações e acontecimentos.

A escolha recaiu nas abordagens qualitativas também visto que as mesmas possuem particularidades multimetodológicas, possibilitando o uso de um variado conjunto de métodos e instrumentos de coleta de dados. Entre os mais

utilizados estão à entrevista em profundidade (individual e grupal) e a análise de documentos (MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998). Sendo estas duas utilizadas neste trabalho.

Para a utilização dos métodos qualitativos deve-se estar atento aos seguintes princípios de regulação, e no caso presente especialmente a intersubjetividade entre o analista e os sujeitos em estudo: a entrada no mundo vivido das pessoas que se está investigando, para interpretação mais acurada dos dados obtidos; a relação dos processos locais com as forças externas, ou seja, aspectos políticos e jurídicos relativos a relação entre a UFPEL e MEC; e o objetivo de reconstruir um conhecimento já existente, atendendo à ligação entre fatos, teoria e ideologia (BURAWOY, 1998).

Uma relevante observação para a definição da abordagem qualitativa é realizada por Lakatos e Marconi (2011). As autoras ressaltam que estudos qualitativos possuem características que se aproximam da condição de pesquisa da presente tese doutoral, onde os dados são coletados preferencialmente nos contextos em que os fenômenos são construídos, ou seja, na estrutura político administrativa da UFPEL; a análise de dados é desenvolvida, de preferência, no decorrer do processo de levantamento destes; os estudos apresentam-se de forma descritiva, com enfoque na compreensão à luz dos significados dos próprios sujeitos e de outras referências.

Igualmente Malhotra et. al. (2005, p.113) contribuem na medida em que, para os autores, a abordagem qualitativa "[...] proporciona melhor visão e compreensão do problema". Ainda segundo os autores o objetivo da pesquisa qualitativa é a compreender a complexidade de um problema e investigar o objeto pelas experiências de um grupo de casos, onde a coleta dos dados não é estruturada e sua análise não é estatística.

Caracteriza-se esta tese com um estudo de caso, pois a pesquisa versa sobre uma política pública implementada em uma única instituição, a Universidade Federal de Pelotas. O estudo de caso permite ao pesquisador uma direção específica dentro do fenômeno pesquisado, e é muito empregado nas ciências sociais. Com as mudanças contemporâneas e avanços tecnológicos, percebe-se que esta estratégia têm se multiplicado ao longo dos anos.

Algumas áreas do conhecimento atribuem certas fragilidades ao estudo de caso, tais como: falta de rigor, de precisão e de objetividade. No entanto, para pesquisas sociais esta técnica permite uma análise privilegiada do objeto investigado em relação com outras técnicas científicas, e tem como principal vantagem, uma abordagem com enfoque de profundidade e detalhamento do objeto de investigação. Este instrumento de pesquisa possibilita uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real e institucional. No caso da presente pesquisa, deve-se levar em conta que decisões político-administrativas que levaram a UFPEL a aderir e implementar o REUNI estavam inseridas dentro de um contexto local, que sofreram interferências de diversos atores, com concepções e histórias de vida variadas.

Na pesquisa qualitativa, de forma geral, e nos estudos de caso, não se tem como objetivo quantificar a incidência de determinada situação ou fato, pelo contrário, a busca é pela compreensão de determinadas circunstâncias ou realidades em nível mais aprofundado. Desta forma, a pesquisa é muito mais individual, buscando analisar a peculiaridade de cada situação, e as suas correlações e características comuns entre os sujeitos envolvidos. Neste caso, Professores, Discentes, STA, Diretores de Unidades Acadêmicas e Administrativas, assim como, membros externos presentes nos Conselhos Superiores da Instituição.

Para Martins (1994) as diferentes opiniões, ou melhor escolhas, não se contrapõem, mas sim complementam-se, e podem contribuir, em um mesmo estudo, possibilitando assim um melhor entendimento do fenômeno estudado.

Desta forma, compreende-se que o uso do estudo de caso como delineamento de pesquisa, pode contribuir para o avanço do conhecimento na área do estudo. Pois, é também utilizada em casos para ensino e relatos de práticas de organizações ou de alternativas políticas.

Ainda para o desenvolvimento da coleta de informações foi utilizada a técnica de entrevista, que possibilita ao investigador compreender aspectos que outras técnicas não permitem (BURAWOY, 1998). É necessário, no entanto, caracterizar a técnica de entrevista para diferenciá-la de uma conversação da vida cotidiana. Sendo assim Valles (1997, p.180) esclarece três pontos fundamentais:

- a) Na entrevista, a participação do entrevistado e do entrevistador conta com expectativas explícitas: um de falar e o outro de escutar;
- b) O entrevistador estimula constantemente o entrevistado a falar, sem contradizê-lo (as resistências encontradas correntemente na conversa espontânea suprimem-se); e
- c) Aos olhos do entrevistado, o responsável por organizar e manter o diálogo é o entrevistador (isso cria em geral uma ilusão de fácil comunicação que faz parecer breves as sessões prolongadas).

Aprofundando o debate na técnica da entrevista é fundamental compreender quando este instrumento é o mais adequado. Para Kleinman et al. (1994) é necessário compreender que os métodos e às técnicas estão sempre vinculadas às opções epistemológicas e ideológicas, e a entrevista permite captar não o indivíduo, mas a sua localização social em um plano institucional. Neste caso, a entrevista é uma excelente técnica para compreender como os indivíduos se relacionam entre uma mesma classe (segmento) ou até mesmo entre diferentes categorias sociais. A entrevista favorece o estudo de realidades sociais, cognitivas e simbólicas que ultrapassam ou atravessam os pressupostos locais. Além disso, se mostra uma técnica adequada, ao presente estudo, quando os entrevistados, pelas posições que ocupam ou ocuparam, circulam entre diferentes espaços sócio-ocupacionais e técnicos administrativos, possuindo uma mobilidade elevada (COLLINS, 1998). Estão nesta situação os produtores e mediadores culturais, sociais e políticos tais como os Alunos, os STA, Professores, os Chefes de Departamentos, os Coordenadores de Cursos de Graduação, os Diretores de Unidades Acadêmicas e Administrativas, os Pró-Reitores, o Vice-Reitor e Reitor da UFPEL.

2.2 Indicações sobre sujeitos e instrumentos de coleta de dados

Conforme foi referenciado anteriormente, o presente trabalho está centrado num contexto complexo, sendo fundamental obter informações de um grupo específico de sujeitos envolvidos na implantação do Programa REUNI na UFPEL. Por tanto, foi necessário selecionar sujeitos que tiveram uma participação ativa no processo decisório. As informações obtidas com estes sujeitos permitiram uma riqueza de detalhes, as quais não seriam obtidas com base em critérios rígidos

de seleção de amostras. As informações obtidas não permitiram generalizações para totalidade da população, mas puderam proporcionar os elementos necessários para compreender os contextos institucionais da época da implantação do REUNI na UFPEL. Cabe destacar ainda que, a utilização deste tipo de amostra requer um conhecimento da população e dos elementos selecionados.

Detalhando os sujeitos de pesquisa, foram entrevistados: a Pró-Reitora de Graduação, o Reitor e sete (7) Diretores de Unidades Acadêmicas responsáveis pela implementação do REUNI na UFPEL, com o objetivo de aprofundar os contextos de influências nos processos decisórios da Universidade, identificados na pesquisa documental. Justifica-se a escolha destes sujeitos a partir da função que desempenharam durante o processo de adesão e implantação do Programa REUNI na UFPEL.

A pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado que foram gravadas, e posteriormente transcritas, com nove (9) Conselheiros Universitários, os quais foram elencados no parágrafo anterior, que à época estavam presentes nas reuniões do CONSUN, no período de 2007 a 2012.

Para a definição de quais sujeitos seriam entrevistados foram estabelecidos três critérios: o primeiro por amostra intencional, o segundo por sorteio e o terceiro de amostra por saturação teórica. Este último seria utilizado caso a amostra intencional, definida antes da aplicação do instrumento de dados, não fosse suficiente para dar conta da pesquisa.

Desta forma, escolheram-se dois (2) Diretores de forma intencional, por terem participado ativamente do processo, assim como as suas Unidades foram as que mais cresceram com a implantação do REUNI na UFPEL, as quais são: o Centro de Artes e o Centro de Engenharias. A escolha dos Gestores também foi intencional, pois foram atores propulsores da política na Universidade, sujeitos-chave da pesquisa⁶. Não foram selecionados outros sujeitos por entender que haveria redundância ou repetição das informações prestadas pelos sujeitos já entrevistados. Esta decisão está amparada em literatura científica que será apresentada logo a seguir.

⁶ Também se identificou o Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UFPEL, da época, como sujeito chave do processo, no entanto, não foi possível entrevista-lo, por motivo de sua morte.

Após foram selecionadas e separadas as Unidades Acadêmicas de acordo com as áreas fundamentais existentes na UFPEL, em 2007, as quais eram: Ciências Agrárias, Ciências Exatas e Tecnologia, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Letras e Artes⁷. Desta forma, possibilitando entrevistar no mínimo um representante de cada área fundamental existente na Universidade, a época da implantação do REUNI. Esta escolha surgiu a partir da análise das Atas do CONSUN, pois verificou-se que a proposta da Administração Central da UFPEL era de criar Centros Acadêmicos que pudessem agrupar os cursos de acordo com suas áreas do conhecimento. Notou-se também que as reuniões iniciais de discussão junto as Unidades eram realizadas entre a Reitoria e representantes das Unidades Acadêmicas com vista a aproximar os cursos de áreas afins.

Logo após a definição dos grupos foram sorteados cinco (5) Diretores de Unidades Acadêmicas a serem entrevistados e cinco (5) suplentes (caso um deles, por algum motivo, não pudesse participar da pesquisa), sendo assim, dois (2) de cada área. Caso não fosse possível realizar a entrevista com algum dos Diretores sorteados, a mesma poderia ser realizada com outro Diretor (suplente), desde que pertencente a mesma área fundamental da Instituição. Esta situação ocorreu com um sujeito, o representante do Instituto de Química e Geociências, que não foi localizado. Desta forma, foi entrevistado o seu suplente.

Existem diversas técnicas para realizar uma amostra intencional, porém, seu fechamento frequentemente se dará por redundância de informações ou saturação do tema (PATTON, 1991). O encerramento da amostra por saturação teórica se dá quando há interrupção de novos participantes. Isso acontece quando, na visão do pesquisador, os dados coletados começam a se repetir. Desta forma, as informações fornecidas pelos novos investigados da pesquisa pouco acrescentariam aos dados já coletados, não mais contribuindo significativamente para discussão e reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados. Por outro lado, em alguns casos a saturação pode não ocorrer, assim sendo, deve-se buscar um aprofundamento nos sujeitos que compõem a amostra, sem a preocupação principal de ampla generalização (FONTANELLA et al., 2008).

⁷ Atualmente, conforme o Estatuto e o Regimento da UFPEL, existem quatro áreas fundamentais, as quais são: I. Ciências Exatas e Tecnologia; II. Ciências Biológicas; III. Filosofia e Ciências Humanas; e IV. Letras e Artes (ESTATUTO/UFPEL, 1977; REGIMENTO/UFPEL, 1977).

A amostragem por saturação teórica encontra amparo científico, que segundo Fontanella et. al.(2008, p.25) atende ao “[...] pressuposto da constituição social do sujeito e na teoria das representações sociais”. Além disso, espelha-se “[...] no conceito de determinação social das representações individuais, na análise do discurso, no conceito de determinação histórica e social das formações discursivas e da fala”. Neste contexto, o nível de saturação da amostra depende indiretamente do referencial teórico usado pelo pesquisador e do recorte do objeto, e diretamente dos objetivos definidos para a pesquisa, e do nível de profundidade a ser explorado.

Amostras intencionais permitem ao pesquisador, deliberadamente, escolher os sujeitos que farão parte da amostra, por julgar tais elementos representativos da população. A intencionalidade possibilita o enriquecimento da pesquisa em termos qualitativos (PATTON, 1991).

Entende-se que qualquer investigação realizada através de sujeitos pode acarretar em riscos para a pesquisa ou para os indivíduos pesquisados. Logo foi utilizada uma série de ações para reduzir riscos potenciais aos partícipes, pois pretende-se que esta tese retorne seus resultados a toda a comunidade da UFPEL, assim como à comunidade em geral, por meio da análise do fenômeno investigado. Sendo assim, foram tomados todos os cuidados para evitar qualquer desconforto por parte dos participantes da pesquisa que, embora não nominados, se encontrarão nos resultados deste trabalho.

Os sujeitos da pesquisa, que foram entrevistados, tiveram seu anonimato garantido, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As suas identificações estão representadas no decorrer da análise das informações obtidas da seguinte forma: Conselheiro1, Conselheiro2, Conselheiro3, Conselheiro4, Conselheiro5, Conselheiro6, Conselheiro7, Conselheiro8 e Conselheiro9.

Com relação aos aspectos da ética da pesquisa, entende-se que as demais informações presentes neste trabalho são públicas, como por exemplo: as atas dos Conselhos, disponíveis para a sociedade em geral na secretaria dos Conselhos Superiores da UFPEL; as informações orçamentárias, contidas no portal da transparência do governo federal; as informações acadêmicas, disponíveis nos documentos públicos da UFPEL, como os relatórios de gestão e no portal institucional, etc.

Além das entrevistas em profundidade, para dar conta dos objetivos da tese, foram analisados documentos importantes sobre o Programa REUNI. Estes elucidam o posicionamento do Governo Federal frente às diretrizes do MEC para a implantação do programa nas universidades brasileiras. Neste sentido, foram analisados o decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Plano Nacional de Educação 2001-2010, a proposta do Plano Nacional de Educação 2011-2020 e a interferência na política dos organismos internacionais. O objetivo deste resgate foi de verificar, até que ponto havia uma convergência entre as propostas governamentais e o que foi implementado pela UFPEL.

Também foram analisadas as atas do Conselho Superior da UFPEL – Conselho Universitário. Neste sentido, o primeiro passo foi identificar se nas atas anteriores a adesão da Universidade ao Programa REUNI houve discussão sobre o tema, a qual foi constatada na Ata nº01/2007. Após identificou-se a reunião que ocorreu a deliberação a respeito da adesão ao Programa – Ata nº 02/2007. Por fim, foram verificadas todas as Atas das reuniões do CONSUN, no período de 2007 a 2012, para identificar e conhecer os contextos político-administrativos do processo de implementação do REUNI na Instituição.

Para tanto é importante caracterizar e conceituar os elementos que constituem a pesquisa documental. A pesquisa documental tem como principal característica ser a fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.

A análise documental integra-se como uma técnica importante na abordagem qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. No caso em questão, de implantação do REUNI na UFPEL, foi possível, através da reflexão metodológica, compreender a complexidade intrínseca que existe em qualquer análise de dados qualitativa. É importante ter em mente que a abordagem qualitativa é muito mais do que seguir protocolos analíticos rígidos e pré-formatados. É necessário manter abertas sempre as alternativas interpretativas. Mesmo sendo um processo lento e deve ser estruturado, por sucessivas aproximações, sendo necessário estabelecer as possibilidades de similaridades encontradas nos

resultados dos dados coletados. Estes foram os princípios que nortearam a pesquisa do documental e posteriormente a análise das informações obtidas.

Os métodos e técnicas aqui referenciados potencializaram o respeito à singularidade, a riqueza e a diversidade dos dados, não deixando de atribuir competências específicas aos indivíduos envolvidos no processo de decisório de implantação do Programa REUNI na UFPEL, sendo assim, permitiu uma análise mais flexível dos dados.

2.3 Caracterizando a análise das informações e as categorias

Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se pela análise textual discursiva, pois entende-se que esta abordagem de pesquisa transita entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. Para Moraes e Galiuzzi (2006 & 2011) essa estratégia metodológica proporciona aos investigadores um modo de analisar a produção a partir de construções de categorias que não, necessariamente, precisam ser excludentes oferecendo com isso, um olhar mais holístico e inclusivo de compreender os contextos em que estão inseridos os sujeitos.

Atualmente as pesquisas qualitativas têm utilizado abordagem de análise textual, pois possibilita uma melhor compreensão dos fenômenos observados, seja a partir documentos, seja por material derivado de entrevistas e/ou observações de sujeitos. Moraes (2003, p. 191) organizou quatro focos importantes desta abordagem, os quais são:

- 1) Desmontagem dos textos: também denominado de processo de unitarização, implica examinar os materiais em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados;
- 2) Estabelecimento de relações: processo denominado de categorização, implicando construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias;
- 3) Captando o novo emergente: a intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores possibilita a

emergência de uma compreensão renovada do todo. O investimento na comunicação dessa nova compreensão, assim como de sua crítica e validação, constitui o último elemento do ciclo de análise proposto. O metatexto resultante desse processo representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores; e,

- 4) Um processo auto-organizado: o ciclo de análise descrito, ainda que composto de elementos racionalizados e em certa medida planejados, em seu todo constitui um processo auto-organizado do qual emergem novas compreensões. Os resultados finais, criativos e originais, não podem ser previstos. Mesmo assim é essencial o esforço de preparação e impregnação para que a emergência do novo possa concretizar-se.

Para analisar as informações obtidas através das pesquisas realizadas foi utilizado o roteiro definido por Roque Moraes acima. Sendo assim, foi agrupado o conjunto de documentos (pesquisa documental e entrevistas), que representa as informações da pesquisa, é denominado de corpus.

O primeiro passo foram examinadas as atas do Conselho Universitário em que continham as decisões sobre a implantação do Programa REUNI na UFPEL e as transcrições das entrevistas com os Diretores de Unidades Acadêmicas e os Gestores, com objetivo de encontrar fragmentos demonstrar os principais contextos do processo decisório. O segundo passo foi estabelecer relações com objetivo de criar categorias de análise, onde foi necessário combinar e classificar os discursos no intuito de perceber como os elementos unitários poderiam ser reunidos na formação de categorias.

Neste sentido, existem dois métodos utilizados para chegar às categorias de análise, um deles é o método dedutivo que consiste na criação de categorias a priori, antes mesmo de se examinar o corpus. Elas são definidas com base nas teorias que fundamentam a pesquisa. O outro é o método indutivo que fundamenta-se no surgimento de categorias emergentes, que se constituem no processo de examinar as unidades de análise, partindo do particular para o geral, ou seja: “o

pesquisador vai organizando conjuntos de elementos semelhantes, geralmente com base em seu conhecimento tácito” (MORAES, 2003, p.197).

Além destes dois métodos, pode se formar, também, em processo misto de análise, a partir da combinação dos métodos dedutivo e indutivo, onde, segundo Moraes (2003), “[...] partindo de categorias a priori com base em teorias escolhidas previamente, o pesquisador encaminha transformações gradativas no conjunto inicial de categorias, a partir do exame das informações do corpus de análise” (p.197-198).

Para Moraes (2003, p.198), independente da forma de produção de categorias, o essencial nesse processo são “[...] as possibilidades do conjunto de categorias construído representar as informações do corpus, ou seja, de possibilitar uma compreensão aprofundada dos textos-base da análise e, em consequência, dos fenômenos investigados”.

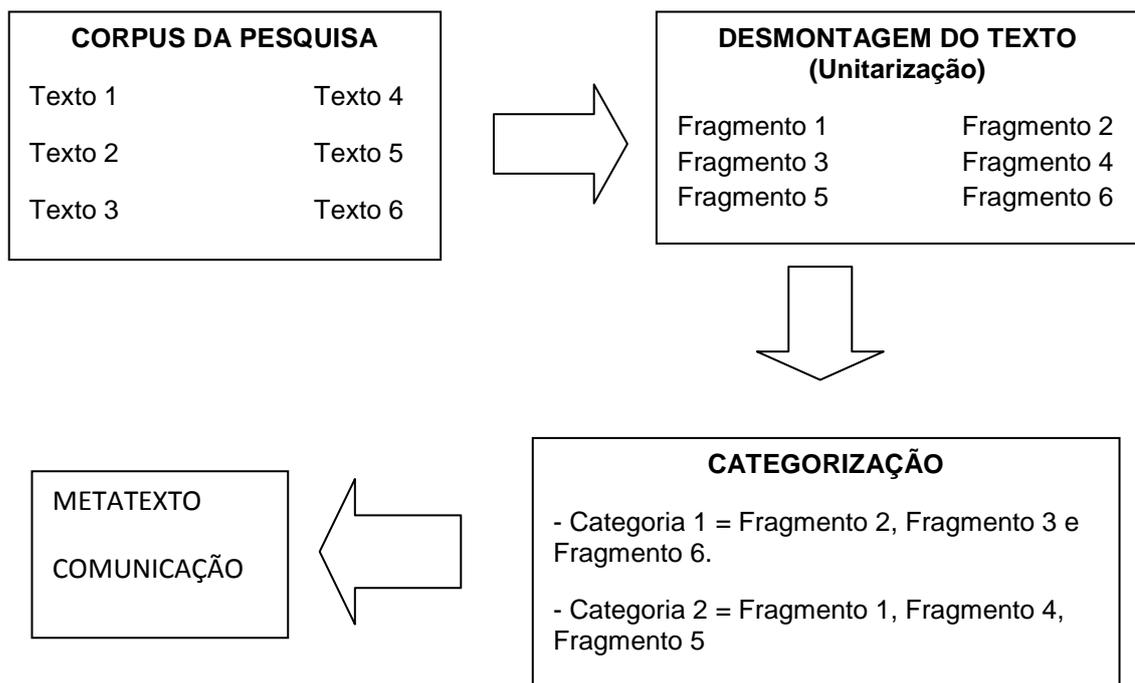


Figura 1 – Exemplo de definição das categorias de análise.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na abordagem de Análise Textual Qualitativa (MORAES, 2003).

A figura exemplifica o processo de análise textual discursiva adotado como metodologia de análise dos materiais obtidos nesta pesquisa. Primeiro se identificou e examinou os textos obtidos na pesquisa. Após se fragmentou os textos de acordo com os conteúdos a serem analisados (considerando as categorias a

priori). Em seguida, se estabelecem as relações (categorização) combinando-as e classificando-as formando as categorias. Por fim, o resultado é o metatexto, produto de uma combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores.

Para o desenvolvimento do metatexto do presente trabalho foram definidas as seguintes categorias e subcategorias de análise:

Categoria A - Contextos de influências da agenda e formulação da proposta do REUNI na UFPEL: como foram construídas as decisões e aos assuntos que serão trazidos e debatidos na esfera pública, a nível nacional e local. As interferências da agenda de governo nas decisões da UFPEL e as influências na elaboração da proposta a nível local. Aspectos relacionados à tomada de decisões sobre as diferentes alternativas possíveis e quais delas foram adotadas.

Subcategoria A1 – Contextos para adesão ao Programa: situação da Universidade antes do REUNI e expectativas com relação ao REUNI;

Subcategoria A2 – Alinhamento da política: alinhamento da proposta do Governo Federal e da proposta da UFPEL para implementação do REUNI. As propostas político-educacionais previstas no REUNI incluídas na proposta da UFPEL;

Subcategoria A3 – Critérios adotados pela UFPEL: ações adotadas pela UFPEL para aprovar o projeto e implementar a proposta; e

Subcategoria A4 - Atores influentes: quais atores tiveram influência no processo de implementação e quais os impactos que cada um desses atores produziu sobre os resultados do Programa.

Categoria B - Contextos de influência na implementação da proposta do REUNI na UFPEL: momento em que a política já formulada entrou em ação e onde é colocada em prática. Quem toma as decisões dentro do processo de implementação, ou seja, se elas vêm de cima e são implementadas (*visão top down*) ou se elas são reconstruídas a partir de baixo (*visão bottom up*).

Subcategoria B1 – Expansão do Ensino Superior público na UFPEL: contexto do processo de expansão da Universidade, até o atingir a meta de ampliação da UFPEL;

Subcategoria B2 – Reestruturação do Ensino Superior público na UFPEL: contexto do processo de reestruturação da Universidade; e

Subcategoria B3 - Impactos produzidos pela política a nível local: este item é analisado na perspectiva de que a decisão em política pública é um processo que pode acontecer igualmente em diversos momentos da implementação (conceituada como monitoramento). Portanto, tenta-se identificar as adequações realizadas no projeto em nível local e se os resultados satisfazem as necessidades e se a política satisfaz as demandas expressas na comunidade.

Cabe destacar que as categorias de análise foram definidas de acordo com as subcategorias. As subcategorias surgiram dos fragmentos encontrados após a desmontagem do corpus de pesquisa.

Por fim, a análise qualitativa é desenvolvida com significados construídos a partir de um conjunto de textos que constitui um significativo conteúdo para o pesquisador, o qual precisará atribuir sentidos e significados. A análise textual parte de um conjunto de pressupostos em relação à leitura dos textos que são examinados, onde os materiais analisados constituem um conjunto de significações e o investigador atribui a eles significados sobre seus conhecimentos e teorias (MORAES, 2003).

No próximo capítulo serão apresentados e discutidos os contextos de influências presentes na agenda do Governo Federal pela concepção da política e na proposta formulada pela Universidade Federal de Pelotas.

3. CONTEXTO DE INFLUÊNCIAS NA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DO REUNI NA UFPEL

Neste capítulo serão apresentados e analisados os contextos da concepção do Programa REUNI e da formulação da proposta, sendo necessário apresentar as influências da esfera pública, a nível nacional e local. Como por exemplo, as interferências da agenda de governo nas decisões da UFPEL e as influências na elaboração da proposta a nível local.

Cabe resgatar que a fase da agenda é onde são construídas as decisões e os projetos/propostas são apresentados e debatidos na esfera pública. No entanto, segundo a literatura a principal questão é saber por que algumas questões entram na agenda e outras são ignoradas (SOUZA, 2006). Além disso, é necessário compreender a importância de se identificar quais os contextos são relevantes para que o assunto entre na agenda, quais os contextos sociais e os processos de disputa que fazem com que um determinado assunto se torne ou não público.

Segundo a literatura sobre esta fase de análise das políticas públicas, é necessário ter em mente os seguintes eixos de debate: conhecer como é o meio (a instituição) de onde os assuntos emergem (FUCKS, 2000); como as instituições constroem as regras e dão legitimidade para o debate público (COBB e ELDER, 1995); identificar quem são os atores responsáveis pela construção da agenda (SOUZA, 2006); e identificar como são discutidos os problemas e soluções no cenário político institucional (KINGDON, 1995).

A fase de formulação de políticas públicas está diretamente vinculada à tomada de decisões sobre as diferentes possibilidades e qual delas será adotada, ou seja, como os governos materializarão suas ideias em programas e ações que produziram resultados (SOUZA, 2006). A literatura que aborda essa fase da análise de políticas públicas destaca que o eixo principal são os modelos utilizados e como os governos tomam as decisões sobre as alternativas a serem colocadas em prática. Os principais eixos destacados pelos autores são: o modelo incrementalista, que considera que as decisões não são novas, mas sim incrementais (LINDBLON, 1979); o modelo da “lata de lixo”, que discute como as decisões nascem e são debatidas, argumentando que as soluções antecedem a escolha dos problemas

(COHEN, MARCH e OLSEN, 1972); o modelo *advocacy coalition*, que considera as políticas enquanto subsistemas compostos de coalizões, cada uma com seus valores e crenças, que entram em disputa no processo de formulação (SABATIER e JENKINS-SMITH, 1993).

No entanto, é necessário dizer que a fase da formulação das políticas governamentais para as Universidades Federais não são um processo hierarquizado, que vem de cima para baixo em plenitude. As Universidades Federais possuem autonomia garantida pela Carta Magna brasileira e não são obrigadas (na teoria) a se submeterem as proposições do governo federal.

Na visão *top-down* (de cima para baixo) as políticas públicas são formuladas e legitimadas pelos superiores, e após, são executadas pelos administradores, onde seriam transformadas, com sucesso, em práticas operacionais a serem implementadas (BARRETT, 2004). Esta visão, porém, não identifica a administração como um processo criativo e desconsidera a inserção de outros atores.

Por outro lado, existe outra visão do processo, no qual é visto como parte continua e integral do processo político, envolvendo barganha e negociação entre os que querem colocar a política em prática e os de quem as ações dependem. Os processos políticos, pelos quais as políticas públicas são mediadas, negociadas e alternadas durante a sua formulação, continuam sendo impactados pelos envolvidos na implementação da política em nível local.

Este modelo é também chamado de: perspectiva da negociação, o qual retira o foco nas formas hierarquizadas das organizações, para enfatizar os modelos mais participativos. No entanto, este modelo gera novos contextos que influenciam tanto na formulação, quanto na implementação da política, os quais são: as estruturas de interesse de poder, as relações entre atores participantes e agências e a natureza das interações que ocorrem no processo.

A seguir serão apresentados os contextos de influência na formulação do Programa REUNI na UFPEL.

3.1 Contextos externos e normativas internas na Educação Superior que influenciaram na proposta do Programa REUNI

Para possibilitar a compreensão do modelo adotado pelo Brasil, é necessário destacar que, a partir da década de 1990, as políticas nacionais de educação sofreram influência dos organismos multilaterais e financeiros, representantes do grande capital internacional. Segundo Altmann (2002), houve forte influência do Banco Mundial (BM) nas políticas macroeconômicas brasileiras na década de 1990, que se fez presente por diversos setores, entre os quais a educação. Ainda para a autora, o BM constitui-se no principal vetor de transmissão das orientações do grande capital internacional para os países da periferia do capitalismo no que concerne à educação e, entre as orientações do banco, destaca:

- a) a prioridade depositada sobre a educação básica;
- b) a melhoria da qualidade (e da eficácia) da educação como eixo da reforma educativa (qualidade aferida via avaliação de resultados);
- c) a prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa, dentre os quais assume grande importância a descentralização;
- d) a descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados.

Durante o período do governo Fernando Henrique Cardoso, foi intensificada a abertura do setor privado aos agentes do mercado. Segundo Pinto (2004), esta situação não conseguiu nem mesmo solucionar o problema do atendimento em níveis compatíveis com a riqueza do país, além disso, segundo o autor produziu uma privatização e mercantilização sem precedentes na história de educação superior brasileira, com graves consequências sobre a qualidade do ensino ofertado⁸.

⁸ Para aprofundar este assunto sugiro o trabalho de dissertação de Mariléia Goin que tem como título - O processo contraditório da educação no contexto do Mercosul: uma análise a partir dos planos educacionais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2008.

Ainda sobre este período, segundo Antunes (1999) e Mészáros (2008), os organismos multilaterais que mais influenciaram as políticas educacionais, principalmente nos países em desenvolvimento, foram o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Estes organismos quando financiavam as políticas educacionais de um determinado país, faziam com que estes adotassem os “pacotes” de financiamento, onde precisavam cumprir as recomendações contidas no acordo. O objetivo dos organismos multilaterais era de difundir, e reafirmar o projeto neoliberal, através de ações como: diminuição dos gastos públicos, incentivo às privatizações, abertura do mercado ao capital mundial, desregulamentação do mercado, flexibilização das relações trabalhistas, que provocam a precarização do trabalho (ANTUNES, 1999; MÉSZÁROS, 2008).

Esses organismos eram claros com relação às ações que deveriam ser executadas para a educação superior. Segundo Altmann (2002), era uma exigência do Banco Mundial que os países seguissem a “risca a sua cartilha”. O reflexo no Brasil foi o corte de verbas das universidades públicas, a formação das fundações de apoio, o estreitamento com o setor empresarial e o ajuste do ensino às exigências do mercado, dentre outras ações do Governo brasileiro.

A referida “cartilha” do Banco Mundial é o documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, onde apresenta uma série de orientações para os países da América Latina, apontando os caminhos a serem seguidos, deixando claro a direção de sua atuação econômico-educacional. Segundo informação contida no referido documento, os gastos das instituições públicas são maiores do que das privadas, conforme segue: “Em um país latino-americano, os custos por estudante das universidades públicas são sete vezes mais altos que nas universidades privadas devido a taxas de repetição e deserção mais altas” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 3).

Segundo Sguissardi (2000, p.15), as orientações do Banco Mundial para a educação superior nortearam-se na “[...] necessidade do ajuste econômico e fiscal dos países em desenvolvimento e nas premissas da análise econômica do tipo custo/benefício [...]”, desta forma, mercantilizando a ensino superior e tencionando

as ações para um seguimento dito como mais eficiente. Com isso, o modelo sugerido pelo BM de expansão do setor privado demonstra toda a influência do capital internacional, onde tenta transformar a educação superior em um bem privado.

Além disso, o referido documento do BM, analisando as experiências dos países da América Latina, apresentou quatro direções fundamentais para a reforma educacional, com o objetivo de ajudá-los a alcançar as metas sem aumentar os gastos públicos. A seguir as orientações:

Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el establecimiento de instituciones privadas; Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, entre ellas, la participación de los estudiantes en los gastos, y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados; Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior, e Adoptar políticas que estén destinadas concretamente a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad(BANCO MUNDIAL, 1995, p. 29).

Nota-se facilmente o direcionamento para potencializar a expansão das instituições privadas em detrimento das instituições públicas, inclusive propondo uma redefinição da função do governo no ensino superior. No documento citado anteriormente, foi possível perceber a perspectiva neoliberal presente, como por exemplo, as ações que permitiram a diversificação das instituições de ensino superior.

A Constituição Federal de 1988 deixa claro o posicionamento dos membros constituintes sobre instituição de apenas um modelo de administração acadêmica de universidade, que obedeça ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme descrito no seu artigo 207, “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

No entanto, existem outros documentos importantes que expressam os interesses do capital, sobre tudo na década de 1990. Destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 10.172/2001, p. 38):

[...] é importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino.

Neste período, multiplicaram-se todos os tipos de instituições: tecnológicas, isoladas, centros universitários, mas principalmente as universidades privadas, em virtude da flexibilização dos critérios para o credenciamento como universidade, onde são atualmente, via-de-regra, unidades de ensino quase que completamente desvinculadas da pesquisa. A natureza jurídica dessas instituições e organizações também se alterou, predominando, largamente, instituições com fins lucrativos de natureza empresarial frente às sem fins lucrativos.

A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, embora nem sempre sistemática, se mantém como uma prática estabelecida nas públicas, por meio de programas como o Programa Especial de Treinamento (CAPES/SESU-MEC), o Programa de iniciação científica (PIBIC/ CNPq), monitorias e mesmo por atividades docentes em que a pesquisa desenvolvida nos programas de pós-graduação repercute nas salas de aula da graduação.

Ainda na década de 1990, e início dos anos 2000, existia certa resistência das universidades públicas aos projetos que pretendiam encurtar o percurso dos estudantes universitários. Ao mesmo tempo, as universidades públicas eram chamadas de “burocráticas”, “conservadoras”, “elitistas” e que viviam protegidas por uma redoma de vidro, que impede que se tornem instituições integradas com a sociedade. Este discurso considera que seria possível existir instituição social fora da sociedade. O que sabe-se que, no caso das universidades, isso não é possível.

De um modo geral, os projetos governamentais que pretendiam “harmonizar” os cursos de graduação das universidades públicas, com os das privadas, tendo o padrão destas últimas como referência, não contaram com o apoio e adesão das universidades federais. No entanto, este cenário mudou a partir de 2002, e os motivos dessa mudança serão apresentados neste trabalho.

Estes elementos, citados até este momento, possibilitam compreender o cenário da Educação Superior no Brasil, até o início dos anos 2000. Estes princípios estão presentes nos documentos normativos que levaram a criação do programa

REUNI e influenciaram os movimentos das Instituições de Ensino Superior para a adesão a proposta da política, conforme será apresentado neste capítulo.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 2001), que tinha como objetivo, entre outros aspectos, as seguintes metas para o setor: prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. A proposta inicial do PNE previa, ainda, a ampliação da oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior, porém essa meta foi vetada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, o presidente da República, ao sancionar a Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprovada pelo Congresso Nacional, impôs nove vetos aos subitens do Plano, dos quais cinco eram relativos à educação superior. Demonstrando que o governo não estava disposto a investir significativos recursos nesta área⁹.

No PNE, o papel das universidades federais ganha destaque, principalmente, na pesquisa básica, na pós-graduação, na qualificação docente e, também, como padrão de referência no ensino de graduação. No entanto, o Plano propõe a racionalização de gastos e diversificação do sistema. Seguindo a lógica de contenção de gastos imposta pelo governo brasileiro nos anos anteriores (KOGLIN, 2011).

No PNE são estabelecidos 35 objetivos e metas para a educação superior, das quais receberam vetos as de número 2, 24, 26 e 29, relativas à ampliação do papel do Estado no seu financiamento.

No entanto, a partir do primeiro período do governo Lula (2003-2007), o Ministério da Educação instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial – GT, através do Decreto de 20 de outubro de 2003, encarregado de analisar a realidade e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES (BRASIL, 2003). Esse grupo promoveu debates, de modo que, em agosto de 2003, foi

⁹ Maiores detalhes desta questão verificar dissertação de mestrado - KOGLIN, João Carlos de Oliveira. Proposta de avaliação econômico-financeira do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais brasileiras na UFPEL. 2011.

realizado o Seminário Universidade: por que e como reformar, e, em novembro do mesmo ano, aconteceu outro seminário denominado Seminário Internacional Universidade XXI – Novos Caminhos para a Educação Superior: o Futuro em Debate. Esses debates culminaram na construção do Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior, que regularia o Sistema Federal da Educação Superior.

O seminário foi organizado pelo Ministério da Educação do Brasil, Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Mundial, Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Conselho Britânico, Observatório de Reformas Universitárias (ORUS) e Universidade das Nações Unidas (UNU) (REFORMA UNIVERSITÁRIA/ RELATÓRIO FINAL/MEC, 2003).

Esse projeto foi enviado ao Congresso Nacional no ano de 2006, e se tornou o projeto de Lei nº 7.200. Ainda em 2006, foi criada comissão especial para tratar do assunto. No entanto, em 31 de janeiro de 2011 a mesa Diretora da Câmara dos Deputados encerrou a Comissão Especial em razão do término da Legislatura, sendo assim, o projeto tramita até hoje sem aprovação (BRASIL, 2006).

No entanto, mesmo o projeto não tendo sido aprovado diversas ações nele contidas foram implementadas pelo MEC, o que faz considerar que a reforma foi introduzida por partes e independente do projeto mencionado, em uma perspectiva incremental. Exemplo disso foi a aprovação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (BRASIL, 2004), bem como do Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas integrais ou parciais a estudantes provenientes de escolas públicas ou a bolsistas integrais em escolas privadas para cursar a graduação em instituições privadas de ensino superior.

Neste sentido, cabe destacar que Veloso, Silva e Beraldo (2011, p. 46), consideram que algumas das políticas de educação superior desenvolvidas pelo governo Lula, representam avanços em relação ao processo de retomada de certas atribuições do Estado. Além disso, a expansão da educação superior precisa ser problematizada levando em conta: a) a temática do quase mercado, isto é, a introdução da forma de gestão privada nas instituições públicas, sem alterar a natureza das mesmas (ADRIÃO; PERONI, 2005); b) a alocação de verbas públicas

no setor privado, concretizada, por exemplo, pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005 – PROUNI (BRASIL, 2005).

Cabe destacar que, ainda em 2006, instituiu-se o decreto nº 5.800/2006 que regulamenta sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. O sistema UAB oferta educação superior na modalidade a distância, com o desígnio de ampliar e interiorizar o ensino superior no país. É um sistema de cooperação e parceria entre o MEC, as instituições públicas de ensino legalmente credenciadas, os estados e municípios.

No entanto, de todas as propostas feitas pelo governo Lula, no que se refere à expansão da educação superior, evidencia-se o Programa Expansão e o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI - decreto nº 6.096/2007), objeto deste estudo.

Destinado às instituições federais com a finalidade, sobretudo, de elevar a taxa de conclusão nos cursos de graduação, aumentar as vagas e garantir a permanência dos estudantes, o REUNI consta entre as medidas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O Programa REUNI, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), tem com um dos principais objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação superior, em nível de graduação. São objetivos ainda o aumento da qualidade dos cursos e o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos.

A meta global do REUNI era alcançar gradualmente ao longo dos cinco anos de duração desse programa, uma taxa de conclusão média de 90% nos cursos de graduação presenciais e uma relação de 18 alunos por professor (BRASIL, 2007).

O Programa REUNI tem como diretrizes principais:

- a) redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- b) ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de

itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

- c) revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- d) diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializadas;
- e) ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- f) articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

O programa REUNI, logo em seu início, contou com a adesão de 53 das 54 instituições federais de ensino superior em funcionamento. Teve 26 projetos com elementos inovadores e possibilitou a criação de 109 novos campi universitários, com 88 consolidações e 21 implantações (SESu/MEC, 2011). A única a não aderir foi a Universidade Federal do ABC (UFABC), criada em 2005, pois já tinha as inovações pedagógicas previstas pelo Programa (MEC/RELATÓRIO REUNI, 2009).

A adesão das universidades federais ocorreu em dois momentos distintos, conforme o mesmo relatório (2009, p.4-5). O primeiro foi em 29 de outubro de 2007, com a adesão de 42 universidades, onde as IFES se propunham em implantar o programa REUNI a partir do primeiro semestre de 2008.

Nesta fase, participaram as seguintes universidades: Fundação Universidade de Brasília – UnB; Fundação Universidade Federal do Piauí – UFPI; Fundação Universidade Federal de Viçosa – UFV; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM; Fundação Universidade Federal do Acre – UFAC; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; Fundação Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Fundação Universidade Federal de Roraima – UFRR; Universidade

Federal do Pará – UFPA; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFERSA; Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Fundação Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Universidade Federal do Paraná – UFPR; Universidade Federal de Goiás – UFG; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT; Fundação Universidade Federal de Pelotas – UFPEL; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal do Ceará – UFC; Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; Universidade Federal de Lavras – UFLA; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Fundação Universidade Federal de Sergipe – UFS; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA; Fundação Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ; Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Fundação Universidade do Amazonas – UFAM; Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP; Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA; e Universidade Federal Fluminense – UFF.

É importante destacar que, o decreto de criação do Programa REUNI foi sancionado, em 24 de abril de 2007, e a divulgação do documento que continha as diretrizes gerais para a elaboração dos planos foi publicado em agosto de 2007. Este documento que continha as orientações gerais foi elaborado pelo grupo assessor nomeado pela portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096 de 2007. Considerando que, em 29 de outubro de 2007, houve a adesão de 42 universidades ao programa, fica a dúvida de como estas instituições elaboraram as suas propostas, em tão curto espaço temporal, dentro de um ambiente universitário, que é considerado complexo, principalmente por serem instituições públicas que são influenciadas por diversos atores e contextos.

Em 17 de dezembro de 2007, houve o segundo ato, com a adesão de 11 universidades, onde estas IFES se propunham em implantar o programa REUNI a partir do segundo semestre de 2008. Nesta fase, participaram as seguintes

universidades: Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB; Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL; Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; e a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

Cabe destacar que se planejou uma expansão de 53% dos cursos de graduação presencial, totalizando 3.647 cursos novos; um aumento de vagas na graduação presencial de 73%, totalizando um acréscimo de 225.946 vagas e um significativo aumento nas matrículas dos cursos de graduação presencial na ordem de 66%, que significaria um aumento de 1.080.924 novas matrículas (SESu/MEC, 2011).

Além disso, destaca-se um trecho do mesmo relatório que informa:

[...] a adesão da totalidade das universidades existentes no ano de criação do REUNI atesta o forte interesse despertado pelo Programa que preconiza, em seu conceito fundador, a ideia da expansão com reestruturação das instituições federais de ensino superior, abrindo espaço para oportunidades de inovação e de aumento da qualidade da educação superior pública (MEC/RELATÓRIO REUNI, 2009, p.5).

Realmente a adesão das universidades, em grande proporção ao programa REUNI, demonstrou que havia uma significativa necessidade de uma política de Estado para a expansão da educação superior brasileira, principalmente se levar-se em consideração os anos de retração do setor nas décadas anteriores.

Entanto, é necessário destacar que, em diversas universidades ocorreram atos e manifestações, principalmente, por parte dos alunos das instituições. Em alguns casos, o processo de adesão não ocorreu de forma pacífica ou democrática. Como foi o caso da adesão na Universidade Federal de Pernambuco, que foi marcada por protestos dos estudantes que invadiram a Reitoria, exigindo que tal proposta fosse levada a toda a comunidade acadêmica e não somente ao Conselho universitário da instituição. A adesão ao programa envolveu discussões apenas no

âmbito do Conselho do Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE), que culminou com a invasão dos estudantes no prédio da reitoria no dia da votação, fazendo com que o Reitor e os demais conselheiros se reunissem em outro local para a referida votação (MELO, et al, 2010).

Casos semelhantes foram verificados em outras instituições, como o processo de adesão da UFRJ, onde a proposta também não abrangeu discussões com a comunidade acadêmica, principalmente, sendo aprovada somente pelo Conselho Universitário. Como forma de protesto, os estudantes invadiram a Reitoria da UFRJ, alegando a ilegitimidade de tal adesão, visto que a mesma não passou por discussões que envolvessem o corpo discente (MELO et al, 2010).

Na Universidade Federal de Juiz de Fora, o projeto da instituição de adesão ao Programa REUNI, foi discutido e aprovado no Conselho Superior, que também passou por momentos de tensão, devido a não concordância dos estudantes em alguns pontos do programa de adesão (SILVA, 2013).

No caso da UFPEL não existem trabalhos publicados que abordem os contextos de adesão e implantação do Programa REUNI na UFPEL. Por isso, busca-se na presente obra identificar os atores que influenciaram na elaboração e aprovação do projeto na Instituição, assim como as instâncias institucionais que promoveram as discussões sobre o assunto. Para tanto é necessário também identificar e analisar o plano de Reestruturação e Expansão da Universidade, para o período de 2008 a 2012.

Conforme o referido plano, a Instituição aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, propondo ampliar drasticamente o número de alunos de graduação (PLANO REUNI/UFPEL, 2007). Cabe destacar que a versão final do documento só foi concluída em dezembro de 2007.

Segundo justificativa presente no referido plano, a partir de meados dos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico do país foram adotadas estratégias de investimentos na área da educação superior e profissionalizante. Neste contexto, a UFPEL, vêm se confrontando com dificuldades inerentes a um tipo de lógica estrutural e organizacional que se mostra conflitiva frente às exigências

nacionais e transnacionais dos dias atuais. E nesse sentido, segundo o projeto da UFPEL (PLANO REUNI/UFPEL, 2007), ao analisar os modelos pedagógicos e institucionais herdados pela universidade brasileira identifica-se que sua capacidade de protagonizar contribuições à sociedade globalizada encontra-se correlacionada com sua capacidade para qualificar-se, a partir de uma reforma verdadeira e profunda.

Ainda segundo documento (PLANO REUNI/UFPEL, 2007), os entrecruzamentos dessas questões potencializaram as possibilidades de participação/construção de um novo modelo de universidade pública, gratuita, aberta a um número maior de cidadãos, com atuação social inclusiva dos seus distintos agentes sociais. Considerando esses princípios, a UFPEL aderiu ao Programa REUNI, por “[...] compreender que a inclusão social, pela reestruturação do modelo universitário e pela expansão do acesso ao ensino superior gratuito e qualificado, são desafios pertinentes ao seu atual contexto” (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p.8). No entanto, a experiência histórica das universidades brasileiras evidencia, com relativa clareza, que o acesso ao ensino superior pensado apenas em sua dimensão quantitativa não garante a permanência e, por consequência, a tão desejada inclusão.

Dentro desta perspectiva geral, a UFPEL nos últimos anos se destacou em termos quantitativos, pois ofertou os cursos de formação de professores em serviço em diversos municípios da região sul do Rio Grande do Sul – Educação Continuada – participou tanto do processo de implantação da nova Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) quanto do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Ainda segundo a Instituição, existia a consciência que o aumento de novas vagas ofertadas em seus cursos de graduação e pós-graduação não seria suficiente para atender as demandas explicitadas pela crescente procura aos mesmos, e que ações de permanência deveriam acompanhar os processos de expansão e reestruturação em questão. Aqui, importa sublinhar o fato de que o elevado custo operacional das atividades desenvolvidas, acrescida a crescente complexidade da produção científica, objetivando o atendimento das necessidades emergentes da sociedade atual, têm obrigado a universidade pública a refletir acerca

da necessidade de elaboração de um novo projeto acadêmico, político e administrativo. Um projeto capaz de potencializar os recursos públicos de modo a buscar condições de manutenção da universidade como instituição social produtora de conhecimento e desencadeadora de desenvolvimento nacional e transnacional (PLANO REUNI/UFPEL, 2007).

Segundo o plano REUNI apresentado pela UFPEL ao MEC, a adesão ao Programa possibilitaria iniciar um movimento transformador, com significativas mudanças em consequência da implantação, onde seria necessária uma reestruturação efetiva da Instituição, passando, antes de tudo, pela “possibilidade de romper com a lógica, ainda dominante, na forma tradicional como se entende a instituição-universidade, seus mecanismos de controle, seus dispositivos pedagógicos, seus rituais de ensino, e suas funções sociais” (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 8).

As mudanças que decorrem da inserção no Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Pública Brasileira, proposta pelo Ministério da Educação, ordenavam um repensar de práticas, fundamentos, conceitos, estruturas e outros aspectos da vida acadêmica, incluindo posturas em relação a sua própria contextualização no processo de globalização. No entanto, esses novos redimensionamentos não poderiam ficar alheios aos princípios gerais da UFPEL, a saber:

- a) o compromisso da universidade pública com os interesses coletivos;
- b) indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão e a prestação de serviços;
- c) o entendimento do processo de ensino-aprendizagem como multidirecional e interativo;
- d) o respeito às individualidades inerentes a cada aprendiz;
- e) a importância da figura do professor como basilar na aplicação das novas tecnologias (PLANO REUNI/UFPEL, 2007).

Garantir estes princípios, sem ainda perder de vista sua missão institucional, ou seja, promover a formação integral e permanente do cidadão,

construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida e com a construção e progresso da sociedade. Considerando o modelo universitário vigente na UFPEL, no momento da adesão ao Programa, a reestruturação e a expansão propostas seriam balizadas pelas normas e princípios vigentes em 2007, num processo que deveria ser construído coletivamente naquilo que determinaria mudanças dos rumos originais pensados para a Instituição, desde sua criação, mantendo seus valores como instituição pública geradora de inovação, foco cultural e de desenvolvimento local, regional, nacional e mesmo internacional. Ressalta-se por fim, que toda mudança realizada, além de ser norteada pelos princípios já enunciados, também teria ter como prioridade a premissa da qualidade do ensino.

Sumarizando a adesão da UFPEL ao REUNI teria como consequências:

- a) ampliação da oferta de vagas no ensino superior, priorizando o ensino noturno para facilitar o acesso ao aluno-trabalhador na Universidade;
- b) ampliação e efetivação de ações para evitar a evasão;
- c) ocupação das vagas ociosas nos Cursos e nas disciplinas;
- d) proposição e participação em fórum nacional da gestão acadêmica; revisão da estrutura do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs),
- e) reorganização Institucional com a conseqüente reestruturação dos Cursos de Graduação, do modelo de acesso e diversificação das modalidades de graduação oferecidas, presenciais e/ou à Distância, implantação de novos regimes curriculares aproveitando excedentes do processo seletivo geral e Portadores de Diploma, procedimentos estes acompanhados de modelos de transição entre o regime vigente o novo itinerário proposto;
- f) incremento à articulação com a Educação Básica, Profissionalizante e a Educação de Jovens e Adultos, reciclagem de metodologias e investimento em novos processos com efeitos considerados positivos no processo de ensino-aprendizagem, todos os processos acompanhados da Formação Docente permanente para atuar como agente inovador e

transformador nas propostas que serão discutidas, elaboradas e implantadas; atenção prioritária e incremento a mobilidade estudantil nacional e internacional acompanhado de fatores facilitadores como a flexibilidade curricular e suporte geral;

- g) reforço as ações inclusivas a portadores de necessidades educacionais especiais, egressos da educação básica pública e aluno-trabalhador, enfoque especial a assistência estudantil para a inclusão e para evitar e repetência e a evasão;
- h) incremento e expansão das ações extensionistas divulgando e aplicando o saber Institucional em benefício das coletividades local, regional e nacional, associado a expansão e qualificação da pós-graduação para a qualificação técnica, produção científica e retroalimentação do processo de ensino-aprendizagem em todos níveis educacionais da UFPEL e suas interconexões (PLANO REUNI/UFPEL, 2007).

Identificar os contextos externos e internos da Educação Superior brasileira, assim como conhecer as justificativas e elementos presentes no plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Pelotas para o período de 2008 a 2012, foram importantes para verificar o alinhamento da proposta da Instituição ao Programa de Governo, o qual verifica-se a seguir.

3.2 Alinhamento da política de Estado a proposta do REUNI na UFPEL e os contextos e critérios adotados pela instituição para adesão ao Programa

Ao apresentar a discussão sobre a existência de alinhamento da proposta do Governo Federal e da proposta da UFPEL para implementação do REUNI tem-se como objetivo compreender se as propostas político-educacionais previstas no REUNI foram incluídas na proposta da UFPEL.

O PDE publicado no dia 24 de abril de 2007, continha cerca de 4 dezenas de medidas, entre elas o Decreto nº 6.096 que institui o Programa REUNI e conforme já informado anteriormente, tinha como objetivo “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação,

para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, art. 1).

No entanto, a questão chave da proposta do Governo Federal era o § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.096, o qual tinha como objetivo “[...] a elevação gradual da taxa de conclusão a média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007). Estas condições constavam como metas globais do REUNI.

Era responsabilidade do MEC a definição dos parâmetros de cálculo desses indicadores, os quais se tornaram públicos através do Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, que apresentou o documento de Diretrizes Gerais do REUNI, versão de agosto de 2007, que definiu os parâmetros de cálculo das referidas metas, bem como as orientações para a elaboração dos projetos (MEC, BRASIL, 2007).

Para tanto, foi distribuído para as Universidades Federais um documento complementar as Diretrizes Gerais do REUNI contendo as tabelas referentes às simulações dos recursos orçamentários previstos e das metas estabelecidas pelo Decreto nº 6.096/2007 – REUNI, prevendo que todas as universidades participariam do Programa a partir de 2008. Conforme identificado no documento, os dados referentes ao orçamento das Universidades foram obtidos com base na Lei Orçamentária Anual de 2007, os de recursos humanos foram extraídos da Portaria Interministerial nº224, de 23 de julho de 2007, e os acadêmicos a partir da Plataforma PingIFES¹⁰ (2005). Segundo o referido documento, a divulgação destas informações tinha como objetivo auxiliar as universidades na elaboração dos cálculos referentes às metas estabelecidas pelo Decreto REUNI (DOCUMENTO COMPLEMENTAR/DIRETRIZES GERAIS/REUNI, 2007).

No sentido de apreciar a situação das Universidades brasileiras, incluindo a UFPEL apresenta-se a seguir, alguns elementos para melhor apreensão do

¹⁰ A Plataforma de Integração dos dados das IFES - PingIFES era o sistema utilizado pela Secretaria de Educação Superior do MEC - SESu - para coletar os dados a serem utilizados na composição da Matriz Orçamentária das IFES à época.

desempenho da formação superior à época. Abaixo as taxas de conclusão de cursos de graduação das universidades federais, segundo PingIFES de 2005.

Tabela 1 – Taxa de conclusão de cursos de graduação a partir dos dados do PingIFES 2005, por instituição.

IFES	Ingressantes	Concluintes	Taxa Conclusão (%)
FFFCMPA	138	92	66,67
FURG	1352	802	59,32
UFAC	1118	539	48,21
UFAL	2311	1817	78,62
UFAM	3271	2348	71,78
UFBA	4580	2638	57,60
UFC	3976	2341	58,88
UFMG	2223	1035	46,56
UFERSA	342	118	34,50
UFES	2835	1986	70,05
UFF	5149	2822	54,81
UFG	3751	2416	64,41
UFJF	2083	1781	85,50
UFLA	655	388	59,24
UFMA	2292	1477	64,44
UFPA	5069	3954	78,00
UFPE	4043	2517	62,26
UFPI	4156	2052	49,37
UFPR	1113	808	72,60
UFRR	5811	4109	70,71
UFRRJ	4158	2146	51,61
UFSC	4533	2784	61,42
UFSE	1657	1369	82,62
UFSP	2624	1675	63,83
UFV	5991	3337	55,70
UFVJM	454	263	57,93
UNB	4750	2684	56,51
UNICAMP	6605	3928	59,47
UNICEL	4350	2566	58,99
UNIFAL	1528	963	63,02
UNIFAP	810	340	41,98
UNIFEI	1736	922	53,11
UNIFESP	2086	1354	64,91
UNIR	4575	2722	59,50
UNIRIO	1290	943	73,10
UNIVAP	772	428	55,44
UNIVASF	2887	1959	67,86
UNIVESP	1937	960	49,56
UNIVIS	150	131	87,33
UNIVIS	2457	2023	82,34
UNIVIS	1971	1376	69,81
UNIVIS	409	108	26,41
UNIVIS	4494	3080	68,54
UNIVIS	335	268	80,00
UNIVIS	608	533	87,66
UNIVIS	402	336	83,58
UNIVIS	478	344	71,97
UNIVIS	1249	522	41,79
UNIVIS	1519	881	58,00

IFES	Ingressantes	Concluintes	Taxa Conclusão (%)
UNIVASF	138	0	00,00
UTFPR	497	369	74,25

Fonte: DOCUMENTO COMPLEMENTAR/DIRETRIZES GERAIS/REUNI, 2007.

Nota-se que a taxa de conclusão da UFPEL era de 82,62, sendo uma das mais altas, segundo a Plataforma, e muito próxima do percentual exigido pelo Decreto REUNI de 90% de taxa de conclusão.

Abaixo a figura com a simulação preliminar da relação entre alunos de graduação por professor (RAP), segundo dados do PingFES 2005.

Tabela 2 - Simulação Preliminar da relação entre alunos de graduação por professor a partir dos dados PingFES 2005.

SIGLA	Matrícula Projetada na Graduação 2005	Alunos de Pós-Graduação 2005	Dedução da Pós-graduação	PEq 2007	Professor com equivalência DE	Corpo Docente Ajustado	Relação de Alunos de Graduação por Professor	Matrícula Projetada na Graduação ao final do REUNI Meta	Acréscimo na Matrícula Projetada ao final do REUNI
FFFCMPA	804	100	6	195	126	120	6,71	2588	1784
FURG	6464	427	27	861	555	528	12,23	11415	4951
UFAC	5342	10	1	613	395	394	13,54	8521	3179
UFAL	11191	575	49	1527	985	936	11,95	20221	9030
UFAM	15650	760	53	1672	1079	1026	15,26	22155	6505
UFBA	19403	2769	92	2858	1844	1752	11,08	37840	18437
UFC	18636	2218	75	2352	1517	1442	12,92	31156	12520
UFCG	10863	709	44	1391	897	853	12,73	18434	7571
UFERSA	1813	49	5	170	110	105	17,32	2261	448
UFES	13491	1147	56	1744	1125	1069	12,62	23094	9603
UFF	25026	3110	108	3358	2166	2058	12,16	44463	19437
UFG	18113	1144	73	2265	1461	1388	13,05	29987	11874
UFJF	10387	332	41	1301	839	798	13,01	17244	6857
UFGD	3196	-	11	356	230	219	14,62	4723	1527
UFLA	3312	1063	115	553	357	242	13,70	5222	1910
UFMA	10897	390	45	1425	919	874	12,46	18886	7989
UFMG	25543	5881	586	3812	2459	1873	13,63	40464	14921
UFMS	16164	495	41	1272	821	780	20,73	16840	676
UFMT	13022	626	60	1890	1219	1159	11,23	25042	12020
UFOP	5523	437	24	762	492	468	11,81	10100	4577
UFPA	31225	1764	92	2871	1852	1760	17,74	38022	6797

SIGLA	Matrícula Projetada na Graduação 2005	Alunos de Pós- Graduação 2005	Dedução da Pós- graduação	PEq 2007	Professor com equivalência DE	Corpo Docente Ajustado	Relação de Alunos de Graduação o por Professor	Matrícula Projetada na Graduação ao final do REUNI Meta	Acréscimo na Matrícula Projetada ao final do REUNI
UFPB	20083	1788	79	2465	1590	1511	13,29	32645	12562
UFPE	21646	3628	85	2652	1711	1626	13,31	35121	13475
UFPEL	8213	657	44	1369	883	839	9,79	18127	9914
UFPI	11955	358	49	1526	985	936	12,78	20207	8252
UFPR	29033	3251	85	2649	1709	1624	17,88	35079	6046
UFRA	2415	186	7	235	152	145	16,70	3124	709
UFRGS	23177	7237	933	3319	2141	1208	19,18	26099	2922
UFRB	883	0	0	272	175	175	5,03	3790	2907
UFRJ	32254	9105	1069	5147	3321	2252	14,32	48636	16382
UFRN	21021	2072	78	2436	1572	1494	14,07	32262	11241
UFRPE	7331	676	29	906	585	556	13,20	11999	4668
UFRR	3775	30	5	573	370	365	10,35	7877	4102
UFRRJ	8527	778	32	1012	653	621	13,73	13412	4885
UFS	10068	379	37	1156	746	709	14,20	15310	5242
UFSC	22333	5741	652	2771	1788	1136	19,66	24532	2199
UFSCAR	6365	1971	214	1165	752	538	11,84	11612	5247
UFSJ	3695	52	9	368	237	228	16,18	4934	1239
UFSM	14157	1508	63	1972	1272	1209	11,71	26120	11963
UFT	8338	41	6	738	476	470	17,74	10155	1817
UFTM	872	117	6	204	132	126	6,94	2713	1841
UFU	12154	1494	52	1639	1057	1005	12,09	21717	9563
UFV	9738	1857	193	1208	779	586	16,61	12665	2927
UFVJM	2179	0	0	302	195	195	11,18	4209	2030
UNB	21301	4559	464	2475	1597	1133	18,80	24468	3167
UNIFAL	1735	8	1	254	164	163	10,65	3518	1783
UNIFAP	1527	0	0	281	181	181	8,42	3916	2389
UNIFEI	2085	517	43	305	197	154	13,56	3322	1237
UNIFESP	1728	2325	319	942	608	289	5,98	6237	4509
UNIR	5819	116	18	567	366	348	16,73	7513	1694
UNIRIO	7463	371	24	758	489	465	16,05	10045	2582
UNIVASF	765	0	0	232	150	150	5,11	3233	2468
UTFPR	2492	445	11	356	230	219	11,40	4723	2231
TOTAL MÉDIA	591192	75273	6211	75502	48711	42499,97	13,19	917999	326807

Fonte: DOCUMENTO COMPLEMENTAR/DIRETRIZES GERAIS/REUNI, 2007.

Percebe-se que a RAP da UFPEL era de 9,79, sendo uma das mais baixas entre as universidades federais existentes e metade do RAP projetado pelo REUNI. Segundo PingIFEs de 2005 a média da RAP nacional era de 13,19.

Considerando os dados da taxa de conclusão geral dos cursos da UFPEL, 82,62 e a RAP de 9,79 no referido ano, e fazendo um paralelo com as demais instituições listadas no relatório PingIFEs, é possível fazer uma relação de que, na maioria dos casos, quanto menor o índice de relação aluno professor maior o índice de conclusão¹¹.

Ainda conforme documento que continham as Diretrizes Gerais do REUNI, a adesão voluntária, por parte da Instituição Federal de Ensino Superior, deveria ocorrer através de decisão do Conselho Superior da Universidade. Além disso, as Universidades que aderissem ao Programa eram obrigadas a submeter ao MEC um plano de Reestruturação e Expansão da Instituição contendo as ações que levariam ao cumprimento das metas do Programa, especialmente das duas referenciadas no parágrafo anterior (MEC, 2007).

Cabe destacar que a concepção que norteia esta tese é de apoiar luta histórica pela ampliação da oferta de vagas nas Universidades Públicas. No entanto, espera-se que toda ampliação da oferta deva ocorrer dentro de parâmetros que permitam a manutenção/ampliação, do padrão de qualidade do Ensino Superior público. Compreendendo melhor a proposta das duas metas globais do Programa REUNI tem-se receios quanto à manutenção/elevação dos padrões de qualidade, principalmente nas questões de precarização do trabalho docente e de autonomia universitária, pois as metas impõem padrões que são da competência acadêmica das Universidades¹².

¹¹ Não é objetivo deste trabalho, aprofundar as taxas de conclusão e a RAP das Universidades; assim com os seus impactos nas Instituições de Ensino Superior. No entanto, sugere-se que este seja um trabalho futuro a ser desenvolvido, pois tem-se como hipótese que as consequências da implantação dessas metas levarão a perda de qualidade no ensino.

¹² Igualmente não é objetivo desta tese, analisar as questões de precarização do trabalho docente e de autonomia universitária. Existem trabalhos de grande relevância que tem esses enfoques, onde destacam-se as seguintes obras: Léda, Denise Bessa; Mancebo, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. Revista Educação e Realidade. 34(1): 49-64 jan/abr 2009. Nishimura, Shin Pinto. A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2012.

Em contra partida a adesão ao Programa, as IFES receberiam recursos adicionais, limitados a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial de adesão e no prazo de cinco anos, financiamento esse condicionado a capacidade orçamentária e operacional do MEC, e principalmente condicionados ao cumprimento das metas estabelecidas para cada etapa prevista no plano de Reestruturação e Expansão da Instituição (MEC, 2007; BRASIL, 2007).

Além disso, é necessário lembrar que o Programa REUNI estava alinhado ao projeto de “Universidade Nova”, proposto pelo Reitor da Universidade Federal da Bahia, professor Naomar de Almeida Filho, que, segundo o autor, foi inspirado no Plano Diretor de implantação da UNB elaborado por Anísio Teixeira (LIMA ROCHA & ALMEIDA FILHO, 2002).

O referido projeto foi divulgado em dezembro no I Seminário Universidade Nova na UFBA em Salvador – BA, e no final de março de 2007, ocorreu o II Seminário Universidade Nova na UnB em Brasília – DF. Na sua apresentação nesse II Seminário (APRESENTAÇÃO/UNIVERSIDADE NOVA, 2007), o professor Naomar afirma que:

[...] a ideia de estudos superiores de graduação de maior amplitude e não comprometidos com uma profissionalização precoce e fechada, bem como maior integração entre esses estudos e os de pós-graduação, já é realidade em muitos países social e economicamente desenvolvidos. O processo europeu de Bolonha é um exemplo eloqüente dessa concepção acadêmica que, por força das demandas da Sociedade do Conhecimento e de um mundo do trabalho marcado pela desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade, certamente se consolidará como um dos modelos de educação superior de referência para o futuro próximo (APRESENTAÇÃO/UNIVERSIDADE NOVA, 2007).

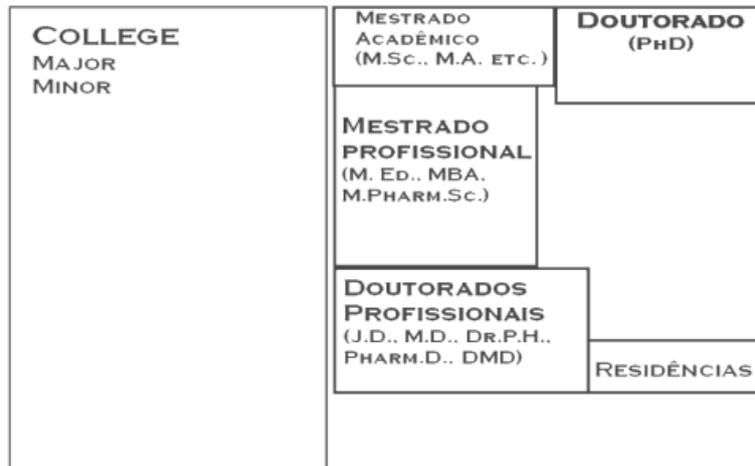
Ainda na sua apresentação na UnB diz resalta que:

A proposta aqui denominada de Universidade Nova implica uma transformação radical da atual arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, visando a superar os desafios, resultando em um modelo compatível tanto com o Modelo Norte-Americano (de origem flexneriana) quanto com o Modelo Unificado Europeu (processo de Bolonha) (APRESENTAÇÃO/UNIVERSIDADE NOVA, 2007).

A figura seguir apresenta de modo esquemático a modalidade de estrutura curricular do modelo Norte-Americano. Sua arquitetura curricular

compreende dois níveis: (a) Pré-Graduação [undergraduate] (b) Graduação [graduate].

Figura 2 - Modelo Norte-Americano (MNA) de educação superior

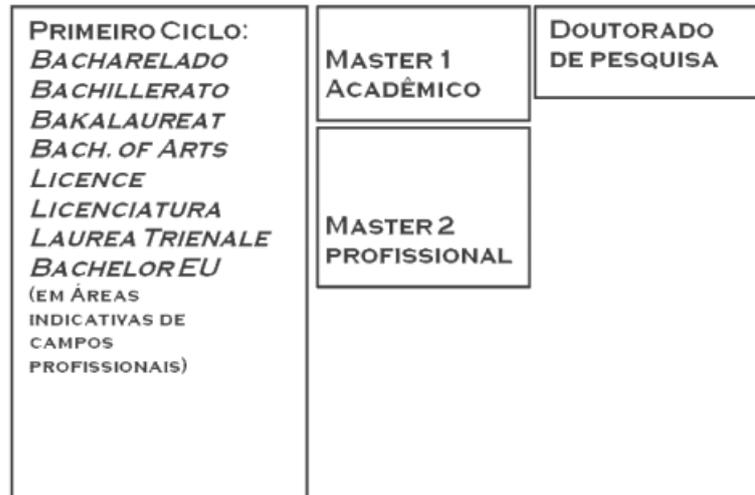


Fonte: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A Universidade no Século XXI. Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008, p. 144.

No Modelo Norte Americano, a Pré-Graduação é ministrada em unidades de educação superior de escopo geral, isoladas ou integradas em universidades, chamadas de colleges. Compreende cursos universitários de 4 anos, cobrindo conteúdos gerais e básicos, terminais, porém de caráter não-profissional. Os concluintes ganham títulos universitários plenos de Bacharel em Ciências, Artes ou Humanidades, com uma área principal de concentração de estudos chamada Major, podendo optar por uma área complementar, o Minor. A Reforma Universitária de 1968 pretendia implantar no Brasil um modelo equivalente ao MNA (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008).

A figura a seguir representa de modo gráfico esquemático o modelo acadêmico proposto para as instituições de educação universitária na Europa contemporânea.

Figura 3 - Modelo Unificado Europeu (Processo de Bolonha)



Fonte: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A Universidade no Século XXI. Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008, p. 147.

Conforme figura acima o Modelo Unificado Europeu estrutura-se em três níveis:

- a) Primeiro Ciclo. Trata-se de programas de estudos introdutórios aos níveis superiores de educação, com duração de 3 anos. Como o college norte-americano, tais programas não possuem caráter profissional, cobrem conteúdos gerais e básicos e são terminais. Os concluintes ganham títulos universitários plenos de Bacharel em Ciências, Artes, Humanidades ou denominações indicativas de formação pré-profissional. Tais títulos constituem etapa prévia ao prosseguimento da formação profissional ou acadêmica no ciclo seguinte.
- b) Segundo Ciclo. Compreende cursos profissionais, de certo modo preservando a tradição secular dos sistemas europeus de formação profissional superior, em especial as chamadas “profissões imperiais” (Medicina, Direito, Engenharias). O Processo de Bolonha introduz na Europa o conceito norte-americano de mestrado profissional, dirigido particularmente às novas profissões tecnológicas e de serviços. Além disso, compreende um elenco de mestrados acadêmicos de curta duração (1 a 2 anos), tomados como etapa prévia à formação de pesquisadores e docentes de nível superior no ciclo seguinte.

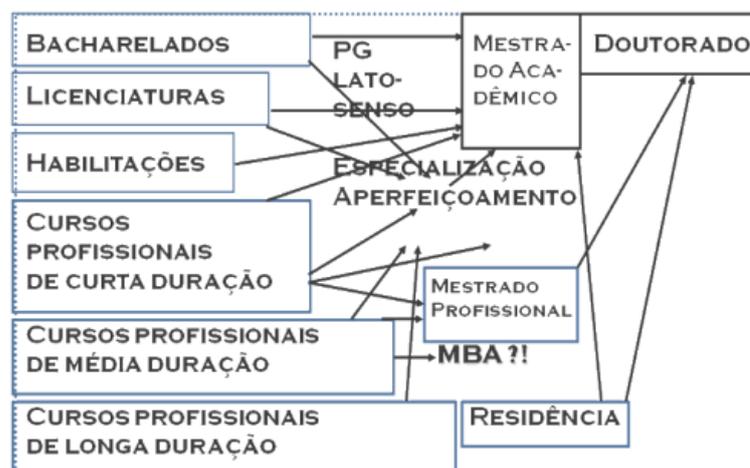
- c) Terceiro Ciclo. Doutorados de pesquisa, com duração curta (3 anos) ou longa (4 anos), dirigidos às áreas básicas de pesquisa (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008, p. 147-148).

Ainda segundo os referidos autores, a arquitetura acadêmica vigente no Brasil evidencia sérios problemas de articulação, podendo-se identificar, nesse modelo de estrutura curricular, a seguinte série (não-exaustiva) de problemas a superar (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008):

1. Excessiva precocidade nas escolhas de carreira profissional;
2. Seleção limitada, pontual e “traumática” para ingresso na graduação;
3. Viés monodisciplinar na graduação, com currículos estreitos e bitolados;
4. Enorme fosso entre graduação e pós-graduação;
5. Submissão ao mercado, perda de autonomia;
6. Incompatibilidade quase completa com modelos de arquitetura acadêmica vigentes em outras realidades universitárias, especialmente de países desenvolvidos;
7. Incultura: formação tecnológico-profissional, quando eficiente, culturalmente empobrecida;
8. Anacronismo: dissonância da formação universitária com a conjuntura contemporânea.

A seguir apresenta-se uma figura que representa como é o modelo de formação superior vigente no Brasil:

Figura 4 – Modelo de formação superior vigente no Brasil



Fonte: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A Universidade no Século XXI. Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008, p.158.

Para o professor Naomar de Almeida Filho, no Brasil, os jovens tomam a decisão de carreira profissional de nível universitário muito cedo, aos 16 ou 17 anos. Além disso:

O ingresso direto aos cursos profissionais através de um exame como o vestibular, desenhado para selecionar alunos portadores de conhecimento (ou memorizadores de informações), permite à universidade, de certa forma, se desresponsabilizar pela formação básica desses alunos (SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008, p.158).

Diante do contexto exposto até aqui surge a proposta denominada Universidade Nova que tem como principal objetivo transformar radicalmente a estrutura acadêmica da universidade brasileira, visando superar desafios e corrigir alguns dos defeitos aqui relatados. Para implantar a proposta seria necessários as seguintes ações:

- A) introduzir na educação superior temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural; e
- B) dotar a educação superior de maior mobilidade, flexibilidade, eficiência e qualidade, visando à compatibilização com as demandas e modelos de educação superior do mundo contemporâneo (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008).

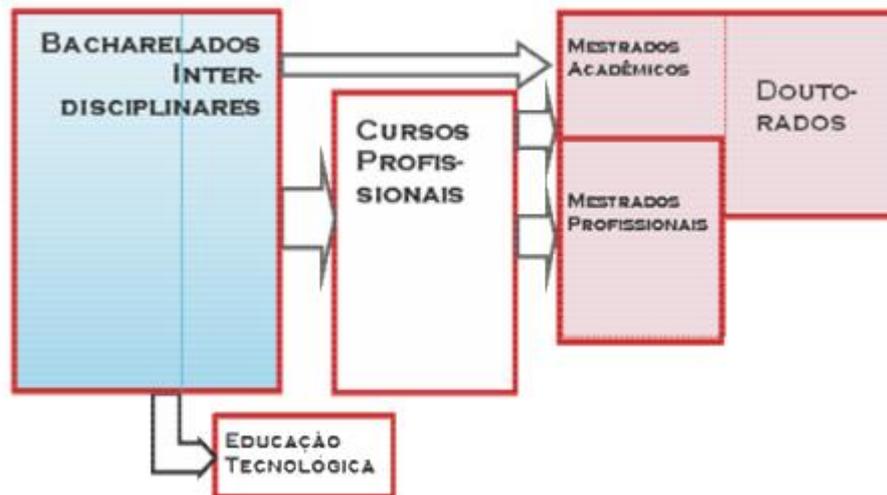
As principais alterações na estrutura curricular do projeto continuam a implantação de um regime de três ciclos de educação universitária:

- 1) Propicia formação universitária geral em uma nova modalidade de cursos chamada Bacharelado Interdisciplinar (BI), como pré-requisito para progressão aos ciclos de formação profissional naqueles cursos que evoluírem para o regime de ciclos.
- 2) Contempla formação específica, encurtando a duração dos atuais cursos e focalizando as etapas curriculares de práticas profissionais;
- 3) Integra a formação acadêmica em nível de pós-graduação, com cursos de mestrado e doutorado. Sendo o Doutorado, com ênfase na

formação de pesquisador e/ou professor universitário (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008).

Abaixo a esquematização da arquitetura curricular proposta para o Modelo Universidade Nova. Sendo esta uma estrutura modular, interdisciplinar, flexível e progressiva, com garantia de mobilidade intra e inter-institucional.

Figura 5 – Arquitetura curricular do Modelo Universidade Nova



Fonte: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A Universidade no Século XXI. Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008, p. 201.

Diante destes elementos buscou-se identificar no plano de Reestruturação e Expansão da UFPEL, para o período de 2008-2012, apresentado ao MEC o alinhamento da proposta da Universidade ao projeto Universidade Nova e as diretrizes do MEC para a expansão das universidades federais.

O primeiro, e mais evidente, elemento é a elaboração do projeto a nível local de acordo com as normas e modelos disponibilizados pelo governo brasileiro, onde a UFPEL deveria se adequar para receber os recursos prometidos pelo órgão federal. Ao longo de toda a proposta da Universidade encontram-se observações da Comissão ADHOC, em formato de parecer, onde a instituição deveria reformular a sua proposição com objetivo de aprovação junto ao MEC.

Este plano de reestruturação deveria ser elaborado pelas IFES contendo as seguintes dimensões:

- 1) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública: a) aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; b) redução das taxas de evasão; c) ocupação de vagas ociosas; e d) outras propostas nesta dimensão não contempladas no decreto.
- 2) Reestruturação Acadêmico-Curricular: a) revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade; Reorganização dos cursos de graduação; b) diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada; c) implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; d) prever modelos de transição, quando for o caso; e) outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto.
- 3) Renovação Pedagógica da Educação Superior: a) articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; b) atualização de metodologia (e tecnologias) de ensino-aprendizagem; c) prever programas de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo; e d) outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto.
- 4) Mobilidade Intra e Inter-Institucional: Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas de educação superior Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto.
- 5) Compromisso Social da Instituição: a) políticas de inclusão; b) Programas de assistência estudantil; c) Políticas de extensão universitária; d) Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto.
- 6) Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação: a) articulação da graduação com a pós-graduação: expansão-quantitativa da pós graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

- 7) Plano geral de implementação da proposta Reordenação da Gestão académica da IFES; b) formação docente para proposta; c) programação da transição entre modelos; d) plano de contratação de pessoal docente e técnico; e) plano diretor de infra-estrutura física
- 8) Cronograma geral de implementação e execução: com a descrição do cronograma de implementação
- 9) Orçamento parcial e global: Plano de trabalho detalhado de todas as etapas
- 10) Plano de acompanhamento e avaliação da proposta: indicadores de progresso, ciclos anuais (acompanhamento dos indicadores relativos às metas globais do artigo I do REUNI - ponto de partida: número de ingresso anuais projetados na graduação)
- 11) Plano de acompanhamento de indicadores de qualidade: Acompanhamento de indicadores de qualidade (avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente, avaliação das condições institucionais, considerar SINAES, índices de avaliação da CAPES, dados do INEP)
- 12) Impactos globais: Impactos globais (Expectativas de transformação da universidade ao final do programa)
- 13) Ata de aprovação do conselho superior (decreto nº 6.096/2007)

Outro aspecto é a argumentação da instituição de que estimularia ações que permitissem a flexibilização de processos institucionais em consonância com o Modelo Unificado Europeu. Conforme descrito abaixo:

Promover ações que potencializem uma maior flexibilização do calendário académico, da integralização curricular, apoio a ações de estruturação de currículos com equivalência, similar ao que ocorreu no Protocolo de Bologna, facilitando a mobilidade académica (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 27).

A expressão flexibilidade aparece diversas vezes ao longo do projeto, como é o caso da página 10 onde trata da “flexibilização intra e extra Institucional”. A mesma situação ocorre com a expressão “qualidade”, onde destaca-se o seguinte trecho: “Avaliação dos resultados obtidos nos distintos níveis de discussão e a

efetiva aplicação cotidiana com seus reflexos na melhoria da qualidade do serviço prestado” (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 21).

Ao mesmo tempo, o projeto Universidade Nova sugeriu a adoção de um modelo com ciclo básico (o Bacharelado Interdisciplinar) de curta duração, estruturado com expressões contidas nos documentos do BM tais como: “ciclos”, “mobilidade”, “qualidade”, “competitividade”, “flexibilidade”, “empreendedorismo”, “inevitabilidade da transnacionalização”, “globalização”, “sociedade da informação”, “competências genéricas”, “polivalência”, “adaptação ao mercado” etc.

Ao longo do projeto da UFPEL para o REUNI também aparecem expressões que estão contidas nos documentos citados acima, tais como:

A expressão “transnacional” está presente no plano, conforme apresenta-se abaixo:

Aqui, importa sublinhar o fato de que o elevado custo operacional das atividades desenvolvidas acrescidas a crescente complexidade da produção científica, objetivando o atendimento das necessidades emergentes da sociedade atual, têm obrigado a universidade a refletir acerca da necessidade de elaboração de um novo projeto acadêmico, político e administrativo capaz de potencializar os recursos públicos de modo a buscar condições de manutenção da universidade como Instituição social produtora de conhecimento e desencadeadora de desenvolvimento nacional e transnacional (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 08).

O termo “globalização” também aparece com certa frequência na proposta, sempre vinculado as questões das necessidades do mundo contemporâneo, conforme o exemplo a seguir:

As mudanças que decorrem da inserção no Programa de reestruturação e expansão da Universidade Pública brasileira proposto pelo Ministério da Educação ordenam um repensar de práticas, fundamentos, conceitos, estruturas e outros aspectos da vida acadêmica incluindo posturas em relação a sua própria contextualização no processo de globalização (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p.08).

No entanto, o que chama a atenção é a forma como são descritas as ações a serem executadas com o objetivo de atender ao “mercado de trabalho”, conforme os trechos do plano da UFPEL:

Oferta gradual de novos Cursos em distintas áreas do conhecimento, atendendo as perspectivas do mercado de trabalho tradicional e da sua

inovação dinâmicas, entre os quais, Teatro, Design Digital, Design de Produtos, Tecnólogo em Agroindústria, Tecnólogo em Enologia e Vitivinicultura, Tecnólogo em Meio Ambiente, Música Popular, Musicologia, Biotecnologia, Química Industrial, Zootecnia, Conservação e Restauro de Bens Culturais, Dança, Física Computacional, Psicologia, Jornalismo Comunicação, Regência de Corais, Educação Física (Licenciatura noturna), Letras – Alemão, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Tecnólogo em Letras (Redação e Revisão), Engenharia Geológica, Terapia Ocupacional, Engenharia Sanitária e Ambiental e Bioinformática (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 11)

Além disso, o plano espera que a adesão ao Programa REUNI e adoção de um novo modelo curricular interdisciplinar e que este estaria atendendo as demandas do mercado , conforme segue:

Este tipo de arquitetura curricular poderá servir de subsídio teórico-prático para a elaboração de novos cursos, mais flexíveis e que atendam, pela interdisciplinaridade, as atuais exigências do mercado de trabalho. Além desta possibilidade, os itinerários formativos diferenciados servem para minimizar os problemas enfrentados pela profissionalização precoce emergentes do tipo de acesso mantido pelas IFES e seus processos seletivos (vestibular) (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 30)

O plano de reestruturação da UFPEL previa promover ações pedagógicas que potencializassem o ingresso dos estudantes no mercado de trabalho, conforme trecho abaixo:

Ações pedagógicas que minimizem os problemas causados pela profissionalização precoce e contribuam para qualificar a entrada dos alunos no mercado de trabalho (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 31)

Com relação as expectativas de transformação da Universidade ao final do programa e com os impactos globais do Programa REUNI na UFPEL o plano da Instituição previa que:

J – O cenário acadêmico permitirá aos alunos transitar intra e extra muros da UFPEL, no território nacional e fora dele, construindo itinerários de formação diferenciados mesmo que tenham acessado o Ensino Superior pelo mesmo Processo Seletivo, já que serão ampliadas as formas de acesso. Esta flexibilização a plena realização pessoal e profissional incentivando os investimentos pessoais de capacitação ao mercado de trabalho com sua respectiva diplomas e certificações. (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p. 98)

A projeção de possibilitar “aos alunos transitar intra e extra muros da UFPEL, no território nacional e fora dele” demonstram a preocupação do plano em

adequar a proposta da Instituição aos modelos tanto nacionais, quanto ao contexto internacionais. Este discurso esta presenta também na proposta da Universidade Nova, que tem como objetivo adequar o modelo de Educação Superior brasileiro aos modelos Europeu e Norte-Americano dos Colleges.

Deve-se registrar que neste trabalho não serão aprofundados os aspectos sobre a proposta de Universidade Nova¹³. No entanto, para uma análise mais profunda da proposta da UFPEL para o REUNI, assim como do projeto implementado pela Universidade, foi fundamental conhecer a obra do professor Naomar de Almeida Filho pela sua influência na proposta de reestruturação da UFPEL. Conforme será verificado ao final deste capítulo e também no capítulo 4, pois existem fortes indícios de orientação da “Universidade Nova” no projeto executado pela Universidade.

Além da pesquisa documental e bibliográfica o presente trabalho buscou identificar junto aos Conselheiros Universitários da UFPEL como eles enxergavam a questão do alinhamento da política nacional à proposta da Universidade para o REUNI.

Neste sentido, para o Conselheiro³ diante do contexto em que estava inserida a UFPEL, a Instituição não tinha como se negar de participar do Programa e entendia que para isso a Universidade deveria cumprir uma série de exigências descritas no programa de metas do REUNI. Além disso, destacou que:

A proposta do Governo Federal era muito clara. A situação das universidades federais eram críticas e não tínhamos como recusar a proposta. A questão principal era o que iríamos propor e como iríamos implementar. A impressão que tenho é que os Reitores pegaram um pepino na mão e tiveram que se virar como podiam. Muitos, acredito eu, nem tinham experiência no assunto para tocar os projetos que estavam assumindo (Conselheiro³).

¹³ Para aprofundar o assunto sugere-se conhecer a seguinte obra: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A Universidade no Século XXI. Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008.

O Conselheiro⁴ enxergava um problema vincular questões acadêmicas de cada Instituição a metas pré-definidas pelo Governo Federal. Neste sentido, afirmou que:

Não concordo com a lógica do REUNI para a taxa de conclusão. Acho que o aluno que fica retido mais um tempo que não os 4 ou 5 anos de duração do curso não é prejudicial, desde que ele esteja participando dinamicamente do curso e da Instituição. Antes era assim, tu fez o tempo mínimo do Curso era considerado excelente aluno. Na minha turma da Faculdade era assim. Acho que hoje não deve mais ser objetivo da Universidade, esses alunos normalmente só passam pela Instituição e vão para o mercado de trabalho. Para mim o objetivo da Universidade hoje é proporcionar aos alunos que quiserem a mobilidade acadêmica, a transdisciplinaridade, porque só assim tu consegue desenvolver o pensamento crítico no aluno sobre a questão social, sobre o capital, sobre a situação política do país, nós estamos vivendo um caos político e econômico. Aí nos temos um aluno que fica só estudando. Como eu fiquei 5 anos estudando e não fazia mais nada, não me envolvia nos projetos da instituição e não tive a oportunidade de viver novas experiências dentro da universidade. Eu só estudava, estudava e estudava, porque eu queria me formar e aprender as coisas para ir para o mercado de trabalho. Acho que nós temos que ter um maior envolvimento dos alunos nas atividades de pesquisa e extensão. Como fazer isso com o aluno trabalhador. E ainda cobrar que ele tenha que concluir o curso no tempo mínimo. Ou a gente flexibiliza o currículo ou aumentamos o tempo mínimo permanência deste aluno na Universidade (Conselheiro⁴).

No entanto, como visto anteriormente era meta global do REUNI elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação para noventa por cento até 2012, conforme descrito no Art.1 do decreto que institui o Programa. Cumprir esta meta era obrigação das Universidades.

Para Conselheiro⁷ a Universidade foi colocada numa posição que não tinha outra saída, a não ser de aceitar a proposta das metas globais do REUNI, conforme declarado abaixo:

A coisa veio meio de cima para baixo. Tanto do Governo Federal para a Universidade, quanto da UFPEL para a comunidade acadêmica, mas ao mesmo tempo me coloco no lugar do Reitor. Tu imagina tu estar numa reunião dos reitores das universidades federais com o MEC, e o representante do MEC dizer que para os próximos anos as universidades que aderirem ao programa REUNI terão um acréscimo de 20% no seu orçamento. Bom eu acho que diante do contexto em que vivíamos a proposta era irrecusável (Conselheiro⁷).

Como pode-se verificar, existem elementos consistentes que existiu um alinhamento da proposta do REUNI do Governo Federal e da proposta implementada pela UFPEL. No entanto, esta influencia ficará mais nítida quando for

abordado a proposta da UFPEL ao REUNI para a Reestruturação das Unidades Acadêmicas no capítulo 5 deste trabalho.

Também é necessário compreender os contextos universitários presentes na adesão da UFPEL ao REUNI. Apresentar os contextos existentes a época da discussão na Universidade da adesão ao REUNI são fundamentais para compreender a situação em que se encontrava a Instituição.

Para o Conselheiro1 a situação era caótica, pois declarou que “[...] não tinha como se fazer nada. Só tínhamos recursos para o básico. Tínhamos diversas dívidas com vários fornecedores e com a CEEE era de mais de 15 milhões de reais”.

Para o Conselheiro3 a UFPEL passou por um período muito difícil, principalmente os anos do governo FHC, os quais para ele “foram massacrantes”. O referido Conselheiro relatou que nos anos de governo FHC:

Tudo era muito complicado e não tínhamos perspectivas de nada. Não dava vontade de planejar nada. A gente só fazia a nossa parte através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas o planejamento para melhorias para a unidade não era feito. Isso porque sabíamos que não tinha como executar. Acredito que todos estavam anestesiados, congelados, parados no tempo. Os problemas eram diversos, de: falta de professores, de servidores técnico-administrativos, de infra-estrutura, de logística, etc (Conselheiro3).

Para o Conselheiro6 a situação da Universidade, em 2007, era muito precária. Com isso, para que a sua Unidade pudesse aderir ao REUNI foi necessário realizar reuniões sobre o tema dentro das instâncias departamentais, conforme relatado abaixo:

Todas as discussões foram feitas nos Conselhos Departamentais. Isso porque a nossa unidade era muito precária. Faltava tudo. Não tínhamos professores, e servidores técnico-administrativos. Não tínhamos recursos para fazer as reformas e os recursos de custeio eram muito escassos. Nas nossas reuniões na unidade o que mais discutíamos era a falta de recursos. Só aderimos porque acreditávamos que era a nossa única saída (Conselheiro6).

Ainda para o referido Conselheiro, existia uma expectativa de que pudesse acontecer um milagre e as coisas mudarem. No entanto, o pensamento que prevalecia na comunidade era de desolação. Relatou ainda que:

Sabe quando tu pensa assim: não adianta pedir. Era um sentimento de não tem, não dá, não consegue, a gente pede as coisas e não tem dinheiro. Tá tudo sucateado, não tem isso, não tem aquilo, era um sentimento de é isso aí mesmo e vamos tocando (Conselheiro6).

Com relação aos docentes a situação era crítica em algumas Unidades, e em outras o quadro era preocupante, mas ainda conseguiam manter um mínimo de atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como por exemplo, na Unidade do Conselheiro6, a qual estava da seguinte forma:

Nós tínhamos 20 professores, sendo 15 efetivos e 5 substitutos, mas sempre faltavam professores. A década de 90 foi muito difícil para as universidades. Nós só víamos os professores saindo da Universidade e não contratavam novos professores efetivos. Só contratavam substitutos. A Universidade não tinha autonomia para contratar. Dependíamos de liberação de código de vagas por parte do MEC. Quando um professor se aposentava o código de vaga dele voltava para o MEC. Eu acompanhava o Diário Oficial da União e via os códigos de vagas dos servidores da UFPEL indo para outras instituições. Era muito triste isso (Conselheiro6).

Na Unidade do Conselheiro4 a situação era mais complexa, pois metade quadro docente era de professores substitutos, conforme declarado por ele: “[...] a minha unidade tinha 32 professores, sendo 16 efetivos e 16 substitutos”.

Para o Conselheiro3 as Universidades Federais vinham de um período de muito complicado, onde não tinham “[...] recursos para quase nada. Mais da metade dos professores de minha unidade eram substitutos. Tínhamos cursos que não tinham servidores administrativos. Os professores faziam o serviço na secretaria dos colegiados”.

Para o Conselheiro7 durante algum tempo na UFPEL foi muito difícil desenvolver qualquer atividade de Extensão e Pesquisa, pois:

A grande maioria dos 22 professores efetivos que nós tínhamos possuíam uma carga-horária de atividades de Ensino muito elevada. Isso acabava prejudicando o desenvolvimento das outras atividades. Além disso, a Instituição só contratava professores substitutos. Estes, na maioria das vezes, ficam encarregados apenas de ministrar aulas na graduação, não desenvolvendo atividades de Extensão e Pesquisa (Conselheiro7).

Para o Conselheiro8 os resultados da UFPEL com relação a Pesquisa desenvolvidas eram prejudicados, pois:

Eram poucos os setores na Universidade que conseguiam fazer pesquisa de ponta. Um exemplo é a Epidemiologia. Na maioria das Unidades os professores se encarregavam de trabalhar praticamente sozinhos, como o número de docentes era pequeno não tinha como montar uma equipe para desenvolver trabalhos com resultados significativos. Além disso, os poucos docentes que a minha unidade possuía ficavam soterrados pelas atividades burocráticas, pois não tinha como atribuir funções administrativas aos professores substitutos (Conselheiro8).

As situações relatadas pelos Conselheiros ocorreram em consequência da Política desenvolvida pelo Estado brasileiro nos anos anteriores a 2002, principalmente na década de 1990. Neste período o Brasil viveu momentos distintos em relação à política de ensino superior podendo ser destacada a expansão baseada na privatização neoliberal, cuja orientação segue critérios prioritariamente econômicos desconsiderando a questão da qualidade e da responsabilidade social. O Estado esteve ausente durante muito tempo abrindo espaço para a privatização dos serviços que o Estado deveria prestar e utilizava como justificativa para isto a falta de recursos públicos (CORBUCCI, 2004).

Esta política também refletiu na redução da abertura de concurso para o serviço público federal, que teve seu ápice em 2002, com a contratação de apenas 30 servidores em todo o país. Pode-se verificar melhor estas informações na tabela abaixo:

Tabela 3 - Ingressos no Serviço Público Federal

Nível de Escolaridade				
Ano	Superior (NS)	Intermediário (NI)	Auxiliar (NA)	Total
1995	7.709	10.097	1.869	19.675
1996	6.309	3.251	367	9.927
1997	6.574	2.387	94	9.055
1998	5.861	1.879	75	7.815
1999	1.937	988	2	2.927
2000	1.348	176	-	1.524
2001	621	39	-	660
2002	26	4	-	30
2003	3.763	3.457	-	7.220
2004	8.799	7.319	3	16.121
2005	7.597	4.856	-	12.453
2006	14.049	8.063	-	22.112
2007	8.038	3.901	-	11.939
2008	11.825	7.535	-	19.360
2009*	3.939	2.224	-	6.163
Total	88.395	56.176	2.410	146.981

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (*até fevereiro /2009), 2017.

Percebe-se que a partir de 1995 até 2002, houve uma redução drástica na contratação de novos servidores federais. Complementado as informações apresentadas na tabela acima, também foram analisados os dados do INEP para o referido período, a consequência da política do Estado brasileiro foi o decréscimo do número de servidores das universidades federais, onde entre 1995 e 2000, houve uma redução de aproximadamente 31% no número de servidores. Esta redução deve-se, em grande parte, as aposentadorias dos servidores e a não reposição dos mesmos no período relatado. Em 1995 o número de servidores nas universidades federais era de 100.517 e em 2000 era de 69.411 (INEP, 2011).

Sobre o planejamento da Universidade no período anterior aos REUNI, um Conselheiro afirmou que:

[...] sempre foi complicado, por exemplo: o PDI, às vezes as pessoas demoram muito para elaborar o plano, porque é necessário discutir com a comunidade e quando acabam de discutir e elaborar o período já está quase no final, e às vezes há discussão sobre o plano é muito rápida, mas não tínhamos dinheiro para executar (Conselheiro3).

Ainda sobre a situação que se encontrava a UFPEL um Conselheiro afirmou que:

A maior dificuldade das universidades federais, todos sabem é a infraestrutura, prédio/área, na nossa situação era muito mais grave, porque a UFPEL no período militar foi criada de forma dispersa, aproveitaram a Agronomia localizada no Capão do Leão que na época pertencia ao município de Pelotas (Conselheiro1).

Para este o que agravava mais a situação era a precariedade dos prédios da Instituição, pois nos anos anteriores ao REUNI houve poucos investimentos na do Governo Federal. Este ainda relatou que “[...] o nosso orçamento era quase que apenas para cobrir os salários dos funcionários. Quase não tínhamos recursos para custeio e investimentos”.

Segundo relatório de gestão da UFPEL em 2005, o orçamento da Universidade estava distribuído entre as seguintes rubricas: para Pessoal – R\$

170.961.612,00, para Custeio – R\$ 22.645.406,00 e para Capital (investimentos) – R\$ 2.324.000,00 (RELATÓRIO DE GESTÃO UFPEL, 2005).

Para o Conselheiro6 muitos dos problemas estruturais da UFPEL, também eram em consequência da pouca influência política junto ao Governo Federal. Neste sentido, afirmou que:

Era muito comum a gente comparar a UFPEL com a FURG. A FURG sempre conseguia recursos extras com o Governo Federal. Acredito que eles trabalhavam o lado político melhor que a gente. A questão política é muito importante. Se todas as universidades só recebessem apenas o recurso do orçamento que é feito por uma matriz de distribuição, o cenário das universidades seriam muito parecidos. O que nos víamos na prática, mesmo quando o governo não liberava dinheiro extra para as universidades, algumas recebiam recursos pelos meios políticos, através de emendas parlamentares. A FURG sempre se destacou mais neste sentido (Conselheiro6).

Portanto, a situação relatada pelos Conselheiros e as informações apresentadas demonstram que a Universidade encontrava-se em um momento de estagnação, onde a comunidade acadêmica tinha a percepção de total sucateamento da Instituição.

Além disso, é fundamental compreender os critérios adotados pela UFPEL para aprovar o projeto e implementar a proposta do REUNI. Neste sentido, para o Conselheiro2 não existiam muitos critérios pré-definidos. Os critérios para adesão eram definidos pela Reitoria para adesão das Unidades ampliando o número de vagas, conforme descrito abaixo:

A gestão da Universidade nunca publicou critérios. O que ocorria nas negociações era: eu preciso de número de vagas, eu preciso expandir a Universidade, quantas vagas podes dar? e o que tu vai ganhar! Era isso. Eu acho que o critério foi número de vagas nos cursos de graduação sendo através de novos cursos e/ou através dos cursos que existiam (Conselheiro2).

No entanto, segundo o Conselheiro1 houve uma ampla discussão na Comunidade Acadêmica, mas principalmente com os diretores e docentes da Universidade, conforme salientado abaixo:

A proposta foi sempre discutida entre um grupo da Reitoria, os diretores e professores das unidades acadêmicas que tinham experiência em suas áreas do conhecimento [...] A aprovação das propostas das unidades acadêmicas passavam em todas as instâncias da Unidade, pelo Conselho Departamental da Unidade, assim como pelo COCEPE [...] A proposta final

teve a participação efetiva de muitos diretores e professores de unidades, assim como ex-diretores e professores experientes que ajudaram na elaboração da proposta (Conselheiro1).

Por outro lado o referido Conselheiro afirma que houve grande dificuldade de elaborar o plano de Reestruturação e Expansão da Universidade, pois:

O MEC quando apresentou aos reitores das universidades federais a proposta do REUNI expôs uma série de exigências formais que as universidades tinham que cumprir, dentro de um tempo muito exíguo para tratar daquilo. Então a elaboração básica de toda a proposta foi complicada de ser feita (Conselheiro1).

Ainda para o Conselheiro1 “[...] as exigências do MEC fizeram com que a Universidade mudasse muito a proposta inicial das Unidades”. Analisando o plano de Reestruturação e Expansão da Universidade para o período de 2008 a 2012, percebe-se que na estrutura de preenchimento do referido plano, as Universidades deveriam informar como realizariam o projeto. Dentre os itens obrigatórios de preenchimento estavam: 1) Diagnóstico da situação atual; 2) Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução; 3) Estratégias para alcançar a meta; 4) Etapas; e 5) Indicadores. Todas as metas com indicadores contidos no plano eram submetidos a uma Comissão ADHOC do MEC que realizava a análise, e enquanto o item não fosse aprovado pela Comissão o projeto não seria aceito. Destaca-se que o plano da UFPEL só foi aprovado pelo MEC em dezembro de 2007, dois meses após a Instituição aderir ao Programa e seis meses depois de iniciar a elaboração da proposta.

Para o Conselheiro3 não existiam muitos critérios para a UFPEL aderir ao Programa, pois não tinham recusar a proposta, conforme relatado abaixo:

O REUNI chegou como uma decisão, uma decisão irreversível, a maneira como a Reitoria apresentava a proposta era assim: a proposta do Governo é esta! Como vamos adequá-la? Que uso poderemos fazer disso? Acabou sendo tornada em uma medida administrativa. A UFPEL vestiu a roupa da expansão, das possibilidades de expansão, das chances de resolvermos os nossos problemas, que tínhamos muitos problemas na época, mesmo tendo que comprar outros. O discurso da Reitoria era a proposta do MEC é esta e nós precisamos aderir. É claro que o discurso não era intimidatório, na verdade vinha com persuasões, teremos tais coisas a partir do momento que aderirmos ao REUNI. Quem não aderir não vai conseguir nada de melhorias para as suas unidades (Conselheiro3).

Igualmente para o Conselheiro9 não existiram muitos critérios na adesão e implantação do REUNI na UFPEL, pois relatou que:

Não sei qual é o problema, se a universidade é muito burocrática e busca a perfeição, ou se às vezes acontecem de uma forma que nos engolem pela velocidade das ações e decisões. Acho que foi o caso do REUNI, fomos engolidos pelo excesso de burocracia e pelo pouco tempo para pensarmos sobre o futuro. Acredito até que muitos não sabiam aonde queriam chegar com o REUNI. A única certeza era que receberíamos recursos para a manutenção da Universidade. Acho que esse foi o principal critério das Unidades (Conselheiro9).

Para o Conselheiro8 a questão financeira influenciou muito a decisão da Universidade, e principalmente dos cursos. Para ele:

Foi uma moeda de troca, quem aderir vai ganhar algumas coisas e quem não aderir vai perder. A principal questão era a garantia de melhoria das estruturas para os cursos já existentes, garantias de novos professores (Conselheiro8).

Para o Conselheiro4 a decisão de aderir por parte da sua Unidade estava muito vinculada às questões financeiras e de espaços físicos que o Programa poderia atender, conforme destacado abaixo:

A minha unidade já estava passando por algumas mudanças, uma delas foi com a perspectiva de ocupar novos espaços no Campus do Capão do Leão com a transferência da reitoria para o Campus Porto. E já estávamos discutindo a criação de novos cursos na unidade. Isso antes do REUNI. O grande entrave era a falta de recursos. As coisas foram decididas muito rápidas O reitor da universidade era uma figura impositiva. Ele convencia as pessoas a participar das propostas que a reitoria apresentava a comunidade (Conselheiro4).

Segundo o Conselheiro7 a sua Unidade já vinha amadurecendo a ideia de expansão mesmo antes do anuncio do Programa REUNI, conforme relatado a seguir:

Nós já vínhamos conversando sobre a necessidade de expansão da nossa unidade. No entanto, não era possível porque a UFPEL não tinha dinheiro para expandir. Mal conseguia pagar as suas contas. Assim que a nova gestão assumiu em 2005, a gente apresentou uma proposta de expansão da nossa unidade. Conseguimos criar um curso antes do REUNI com recursos da instituição, com apoio da gestão da universidade. Quando o REUNI foi criado procuramos o Reitor da Universidade e disse a ele que a nossa unidade iria aderir ao programa, porque já era algo que a gente ser necessário para a instituição (Conselheiro7).

Ainda para o Conselheiro7:

A UFPEL historicamente sempre foi uma Universidade muito morosa nas suas decisões, de criação de cursos, de expansão, então acho que tudo veio de encontro a que muitas pessoas da Universidade queria. Queríamos expandir, aumentar cursos, queríamos mais alunos, queríamos mais professores, queríamos ser grandes, mas não tinha como conseguir isso sem um projeto maior do MEC (Conselheiro7).

Para o referido Conselheiro a proposta da UFPEL para os cursos de engenharias atendia a uma demanda antiga da própria Instituição e da região, conforme ressaltado abaixo:

O REUNI acenou com a modernidade e possibilidade de realizarmos tudo o que estávamos pensando, através do aporte de recursos financeiros e aí cada Universidade pensaria em como expandir, como melhorar a sua infraestrutura. E na UFPEL acho que não foi diferente, porque a gente sempre pensou que para a região da grande Pelotas, os cursos de engenharia seriam um dos grandes crescimentos, nós tínhamos na UCPEL o curso de Engenharia Civil e na UFPEL o curso de Engenharia Agrícola e o curso de Agronomia que tem uma parte de Engenharia e ficava por aí. Então existia uma carência muito grande (Conselheiro7).

Segundo ainda o Conselheiro ressaltou a importância da proposta criar cursos noturnos que pudessem atender a demanda existente:

Outra questão muito importante era que a UFPEL não tinha quase cursos noturnos, muito por causa da infraestrutura que tínhamos no Campus do Capão do Leão. Muitos estudantes cursavam a UCPEL porque a maioria dos cursos eram noturnos. Isso acontecia com os alunos das engenharias. Nós já discutíamos isso na nossa unidade, e tínhamos ideia de criar cursos noturnos. Quando o REUNI surgiu vimos a possibilidade de criar cursos que atendiam a demanda do país e da região, assim como também atendessem as demandas dos alunos. Eu lembro que quando ocorreu a reunião do conselho da unidade para abordar esse tema de expansão a grande maioria dos professores da unidade foi favorável, porque seria a grande saída da faculdade se tornar uma faculdade maior, com outros cursos de engenharia. Essa já era uma proposta antiga dos professores que com a chegada do REUNI se tornou viável. Na nossa unidade não era possível expandir o número de vagas nos cursos de graduação existentes. O que a gente já discutia era a criação de novos cursos (Conselheiro7).

Ainda para o Conselheiro7 entre os critérios adotados para a criação dos cursos novos estava “[...] aproveitamos a oportunidade que o REUNI deu para criar

novos cursos, mudar um pouco a mentalidade da Universidade inovando, essa era ideia, uma inovação na UFPEL através de cursos de Engenharias que fossem inovadores”.

Conforme pode-se verificar, os problemas estruturais e financeiros da Instituição influenciaram nas decisões dos Conselheiros Universitários. Os critérios técnicos foram deixados a margem do processo e se discutiu muito mais quais seriam os ganhos para as Unidades, e conseqüentemente, para a Universidade. A seguir serão apresentadas as influências para a aprovação do REUNI na UFPEL.

3.3 Contextos e atores que influenciaram na adesão da UFPEL ao REUNI e as expectativas com relação ao Programa

Os contextos e os atores que influenciaram na configuração da proposta da UFPEL à época da discussão na Universidade da adesão ao REUNI são fundamentais para compreender os aspectos humanos de toda a ordem que interferiram no processo decisório do mesmo. A seguir serão evidenciados os relatos dos Conselheiros Universitários no intuito de conhecer na perspectiva dos mesmos quais foram os principais atores propulsores da proposta do REUNI.

Para Conselheiro2 ocorreu uma preparação, por parte da Administração Central, para convencer as Unidades Acadêmicas a aderirem ao REUNI, pois:

O Reitor chamava os Diretores das Unidades mostrava para eles o que o MEC havia prometido e falava como era possível participar do REUNI e o que ganhariam se participassem do REUNI. Na verdade o Reitor fez isso a sua moda de gestão, que sempre foi fragmentando, ele nunca topou uma discussão coletiva, tratando tudo no miudinho, fazendo uma relação piramidal com os lugares de poder dentro das Unidades. Os diretores venderam está ideia nas Unidades, pois percebia isso na forma como os chefes de departamentos e coordenadores de colegiados e diretores inclusive, iam lá conversar com a gente para ter certeza que se oferecessem algum curso novo ou aumento de vagas ganhariam professores e alguma coisa de infraestrutura (Conselheiro2).

Além disso, o Conselheiro descreve a forma como ocorreram às conversas iniciais para a adesão ao REUNI ocorreu na Universidade e estratégias utilizadas pela gestão obter apoio da comunidade acadêmica.

Ainda segundo o Conselheiro2, o Reitor da Universidade da época “[...] sabia muito bem fazer um mapeamento das relações de força na Instituição, então soube muito bem pegar quem ele imaginava ser estratégico para disseminar a proposta e vender que o MEC havia anunciado”.

Neste sentido, segundo Conselheiro3 a Administração Central da Universidade exerceu um papel crucial na adesão e implantação do REUNI na UFPEL, conforme relatado abaixo:

A principal figura a conduzir o processo na Universidade foi o Reitor, lembro que ele foi na nossa unidade apresentar as propostas. Lembro que mais de uma vez o recebemos para que pudesse esclarecer sobre as nossas dúvidas. Na nossa unidade nós convidamos todos que quisessem participar das reuniões. Não fizemos reuniões fechadas só com um grupo de professores. Até porque a decisão de adesão da Unidade ao projeto foi realizada em reunião de Conselho Departamental. Os Pró-Reitores, em especial o Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento, um grupo de professores que faziam parte do Conselho Universitário que passaram a comprar a ideia e trabalhar para aprovação nos Conselhos das Unidades (Conselheiro3).

Ainda para o referido Conselheiro Universitário, também teve um grupo de pessoas no CONSUN que foi fundamental no processo e que influenciou na implantação de muitas ações previstas na proposta da UFPEL ao REUNI. Este grupo de Conselheiros apoiavam as propostas da Administração Central da UFPEL, conforme relato abaixo:

Normalmente existem 3 grupos dentro do CONSUN, os que são a favor do Reitor, que apoiam sempre a Reitoria, os que são contra e que votam sempre contra as propostas das Reitoria, e os que não tem lado, e que acabam votando por diversos motivos, ou por suas convicções ideológicas e políticas, ou por interesse pessoal, ou em troca de benefícios ou para si, ou para o seu grupo, ou unidade. O grupo que é contra a gestão sempre quer levar as matérias que são tratadas no Conselho para a discussão na comunidade acadêmica para que ocorra ampla discussão. Assim atrasando as pautas da gestão. O que muitas vezes atrapalha muito a todos, pois cada proposta que é levada ao CONSUN e que não ocorre deliberação sobre o assunto tem impactos na Comunidade Universitária (Conselheiro3).

Segundo o Conselheiro3 este retardo em algumas decisões na UFPEL traz prejuízos significativos para a Instituição, citando o exemplo da Constituinte Universitária que há muito tempo é discutida na comunidade, mas acaba sempre sendo deixada a margem das ações da Universidade, conforme afirma o Conselheiro a seguir:

Recentemente ocorreu isso na UFPEL com a proposta de Constituinte Universitária, a qual foi criada uma comissão com representantes de todos os seguimentos da universidade e que ficou uma gestão inteira discutindo e, em termos práticos não chegaram a lugar nenhum. Ficaram todo tempo discutindo como deveria ser a Constituinte da universidade, para fazer o regimento. Este é um exemplo, de quando se quer trancar a agenda proposta por um Reitor. Se discute, se discute e não se faz nada. Às vezes ações precisam ser tomadas e exigem rapidez, exigem decisão e exigem capacidade de levar a frente os projetos. Isso ocorreu com o REUNI na UFPEL, as pessoas que estavam no comando da Instituição tinham essas qualidades que citei, e quem tem essas qualidades dificilmente consegue ver possibilidade de melhoria e não tomar uma atitude proativa. Mesmo que acabe dando “um passo maior que as pernas” (Conselheiro3).

A questão política institucional fica evidente no discurso do Conselheiro3. A formação de um grupo de coalizão foi fundamental para aprovação do REUNI na UFPEL. Neste sentido, para Fernandes & Berton (2006) a formulação depende dos gestores mobilizarem apoios para as políticas de sua preferência mediante a formação de coalizões de sustentação e da construção de arenas de negociação que evitem a paralisia decisória. Analisando as atas do CONSUN e os discursos dos Conselheiros entrevistados estes elementos estão intimamente ligados as decisões e aprovações do Conselho máximo da Instituição.

Para o Conselheiro8 o Reitor da UFPEL, à época foi um dos atores mais atuantes no processo, pois:

O Reitor da época é uma figura muito contundente. Ele chegava com os projetos e persuadia as pessoas a apoiar as propostas. Isso não ocorreu apenas com o REUNI. Muitos projetos da universidade, naquele período, foram executados assim. Também acredito que se não tivéssemos uma figura assim a frente da Universidade não teríamos feito o que fizemos. Acho que não teríamos muitos que temos hoje. A UFPEL criou muitos cursos nas áreas das humanas e das artes. Um Reitor com um perfil diferente poderia ficar com medo de criar algo tão grande e complicado (Conselheiro3).

Complementado a fala do Conselheiro3, o Conselheiro5 diz afirmou que:

Tem uma coisa que eu sempre gosto de falar para as pessoas que não acompanharam o processo. Naquele momento as coisas eram muito rápidas. Então o Governo Federal apresentou aquilo, os prazos eram curtos e como nós não vínhamos numa discussão anterior, não sei se as outras universidades vinham também, eu acredito que não, mas como nós não vínhamos com uma discussão anterior na Universidade foi fundamental a participação de alguns atores no processo, principalmente para agilizar as coisas (Conselheiro3).

O Conselheiro6 concorda com os Conselheiros citados até aqui, sobre a influência do Reitor na implementação do REUNI na UFPEL, e destaca ainda o papel exercido pelos Diretores das Unidades Acadêmicas, conforme relato a seguir:

O Reitor e a maioria diretores exerceram grande influência no processo. O apoio dos diretores foi importante. Todas as Unidades fizeram reuniões nos Conselhos de Departamentos e tiveram que aprovar a adesão da Unidade com a apresentação das propostas (Conselheiro6).

O Conselheiro4 corrobora com os relatos dos Conselheiros e ressaltou que: “[...] para mim o Reitor é eleito para tomar decisões. Então delegamos a gestão da Universidade a tomada de decisão, mas é claro que CONSUN foi muito importante no processo de adesão da UFPEL ao REUNI” (Conselheiro4).

De acordo com o Conselheiro5 existiram outros atores que, de forma indireta, também influenciaram na proposta do REUNI na UFPEL, conforme apresentado abaixo:

Os atores logicamente são os atores do Governo Federal, a proposta do Presidente Lula, Tarso Genro o Ministro da Educação e depois o Tarso saiu e foi para o Ministério da Justiça, Haddad foi para o lugar dele e foi um momento muito importante para nós, em termos de recursos e orçamento. Eu não quero entrar aqui em questões administrativas, ou políticas de outras questões (Conselheiro5).

Neste sentido, o referido Conselheiro afirmou que:

Nós participamos de um projeto institucionalizado, e a nossa Universidade, através da sua Reitoria, do [Reitor], aproveitou esse momento. Viu nesse momento, a possibilidade da Universidade se expandir e crescer em outras áreas que nós não tínhamos, e hoje nós estamos aí, os colegas das engenharias tão representativos, assim como outras áreas tão importantes para a Universidade que nós não tínhamos antes (Conselheiro5).

Além disso, destacou que:

[...] nós institucionalizamos essa proposta no Conselho Universitário, as pessoas às vezes esquecem que isso foi aprovado lá e ninguém foi obrigado a aprovar, houve uma votação, as pessoas se manifestaram e foi aprovado, eu entendo que essa proposta foi aprovada por ampla maioria, e logicamente que ela foi discutida e, nesse ponto, eu acho que as pessoas fazem críticas a administração do Reitor [da época] (Conselheiro5).

No entanto, o Conselheiro8 ressalta que:

Nós sabemos que o Conselho Universitário é um ambiente institucional universitário, mas ao mesmo tempo, ele é um ambiente político, onde as pessoas medem forças. De certa maneira, é interessante porque aquelas forças políticas que eram mais alinhadas ao Governo Federal, não foram atuantes no Projeto REUNI na UFPEL. Não sei se não compreenderam bem, ou não avaliaram bem a proposta, ou entenderam que Reitor da época poderia levar os louros da proposta. Não sei o que aconteceu. Essas questões eu não gosto de entrar muito porque eu tenho a minha opinião pessoal (Conselheiro8).

De acordo com o Conselheiro9 o principal ator da proposta da UFPEL foi o Reitor visto que muitos não entendiam bem o Programa REUNI e ele atuou fortemente para esclarecer a comunidade sobre o processo:

Algumas Unidades não estavam preparadas para realizar a discussão no momento da adesão da UFPEL ao REUNI, e não entenderam que era o momento de fazer esta discussão. Do meu ponto de visto este foi um momento histórico da UFPEL e aquelas Unidades que não aderissem naquilo ali poderiam ficar para traz, como a gente diz. Não ficar para traz no sentido acadêmico ou de competências, mas no sentido de desenvolver outros projetos que eles poderiam ter. Por isso, foi importante o papel da Reitoria na persuasão da comunidade acadêmica, principalmente o papel do Reitor (Conselheiro8).

Para o Conselheiro1 a Administração da UFPEL tinha “[...] a ideia de estimular o desenvolvimento de novas empresas e serviços através dos novos cursos e com a vinda de estudantes de todo o país”. Desta forma, estudaram “[...] a possibilidade de criar novos cursos inovadores e a partir disso buscamos conversar professores que tivessem interesse em elaborar projetos para estas áreas. O próprio curso de Engenharia de Materiais”, por exemplo.

De acordo com o referido Conselheiro1 os professores da Universidade que apresentaram as propostas de criação de cursos novos foram os principais atores que influenciaram o processo, visto que “[...] houve uma significativa participação dos professores da Universidade, pois foram apresentadas propostas de mais de cinco dezenas de cursos novos”. Este afirmou ainda que “[...] era necessário ter professores que pudessem tocar os projetos, antes mesmo de realizar os concursos para os novos cursos, por isso, cada curso novo da UFPEL tinha um responsável pela proposta”, onde “[...] em muitos casos foi o primeiro

coordenador do Curso”. Ressaltou ainda que todas as propostas tinham que ser encaminhadas ao MEC e “[...] foi fundamental a contribuição dos professores com conhecimento sobre as necessidades e especificidades dos cursos que estavam sendo propostos”.

Além disso, o Conselheiro frisou que ocorreram muitas reuniões em nível nacional, junto com membros da equipe do MEC, que de certa forma “[...] ajudaram a Universidade a pensar na sua proposta e que possibilitou a implementação do projeto do REUNI”. Outro elemento destacado foram “[...] os seminários do REUNI realizados pelo MEC com a participação das universidades e que contou com a participação de membros do grupo assessor do MEC que elaborou a proposta do REUNI em nível nacional” (Conselheiro1).

Destaca-se que o professor Naomar de Almeida Filho em um destes seminários palestrou para as equipes de técnicos das universidades, onde abordou a proposta pensada pelo grupo assessor do MEC que elaborou a proposta do REUNI, apresentado o caso da Universidade Federal da Bahia como modelo possível a ser implementado pelas universidades federais em todo o país. No final deste capítulo será analisado de forma mais ampla o alinhamento da proposta da UFPEL e a proposta do governo brasileiro para as universidades.

Conforme pode-se constatar existiram atores que influenciaram de forma significativa na proposta de adesão e implementação da UFPEL ao Programa REUNI, os quais foram: o Reitor, os Pró-Reitores, os Conselheiros Universitários, principalmente os Diretores de Unidades Acadêmicas, os professores da Instituição que apresentaram as propostas de criação de novos cursos, entre outros.

Para um melhor entendimento dos elementos apresentados até este momento é necessário conhecer os contextos de adesão da UFPEL ao REUNI, conjunturas estas registradas em ata do Conselho Universitário.

O primeiro registro, em ata de Conselho Superior da UFPEL, que aparece o Programa REUNI ocorreu na Ata número 01/2007¹⁴ do Conselho Universitário da UFPEL. Esta sessão ordinária do Conselho Universitário foi realizada em duas

¹⁴ Todas as atas do Conselho Universitário, referenciadas neste trabalho, estão disponíveis na Sala Casa dos Conselhos da Universidade Federal de Pelotas: Praça Sete de Julho, nº 180, Centro.

datas, pois se tratava da proposta de criação de uma turma especial de graduação em medicina Veterinária vinculada a Faculdade de Veterinária, que seria destinada exclusivamente a assentados. Este projeto tinha como objetivo inserir a UFPEL no programa de Educação no Campo e outros projetos relacionados à Reforma Agrária ou Agricultura Familiar do Governo Federal. A gestão da UFPEL tinha interesse em criar um curso de graduação “no campo” para médicos veterinários.

Na primeira reunião do CONSUN, realizada no dia 03 de julho de 2007, o presidente do Conselho, quando estava apresentando a situação financeira da Universidade, expôs que existia um compromisso da gestão da Universidade em ceder parte do prédio da Reitoria à Faculdade de Veterinária tão logo fosse feita a transferência da Reitoria para o centro da cidade de Pelotas. Contudo, segundo o presidente do CONSUN, não existiam bases orçamentárias definidas pelo Ministério da Educação para a reforma e instalação dos laboratórios da Faculdade de Veterinária no Campus Capão do Leão, onde se encontrava o Hospital Veterinário. Além disso, os recursos a serem destinados para a UFPEL pela SESu e MEC, nos próximos 5 anos, são dependentes do projeto REUNI do Governo Federal e se restringem a vinte por cento do orçamento da Universidade à época. Portanto, sendo insuficientes os recursos financeiros para atender a demanda apenas na Faculdade de Veterinária. A UFPEL só receberia recursos adicionais do MEC através do Decreto 6.047/2007, o qual destinaria recursos para todas as Universidades Federais que aderissem ao REUNI (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2007, linhas 127-138; 229-234).

Na mesma sessão, realizada no dia 20 de julho de 2007, que tratava ainda da criação da turma especial de graduação em medicina Veterinária, em diversos momentos o presidente do Conselho se referiu as discussões que estavam sendo realizadas junto às unidades acadêmicas sobre o Projeto REUNI.

O primeiro registro foi feito quando um conselheiro afirmou que no curso onde ele estava lotado $\frac{1}{4}$ dos docentes eram substitutos e outra conselheira destacou que em sua unidade, $\frac{1}{3}$ eram professores substitutos. O presidente do Conselho afirmou que os diretores estavam sendo convidados a discussão junto a Reitoria para tratar do REUNI, onde “[...] o novo Programa do Governo para criação de novos cursos, ou mesmo a expansão dos cursos atuais e a reforma curricular

específica para a busca de recursos a partir de projetos que serão encaminhados ao MEC para já garantir recursos do Governo Federal” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 01/2007, linhas 878-881).

Logo após, um Conselheiro ressaltou que a discussão que estava ocorrendo sobre a criação da turma especial de Medicina Veterinária também deveria se dar em seguida sobre outros desafios que estavam por vir, como a questão do REUNI. O conselheiro entendia que os debates deveriam ocorrer com antecedência junto à comunidade universitária com “[...] suficiente tempo para que houvesse uma ampla discussão [...]” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 01/2007, linhas 1145-1147).

O presidente do Conselho esclareceu ao Conselheiro que o tema REUNI citado era “[...] extremamente importante [...]” e que deveria ser discutido por toda a Universidade. Para que isso pudesse ocorrer já tinha “[...] encaminhado aos Diretores há cerca de três meses o material através do Gabinete do Reitor”. Além disso, destacou o modelo utilizado pela Universidade da Bahia e Universidade de Brasília, como sendo “tipos possíveis de podermos implantar se assim as Unidades desejassem (CONSUN/UFPEL, Ata n° 01/2007, linhas 1155-1160). Este é o primeiro indício, presente em ata do CONSUN, da influência da proposta da “Universidade Nova” no discurso da Administração Central da Universidade. Posteriormente, serão apresentados os elementos da proposta do Professor Naomar de Almeida Filho presentes no Plano de Reestruturação e Expansão da UFPEL para o REUNI.

Logo a seguir, informou que nos próximos dias 26 e 27, participaria de uma reunião em Brasília com o Ministro e todos os Reitores das Universidades Federais para tratar do REUNI. Destacou que teriam “[...] no máximo até o dia 15 de agosto para resolver os nossos problemas internos com relação ao REUNI”. Além disso, afirmou que:

[...] como este material já havia sido encaminhado aos Diretores com bastante antecedência e há quase 3 meses havia sido encaminhada esta proposta, solicitou que os diretores ali presentes também discutissem estas possibilidades que estão ali expostas (CONSUN/UFPEL, Ata n° 01/2007, linhas 1160-1166).

O presidente destacou que o tempo era escasso, mas “[...] não por problemas internos da UFPEL e sim, por uma determinação vinda do Ministério da Educação que determinava um prazo extremamente exíguo para tudo” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2007, linhas 1.166-1.169). Como já havia sido levado ao conhecimento dos Diretores e obviamente a todas as unidades, acreditava que não teriam dificuldades em resolvê-los apesar da exiguidade do tempo, pois até o dia 15 de agosto as propostas deveriam estar em Brasília. Portanto, queria deixar bem claro aos Conselheiros que isto já havia sido comentado com os diretores e teriam novas reuniões para este assunto, assim como haviam tido há poucos dias atrás na Reitoria (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2007)

Na Ata nº 01/2007 do CONSUN, em diversos momentos ficou evidenciada que as discussões sobre o projeto da UFPEL ao REUNI deveriam ser realizadas nas unidades acadêmicas. Esta posição foi destacada pelo presidente do Conselho e por diversos conselheiros.

No dia 25 de outubro de 2007, em sessão ordinária do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE), foi submetida a aprovação do projeto REUNI aos membros do Conselho. Abaixo o registro que foi feito em ata da apresentação e aprovação do projeto da UFPEL:

O senhor presidente relatou que as universidades que quisessem aderir ao programa deveriam fazer seu planejamento, adequar seus espaços, criar novos espaços, pois receberão verbas do Governo para esta finalidade (bibliotecas, salas-de-aula, laboratórios, contratação de novos professores e técnico-administrativos, etc.) Se a Instituição quisesse avançar e aumentar o número de alunos deveria fazer a adesão ao Projeto REUNI. Disse que o Magnífico Reitor já estava fazendo reuniões com os Diretores de Unidades e Coordenadores de Curso. A maioria das Unidades aderiu ao projeto. Para o próximo processo seletivo do vestibular haverá aumento de vagas. Na próxima reunião do Conselho Universitário o Magnífico Reitor apresentará o projeto aos conselheiros. Após longo debate o senhor presidente colocou em votação a adesão da UFPEL ao projeto que foi aprovada com seis votos favoráveis, um contrário e duas abstenções (COCEPE/UFPEL, Ata nº 14/2007, linhas 428-438).

No dia 26 de outubro de 2007¹⁵, ocorreu em sessão ordinária do Conselho Universitário (CONSUN), a discussão e aprovação da proposta de participação UFPEL ao Programa REUNI. Desta forma atendendo a exigência do Decreto Federal que instituiu o programa, o qual determinava que a adesão por

¹⁵ Ata nº 02/2007 do Conselho superior Universitário. Disponível na Sala Casa dos Conselhos da Universidade Federal de Pelotas: Praça Sete de Julho, nº 180, Centro.

parte das universidades deveria ser submetida ao Conselho Superior da Instituição. Além disso, deve conter o plano de reestruturação da universidade, conforme descrito no artigo abaixo:

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º. Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição (REUNI, 2007).

O CONSUN, em 2007, era composto por 63 membros, assim representado: Reitor – presidente do conselho, Vice-Reitor, 5 Pró-Reitores¹⁶, 22 diretores de unidades acadêmicas¹⁷, 10 professores de ensino superior¹⁸, 1 coordenador de curso de pós-graduação, 2 coordenadores de cursos de graduação, 2 professores de 1º e 2º graus, 2 do COCEPE¹⁹, 7 discentes, 7 técnico-administrativos e 3 comunitários²⁰.

A reunião de discussão da proposta da UFPEL ao REUNI contou com a presença de 55 conselheiros, não comparecendo 8 membros, aqui elencados: direção da Faculdade de Meteorologia, 1 professor auxiliar, 3 comunitários e 3 discentes. Destaca-se a ausência dos 3 representantes da sociedade civil.

A sessão, realizada no dia 26 de outubro, durou quatro horas e dez minutos, e deliberou a cerca de três itens da pauta. O primeiro tratou-se da análise e aprovação de cinco atas de reuniões anteriores. O segundo ponto de pauta tratou do processo de adesão da UFPEL ao REUNI e o último ponto sobre autorização de pagamento dos valores devidos a servidores técnico-administrativos.

¹⁶ Pró-Reitoria Administrativa, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento e Pró-Reitoria de Extensão.

¹⁷ Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Direito, Conservatório de Música, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Administração e Turismo, Faculdade de Medicina, Escola Superior de Educação Física, Faculdade de Educação, Instituto de Artes e Design, Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Física e Matemática, Instituto de Química e Geociências, Instituto de Sociologia e Política, Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, Faculdade de Engenharia Agrícola, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Nutrição, Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, Faculdade de Letras e Faculdade de Meteorologia.

¹⁸ A representação docente constituída por: 2 professores titulares, 2 professores associados, 2 professores adjuntos, 2 professores assistente e 2 professores auxiliares.

¹⁹ Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

²⁰ Representantes da sociedade civil.

Após breve apresentação e análise das atas anteriores, o presidente do Conselho universitário iniciou a exposição sobre o programa governamental designado de Programa REUNI. Destacou que diversos reitores de universidades federais estavam encontrando dificuldades para aprovar a adesão ao REUNI, principalmente por resistências internas nas respectivas instituições. Também ressaltou que “[...] presidiu com os diretores das unidades acadêmicas reuniões com todos os professores e por várias vezes com os dirigentes e coordenadores de colegiados” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007, linhas: 69-71) com objetivo discutir sobre a proposta da UFPEL ao MEC. Além disso, ressaltou que o prazo determinado pelo Ministério era do dia 29 do corrente mês.

O presidente lamentou não ter realizado reuniões para ampla discussão com todos os discentes e servidores técnico-administrativos, assim como realizou com os docentes. Também enfatizou a dificuldade para elaborar a proposta ao REUNI, considerando a complexidade do projeto, assim como o pouco tempo disponível, o que impediu “[...] não apenas que fosse tratado o tema de forma profunda por toda a comunidade como também que fosse permitida a elaboração completa do projeto como o presidente do Conselho desejava” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007, linhas: 76-78).

Após breve contextualização do presidente do Conselho, de como a comunidade universitária poderia ter acesso às informações sobre o REUNI e como seria conduzida a apresentação da proposta aos conselheiros, um conselheiro, representante dos docentes, pediu a palavra por questão de ordem. Dada a palavra ao conselheiro, este, explanou que procurou ter acesso ao projeto da UFPEL na sala dos Conselhos, mas o mesmo não se encontrava-la, portanto pedia vistas ao processo, por não ter condições de analisar a proposta do REUNI de forma profunda.

O presidente do Conselho se desculpou pelo inconveniente causado pela exiguidade de tempo “[...] não só para a elaboração de todo o processo, mas também pelos prazos definidos pelo MEC para encaminhamento da proposta definida pela UFPEL” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007, linhas: 93-95), mas ressaltou sobre os riscos de aprovação do REUNI na Universidade naquele momento.

Com a insistência, por parte do conselheiro representante dos docentes em ter vistas ao processo, o presidente do CONSUN, conforme normas regimentais da UFPEL colocou em votação o pedido de vistas ao processo com cinco dias adicionais para exame da matéria. O pedido foi negado pela maioria dos presentes (41 votos contrários, 8 favoráveis e 5 abstenções). Um conselheiro não estava presente no recinto.

Após o presidente do CONSUN, reafirmou que a proposta ali apresentada era fruto de “[...] ampla discussão com os diretores de faculdades e institutos e coordenadores de colegiados de curso, ao que haviam ouvido suas respectivas unidades” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007, linhas: 109-111). Além disso, a proposta da UFPEL “[...] era de expansão das atuais vagas ofertadas no vestibular para ingresso nos anos de 2008 até 2012 e criação de novos cursos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007, linhas: 112-113). A reestruturação acadêmico-curricular e gestão e modernização administrativa só ocorreria em 2009, “[...] após amplo debate pela comunidade universitária ao longo de 2008” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007, linhas: 114-115). No entanto, foi apresentado um estudo elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação sobre a proposta do REUNI e que “[...] trata do tema principal da expansão e reestruturação da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007, linha: 145).

Segundo a ata da reunião foram entregues aos conselheiros os documentos com informações sobre a expansão dos cursos de graduação para o período 2008 a 2012, a relação dos novos cursos a serem criados ano a ano, os valores a serem disponibilizados pelo Governo Federal para custeio e investimentos, tabela com o número de vagas para provimento de cargos de professor e servidores técnico-administrativos, assim como os valores destinados a assistência estudantil. Além disso, foi apresentado um detalhamento sobre a necessidade de reformas e adaptações em diversos prédios da Universidade, bem como, a construção de novas instalações para abrigar os novos alunos, professores e técnico-administrativos. (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007).

Dos 47 cursos de graduação existentes em 2007, apenas 3 não apresentaram proposta de ampliação de vagas, os quais foram: Ciências Biológicas, Medicina e Pedagogia, pois os Conselhos Departamentais optaram por não

participarem do REUNI (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007). O Conselheiro1 afirmou que “[...] as unidades que não demonstravam interesse em participar da adesão nós solicitávamos as atas do conselho departamental com as deliberações e apresentamos aos membros do CONSUN”.

O presidente do CONSUN apresentou a lista de novos cursos propostos pelas unidades acadêmicas e pela Reitoria da Universidade, “[...] tendo como base as necessidades de investimentos em áreas de interesse para o desenvolvimento econômico e social do país” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007, linhas: 140-142), conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação de novos cursos a serem implantados na UFPEL, por ano, UFPEL, 2007.

Ano de criação	Nome do curso
2008	Biotecnologia Design Gráfico Design Digital Design de Produto Teatro Tecnólogo em Agroindústria Tecnólogo em Enologia e Vitivinicultura Tecnólogo em Cooperativismo Música Popular Musicologia Composição Musical Química Industrial Zootecnia Antropologia Conservação e Restauro de Bens Culturais
2009	Física Computacional Dança Psicologia Jornalismo e Comunicação Tecnólogo em Meio Ambiente Curso de Alemão Regência Coral Licenciatura de Educação Física Engenharia Civil Engenharia Sanitária e Ambiental Tecnólogo em Letras-Redação e Revisão
2010	Engenharia de Produção Engenharia Geológica Terapia Ocupacional Bioinformática Letras Chinês (mandarim)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na proposta da UFPEL ao REUNI aprovada pelo CONSUN, em 26 de outubro de 2007.

A proposta apresentada ao CONSUN, conforme verificado acima, continha a criação de 31 cursos novos, em diversas áreas do conhecimento. No

entanto, não ficaram registrados em ata maiores detalhes, como por exemplo: as alocações dos cursos, os turnos de ofertas dos mesmos, etc.

Com a expansão da oferta de vagas dos 44 cursos existentes em 2007, mais criação de 31 cursos novos, tinha-se a previsão de ao final do programa a UFPEL possuir em torno de 17 mil alunos de graduação. Já o número de vagas ofertadas por vestibular seriam na ordem de:

Tabela 4: Previsão de vagas ofertadas e acréscimo de vagas na graduação, conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.

Ano	Vagas	Acréscimo*
2008	2.662	695
2009	3.295	633
2010	3.512	217
2011	3.567	55
2012	3.902	335
Acréscimo de vagas ofertadas		1.935

Fonte: Elaborado pelo autor com base na proposta da UFPEL ao REUNI aprovada pelo CONSUN, em 26 de outubro de 2007.

* Em 2007, foram ofertadas 1967 vagas nos dois ingressos (inverno e verão).

A proposta apresentada ao CONSUN também previa a contratação de professores, em regime de dedicação exclusiva, e servidores técnico-administrativos para o atendimento das novas ofertas de vagas com a expansão e criação de novos cursos. Abaixo as tabelas 3 e 4 com a previsão de provimento de docentes e técnico-administrativo com a adesão da UFPEL ao REUNI:

Tabela 5: Previsão de contratação de professores para cursos de graduação conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.

Ano	Vagas Docentes*
2008	22
2009	71
2010	87
2011	87
2012	87
Total	354

Fonte: Elaborado pelo autor com base na proposta da UFPEL ao REUNI aprovada pelo CONSUN, em 26 de outubro de 2007.

* Em regime de dedicação exclusiva.

Tabela 6: Previsão de contratação de servidores técnico-administrativos, conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.

Ano	Vagas Técnico-Administrativos	
	Nível Intermediário	Nível Superior
2008	15	07
2009	23	08
2010	36	10
2011	76	10
2012	58	09
Total	208	44

Fonte: Elaborado pelo autor com base na proposta da UFPEL ao REUNI aprovada pelo CONSUN, em 26 de outubro de 2007.

O projeto também contemplava bolsas para assistência estudantil. A previsão era de receber ao longo dos cinco anos de duração do projeto REUNI 1.266 bolsas. O valor de cada bolsa na época era de R\$ 250,00. Na tabela abaixo verifica-se o quantitativo e os valores previstos para assistência estudantil:

Tabela 7: Previsão de bolsas para estudantes de graduação conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.

Ano	Bolsas	R\$
2008	76	228.000,00
2009	200	600.000,00
2010	240	726.000,00
2011	320	954.000,00
2012	430	1.290.000,00
Total	1.266	3.798.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base na proposta da UFPEL ao REUNI aprovada pelo CONSUN, em 26 de outubro de 2007.

Com relação aos recursos previstos para despesas com custeio e investimento para realização do projeto seriam destinados R\$ 131.897.244,94. Este valor contemplava todas as despesas com a execução do projeto da UFPEL, como por exemplo: bolsas de mestrado e doutorado previstas pelo projeto REUNI as instituições que aderissem ao Programa. A seguir o detalhamento dos recursos a serem repassados à UFPEL pela adesão ao REUNI:

Tabela 8: Previsão de repasse do MEC para custeio e investimento, conforme proposta da UFPEL ao REUNI, por ano, UFPEL, 2007.

Ano	Custeio (R\$)	Investimento (R\$)
2008	2.379.843,51	22.080.000,00
2009	8.121.287,97	14.655.000,00
2010	14.882.288,72	5.865.000,00
2011	22.605.203,11	10.085.000,00
2012	31.223.621,63	
Total	79.212.244,94	52.685.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base na proposta da UFPEL ao REUNI aprovada pelo CONSUN, em 26 de outubro de 2007.

Após o presidente do CONSUN finalizar a apresentação da proposta da UFPEL ao programa REUNI, houve amplo debate entre os conselheiros. Foi ratificado que haveria em 2009 a discussão da proposta de modernização da gestão administrativa da Universidade, assim como a reestruturação acadêmico-curricular, esta somente após amplo debate com a comunidade.

Por fim, foi colocado em votação a adesão da UFPEL ao REUNI. A proposta foi aprovada por 41 votos favoráveis, 3 votos contrários e 5 abstenções. Não há registro em ata do motivo pelo qual 6 conselhos, que estavam presentes no momento de abertura dos trabalhos, não votaram.

A aprovação da Ata desta reunião só ocorreu no dia 11 de janeiro de 2008, em reunião ordinária do CONSUN, pois conforme o presidente do Conselho “[...] houve questionamento da APUFPEL” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2008, linha 54-55). Com isso, o documento foi encaminhado ao Governo Federal em 2007, com aprovação “ad referendum”, pois segundo o Reitor “[...] se não fosse feita desta forma, os recursos não seriam liberados. Isso foi essencial para que pudesse lutar junto à SESU, pelos recursos, para iniciar as obras de expansão da UFPEL” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2008, linha 55-57).

Além dos registros em ata do CONSUN, foram identificados durante as entrevistas alguns fragmentos que contribuem para a análise do contexto de aprovação do projeto da UFPEL para o REUNI.

Neste sentido, para o Conselheiro⁷ a proposta do REUNI apresentada pelo Reitor da Universidade na reunião do CONSUN não estava muito clara, mas mesmo assim foi aprovado pelo Conselho, conforme relatado a seguir:

A proposta apresentada pelo Reitor não foi uma proposta muito definida. Era uma solução que praticamente o Reitor já tinha tomado, já tinha avisado aos diretores que teria tomado essa decisão. Ele teve nessa reunião a adesão de outras unidades que nem entendiam direito o que era o REUNI. Então ele explicou, mas não foi um projeto muito detalhado. Era um projeto que dizia olha nós temos que aumentar o número de vagas, aumentar o número de cursos, temos que colocar mais alunos na Universidade e em contrapartida o MEC vai fornecer uma verba extra para atender as nossas demandas. Demandas estas que eram históricas. O projeto da UFPEL estava muito alinhado a proposta do governo federal (Conselheiro7).

Neste sentido, o Conselheiro6 afirmou que:

A grande maioria apoiou na expectativa de melhorar as coisas. Nós dizíamos que é agora ou nunca. O cavalo vai passar encilhado e a UFPEL vai continuar como está. Aderimos na perspectiva da gente respirar, com obras e reformas, novos equipamentos e novos professores. A proposta da expansão da Universidade foi muito clara, principalmente a que aprovamos no CONSUN. Acredito que ninguém que estava na reunião ficou com dúvidas. O grande questionamento era como seria feita a Reestruturação. Este foi um ponto que os critérios não estavam muito claros naquele momento. Inclusive não foi pauta da reunião que decidimos por aderir ao REUNI. Se não me engano ficou para ser discutido em 2008 ou 2009. Acho que quem votou a favor da proposta estava consciente de que a Universidade precisava de mudanças e naquele momento a única alternativa era aderir ao REUNI. E quem votou contra, acho que foram poucos conselheiros, estavam convictos que expandir da forma como as Unidades deles estavam não tinha condições. Realmente tinham Unidades que eram muito precárias. Eu entendo os dois lados.

Para o Conselheiro2 as dificuldades que as universidades viviam enquanto recursos humanos e infraestrutura tiveram grandes influencias nas decisões das IFES, mas também destacou que existia no caso da UFPEL uma ideia de que a através do REUNI, de certa forma, a Universidade pudesse potencializar a sua autonomia com a apresentação de uma proposta grandiosa, conforme destacado abaixo:

Quando o REUNI aconteceu foi o reflexo da pobreza vivida pela Instituição onde todos viram uma brecha para qualificar os seus espaços de trabalho. A UFPEL vivia a decadência da ausência de investimento público, tanto nas questões de infraestrutura quanto nas de recursos humanos, nós vivemos um tempo muito ruim antes do REUNI, a tal ponto que para mim a adesão meio cega, gananciosa da UFPEL, querendo montar uma proposta grandiosa, teve haver não só com o empolgamento do Reitor prendendo a proposta e prometendo mundos e fundos, como também tinha sido isto que ele tinha escutado e visto como uma estratégia de empoderamento da UFPEL (Conselheiro2).

Portanto, segundo o referido Conselheiro existia a expectativa que o REUNI pudesse empoderar a Universidade, através de uma proposta ousada e grandiosa conforme relatado acima.

A análise das atas do CONSUN, que abordaram a discussão da adesão da UFPEL ao REUNI, proporciona um entendimento melhor sobre os contextos político-administrativos presentes naquele momento. No entanto, muitos dos elementos apresentados serão analisados com mais profundidade nos capítulos 4 e 5 deste trabalho, que apresentará as questões da Expansão e Reestruturação da Universidade.

No entanto, antes ainda de abordar a implementação do Programa REUNI na UFPEL, é necessário conhecer as expectativas dos Conselheiros Universitários em relação ao REUNI, diante da aprovação e adesão ao projeto.

Apresentar as expectativas dos Conselheiros membros do CONSUN e sujeitos-chave no processo de implantação do REUNI na UFPEL tem o objetivo de compreender os contextos em que estavam inseridos estes atores, principalmente após relatar a situação da Universidade antes do REUNI.

Para o Conselheiro1 o momento em que a Universidade estava passando em 2007 era de muitas expectativas, pois já existia um movimento de expansão das Universidades Federais, principalmente através criação da Universidade Federal do ABC e da UNIPAMPA, pois pode-se verificar uma mudança de rumos para a Educação Superior. Relatou que “[...] nunca tivemos financiamento para criar cursos novos na universidade. Os cursos eram criados com o orçamento da universidade. Os professores eram remanejados de unidades ou conseguíamos poucas vagas com o MEC”.

Além disso, afirmou que já existia dentro da UFPEL um movimento de expansão de algumas áreas através da criação de cursos de graduação. Citou o exemplo da criação da Engenharia Industrial Madeireira que surgiu de uma demanda do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pois existia uma “[...] política do governo do estado com a criação da indústria da madeira na região Sul, através de uma grande empresa de celulose” (Conselheiro1).

Declarou também que existia o interesse de criar o curso de Teatro, onde a “[...] ideia era criar uma área de economia criativa levando em conta a história da cidade na área da cultura. Assim como criar cursos novos visualizando buscar recursos junto ao governo federal” (Conselheiro1).

Percebe-se este movimento de expansão da Universidade antes mesmo do REUNI, pois conforme relatado pelo Conselheiro1, e analisando as referências de criação dos cursos da UFPEL, identifica-se que o Curso de Engenharia Industrial Madeireira foi criado em 2005 e o Curso de Teatro em 2007.

Para o Conselheiro8 a maioria dos professores de sua Unidade tinham grandes expectativas com relação ao REUNI, pois para ele existia uma “[...] perspectiva de que o REUNI poderia dar um gás para a Universidade, trazendo muitas conquistas e o principal, fazer o pessoal ressurgir das cinzas”.

Para o Conselheiro7 na sua Unidade a discussão do REUNI foi muito tranquila, pois sabiam que não existia outra saída para a UFPEL. Este declarou que:

A grande maioria dos 22 professores efetivos que nós tínhamos apoiaram a adesão da unidade ao REUNI. Eles tinham uma ideia do que era a expansão proposta pelo Programa e achavam que realmente era a saída da Universidade. A Universidade Federal de Pelotas não podia ficar de fora e teria que aderir ao Programa. Sabíamos que a infraestrutura da Universidade era muito precária, no entanto precisávamos fazer algo para mudar este cenário. Não sabíamos bem como cresceríamos, sabíamos que era necessário mais áreas, mais laboratórios e sabíamos que só conseguiríamos isso se expandíssemos com outros cursos. Sempre tivemos uma ideia que cursos de Engenharia Civil teria um mercado de trabalho bastante grande, essa parte ambiental estava pedindo que se criassem cursos para atender as novas demandas da área, e principalmente a ideia de criar cursos noturnos (Conselheiro7).

Para o Conselheiro5:

Quando surgiu o projeto REUNI já havia por parte do Governo uma ideia de fazer um incremento nas Universidades, abrir as Universidades para outros setores da comunidade, para outras classes sociais, trabalhadores e filhos de trabalhadores e o Projeto REUNI agregou algumas coisas importantes que a nossa unidade, [...] se identificou muito, porque é uma unidade que trabalha muito com extensão, com cursos noturnos, então trabalha e conhece essa realidade, diferente de outras unidades.

Conselheiro5 afirmou que mesmo antes da reunião do CONSUN, que deliberou sobre a adesão da UFPEL ao REUNI, a sua Unidade já estava discutindo de que forma poderiam participar do projeto, pois:

[...] a partir do momento que a proposta foi apresentada pelo Reitor, ainda sem a necessidade de uma votação para ver se a Universidade aceitava ou não, nós já começamos aqui na nossa unidade a discutir as questões do REUNI, entendendo que o REUNI poderia ser uma ótima oportunidade para nós, para implantar alguns projetos que já tínhamos e para readequar alguns dos nossos cursos à nova realidade, e foi isso que nós fizemos, começamos um estudo bem inicial e prematuro, antes mesmo da Universidade começar inclusive em todas as unidades a estudar, porque nós já esperávamos que viesse alguma coisa do Governo Federal no sentido de ampliar as vagas, no sentido de novos professores, enfim, uma ligação maior da Universidade com a sociedade, e a partir destes estudos, começamos a trabalhar uma proposta para a Unidade (Conselheiro5).

Percebe-se no discurso do Conselheiro5 que a sua Unidade esperava um projeto do Governo Federal para as Universidades, antes mesmo do anúncio do Programa REUNI. Isso fez com que apresentassem uma proposta mais madura de adesão ao REUNI, conforme percebido no relato abaixo:

Então começamos num trabalho inicial já na expectativa de que algo iria vir e começamos a ler alguns documentos que nós já tínhamos e já estávamos mais ou menos preparados. Então quando nós fomos para essa discussão no conselho universitário, pra nós foi uma discussão com bastante tranquilidade, muitas pessoas se surpreenderam, inclusive lá quando o Reitor apresentou o REUNI, muitas unidades foram contra o REUNI, mas mesmo aquelas que unidades que foram contra o REUNI se beneficiaram, e de certa maneira, foi uma pena que a Universidade não quis fazer um diálogo maior entorno do REUNI, naquele momento, porque se tivesse feito um trabalho maior, um diálogo maior entorno do REUNI, eu acho que resolveria algumas questões que inclusive nós temos hoje como administrativa e questões de infraestrutura, de espaço físico e outras questões (Conselheiro5).

Para o Conselheiro3 o contexto político desenvolvido pelo Estado brasileiro para a Educação Pública Superior já demonstrava que algo aconteceria, isso porque, começaram a perceber um aumento de investimentos na área educacional do país, conforme seu relato abaixo:

A impressão que eu tinha era de que alguns movimentos já estavam sendo dados. A partir de 2002, alguns movimentos já estavam ocorrendo, como por exemplo: a distribuição de vagas docentes e servidores técnico-administrativos. Algumas notícias que existiam estudos do novo governo para destinar recursos financeiros para as universidades.

O Conselheiro3 ainda afirmou que existiam boas e más expectativas com relação ao REUNI. Ressaltou que:

Boas no sentido que a gente poderia expandir a universidade, e expandimos isso é uma conquista é real. Conseguimos conquistas importantes com relação aos espaços físicos, equipamentos e laboratórios. E más no sentido da gente não saber onde isso iria parar. A gente está vendo onde isso parou.

Para o Conselheiro6 não havia grandes expectativas de sua Unidade em relação ao REUNI, pois não estavam a par da proposta. No entanto, esta situação mudou, conforme relatado pelo Conselheiro a seguir: “Na verdade a gente não sabia muito sobre o REUNI. Só conseguimos entender melhor o que era a proposta quando recebemos em nossa unidade a visita do Reitor para explicar a comunidade sobre o projeto”.

Segundo o Conselheiro4, diante da situação em que se encontravam antes do REUNI, a sua Unidade tinha grandes expectativas com relação ao REUNI, conforme destacado abaixo:

A nossa universidade estava sucateada, tínhamos grandes dificuldades, os recursos eram escassos, o REUNI surgiu para atender as demandas das universidades. Essas eram as expectativas dos meus colegas. Nós acreditávamos que o Governo Federal iria investir forte nas universidades. Realmente eu não acreditava na proposta. Eu achava que era uma política irresponsável a nível nacional. A nível local a minha unidade achava que a burocracia da universidade não deixaria executar a proposta da UFPEL. Sempre foi muito difícil comprar as coisas para a universidade. Imagina executar todo aquele dinheiro (Conselheiro4).

O Conselheiro7 percebia que o REUNI poderia ser a solução para os problemas que a Universidade encontrava, conforme relatado abaixo:

Eu sempre fui muito idealista. Quando o Reitor trouxe essa ideia do REUNI, eu vi como uma grande solução para a ampliação da UFPEL, claro que sabíamos que não tínhamos área física e precisaríamos ampliar as áreas físicas, isso não acontece do dia para a noite. Teríamos que criar novos cursos que não é muito fácil, e tem que ser uma coisa muito bem pensada, muito bem estruturada, e sabíamos que o retorno disso para a Faculdade seria a grande saída para ampliarmos os cursos de Engenharias da Universidade (Conselheiro7).

Para o Conselheiro1 o REUNI era a oportunidade de realizar transformações estruturais que a Universidade necessitava. Mudanças estas que, conforme afirma o Conselheiro, já estavam em curso antes mesmo da adesão ao projeto:

Em 2007, o campus do Capão do Leão possuía vários cursos, mas existia um movimento para que a sede da universidade estivesse localizada na cidade de Pelotas e não no Capão do Leão, mantendo os cursos que já se localizavam lá e expandindo os cursos na cidade de Pelotas, assim mudando um novo foco de atuação (Conselheiro1).

O referido Conselheiro afirmou ainda que esperava-se que o REUNI pudesse fortalecer na Instituição outras áreas do conhecimento, conforme relato abaixo:

A UFPEL sempre foi uma universidade voltada para as ciências agrárias, desde a sua criação. Com a proposta do REUNI o objetivo era criar cursos dos mais variados e que ultrapassassem os limites de Pelotas. Por isso, foi pensado a criação de cursos de engenharia (Conselheiro1).

Além disso, justificou a expansão proposta pela a Universidade levando em consideração a sua localização, as demandas da região, através das necessidades do Polo Naval em Rio Grande e a necessidade de novas áreas do conhecimento na UFPEL, conforme relato abaixo:

Só havia uma maneira de justificar a expansão da universidade, era criando cursos em áreas que ela não tinha nenhuma tradição, e aí se enquadravam os cursos de engenharia. Por outro lado, com 50 quilômetros de distância que há entre Pelotas e Rio Grande havia um interesse nosso de aproveitar o crescimento de Rio Grande, e também nos beneficiarmos do Polo Naval, pois o Governo Federal estava injetando um aporte financeiro na cidade. Não apenas a FURG conseguiria dar conta de todas as áreas demandas pelo Polo Naval. Pensávamos também em formar gente para trabalhar no Polo Naval, então qual foi a ideia. Aproveitar as engenharias que Rio Grande não teria condições por si só de atender (Conselheiro1).

O Conselheiro1 não tinha dúvidas sobre o Programa REUNI, pois entendia que o Governo Federal tinha grandes expectativas com relação ao sucesso do projeto, conforme relatado abaixo: ainda tinha as seguintes perspectivas da implantação do REUNI na UFPEL:

O futuro da universidade seria transformado. Tínhamos certeza que o projeto seria atendido, caso contrário o Governo Federal iria arcar com as responsabilidades. Todos os reitores assinaram o acordo de metas e a perspectiva era de que iria dar certo (Conselheiro1).

Para o Conselheiro8 o REUNI era oportunidade de mudar o perfil de atuação da Instituição, a qual “[...] passaria de uma Universidade de forte atuação agrícola para uma Universidade com forte atuação em várias áreas”.

Para o Conselheiro1 as maiores dificuldades encontradas durante todo o processo do REUNI foi na adesão, pois existiam muitas dúvidas por parte da comunidade acadêmica quanto as consequências da sua implantação. Conforme destacado abaixo:

Fomos em todas as unidades para discutir sobre o REUNI. A resistência maior era sobre como seria a reestruturação, assim como se haveria dinheiro para a expansão. Os professores me diziam que hoje não temos dinheiro para nada. Vamos piorar a nossa situação (Conselheiro1).

Além disso, o Conselheiro1 acredita que as resistências mais ferrenhas tenham por trás um contexto muito mais político do que por uma avaliação mais criteriosa do projeto REUNI.

Havia também a oposição por si só, não existe pureza político-administrativa na Universidade, e nunca vai existir. Sempre tem outros elementos em jogo que fazem parte da luta pelo poder. Existia naquele período um interesse que não fosse aprovado os projetos que a administração central apresentava ao CONSUN (Conselheiro1).

Também acredita que as Unidades que não aderiram ao REUNI, não foi por um má impressão do Programa ou que acreditassem que o REUNI não teria êxito, mas sim por outros motivos. Este relatou que “[...] a Medicina tinha péssimas condições de sala de aula e hospital, problemas que possuem até hoje. O IB e FAE sempre foram oposição a qualquer proposta da gestão” (Conselheiro1).

Portanto, conforme relatos dos membros do Conselho Universitário, a Universidade tinha grandes expectativas em relação ao Programa REUNI, pois acreditavam que o Programa de Estado poderia ser a única saída para a solução de problemas históricos que se apresentavam nas Unidades Acadêmicas.

Analisando o cenário demonstrado até aqui percebe-se que a partir de 2002 a realidade da Educação Superior Pública foi alterada. Esta situação potencializada principalmente pelo fato das universidades assumirem fundamental papel na implementação dos projetos, retirando o MEC do foco do conflito. Desta forma, segundo Leher (2012), o cenário era diferente dos anos anteriores à 2002, pois antes os embates eram externos as IFES, e durante o governo Lula da Silva as discussões ocorreram dentro das Instituições. Sendo assim, a discussão nas comunidades acadêmicas favoreceram a aprovação dos projetos e o cerne dos conflitos ocorreram nas universidades, o que favoreceu o governo na implantação de sua agenda.

O caso da UFPEL não foi identificada grande resistência por parte da comunidade acadêmica na adesão ao programa. Percebe-se que adesão ao REUNI teve apoio das categorias dos docentes e discentes. Mesmo estas categorias que apoiavam a contra-reforma como uma tarefa política. Cabe destacar que estes segmentos, historicamente, possuíam fortes laços, tanto partidários, quanto ideológicos, com o governo de Lula da Silva. Além disso, o Programa REUNI teve apoio de todos os partidos da base governista (PC do B, PDT, PMDB, PP, PR, PSB), de distintas forças presentes na CUT e na direção majoritária da UNE.

Foi possível identificar duas medidas, estreitamente interligadas, que tinham como objetivo de modificar o modelo universitário vigente no Brasil, tornando as universidades federais mais eficientes, mais breves – com a possibilidade de criação de cursos tecnológicos -, possibilitando a ampliação de vagas nos cursos de graduação. Estas medidas foram a proposta da “universidade nova” e o programa de reestruturação das universidades federais (REUNI).

Além disso, o projeto Universidade Nova discorre que o principal problema das universidades brasileiras é o “velho recorte disciplinar” que a tornou uma instituição esclerosada, moribunda, inserida em um sistema classificado de “ultrapassado”: “Porém, fazer com que esse modelo persista é como regar uma planta morta, dando sobrevida a algo que foi superado, ultrapassado” (SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008, p. 193). Sendo este incapaz de dialogar com as necessidades do mundo contemporâneo. Além disso, percebe-se que o projeto aglutina aspectos do acordo de Bolonha e do modelo dos *Community Colleges*.

No entanto, é preciso dizer que o projeto Universidade Nova desconsidera que mesmo que as políticas governamentais tenham certa influência sobre a implementação dos projetos a nível local, as universidades federais tem uma dinâmica própria amparada na Constituição Federal de 1988 e fortemente enraizada pelos contextos acadêmicos cheios de resistências, lutas greves, etc, que impedem que as determinações/orientações da política sejam implementadas na sua totalidade. Por isso, é fundamental analisar as particularidades de cada instituição. Neste sentido, os documentos aqui referenciados não fazem menção e nem dão há devida importância a história de lutas, tensões e contradições que estão presentes em toda instituição universitária.

Por isso, apesar de haver certo alinhamento da proposta a nível local com a política nacional, quando verifica-se a implementação do projeto na UFPEL percebe-se que ocorreram reordenamentos, recontextualizações e reconfigurações a partir das releituras dos atores locais. Estes elementos citados estão presentes nos achados dos capítulos a seguir.

4. CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NA UFPEL

Neste capítulo, serão abordadas questões referentes à implementação do Programa REUNI na UFPEL, com enfoque nos contextos de influência. Cabe destacar que, este é o momento em que a política já formulada entra em ação e é colocada em prática. Neste contexto, a grande questão é identificar quem toma as decisões dentro do processo de implementação, ou seja, se elas vêm de cima e são implementadas (visão *top-down*) ou se elas são reconstruídas a partir de baixo (visão *bottom-up*).

Antes ainda da sessão com análise do processo de implementação executado na UFPEL, será apresentada uma sessão com alguns aspectos sobre o plano de Reestruturação e Expansão da UFPEL para o período de 2008-2012. Cabe destacar que neste plano ocorreram alterações na proposta inicial da UFPEL ao REUNI, visto que a adesão ao Programa ocorreu em 26 de outubro de 2007, e a versão final do projeto só foi aprovada pela MEC em dezembro de 2007.

4.1 A expansão do acesso na Universidade Federal de Pelotas através do Programa REUNI

O processo de expansão do ensino público superior federal, através do Programa REUNI, se revelou como possível solução para alguns dos graves problemas pelos quais passavam as universidades brasileiras, bem como a solução de entraves históricos do ensino superior público. Assim, ao aderir ao Programa REUNI, a UFPEL criou novos cursos de graduação em diferentes áreas, que visavam transformar não somente o perfil dos futuros egressos como também participar de forma efetiva nas ações necessárias para o desenvolvimento e integração regionais explorando áreas inovadoras até então adormecidas e carentes de formação profissional.

Em 2007, a UFPEL tinha 22 unidades acadêmicas, que desenvolviam atividades de ensino (médio, graduação e de pós-graduação), pesquisa, extensão e

prestação de serviços abrangendo cinco áreas fundamentais: I - Ciências Agrárias (Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Veterinária e Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça); II - Ciências Biológicas (Instituto de Biologia, Faculdade de Nutrição, Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, Faculdade de Medicina, Escola Superior de Educação Física e Faculdade de Odontologia); III - Ciências Exatas e Tecnologia (Instituto de Física e Matemática, Instituto de Química e Geociências, Faculdade de Meteorologia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Engenharia Agrícola); IV - Ciências Humanas (Instituto de Sociologia e Política, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação e Faculdade de Direito) e V - Letras e Artes (Instituto de Artes e Design, Faculdade de Letras e Conservatório de Música).

Pela sua localização, a Universidade Federal de Pelotas tem singular importância estratégica para o desenvolvimento não só da cidade onde está sediada, mas também do MERCOSUL e da Metade Sul do Estado, sobretudo da sua Zona Sul. Diante deste panorama e, considerando-se a abrangência e a importância da universidade nesse cenário, a cidade de Pelotas assume o papel de município - polo regional. Por consequência, cerca de um milhão de pessoas têm o município como principal centro de compras e de prestação de serviços, buscando educação, saúde, lazer e cultura, sendo que, a atividade comercial corresponde a 35% do PIB municipal (IBGE, 2013). Enquanto polo regional, a cidade funciona como centro abastecedor dos 23 municípios da Zona Sul²¹, e é uma das principais rotas do MERCOSUL.

Segundo o Plano de Reestruturação e Expansão da UFPEL a Universidade deve atender aos anseios da comunidade acadêmica, e simultaneamente, permitir o engajamento da sociedade em geral no ciclo dinâmico de mudanças que a globalização e outros fenômenos determinam, “[...] liderando os distintos processos que conduzem ao progresso pessoal, comunitário e da nação, contextualização esta que conduz a sua inserção no REUNI” (PLANO REUNI/UFPEL, 2007, p 7).

²¹ Os municípios que fazem parte da Zona Sul são: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço e Turuçu (AZONASUL, 2017).

Nesta conjuntura, as universidades federais têm importante papel e as suas funções sociais não escapam a necessidade de uma revisão de sua cartografia histórica forjando um reordenamento de seus mapas cognitivos, interacionais, culturais e formativos. Ainda segundo o Plano de Reestruturação e Expansão da UFPEL (2007) a inserção da Universidade na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, sem dúvida, se traduz em especificidades que precisam ser sublinhadas. Entre elas o fato de que o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) agravou ainda mais a situação de importantes segmentos da economia local, tendo em vista sua dificuldade em competir com concorrentes situados em áreas vizinhas do Uruguai e da Argentina. Isto determinou a reação dos governos Federal e Estadual brasileiros, que firmaram um protocolo de intenções, visando o desenvolvimento desta região, uma vez que foi caracterizada, ao longo das últimas décadas, por uma continua falta de dinamismo econômico e de ausência quase total de investimentos sociais.

Neste contexto, ampliar o acesso as universidades tem sido amplamente discutido por grande parte da sociedade como um fator que pode potencializar o crescimento do cidadão, e assim inserindo-o na sociedade.

A UFPEL na sua proposta de adesão ao Programa REUNI, a qual foi pactuada junto ao MEC, pretendia aumentar significativamente o número de alunos matriculados, através da ampliação de infraestrutura e do quadro de pessoal técnico administrativo e docente com salto quantitativo, passando de 7.800 alunos de graduação em 2007, para 18.127 até 2012 (DOCUMENTO COMPLEMENTAR/DIRETRIZES/REUNI, 2007). Seria essencial analisar este crescimento dentro das expectativas que foram apresentadas tanto pelo Governo Federal, quanto pelas Universidades e principalmente pela sociedade.

A UFPEL apresentava como objetivo, até 2012, criar mais de 9.914 vagas (DOCUMENTO COMPLEMENTAR/DIRETRIZES/REUNI, 2007) entre novos cursos e os já existentes significando um aumento de mais de 100% em relação às vagas de 2007. A oferta de novos cursos de graduação seria na ordem de 35 cursos, nas mais variadas áreas, dentro das necessidades regionais, aumentando ainda mais a inserção da instituição na região. Além de reduzir as vagas ociosas, a Instituição aumentaria as possibilidades de preenchimento de vagas dentro de disciplinas que seriam aproveitadas por alunos excedentes de processo seletivo e outros. Tinha

como proposta também ofertar novas oportunidades a alunos para frequência nos três turnos letivos semanais, possibilitando o ingresso na instituição pública de alunos trabalhadores (PLANO REUNI/UFPEL, 2007).

Além disso, a Universidade pretendia aumentar a oferta de vagas, de novos cursos, a mobilidade intra-institucional, nacional e internacional, a ampliação de vagas ociosas, em apenas 5 anos, remodelando, desenvolvendo e ampliando, não somente os cursos, mas oportunizando a um número expressivo de pessoas o acesso a academia pública e ainda a possibilidade de geração de novos empregos para técnicos e docentes, assim como um acréscimo de demanda junto a seus fornecedores. Com um grande desenvolvimento, trazendo mudanças significativas ao cenário regional (PLANO REUNI/UFPEL, 2007).

Ainda segundo o Plano de Reestruturação e Expansão da UFPEL os sistemas acadêmicos, a gestão universitária do ensino, da pesquisa e da extensão teriam suas práxis readequadas a nova realidade planejada, atendendo as demandas já existentes e ampliando a inclusão, a permanência e o sucesso escolar. Desta forma, o cenário acadêmico permitiria aos alunos:

[...] transitar intra e extra muros da UFPEL, no território nacional e fora dele, construindo itinerários de formação diferenciados mesmo que tenham acessado o ensino superior pelo mesmo processo seletivo, já que seriam ampliadas as formas de acesso. A nova contextualização da Universidade não só observaria os anseios da coletividade acadêmica, mas também estaria capacitada a reagir às transformações do contexto global estando plenamente inserida como agente de transformações pela oferta do saber com qualidade, pela qualificação profissional, pela produção científica, pela prestação de serviços e pelo relacionamento com a comunidade através das ações extensionistas (PLANO REUNI/UFPEL, 2007).

No plano de expansão dos cursos da UFPEL estava previsto a criação de 39 cursos novos, sendo destes 20 cursos noturnos e 19 cursos diurnos. Nota-se que o número de cursos foi ampliado, pois anteriormente eram previstos 31 cursos novos de graduação. Portanto, há uma diferença no quantitativo de cursos novos previstos, na reunião do CONSUN que a Universidade aderiu ao REUNI (realizada em outubro de 2007) e no plano de expansão (aprovado pelo MEC em dezembro de 2007). O plano de expansão previa mais 8 cursos, os quais são: em 2008: Física (nova turma), Letras – Português, Turismo, Economia (nova turma), e História

Bacharelado; e em 2009: Matemática (nova turma), Design Vestuário e Odontologia (nova turma). A seguir apresenta-se a lista com o nome dos cursos e ano que seria criado o curso, conforme plano de expansão da UFPEL:

Tabela 9 – Relação de cursos que seriam criados na UFPEL em 2008:

2008 • Cursos Novos – Noturnos		2008 • Cursos Novos – Diurnos	
CURSO	VAGAS	CURSO	VAGAS
Antropologia	40	Física	46
Dança	35	Química Industrial	30
Design Digital	25	Zootecnia	30
Design Gráfico	25	Biotecnologia	30
Letras - Português	50	Composição Musical	20
Tecnólogo Gestão Cooperativas	30	Conservação e Restauro	30
Teatro	40	Economia	50
Turismo	35	Engenharia Geologia	30
		História Bacharelado	40
		Tecnólogo Vitivinicultura	30

Fonte: PLANO REUNI/ UFPEL (2007).

Tabela 10 – Relação de cursos que seriam criados na UFPEL em 2009:

2009 • Cursos Novos – Noturnos		2009 • Cursos Novos – Diurnos	
CURSO	VAGAS	CURSO	VAGAS
Matemática	40	Design Vestuário	25
Alemão	25	Eng. Sanitária Ambiental	50
Educação Física	40	Física Computacional	45
Jornalismo e Comunicação	40	Musicologia	20
Psicologia	40	Tecnólogo Agroindústria	30
Regência Corais	20	Tecnólogo Meio Ambiente	30
Engenharia Civil	50		
Tecnólogo - Letras - Revisor	30		

Fonte: PLANO REUNI/ UFPEL (2007).

Tabela 11 – Relação de cursos que seriam criados na UFPEL em 2010:

2010 • Cursos Novos – Noturnos		2010 • Cursos Novos – Diurnos	
CURSO	VAGAS	CURSO	VAGAS
Design Produto	25	Bioinformática	30
Engenharia de Produção	50	Terapia Ocupacional	30
Música Popular	20		
Odontologia	40		
Chinês	15		

Fonte: PLANO REUNI/ UFPEL (2007).

Com a ampliação do acesso as universidades federais através do Programa REUNI esperava-se que o déficit, já mencionado anteriormente, fosse diminuído, e que essa medida pudesse oportunizar o ensino superior a população menos favorecida economicamente, e conseqüentemente a classe trabalhadora.

Quando fala-se do acesso ao ensino superior de pessoas que pertencem a classe trabalhadora, é necessário ter a clareza que este é o início de um caminho longo e tortuoso e que vários aspectos devem ser levados em consideração, mesmo que em alguns casos não se possa chegar a um consenso sobre quais as ações devem ser tomadas para contribuir com aumento, por exemplo, do número de estudantes egressos do ensino médio público nas universidades federais. Ao mesmo tempo, muito tem se discutido ao que se insere no espectro das políticas de democratização do acesso à educação superior a instituição de um sistema de cotas de vagas, nas IFES, para estudantes egressos do ensino médio público, na medida em que também implica transferência indireta de renda para aqueles que se supõem pertencerem às camadas sociais menos privilegiadas economicamente.

A seguir apresentam-se os contextos de influência na expansão da UFPEL e as principais mudanças ocorridas na proposta da UFPEL.

4.2 Contextos de influência na expansão da UFPEL

Conforme artigo 367 do Regimento Geral da UFPEL fica condicionado a criação e o funcionamento de novos cursos à prévia autorização pelo MEC, a saber o artigo 367: “A criação e funcionamento de novos cursos de qualquer natureza que impliquem em despesa na universidade dependem de prévia autorização no Ministério da Educação e Cultura”.

O primeiro registro em reunião ordinária do CONSUN sobre os projetos pedagógicos dos novos cursos ocorreu na última reunião do ano de 2008, no dia 30 de dezembro, os projetos pedagógicos que foram submetidos ao Conselho foram dos cursos de: Engenharia Geológica, Zootecnia, Química Industrial, Viticultura e Enologia, Gestão de Cooperativas, Design Digital, Bacharelado em Antropologia, Superior de Tecnologia em Conservação e Restauro, Bacharelado em História, Biotecnologia, Bacharelado em Filosofia e Cinema e Animação. Todos projetos pedagógicos tinham sido aprovados anteriormente “ad referendum” pelo presidente do CONSUN.

A partir das deliberações no CONSUN acerca dos projetos pedagógicos os conselheiros manifestaram que existia preocupação com relação as informações dos novos cursos, tanto que a representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação, solicitou no início da primeira reunião do Conselho, no dia 03 de março de 2009, que existia “[...] a necessidade de que, no momento da aprovação de um novo curso no Conselho, sejam fornecidas informações com previsão da utilização de infraestrutura disponível em curto prazo” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 60-62). Além disso, expressou que era necessário constituir “[...] uma comissão interna para acompanhar o impacto dos novos cursos criados, na qualidade dos cursos existentes e na ocupação dos restaurantes universitários, laboratórios, laboratórios de informática e biblioteca” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 63-65). A proposta da conselheira foi aprovada pelo CONSUN.

Em 14 de dezembro de 2009, durante sessão ordinária do CONSUN, que discutia sobre o processo transferência do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), que até então era uma Unidade Acadêmica da UFPEL, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, houve manifestação dos conselheiros sobre a situação dos cursos criados através do Programa REUNI que estavam lotados naquela unidade (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2009).

O presidente do CONSUN afirmou que existia um compromisso da UFPEL com o Governo Federal, através do Programa REUNI, de criação de cursos Superiores de Tecnologia, e que estes seriam lotados juntos ao CAVG (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2009). Os cursos a que se referia o Conselheiro eram: o Tecnólogo em Agroindústria, o Tecnólogo em Enologia e Vitivinicultura e o Tecnólogo em Cooperativismo, criados em 2008, e Tecnólogo em Meio Ambiente, que seria criado em 2009, conforme proposta da UFPEL ao REUNI aprovada pelo CONSUN, em 26 de outubro de 2007 (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2007). O curso de Meio Ambiente acabou não saindo do papel, em seu lugar foi implementado o curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental (CSTGA), lotado no CAVG. Outro curso que estava previsto no projeto da UFPEL ao REUNI era o tecnólogo em Letras-Redação e Revisão. No entanto, este curso foi criado como bacharelado em Letras Redação e Revisão de Textos, através da portaria do Gabinete do Reitor nº 1554, de 06 de outubro de 2010.

O referido conselheiro ressaltou ainda que a Universidade deveria cumprir as metas do REUNI e pediu autorização do Conselho Universitário para negociar a permanência destes cursos na UFPEL (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2009). No entanto, com a aprovação da transferência do CAVG para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), os cursos criados pela Universidade lotados no CAVG foram transferidos juntos com a Unidade Acadêmica.

Este fato fez com que a UFPEL alterasse a sua proposta de criação de cursos tecnológicos, pois era necessário criar novos cursos vinculados as outras unidades acadêmicas da Instituição. Até então não possuía tecnólogos vinculados às faculdades e institutos. A consequência foi a criação de cursos tecnológicos que não estavam previstos na proposta inicial da Universidade ao REUNI para estas unidades. Destaca-se que a inclusão dos tecnólogos junto as Universidades Federais eram uma premissa da proposta da “Universidade Nova” defendida pelo professor Naomar de Almeida Filho, membro do Grupo Assessor que elaborou a política do Governo Federal, assim como as diretrizes gerais do Programa REUNI.

Cabe destacar que dos novos cursos criados na UFPEL apenas o Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental tem vinculação os cursos criados junto ao CAVG. Isto ocorreu porque parte da turma de alunos do 2º semestre do CSTGA-

CAVG, não queria concluir o curso junto ao IFSUL. Isso fez com que a UFPEL criasse o CSTGA-UFPEL nas suas dependências (UFPEL/CSTGA, 2017).

Segundo o Conselheiro1 “[...] não existia num primeiro momento, a intenção de criar tantos tecnólogos na Instituição”. No entanto, “[...] com as mudanças que ocorreram na Universidade e com o aceno do Governo Federal, no sentido de ampliação do REUNI, decidimos ampliar também os tecnólogos” (Conselheiro1). Abaixo a relação de cursos novos criados a partir do desmembramento do CAVG da UFPEL.

Quadro 2: Relação de cursos Superiores de Tecnologia criados na UFPEL através do Programa REUNI, por ano.

Nome do curso	Ano de criação	Turno	Número de Vagas	Lotação
Gestão Ambiental – Campus Pinheiro Machado	2010	Noturno	40	Centro de Integração do Mercosul
Alimentos	2010	Integral	40	Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos
Transporte Terrestre	2010	Noturno	40	Centro de Integração do Mercosul
Gastronomia	2010	Integral	40	Faculdade de Nutrição
Geoprocessamento	2010	Integral	50	Centro de Engenharias
Processos Gerenciais	2010	Noturno	60	Faculdade de Administração e Turismo
Gestão Ambiental – Campus Pelotas*	2011	Vespertino	40	Centro de Integração do Mercosul
Gestão Pública	2012	Vespertino	50	Faculdade de Administração e Turismo
Hotelaria	2012	Integral	30	Centro de Integração do Mercosul

Fonte: Elaboração do autor com base no portal de informações institucionais da UFPEL. Disponível em: <http://institucional.ufpel.edu.br> - * Observação: O curso de Gestão Ambiental, no município de Pelotas, foi criado em 2009, no Campus CAVG.

Percebe-se que após a reconfiguração do projeto da UFPEL ao REUNI, a Universidade ao final de 2012, tinha criado 9 cursos de tecnologia, 4 cursos além do projetado em 2007. Adiante pode-se perceber os motivos pelos quais esta ampliação foi possível.

Além das informações contidas nas atas do CONSUN e nos documentos Institucionais, foi necessário aprofundar as questões da expansão entrevistando os Conselheiros Universitários, conforme já mencionado no capítulo que apresenta a metodologia utilizada para elaboração deste trabalho. Neste sentido apresenta-se, a seguir, algumas questões sobre o processo de expansão da UFPEL encontradas nos achados da pesquisa.

Para o Conselheiro1 a Gestão da Universidade tinha grandes expectativas de criação de um curso superior de Chinês, conforme destacado a seguir:

O chinês era uma proposta inovadora da Universidade. No entanto, tivemos muitas dificuldades técnicas para conseguir implementar a proposta. Dificuldade para trazer professores de chinês visualizando a atuação do Brasil nos BRICs, mas não conseguimos pessoal para estruturar o curso. A ideia era de mudar a cultura de só olhar para si e região e olhar para as demandas nacionais e internacionais. Assim poderíamos buscar recursos internacionais (Conselheiro1).

A proposta de criação de cursos inovadores também tinha como objetivo criar cursos que pudessem ser autossustentáveis, conforme relatado abaixo:

A universidade não consegue se manter apenas com o financiamento do Governo Federal. Sempre quando ocorre crise econômica no país as Universidades são as primeiras a sentir os impactos. A ideia era criar cursos novos que pudessem ser financiados através de projetos inovadores e de órgãos de fomento (Conselheiro1).

Para os Conselheiros Universitários o projeto de expansão da Universidade foi bem sucedido, pois:

No momento da adesão a UFPEL discutiu mais a expansão, deixando para um segundo momento a discussão da reestruturação. A proposta de expansão foi bem recebida pela comunidade acadêmica. Todos os cursos estavam querendo a expansão. Estavam abertos ao diálogo (Conselheiro3).

No entanto, analisando os números de vagas, curso por curso, em alguns casos a expansão que houve foi feitas em acréscimo de vagas em cursos existentes. Neste caso, não geravam grande impacto nas vagas da Universidade. Tanto que, atualmente, já ocorreram redução de vagas nos cursos que se expandiram no REUNI (RESOLUÇÃO/COCEPE/UFPEL, N° 29/2016; RESOLUÇÃO/COCEPE/ UFPEL, N° 45/2016). Já no caso dos cursos criados o impacto foi maior, porque é muito mais fácil se reduzir o número de vagas de um determinado curso do que não ofertá-lo.

Sobre a proposta de expansão da Administração Central percebe-se que:

A reitoria sempre foi muito clara com relação ao REUNI. Eles diziam que quem não aderir não vai ter os mesmo benefícios dos que os que ingressaram no REUNI. O engraçado é que todos se beneficiaram do

REUNI, mesmo as unidades que não aderiram e não expandiram. É só olhar o número de professores que tem nas unidades que não aderiram. Muitas vagas de professores do REUNI foram alocadas nas 3 unidades que não aderiram. Ao meu ver, acho que administração da UFPEL acertou em beneficiar todos. O passivo que nós tínhamos era muito grande (Conselheiro6).

A expansão dos cursos de engenharias foi um caso muito emblemático, para o Conselheiro7, conforme destaca o Conselheiro:

Foram criados vários cursos de engenharia no novo Centro de Engenharias, mas ao mesmo tempo foram criados cursos fora deste Centro. Começaram a aparecer outros idealistas cada um com um projeto das suas engenharias, então tinha um curso de Engenharia Geológica criado praticamente por um grupo de professores. Esse projeto foi apresentado para nós, e em reunião da então Faculdade de Engenharia Agrícola, nós analisamos o projeto pedagógico do curso de Engenharia Geológica e colocamos um parecer. Qual era o parecer? Era que achávamos a ideia bastante interessante do curso a ser criado dentro da UFPEL, só que a formatação do curso apresentado não era um curso de engenharia, era um curso de 3 anos, era um curso que não tinha as horas mínimas exigidas pelo MEC, pelo CONFEA (Conselheiro7).

Para o referido Conselheiro deveriam ter definido critérios mais claros para a criação dos cursos de Engenharias, os quais deveriam ter uma aproximação das disciplinas básicas, conforme segue:

Então deveria ser adaptado as disciplinas básicas fornecidas para as engenharias da Federal de Pelotas, e depois o profissionalizante de Engenharia Geológica com as suas especificidades. Não fomos bem interpretados na época, e o curso foi criado fora do Centro de Engenharias, assim como outros cursos foram criados. Então não teve uma unanimidade dentro da Universidade para as Engenharias. Aí começou a aparecer o amiguinho do Reitor com o curso de Engenharia de Materiais, o outro amigo do Reitor com o curso de Engenharia Geológica, uma Engenharia de Petróleo, coisas que não falavam a mesma língua, não tinham a mesma ideia, então no início não estavam dentro do Centro de Engenharias, estavam afastados. Isso aí acho que foi bastante prejudicial. Até hoje acho que é. Nós temos um Centro de Engenharias e temos um Centro de Desenvolvimento Tecnológico, que tem engenharias dentro do Centro. Daqui a pouco nós temos alguma coisa duplicada, professores de cálculo, professores resistências dos materiais, professores de desenho, que deveria ser mais bem pensado dentro de um planejamento (Conselheiro7).

Por outro lado o Conselheiro7 acredita que ocorreram grandes avanços com a expansão da Universidade, o mesmo pensa que:

Como é que eu vejo assim na Universidade Federal de Pelotas a expansão, por exemplo, dentro da Faculdade de Agronomia, ter sido criado um curso

de Zootecnia já foi um grande avanço, porque existem os feudos, as suas corporatividades. A Faculdade de Engenharia Agrícola saiu de dentro da Faculdade de Agronomia porque estava um pouco sufocada lá dentro. Saiu criou pernas, criou asas e cresceu. Então criar um curso de Zootecnia dentro da Faculdade de Agronomia foi muito interessante e está sendo, porque é um curso que está crescendo bastante dentro da FAEM (Conselheiro7).

Além disso, percebe-se na fala do Conselheiro que alguns cursos foram estruturados por várias mãos, por docentes de diferentes áreas da UFPEL:

Outros cursos, por exemplo, a Engenharia de Materiais, ela foi criada com uma proposta de alguns professores de materiais de construção da Faculdade de Arquitetura, misturado com professores da Química da Faculdade de Química, misturado com alguns professores que estavam desenvolvendo materiais para a Odontologia, então é interessante a simbiose que criaram. Só que assim, hoje está fora do Centro de Engenharias. Então talvez estas coisas deveriam ser mais bem pensadas (Conselheiro7).

Quanto a expansão de cursos fora de sede o Conselheiro acredita que não foi a melhor opção para a Universidade e para os cursos criados, conforme relatado abaixo:

A universidade cresceu muito também, foi criado um curso em Eldorado, sei lá quantos outros campus foram criados, que tu não tinha uma estrutura adequada para esses campus, a estrutura adequada para a UFPEL já estava difícil, imagina para fora da cidade. Então acho que o REUNI se perdeu um pouco nisso aí. Abriu muito (Conselheiro7).

Para o Conselheiro5 a proposta de expansão do Centro de Letras e Comunicação foi adequada dentro das possibilidades disponíveis no momento, conforme salienta o Conselheiro baixo:

No Centro de Letras e Comunicação nós apresentamos uma proposta de criação de dois cursos, o curso de Alemão e o curso de Redação e Revisão Textual, e ampliação de vagas nos cursos que nós já tínhamos. Foi uma proposta bastante consciente, bastante tranquila tá, foi o que nós apresentamos, e foi do ponto de vista administrativo e do ponto de vista acadêmico foi muito bom pra nós, porque nós saímos de uma realidade de 18 professores e hoje estamos numa realidade de 72 professores (Conselheiro5).

Cabe destacar também que para atender as necessidades dos novos cursos foi necessário ampliar de forma significativa a estrutura física da Universidade. Era preciso novos espaços e salas de aula para atender a expansão acadêmica da UFPEL ocorrida no período de 2008 a 2012. A seguir apresenta-se a nova configuração dos Campi da UFPEL, após a implantação do REUNI. Estas informações são necessárias para entender o as discussões que aparecerão na próxima sessão, através dos registros das atas do CONSUN e dos relatos dos Conselheiros Universitários.

A estrutura física cresceu muito na UFPEL após a implantação do Programa REUNI, a Universidade possui, hoje, cinco campi – o Campus do Capão do Leão, Campus da Palma, Campus da Saúde, Campus das Ciências Sociais e o Campus Anglo –, e diversas unidades dispersas, dentre elas: a Faculdade de Odontologia; a Faculdade de Direito; o Serviço de Assistência Judiciária; o Conservatório de Música; o Centro de Artes; o Centro de Ciências Químicas Farmacêuticas e de Alimentos; o Centro de Desenvolvimento Tecnológico; o Centro das Engenharias; o Centro de Integração do MERCOSUL a Escola Superior de Educação Física; o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo; o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e a Agência para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim (RELATÓRIO DE GESTÃO/UFPEL, 2016).

Quanto à expansão acadêmica a Instituição ultrapassou o número de cursos pensados inicialmente, pois no momento da adesão no CONSUN foram propostos criar 31 cursos novos, em 26 de outubro de 2007, em um segundo momento, quando da conclusão do plano de Reestruturação e Expansão da UFPEL, em dezembro de 2007, a proposta tinha 39 cursos novos, sendo previstos oficialmente 86 cursos de graduação. Isso porque em 2007 a Universidade possuía 47 cursos, dois destes estavam em extinção.

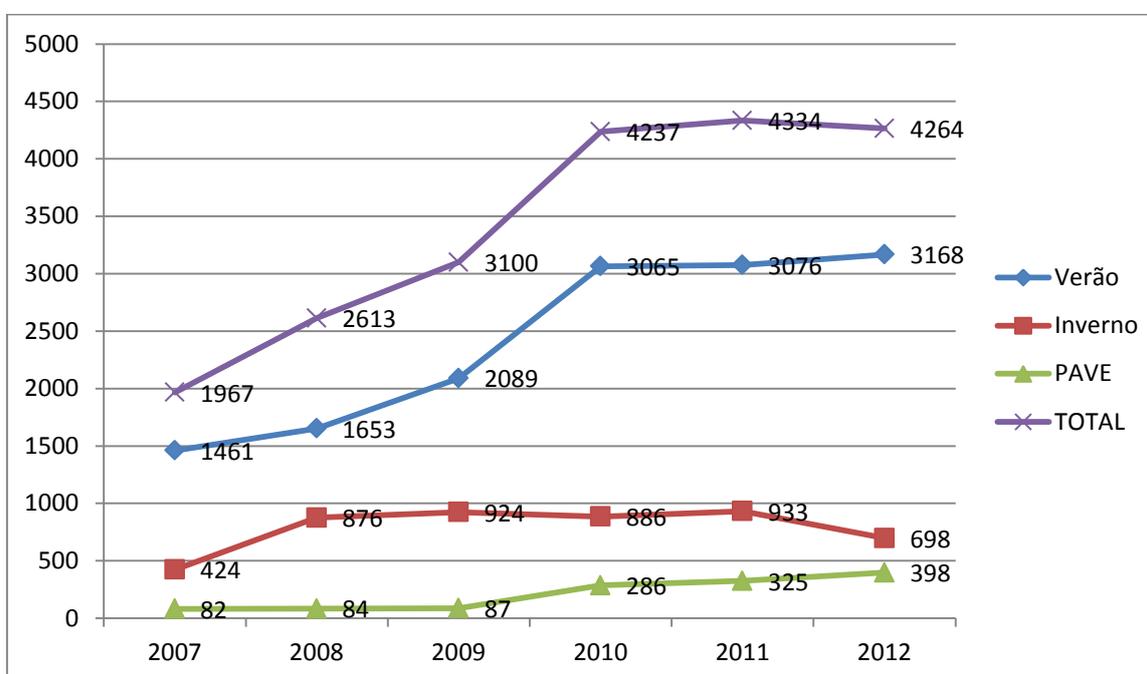
Com relação aos cursos propostos para a Universidade, através do REUNI, houve uma ampliação na atuação dos cursos, e conseqüentemente uma diversificação na formatação do ensino de graduação, com a criação de cursos tecnológicos e o forte investimento na área das engenharias.

Dos cursos relacionados na sessão anterior (Tabela 9, Tabela 10 e Tabela 11), cinco (5) não foram criados, os quais eram: Design de Produto; Física

Computacional; Regência Coral; Bioinformática e Letras Chinês (Mandarim). Outros foram criados com nomes diferentes como: Bacharelado em Redação e Revisão de Textos (em vez de Tecnólogo em Letras-Redação e Revisão), Tecnólogo em Gestão de Cooperativa (em vez de Cooperativismo); Bacharelado em Ciências Musicais (em vez de Musicologia); e Tecnólogo em Gestão ambiental (em vez de Tecnólogo em Meio Ambiente).

A seguir apresenta-se a expansão das vagas nos processos seletivos da UFPEL no período de 2007 a 2012.

Gráfico 1 - Expansão das vagas de graduação nos processos seletivos da UFPEL. Por ano, tipo de Ingresso, 2007-2012.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas informações dos processos seletivos da UFPEL de 2007 a 2012.

A Universidade mais que dobrou o número de vagas ofertadas entre 2007 e 2012. Em 2007, foram ofertadas 1967 vagas em 47 cursos de graduação. Em 2012, foram ofertadas 4.264 vagas em 104 cursos de graduação, onde seis (06) cursos são à distância e cinco (05) estavam em extinção. Cabe destacar que foram incluídas as vagas do Programa de Avaliação da Vida Escolar²² (PAVE), visto que este programa oferta anualmente, em torno de 10% do total de vagas ofertadas pelos cursos da Universidade. Este percentual começou a ser aplicado a partir de 2010. Atualmente

²² Programa de Avaliação da Vida Escolar é uma modalidade alternativa de seleção para os cursos de graduação da UFPEL, constituindo-se em um processo gradual e sistemático, que acontecerá ao longo do Ensino Médio, realizado em três etapas, equivalentes aos anos do Ensino Médio.

a UFPEL, através da resolução do COCEPE nº 22, de 14 de setembro de 2017, ampliou este percentual para 20% do total de vagas ofertadas.

Abaixo a relação de cursos novos criados pelo Programa REUNI na UFPEL.

Quadro 3 – Relação de cursos novos criados através do REUNI, 2008-2012.

NOME DO CURSO	TITULAÇÃO	PERÍODO	VAGAS
Alimentos	Tecnológico	Integral	40
Antropologia - Antropologia Social e Cultural ou Arqueologia	Bacharelado	Integral	50
Biotecnologia	Bacharelado	Integral	35
Cinema e Audiovisual	Bacharelado	Integral	25
Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis	Bacharelado	Noturno	36
Dança	Licenciatura	Noturno	40
Design Digital	Bacharelado	Matutino	50
Educação Física	Licenciatura	Noturno	30
Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Integral	40
Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	40
Engenharia de Computação	Bacharelado	Integral	40
Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	Integral	40
Engenharia de Materiais	Bacharelado	Integral	35
Engenharia de Petróleo	Bacharelado	Integral	30
Engenharia de Produção	Bacharelado	Noturno	50
Engenharia Eletrônica	Bacharelado	Integral	40
Engenharia Geológica	Bacharelado	Integral	45
Engenharia Hídrica	Bacharelado	Integral	25
Farmácia	Bacharelado	Integral	50
Filosofia	Bacharelado	Noturno	33
Gastronomia	Tecnológico	Integral	40
Geografia	Bacharelado	Noturno	40
Geoprocessamento	Tecnológico	Integral	45
Gestão Ambiental – Campus Pinheiro Machado	Tecnológico	Noturno	40
Gestão Ambiental – Campus Pelotas	Tecnológico	Vespertino	40
Gestão Pública	Tecnológico	Noturno	45
Gestão Pública	Tecnológico	Vespertino	50
História	Bacharelado	Matutino	50
Hotelaria	Tecnológico	Vespertino	30
Jornalismo	Bacharelado	Noturno	50

Letras – Português e Alemão	Licenciatura	Vespertino	30
Letras – Redação e Revisão de Textos	Bacharelado	Noturno	30
Letras – Tradução Espanhol – Português	Bacharelado	Integral	10
Letras – Tradução Inglês – Português	Bacharelado	Integral	10
Matemática	Licenciatura	Noturno	45
Museologia	Bacharelado	Integral	30
Música – Composição	Bacharelado	Matutino	20
Música – Ciências Musicais	Bacharelado	Matutino	10
Processos Gerenciais	Tecnológico	Noturno	60
Psicologia	Bacharelado	Noturno	50
Química Industrial	Bacharelado	Integral	40
Química Forense	Bacharelado	Integral	30
Relações Internacionais	Bacharelado	Noturno	50
Teatro	Licenciatura	Noturno	50
Terapia Ocupacional	Bacharelado	Noturno	40
Transporte Terrestre	Tecnológico	Noturno	40
Zootecnia	Bacharelado	Integral	70

Fonte: Elaboração do autor com base no portal de informações institucionais da UFPEL. Disponível em: <http://institucional.ufpel.edu.br>

Desta forma, foram criados 47 cursos novos através do programa REUNI na UFPEL, sendo destes: 10 cursos superiores de tecnologia, 5 novas licenciaturas e 32 bacharelados. Quanto aos turnos os cursos são ofertados da seguinte forma: 4 cursos matutinos, 4 cursos vespertinos, 17 cursos noturnos e 22 cursos integrais.

A seguir serão apresentados os contextos da Reestruturação da UFPEL e as ações implementadas entre 2007 a 2012.

4.3 Contextos de influência na Reestruturação da UFPEL

Nesta sessão serão apresentados e analisados os contextos político-administrativos que nortearam as decisões dos Conselheiros Universitários e levaram a Reestruturação Acadêmica de parte da estrutura da UFPEL.

Para compreender a dimensão das discussões e propostas analisadas pelos membros do CONSUN foi elaborado um quadro resumido das principais propostas apresentadas aos Conselheiros. Desta forma, foram identificados

registros de discussão e deliberação sobre a implantação do Programa REUNI nas seguintes Atas:

Quadro 4 – Agenda do Conselho Universitário e as principais deliberações a respeito da Reestruturação Acadêmica da UFPEL, através do REUNI, de 2007 a 2012.

Ata nº	Data da Reunião	Item da pauta	Assunto tratado	Deliberação ou encaminhamento
01/2007	03/07/2007	02	Curso Especial de Graduação em Medicina Veterinária	Durante a análise sobre o item de pauta foram discutidos aspectos sobre o REUNI e como estavam sendo debatidos na comunidade acadêmica
02/2007	26/10/2007	02	REUNI - Proposta de participação da UFPEL	Aprovada a adesão da UFPEL ao REUNI
03/2007	17/12/2007	12	Criação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Alimentos	Primeira proposta de alteração da estrutura, a partir das discussões do REUNI. A proposta não foi aprovada nesta reunião
01/2008	11/01/2008	04	Proposta de criação das Pró-Reitorias de Gestão de Recursos Humanos, Infra-Estrutura e Assistência estudantil	Proposta aprovada
03/2008	28/04/2008	01	Transferência do Departamento de Filosofia do ICH para o ISP	Proposta aprovada
04/2008	09/06 e 20/08/2008	01	Processo eleitoral para escolha do Reitor e Vice-Reitor	Influências do REUNI no processo eleitoral da UFPEL
05/2008	27/08/2008	02	Processo eleitoral para escolha do Reitor e Vice-Reitor	Discussão sobre a necessidade de realizar a Estatuinte Universitária, objetivando alterar o Estatuto e Regimento para adequar as necessidades de implantação do REUNI
06/2008	02/09/2008	01	Eleição da lista tríplice para escolha de Reitor	Influências do REUNI no processo eleitoral da UFPEL e proposta de

			e Vice-Reitor	Reestruturação Acadêmica através do REUNI
08/2008	30/12/2008	10 a 21	Projetos pedagógicos dos cursos criados em 2008	Projetos aprovados
01/2009	03/03/2009	03	Proposta e alteração no Regimento do CEAD	Proposta aprovada
		04	Proposta de alteração em artigos do Estatuto e Regimento, para atender as demandas do REUNI	Proposta aprovada. Primeira reunião realizada para tratar do assunto.
		05	Proposta de criação do Centro de Tecnologia e Inovação	Aprovada a criação do CDTEC
		06	Proposta de criação do Centro de Engenharias	Aprovada a criação do CENG
03/2009	14/12/2009	02	Processo plebiscito CAVG	Discussão sobre a transferência do CAVG para o IFSUL. Aprovação item teria impactos significativos na projeto REUNI na Universidade, pois os cursos que tinham sido criados no CAVG, através do REUNI seriam transferidos juntos com a Unidade.
01/2010	13/07/2010	02	Proposta de Estrutura dos Centros	Discussão inicial sobre a estrutura dos Centros e apresentação dos trabalhos da Comissão de Reestruturação
		03	Proposta de criação do Centro de Letras e Comunicação	No início da reunião, antes da aprovação da pauta um representante discente solicitou vistas aos itens 03, 04 e 05, a qual foi concedida. Portanto, neste dia estes itens da pauta não foram analisados pelos Conselheiros.
		04	Proposta de criação do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos	
		05	Proposta de Criação do Centro de Artes	
		02	Proposta de Estrutura	Segunda reunião realizada para discutir

02/2010	27/08/2010		dos Centros	os trabalhos da Comissão. Proposta de estrutura básica foi aprovada
		03	Proposta de criação do Centro de Letras e Comunicação	Segunda reunião realizada para discutir este assunto. Aprovada a criação do CLC.
	30/08/2010	04	Proposta de criação do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos	Segunda reunião que tratou do assunto. Após ampla discussão foi deliberado que s envolvidos deveriam ser consultados.
05		Proposta de Criação do Centro de Artes	Segunda reunião que tratou do assunto. O presidente do CONSUN propôs realizar uma reunião com toda a comunidade envolvida na proposta para chegarem a um consenso sobre o assunto.	
03/2010	29/10/2010	02	Proposta de criação do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos	Terceira reunião que tratou do assunto. Aprovada a criação do CCQFA.
		03	Proposta de Criação do Centro de Artes	Terceira reunião que tratou do assunto. Aprovada a criação do CA.
01/2011	13/12/2011	02	Análise e deliberação do parecer da Comissão do CONSUN sobre a Estrutura da UFPEL	Segunda reunião realizada para tratar do assunto. Foi solicitado que a proposta deveria voltar a discussão no início de 2012.
		03	Homologação das disposições legais para o funcionamento dos Centros	Os Conselheiros acharam melhor deliberar na próxima reunião sobre o tema.
		04	Proposta de criação do Centro de Ciências Animais	Após amplo debate, foi solicitada vista ao processo. No entanto, esta pauta não voltou a ser discutido pelo CONSUN.
		05	Transformação do Centro de Integração do MERCOSUL em Unidade Acadêmica	Aprovada a transformação do CIM

		09	Alocação dos cursos do REUNI	Foi criada uma comissão para estudar a lotação dos cursos que ainda estavam vinculados à Pró-Reitoria de Graduação
03/2012	11/10/2012	02	Proposta de criação do Centro de Estudos da Terra	O CONSUN solicitou manifestação do CDETC. A deliberação sobre a proposta foi adiada.
		03	Novo Regimento dos Centros como Unidades Acadêmicas	Terceira reunião realizada sobre o assunto. Proposta de Regimento encaminhada a Comissão de Legislação e Norma.
	26/10/2012	03	Regimento dos Centros (continuação)	Estrutura básica dos regimentos dos Centros aprovada.
		21	Incorporação do Curso de Zootecnia pela FAEM	Encaminhada ao COCEPE.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas atas do CONSUN no período de 2007 a 2012.

O quadro acima permite realizar uma pré-análise dos processos que serão apresentados e analisados a seguir. Também o resumo proporciona compreender a dimensão e complexidade do processo de reformulação que ocorreu na UFPEL, entre 2007 a 2012. No entanto, para entender os contextos político-administrativos do processo decisório é necessário analisar os fragmentos identificados e extraídos do corpus da pesquisa (atas do CONSUN) relacionados à Reestruturação Acadêmica da Universidade. Para uma melhor análise dos contextos político-administrativos optou-se por apresentá-los de acordo com os períodos em que os fatos ocorreram no Conselho Universitário.

4.3.1 As primeiras propostas de alteração da estrutura acadêmica da UFPEL através do Programa REUNI

No dia 17 de dezembro de 2007, ocorreu a primeira reunião do CONSUN da UFPEL após adesão da Universidade ao Programa REUNI. Esta sessão ordinária ficou registrada através da ATA nº 03/2007, na qual ficou visível que realizar a Reestruturação seria um trabalho muito árduo e que exigiria uma grande discussão sobre o tema na comunidade acadêmica.

O item 12 da pauta da reunião tratou da proposta de criação da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Esta proposição foi anexada ao

processo do Departamento de Ciências dos Alimentos o qual tinha como objetivo a alteração da estrutura curricular do curso de bacharelado em Química de Alimentos e a criação do Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos da UFPEL (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2007). Esta proposta vinha como plano de fundo para abrir as discussões sobre o REUNI na Universidade.

A proposta de criação de uma nova unidade acadêmica tinha como objetivo resolver uma demanda da Faculdade de Administração e Turismo que possuía um Departamento de Ciências dos Alimentos, oriunda da antiga Faculdade de Ciências Domésticas. O tema trouxe grande discussão por parte dos conselheiros universitários. Um dos conselheiros advertiu que se fosse aprovada esta proposição “[...] a UFPEL contaria com três setores que tratam de química de alimentos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2007, linha 121).

No entanto, conforme estrutura da Universidade em 2007, já existiam três setores que desenvolviam o tema, além do Departamento citado acima a instituição tinha um Departamento de Tecnologia de Alimentos na FAEM e o Departamento de Química no Instituto de Química e Geociências (IQG).

A direção da Faculdade de Administração e Turismo (FAT) salientou que o assunto estava em discussão desde 1994 na UFPEL e que solicitou aos Departamentos da FAEM e do IQG que dessem uma posição com relação ao Departamento de Ciências dos Alimentos da FAT. A ideia era incorporar este Departamento a outra unidade da UFPEL. No entanto, conforme a referida diretora da FAT “[...] sempre receberam NÃO como resposta” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2007, linha 128).

Ainda segundo a representante da FAT ocorreram diversas tratativas com os Departamentos de Tecnologia de Alimentos da FAEM e de Química do IQG para que o assunto fosse definido. No entanto, “[...] os Departamentos não aceitaram a inclusão do curso na sua carga” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2007, linha 130-131).

Além disso, a direção da FAT solicitou que a situação fosse resolvida, pois “[...] já estavam formando profissionais da área de turismo e o nome da unidade

ainda estava como Faculdade de Ciências Domésticas”²³ (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2007, linha 132-133).

Um representante comunitário destacou “[...] o histórico de pulverizar os cursos na UFPEL”. O conselheiro ressaltou ainda que eram nítidas as “[...] dificuldades das pessoas trabalharem juntas” na UFPEL (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2007, linhas 133-134).

A representante da FAT ressaltou que “[...] desde 2004 estão tentando fazer a junção com os demais departamentos e não houve consenso das partes” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2007, linha 141-142).

O Diretor do Instituto de Ciências Humanas declarou que há muito tempo acompanhava a “[...] situação de indefinição em que os professores da Faculdade de Ciências Domésticas vivem, assim como vários setores da Universidade vivem em situações semelhantes de indefinições e incoerência” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2007, linha 145-147).

No entanto, o referido Diretor não via como alternativa resolver os problemas pontuais da estrutura da UFPEL de maneira isolada, mesmo sabendo que era uma situação complexa dentro da Universidade. Também sugeriu que a aprovação das novas unidades acadêmicas ficasse “[...] condicionada à antecipação dessas situações em que se encontram os professores destes departamentos” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2007, linha 151-152). Além disso, “[...] achava complicado tomar a decisão somente em 2009” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2007, linha 152-153).

Com isso, ficou evidente que as discussões sobre o processo de Reestruturação da Universidade deveriam ocorrer o mais rápido possível, pois existiam problemas administrativos e acadêmicos que só a reformulação das estruturas poderiam corrigir, como se verá posteriormente.

²³ A Faculdade de Administração e de Turismo foi criada pela portaria do Gabinete do Reitor n° 902 de 12 de julho de 2006. Tal portaria alterou a denominação da Faculdade de Ciências Domésticas para Faculdade de Administração e de Turismo. No entanto, em 2007, ainda existiam pendências administrativas dos departamentos da FAT com a antiga FCD.

Em 11 de janeiro de 2008, em reunião ordinária do CONSUN, foram aprovadas a criação de 3 novas unidades administrativas, as quais são: a Pró-Reitoria de Gestão e Recursos Humanos, com 38 votos favoráveis e 3 abstenções, a Pró-Reitoria de Infraestrutura, com 35 votos favoráveis, 2 votos contrários e 4 abstenções e a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, com 35 votos favoráveis, 2 votos contrários e 4 abstenções (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2008).

De acordo com as Atas do CONSUN existia uma preocupação por parte dos conselheiros sobre as renumerações dos gestores das unidades que estavam sendo criadas através do REUNI. No entanto, conforme o plano da UFPEL já estavam previstas gratificações para os cargos de Direção (CD) das novas Pró-Reitorias (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2008; UFPEL, 2007).

Esta decisão do CONSUN resultou na publicação da Resolução nº 03, de 11 de janeiro de 2008, a qual concedia assento aos três Pró-Reitores junto ao Conselho Universitário a partir desta data, concedendo-lhes os mesmos direitos adquiridos pelos demais Pró-Reitores, Diretores de Unidades, representantes de Classes, e representantes discentes. Este ato possibilitava a gestão da Universidade ter uma maior representatividade dentro do Conselho máximo da Instituição. No entanto, os representantes das novas unidades administrativas só tomaram assento no CONSUN no dia 13 de dezembro de 2011. Percebe-se, através da análise das atas subsequentes a reunião que criou as pró-reitorias, que os novos conselheiros não participaram das reuniões pelo fato de ter que manter a proporcionalidade de 70/30 (70 % docentes e 30% as outras categorias – STA, discentes e representantes da sociedade civil). Neste período de 13 de janeiro de 2008 a 13 de dezembro de 2011, ocorreu poucas discussões sobre a composição do CONSUN.

Em 28 de abril de 2008, durante sessão ordinária do CONSUN, foi deliberada a transferência do Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas (ICH) para o Instituto de Sociologia e Política (ISP). Tal decisão foi aprovada pelo Conselho Departamental do ICH e pelo Conselho Departamental do ISP, pois ambos Conselhos entendiam que existia uma grande afinidade epistemológica da Filosofia com a Ciência Política, “[...] em função do fato da Filosofia Política ser, em conjunto com a Ética, um dos vetores fundamentais do Departamento de Filosofia” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2008, linha 73-75). As

discussões nas unidades começaram a ocorrer em 2006. No entanto, a grande preocupação do Departamento de Filosofia estava relacionada ao espaço físico e aporte financeiro para atender as demandas do Departamento. Com a perspectiva de implantação do REUNI na UFPEL as demandas poderiam ser atendidas (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2008).

Durante ampla discussão dos conselheiros, houve a leitura das atas dos Conselhos Departamentais das Unidades. O Diretor do ICH antes de ler a ata do conselho de sua Unidade expôs que “[...] seu voto era resultante da decisão da reunião do Conselho Departamental” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2008, linha 52-53). Ainda antes do presidente do CONSUN abrir para votação houve indagação por parte da direção do ICH, que questionou “[...] como ficariam as relações entre as Unidades Acadêmicas, diante de situações desta natureza, quando um Departamento faz proposta a outra Unidade para ser removido, sem consulta prévia à Direção?”. O presidente do COCEPE que estava presente na reunião do CONSUN respondeu que “[...] quando o processo chega ao COCEPE, ele é encaminhado ao Diretor da Unidade onde estava lotado o Departamento. Assim foi feito e com a concordância do ICH, foi encaminhado ao ISP que também concordou” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2008, linha 133-136). Após ainda argumentou que “[...] administrativamente era procurada a adequação da estrutura organizacional da Universidade de acordo com suas necessidades e é sabido que a estrutura organizacional da UFPEL está bastante defasada” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2008, linha 141-142).

Além disso, o presidente do COCEPE ressaltou que “[...] está sendo pensada a reestruturação de toda a Universidade colocando os vários cursos nas áreas a que de fato pertencem e não continuar com a “colcha de retalhos” que existe na Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2008, linha 146-147) fazendo referência às áreas de conhecimento e os cursos existentes.

Após as discussões o presidente do CONSUN colocou em regime de votação a transferência do Departamento de Filosofia para o Instituto de Sociologia e Política, o qual foi aprovado com 48 votos favoráveis e 2 abstenções (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2008).

Apesar da aprovação da transferência do Departamento por quase unanimidade, as discussões que foram travadas e registradas em Ata demonstram que era urgente o debate sobre a Reestruturação da Universidade, principalmente para evitar ações paralelas sem levar em consideração o todo da UFPEL. Os questionamentos e apontamentos presentes na Ata reforçam estas colocações. Até porque o Programa REUNI proporcionava e impulsionava estas discussões, considerando que o aporte de recursos previstos no projeto poderia dar conta das principais demandas das unidades, tais como: falta de espaço físico e recursos para custeio.

Os contextos de criação das unidades acadêmicas da UFPEL demonstram que a instituição foi se remodelando ao longo do tempo. A história, por exemplo, do Instituto de Sociologia e Política demonstra isso.

O ISP foi criado em 1958, constituindo-se como um órgão autônomo da Faculdade de Direito de Pelotas, então vinculada à UFRGS. Nesse período, a unidade destinava-se à promoção de cursos, seminários e debates sobre temas sociais. Quando a UFPEL foi criada, em 1969, o ISP foi uma das unidades fundadoras, ao lado de faculdades, como as de Agronomia, Odontologia, Direito e Medicina, que existiam anteriormente no município como unidades independentes ou vinculadas a outras instituições (IFISP, 2017).

A resolução do CONSUN aprovando a transferência do Departamento de Filosofia para o ISP foi um marco importante na história desta Unidade. O ISP recebeu a adesão do Departamento de Filosofia e todas as suas atividades, ou seja, os cursos de graduação em Filosofia (Bacharelado e Licenciatura) e de Mestrado em Filosofia, o que praticamente dobrou o número de professores e de alunos da Unidade. A partir deste momento, a Unidade passou a contar com: dois departamentos (Filosofia, e Sociologia e Política), 36 professores, sete funcionários, aproximadamente 800 alunos distribuídos por cinco cursos de graduação, um de especialização, três programas de mestrado (Ciência Política, Filosofia e Sociologia), e um Doutorado (Filosofia). Na condição de instituto básico também oferecia disciplinas para quase duas dezenas de cursos de graduação da UFPEL. Em 06 de janeiro de 2012, o ISP através da portaria nº 31 do gabinete do Reitor da UFPEL, alterou sua denominação para Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP).

Segundo o Conselheiro¹ esta conquista da comunidade acadêmica da UFPEL só foi possível graças ao REUNI, pois “[...] o Programa possibilitou a abertura de diálogo entre as unidades, departamentos e colegiados dos cursos da Universidade, que contribuiu para as realocações que foram feitas no período” (Conselheiro¹).

4.3.2 Influência do processo eleitoral para o cargo de Reitor e Vice-Reitor no processo de Reestruturação da UFPEL

No dia 29 de junho de 2008, com a presença de 50 conselheiros ocorreu a quarta sessão do CONSUN do ano de 2008. A partir deste momento, conforme as Atas das reuniões do Conselho máximo da instituição, as discussões sobre a Reestruturação da Universidade foram interrompidas, pois o Conselho passou a discutir o processo eleitoral para escolha do Reitor da Instituição. No entanto, o tema REUNI em diversos momentos apareceu, principalmente, como forma de argumentar a agilidade do processo de escolha da nova gestão para o período 2009-2012.

Na primeira fala do presidente do CONSUN sobre o processo que estava em curso foi possível identificar que existiu, de certa forma, uma influência do Programa REUNI no processo eleitoral da UFPEL em 2007. Conforme relato do próprio presidente “[...] estamos passando por um momento atípico, as tratativas para a eleição estão ocorrendo de forma diferente dos anos anteriores” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 04/2008, linha 56-57). Nesta reunião foi discutido como seria a forma de eleição, “[...] se no CONSUN ou com consulta à comunidade” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 04/2008, linha 62-63). Isso se dava porque não existia um consenso na comunidade acadêmica sobre o tipo de voto, se seria paritário ou universal, para a realização da consulta a comunidade.

Em determinado momento da sessão o presidente do CONSUN falou sobre a necessidade da discussão e rapidez na deliberação sobre o tema, ressaltando que “[...] a implantação do REUNI se faria urgente, pois se não fosse implantada a tempo, a universidade correria o risco de não receber a verba para o andamento das obras, em prejuízo das Unidades” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 04/2008, linha 57-59).

Além disso, o referido Conselheiro advertiu que “o trabalho dos servidores técnico-administrativos era fundamental neste momento” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 04/2008, linha 60), fazendo uma relação com os prejuízos que poderiam ocorrer caso a universidade entrasse em uma discussão sobre o processo de escolha do Reitor e Vice-Reitor, e abandonasse o REUNI, o qual estava em pleno curso.

Em 20 de agosto de 2008, com a presença de 55 conselheiros, foi dada continuidade a reunião ordinária do CONSUN, que havia sido interrompida em 09 de junho do mesmo ano. O ponto de pauta da sessão ainda era processo eleitoral da UFPEL.

Durante a reunião houve diversas manifestações sobre a agilidade do processo de escolha da nova gestão e o quanto a postergação poderia trazer de prejuízos para a instituição. A Pró-Reitora de Graduação se manifestou no “[...] sentido de pedir que cada conselheiro, tivesse a consciência de não estender o prazo para esta discussão tão séria e que não atrapalhasse o processo concreto que estava acontecendo de reestruturação desta universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 04/2008, linha 325-327). Além disso, explicou que “[...] estão sendo colocados onze novos cursos e estamos buscando a qualidade dos cursos e por isso mesmo a Pró-Reitoria não poderia parar num período eleitoral” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 04/2008, linha 329-331).

O presidente do CONSUN ainda ressaltou que era necessário resolver as questões eleitorais até o dia 02 de setembro, por causa dos “[...] prazos exíguos para atender as exigências do REUNI, especialmente no que se refere as licitações para aquisição de material, obras e reformas” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 04/2008, linha 350-352). Além disso, “[...] apresentou os documentos e decretos relativos à aplicação do orçamento por parte do Executivo Federal” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 04/2008, linha 352-353). Destacando ainda que “[...] durante as eleições para reitor a Universidade sempre reduz o ritmo de trabalho” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 04/2008, linha 353-354).

No dia 27 de agosto de 2008, durante sessão ordinária continuava-se discutindo o processo eleitoral na UFPEL. No momento que se debatia os desafios da nova gestão que assumiria a Universidade para o período 2009-2012, houve manifestação do conselheiro representante dos Coordenadores de Cursos de

Graduação afirmando que a próxima gestão da UFPEL deveria ter duas preocupações principais, as quais eram:

1º - Estatuto Universitária, tendo em vista que Estatuto e Regimento da Universidade estavam literalmente defasados da realidade legal que se vivencia e 2º - Concepção estrutural da Instituição que foge da realidade daquilo que se quer em termos de uma reforma universitária a ser feita (CONSUN/UFPEL, Ata nº 05/2008, linha 128-131).

Ainda durante a sessão, quando os conselheiros debatiam sobre possíveis datas para realização de reunião ordinária para elaboração da lista tríplice para os cargos de Reitor e Vice-Reitor, o Conselheiro representante da direção da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo salientou que o dia 02 de setembro do ano corrente, não criaria prejuízos à Administração Central da UFPEL no que se referia aos prazos que a Universidade teria que cumprir com a implantação do REUNI. O referido Conselheiro acreditava que “[...] a dilatação maior desse prazo não seria conveniente, nem prudente neste momento, pois muitos dos posicionamentos da reunião passada, foram justamente pelo prejuízo que a Instituição teria no fato de fazer uma consulta mais ampla e prorrogar os prazos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 05/2008, linha 213-216).

O que estava em jogo naquele momento era definir a forma com seriam escolhidos os novos gestores da UFPEL, assim como as datas para que ocorressem os trâmites legais do processo. Ocorre que as categorias representativas da UFPEL - dos servidores técnico-administrativos (ASUFPEL), dos docentes (ADUFPEL) e dos alunos (DCE) – não conseguiram entrar em consenso sobre o sistema de votação, paritário desejado pelos professores, ou universal requerido pelos STA e discentes.

Durante 3 sessões os Conselheiros Universitários discutiram muito sobre prorrogar ou não o processo de escolha da nova gestão da Universidade. A Administração Central da UFPEL e alguns conselheiros entendiam que prorrogar mais o processo seria prejudicial para a Instituição, pois o REUNI estava em pleno processo de implantação com diversas obras e reformas em andamento, cursos novos sendo implantados, diversos Servidores Técnico-Administrativos e professores envolvidos no processo. Por outro lado, existiam conselheiros – diretores, STA e discentes - afirmando que não tinha porque a UFPEL não prorrogar o processo para que pudesse ser feita a consulta a comunidade. Para estes a

reunião do CONSUN, que elaboraria a lista tríplice, poderia ser realizada até o dia 12 de novembro do ano corrente - sessenta dias antes do encerramento do mandato do Reitor (CONSUN/UFPEL, Ata nº 04/2008; CONSUN/UFPEL, Ata nº 05/2008; CONSUN/UFPEL, Ata nº 06/2008).

Na reunião ordinária do CONSUN, no dia 02 de setembro de 2008, sessão de pauta única, que tratou da elaboração da lista tríplice para escolha de Reitor e Vice-Reitor da UFPEL, houve arguições aos candidatos ao processo. O tema da Reestruturação da Universidade foi pauta da discussão. O representante dos professores titulares da UFPEL, complementando uma pergunta de um representante da sociedade civil, questionou o Reitor, então candidato a Reitor para a Gestão 2009-2012, de que forma, se eleito fosse, consolidaria os cursos na UFPEL diante da expansão e das transformações que estavam ocorrendo por toda a Instituição. O candidato salientou que no projeto do REUNI estão previstas ações de Expansão e Reestruturação da Universidade, as quais estavam começando a ser colocadas em prática. Além disso, afirmou que “[...] é preciso promover uma reestruturação muito ampla de toda a universidade e está terá que mudar e se modernizar neste sentido” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 06/2008, linha 354-357). Salientou que o próprio Conselho já havia aprovado a proposta de que a partir de julho ou agosto de 2009, fosse promovida a discussão nas unidades sobre a Reestruturação Acadêmica.

O referido candidato salientou ainda que, em outras eleições que participou os candidatos sempre apresentaram propostas de reestruturação das unidades acadêmicas que atingissem a todas as unidades, mas que nunca conseguiram implementar a proposta (CONSUN/UFPEL, Ata nº 06/2008). Para o Conselheiro1 isto ocorreu porque era muito difícil reestruturar a Universidade sem poder garantir que as coisas melhorariam para comunidade. No entanto o momento em que a Universidade estava passando, após a adesão ao REUNI, favoreceu a discussão, pois existiam motivos e grandes benefícios para as Unidades Acadêmicas com a implementação do REUNI. Conforme salienta o Conselheiro1 “[...] o REUNI proporcionou uma ampla discussão das unidades acadêmicas, isso porque o projeto contemplava incentivos significativos e que poderiam mudar o panorama da Instituição” (Conselheiro1). A perspectiva de fortes investimentos era um propulsor desta discussão “[...] com a liberação de uma grande quantidade de

vagas de docentes, em torno de 420 vagas novas, os professores puderam pensar em uma reformulação das estruturas acadêmicas. Isso favoreceu o processo” (Conselheiro1). Este fato contribuiu para que a Universidade pudesse discutir a situação de forma global, inclusive discutir a Reestruturação envolvendo 2 ou 3 unidades, para que fizessem projetos conjuntos. Segundo o Conselheiro1: “os gestores que me antecederam sempre tiveram grandes dificuldades de fazer qualquer reformulação que envolvesse mais de uma unidade acadêmica” (Conselheiro1). Salientou ainda que “às vezes era impossível conseguir consenso entre dois departamentos de uma mesma unidade. As pessoas não queriam nem conversar” (Conselheiro1).

Ainda durante a sessão do CONSUN, o referido candidato afirmou que não existiam mais alternativas, pois considerava que:

O REUNI foi feito de tal maneira que para obter os recursos que toda a Universidade necessita para equipamentos, obras, custeio e novos professores, será necessário que haja uma integração entre os cursos já existentes e os novos, e esse trabalho deve ser feito pela Pró-Reitoria de Graduação (CONSUN/UFPEL, Ata nº 06/2008, linha 359-362).

O candidato a Reitor ainda destacou que, tinha convicção que “[...] seria possível consolidar os cursos antigos ou torná-los ainda mais fortes, além de criar os novos cursos, úteis a sociedade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 06/2008, linha 363-364). Este é o primeiro registro em Atas do CONSUN sobre a necessidade de criar cursos voltados às necessidades da sociedade. Verifica-se logo a frente que esta preocupação era manifestação recorrente da Administração Central da UFPEL, quando se reunia com as unidades acadêmicas, sendo possível detectar este discurso nas entrevistas com os conselheiros universitários.

Outro candidato ao cargo de Reitor da UFPEL salientou que a sua principal proposta era a “[...] instalação imediata de uma Estatuinte Universitária, onde a instituição deverá ser atualizada e especialmente repensada” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 06/2008, linha 413-414). Afirmou também que ingressou na UFPEL em novembro de 1978 e isto permitiu que ele acumulasse uma série de avaliações. Afirmou ainda que:

Já ouvira por diversas oportunidades, em diversos locais, departamentos, unidades, e no próprio Conselho, as dificuldades de governar a Universidade, pela colcha de retalhos em que se constitui o Estatuto, com

os adendos, apensos e outros documentos que foram sendo anexados e agregados (CONSUN/UFPEL, Ata nº 06/2008, linha 359-362).

Para o referido Conselheiro, “[...] quando discutiam estrutura de universidade, eram discutidos os departamentos, as unidades e toda a estrutura organizacional, tinham que começar a repensar e fazer um grande esforço para analisar a universidade”. Esta proposta do candidato a Reitor tinha como intuito discutir as distorções dentro da estrutura da Universidade. Citou como exemplo que na Instituição tinham primeiramente os Institutos e não existiam os cursos, depois criaram os cursos dentro dos institutos. Ressaltou ainda que, existem na UFPEL cursos, faculdades, institutos e escolas, afirmando que “[...] isto por si só, se constituía em uma condição tremendamente complicada de viabilizar outros procedimentos dentro da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 06/2008, linha 413-414). Neste ponto o candidato ao cargo de Reitor dava a entender a complexidade de inserir novas estruturas dentro do contexto da Instituição, sem antes rediscutir a estrutura, assim como o Estatuto e o Regimento que são da década de 1970.

Percebe-se que desde o início das discussões sobre o REUNI na UFPEL, tanto através da análise das atas do CONSUN, quanto dos discursos dos Conselheiros, a posição da Administração Central sempre foi de deixar as discussões sobre a Reestruturação da Universidade para o ano de 2009. Sobre esta perspectiva verifica-se no relato do Conselheiro1 que “[...] sabíamos que este tema era muito complexo e que exigiria tempo para discutir o assunto na comunidade”. Além disso, discutir a Reestruturação em ano eleitoral não seria do agrado da gestão central da Universidade, e nem dos diretores “[...] sabíamos que propor mudanças na estrutura da universidade traria grande impacto junto à comunidade acadêmica, onde poucos estão dispostos a mudança e ao novo” (Conselheiro1). Outro aspecto destacado pelo Conselheiro é que “o desgaste seria muito grande e o debate seria pouco produtivo”.

Além disso, “[...] em ano eleitoral é sabido que de 4 a 5 meses as pessoas giram em torno da campanha eleitoral. Seria um risco muito grande abrir um debate de tamanha magnitude” (Conselheiro1).

Portanto, a implantação do REUNI na UFPEL teve, de certa forma, uma significativa influência sobre o processo eleitoral para escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFPEL para os anos de 2009-2012.

4.3.3 Contextos iniciais da criação dos Centros Acadêmicos na UFPEL

No dia 03 de março de 2009, durante sessão ordinária do CONSUN foi apresentada proposta de alteração no regimento do Centro de Educação à Distância – CEAD – primeiro centro criado na UFPEL após a aprovação dos Centros como unidades acadêmicas. Após a apresentação do tema pelo presidente do Conselho foi dada a palavra a representante da Faculdade de Educação (FAE), a qual pediu informações sobre a data de criação dos cursos (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009).

A Pró-Reitora de Graduação da UFPEL, explicou ao Conselho que a representante da FAE era nova na instituição e não conhecia o histórico de criação dos cursos, dos quais 2 foram criados em 2007. O Conselheiro representante da Faculdade de Letras que participou da Comissão que estudou e analisou a criação do Núcleo de Educação à Distância, e este que mais tarde se transformaria no CEAD, discorreu sobre a forma como os cursos foram criados e porque não foram lotados nas unidades acadêmicas existentes (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009).

Para o Conselheiro1 “[...] a ideia de criar o CEAD tinha como objetivo alocar os cursos de Educação à Distância da UFPEL, pois na época estavam fora das Unidades Acadêmicas tradicionais”(Conselheiro1). Tal situação foi necessária “visto que desde o início da discussão de criação dos cursos à distância na Universidade as unidades acadêmicas que poderiam acolher estes cursos foram contrárias a sua criação” (Conselheiro1). A única exceção era o curso de matemática²⁴.

Houve um debate acalorado sobre a criação desta nova unidade acadêmica. O representante dos professores Auxiliares apoiou a proposta da Pró-Reitora de Graduação dizendo que “[...] gostou da proposta de discussão maior por

²⁴ Este curso foi criado junto ao Instituto de Física e Matemática e só foi transferido para o CEAD em 2011, através da portaria nº 130, de 24 de janeiro.

parte do Conselho Universitário, pois ultimamente os assuntos têm trazidos com urgência e não têm sido discutidos com mais profundidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 102-104). O conselheiro ressaltou ainda que “[...] atualmente os Departamentos têm sido tratados como problema na Universidade, o que não é a realidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 105-106).

O presidente do CONSUN anunciou que seria criado um grupo de trabalho para que até 90 dias fossem proposta as alterações do regimento do CEAD. Neste sentido, o representante do IFM aconselhou que seria necessário um prazo maior, pois precisava-se discutir de forma ampliada o assunto, e deveria ser discutida a necessidade de existência de mais de um curso na mesma área na Universidade.

O presidente do CONSUN ressaltou que não poderiam postergar a decisão, pois poderia acarretar diversos problemas com relação à contratação de docentes (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009). A Universidade tinha recebido liberação para contratação de 32 vagas para professores da Educação à Distância e vagas de servidores técnico-administrativos, através do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UFPEL recebeu autorização para contratação de docentes, no entanto, havia a necessidade de lotar estes professores em unidades acadêmicas. Os primeiros cursos da Universidade tinha sido lotados na Pró-Reitoria de Graduação, mas esta não era uma situação definitiva. Não seria possível lotar professores que não tinham cargos administrativos em unidades administrativas. No início isso foi um problema. Somente a criação de novas unidades poderiam resolve-lo.

Após ampla discussão sobre o tema o presidente do Conselho interferiu o debate e afirmando que “[...] entendia as apreensões de todos, mas entendia que o Centro não irá alterar nenhuma Faculdade, Instituto ou Escola” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 118-120). Ressaltou novamente que “o problema atual é que os docentes deverão ser lotados nos Centros” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 120).

O Conselheiro representante dos professores titulares salientou que outras instituições no país possuem centros acadêmicos e funcionam muito bem. Citou o exemplo da Universidade Federal de Viçosa que possui na sua estrutura os

Centros e “[...] está colocada em terceiro lugar no ranking das universidades brasileiras” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 122-123).

Após várias manifestações de Conselheiros a representante da Faculdade de Odontologia sugeriu a criação de dois Centros, para abrigar os novos professores, e mais tarde, “[...] seria analisada a validade ou não da criação destes Centros” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 124-126). A ideia da Conselheira era resolver o problema administrativo de lotação dos docentes e ganhar tempo para as discussões sobre a criação dos Centros.

O presidente do Conselho salientou que a proposta de criar centros provisórios “[...] vinha ao encontro do que havia sido sugerido pela Procuradoria Jurídica” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 127). Verificando as atas do CONSUN e as decisões subsequentes percebe-se que esta proposta não foi colocada em prática, pois foram criados, até o final do ano de 2009, 3 novos Centros Acadêmicos de forma permanente, os quais foram: o Centro de Educação à Distância²⁵, Centro de Tecnologia e Inovação e Centro de Engenharias.

As discussões avançaram e o representante dos professores auxiliares sugeriu que “[...] deveria ser providenciada uma forma de criar os Centros e definir que os docentes fossem neles lotados” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 129-130). A Pró-Reitora de Graduação solicitou que a pauta fosse mantida e que os Conselheiros deixassem para discutir a forma como criariam os Centros depois. Neste momento, o presidente do Conselho colocou em votação a aprovação do Regimento do CEAD, sendo este considerado como Centro Universitário, o qual foi aprovado com 47 votos favoráveis e 04 abstenções (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009). Destaca-se que o Regimento do CEAD foi discutido antes da discussão de alteração do Regimento e do Estatuto da Universidade que permitiria a criação da Unidade, conforme verifica-se a seguir.

²⁵ Cabe destacar a situação do CEAD, que foi criado oficialmente em 27 de abril de 2010 através da Portaria n.º 432 do Gabinete do Reitor. Este Centro era constituído de quatro cursos de graduação: Licenciatura em Pedagogia a Distância, Licenciatura em Espanhol a Distância, Licenciatura em Educação do Campo a Distância e Licenciatura em Matemática a Distância. Esses cursos atendiam aos programas Pró-Licenciatura (Pró-Lic) e Universidade Aberta do Brasil (UAB). No entanto, este Centro foi extinto oficialmente em 2014, através da resolução do CONSUN nº 03 de 08 de abril de 2014.

O Conselho passou a debater a proposta de alteração em artigos do Estatuto e do Regimento da UFPEL. Como o assunto estava sendo debatido em boa parte da sessão, principalmente com a pauta anterior, após algumas sugestões da maneira como deveria ser apresentado o assunto, os conselheiros chegaram a um consenso a respeito da redação para alteração do texto sugerido pela presidência do Conselho, o qual ficou com a seguinte formatação:

Dos CENTROS. Art... A UFPEl, por seu Conselho Universitário, poderá criar Centros, com o propósito de congregar diversas Unidades ou Cursos, já existentes ou que vierem a ser criados, cujo funcionamento, prerrogativas, poderes e funções serão definidos no Regimento da Universidade. § 1º - O centro constitui uma Unidade Universitária que poderá abrigar Faculdades, Escolas, Institutos e Cursos de áreas afins, de modo a desenvolver o ensino de graduação e de pós-graduação, integrados com a pesquisa, visando aprimorar habilidades e competências para a formação profissional. § 2º - A lotação do pessoal docente e servidores técnico-administrativos será feita nos Centros ou nos Departamentos respectivos das Faculdades e Institutos (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 144-152).

A proposta foi colocada em votação e aprovada com 51 votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção. O texto aprovado na verdade apenas acrescentou os Centros na estrutura da Universidade, não havendo nenhuma modificação na estrutura que pudesse impactar nas unidades já existentes. Também não há registro nas atas do CONSUN de discussões sobre alterações profundas na estrutura. No entanto, percebe-se tanto na análise das atas como no discurso dos conselheiros entrevistados que as discussões sobre as possíveis alterações nas estruturas das unidades existentes ocorreram nas reuniões tanto da Administração Central da Universidade com as unidades acadêmicas, quanto nos departamentos das unidades. Pode-se perceber a forma como isso ocorreu nos relatos dos conselheiros registrados em ata que serão apresentados no próximo capítulo.

5. OS CONTEXTOS DE CRIAÇÃO DOS CENTROS ACADÊMICOS NA UFPEL

Este capítulo apresenta os contextos de criação dos centros acadêmicos da UFPEL. Serão evidenciadas tanto as propostas que foram implementadas, quanto as que não foram aprovadas pelo Conselho Universitário da Instituição.

É necessário destacar que existia uma proposta por parte da gestão da UFPEL de criar 12 Centros Acadêmicos e, conseqüentemente, alocar todos os cursos e docentes de acordo com as suas áreas nestas Unidades. A criação destas novas Unidades com a incorporação das existentes iria possibilitar a Instituição e o CONSUN deliberar sobre os Bacharelados Interdisciplinares. No entanto, diante das decisões descritas neste capítulo a criação dos Bacharelados Interdisciplinares nunca foi debatida no Conselho máximo da UFPEL.

Confirma-se, assim, a afirmação de Arretche (2001), que existe uma grande distância entre o que é proposto pelos formuladores da política, e o que é implementado pelos gestores locais. Esta distância segundo a referida autora deve-se as incertezas da implementação, materializadas pelas decisões tomadas pelos implementadores num contexto político, institucional e econômico em que atuam.

Este capítulo discorre sobre os contextos que impossibilitaram a UFPEL de implantar a sua agenda como estava prevista no Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade.

5.1 Os contextos de criação dos Centros Acadêmicos na UFPEL

A primeira proposta de Centro Acadêmico discutida pelos Conselheiros Universitários foi a de criação do Centro de Tecnologia e Inovação, que depois receberia o nome de Centro de Desenvolvimento Tecnológico. Durante sessão ordinária do CONSUN, no dia 03 de março de 2009, foi dada a palavra ao representante dos Cursos de Pós-Graduação que fez a apresentação do projeto (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009). Destaca-se que o Conselheiro era responsável pela proposição e logo após a sua fala o Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola, o qual apresentou a proposta de criação do Centro de Engenharias. O

Centro de Engenharias seria composto pela Faculdade de Engenharia Agrícola, curso de Engenharia Agrícola, curso de Engenharia Industrial Madeireira e os novos cursos de engenharia criados através do Programa REUNI (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009).

Segundo o Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola através da nova estrutura de unidade acadêmica “[...] seria possível uma maior eficiência no aproveitamento de conteúdos, recursos humanos, materiais e tecnológicos, garantindo uma maior qualidade acadêmica e integração entre ensino, pesquisa e extensão” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009, linha 164-166).

Após a apresentação das duas propostas de novos Centros acadêmicos o presidente deixou a palavra a disposição dos Conselheiros Universitários, como não houve manifestações, os projetos foram colocados em regime de votação, tendo sido aprovados²⁶ (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2009).

Apesar da rápida aprovação dos dois novos Centros Acadêmicos da UFPEL, mesmo não existindo registros nas atas do CONSUN de maiores discussões sobre o assunto, percebe-se que as questões que não foram tratadas ou discutidas durante esta sessão, foram debatidas em meio as propostas das Unidades Acadêmicas. Nota-se que na época não existia um amadurecimento sobre o tema na comunidade acadêmica, assim como a dimensão das consequências da criação destas novas unidades, o que até certo ponto favoreceu a aprovação das mesmas.

As discussões sobre a nova estrutura dos Centros Acadêmicos tanto na comunidade acadêmica, quanto no CONSUN foram impulsionadas pela decisão do Conselho Máximo da Instituição de criar o CDTEC e o CENG.

Diante da aprovação dos primeiros Centros Acadêmicos da UFPEL, o CONSUN e a comunidade acadêmica começaram a discutir, de forma mais intensa, as propostas das novas estruturas de forma diferenciada, com uma ampla discussão em todas as esferas, e envolvendo vários atores, conforme os registros a seguir.

Na primeira reunião do CONSUN de 2010, o Conselho discutiu sobre a proposta de estrutura dos Centros Acadêmicos, os quais segundo o presidente do

²⁶ Não há registro na ata do CONSUN do número de votos favoráveis, contrários e abstenções.

CONSUN “[...] deveriam ter um mínimo de estrutura comum a todos estes Centros que existem agora e outros que vierem a ser criados” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 125-126). O Conselheiro fez referência à Comissão do Conselho Universitário, que ficou encarregada, desde o início das discussões, de apresentar uma proposta básica de estrutura para os Centros.

O representante da Faculdade de Letras em nome da Comissão responsável pelas discussões sobre a Reestruturação na Universidade relatou que os trabalhos da Comissão iniciaram em abril de 2009. Ressaltou que a Comissão tinha sido “[...] eleita pelo Conselho Universitário”²⁷ (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 132), sendo composta por 01 representante das seguintes seguintes seguintes: dos Coordenadores de Cursos de Graduação, da direção da Faculdade de Letras, da Direção do Instituto de Sociologia e Política, da Direção da Escola Superior de Educação Física, dos Servidores Técnico-Administrativos e dos Discentes.

O referido Conselheiro ainda salientou que a Comissão desde o início trabalhou para elaborar uma proposta de “[...] adequação do Estatuto e Regimento à nova estrutura administrativa” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 136). Segundo o Conselheiro, forma apresentadas, tanto a Administração Central da Universidade, quanto as Unidades Acadêmicas, algumas propostas de Reestruturação da Instituição, “[...] a partir de uma estrutura que fosse comum, ou próxima, respeitando as especificidades de cada área, de cada Unidade, de cada agrupamento de Unidades”, assim a Universidade poderia discutir as ideias e construir a Reestruturação do Estatuto e do Regimento.

A Comissão solicitou aos Diretores e Conselhos Departamentais que discutissem com seus pares, “[...] respeitando a forma como eles entendessem como deveriam ser conduzidas estas discussões, para que pudessem apresentar propostas à Comissão no sentido de formatarem uma proposta unificada de nova estrutura” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 144-146). Foram recebidas muitas propostas, sendo que algumas Unidades não apresentaram trabalhos.

²⁷ Não há registro nas atas do CONSUN de eleição realizada pelos Conselheiros para eleger os membros da Comissão que trataria da discussão sobre a Reestruturação na UFPEL.

Considerando as propostas apresentadas à Comissão, foi elaborada uma proposta alternativa para a estrutura de Centros, a qual tinha algumas novidades comparada àquela apresentada inicialmente pela Administração Central da Universidade ao CONSUN (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010).

A proposta apresentada pelo Conselheiro representante da Comissão previa a extinção dos Departamentos nas estruturas dos Centros, e a possibilidade de serem criadas Câmaras para tratar de assuntos específicos de Ensino, Pesquisa e Extensão, as quais ficariam a critério de cada Centro a sua criação ou não. Os Conselhos dos Centros seriam compostos pelos seguintes membros: Diretor, Diretor Adjunto, Coordenadores de Cursos de Graduação, Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação, representantes docentes, representantes dos STA e representações discentes, na forma da Lei (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010).

Esta alteração representaria mudar a estrutura de poder na UFPEL, visto que não existindo os departamentos nas novas unidades, não existira a figura de chefe de departamento, a qual tinha grande representatividade na estrutura da Instituição, até mesmo política.

Os representantes discentes solicitaram que a proposta fosse votada na próxima reunião. O presidente do Conselho respondeu que existiam muitos problemas em decorrência da “[...] falta de definição da estrutura dos Centros” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 168-169). Salientou ainda que “[...] nada prejudicará o andamento da análise por parte da representação discente dos demais centros a serem criados, a estrutura proposta irá atender imediatamente aos Centros já existentes” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 169-171).

Um representante dos STA destacou que, em 2009, as três entidades (ADUFPEL, ASUFPEL e DCE) encaminharam documento ao Gabinete do Reitor pedindo que ocorresse amplo debate na comunidade acadêmica antes que este tema fosse definido no Conselho. Salientou ainda que a resposta da Administração foi que o debate ocorreria, o qual foi relatado pelo membro da Comissão do CONSUN que realmente ocorreu. No entanto, na percepção do conselheiro representante dos STA o debate não foi percebido por eles, “[...] na medida da amplitude que gostariam” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 178). Ao referido

Conselheiro a solicitação dos discentes era oportuna, pois assim teriam um tempo maior para realizar um debate amplo antes da decisão do Conselho Universitário.

O Conselheiro representante da Direção do Instituto de Física e Matemática concordou com a solicitação de prorrogar decisão do CONSUN, mesmo sabendo que a Comissão, que tinha sido criada para “[...] estudar e subsidiar o Conselho a respeito das questões relativas a mudança do Estatuto, Regimento e Estrutura da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 182-183), estava discutindo com a comunidade a mais de 1 ano, mas este considerava que era a primeira vez que o CONSUN debatia esta questão e que a Comissão apresentava o trabalho desenvolvido. Acreditava que era necessário após a conclusão dos trabalhos da Comissão discutir isto em sua Unidade para respaldar a sua decisão (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010).

A direção da Faculdade de Enfermagem sugeriu aos Diretores que todos fizessem a submissão da proposta discutida no CONSUN aos Conselhos Departamentais, pois acreditava que esta estrutura “[...] é superior à própria Direção e se de fato tinham uma configuração democrática, que os colegas utilizassem este espaço” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 229-230).

Nos relatos analisados neste trabalho ficam nítidas as discussões, influências e implicações das hierarquias numa Instituição Universitária, principalmente nos discursos dos Diretores das Unidades Acadêmicas.

Após ampla discussão foi definida que as Unidades deveriam apresentar as suas emendas à Comissão até o dia 30 de julho do ano corrente (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010).

Após estas discussões o CONSUN começou a analisar a proposta de criação novos Centros Acadêmicos. Em 13 de julho de 2010, estava prevista como pauta da sessão ordinária do CONSUN de proposta de criação dos Centros de Letras e Comunicação, de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos e de Artes.

Logo no início da sessão um dos conselheiros, representante discente, pediu vistas aos processos de criação das novas unidades acadêmicas. No entanto, o presidente do Conselho solicitou que os referidos processos, após a análise,

fossem entregues no Gabinete do Reitor, pois o habitual era entregar junto a Secretaria dos Conselhos no centro da cidade. Além disso, o Pró-Reitor de Extensão e Cultura sugeriu que quando fosse pedida vista ao processo, estes deveriam “[...] retornar com uma fundamentação” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2010, linha 104-105). A proposta foi aprovada pelos conselheiros e foi dada vista aos processos ao representante dos alunos.

No dia 27 de agosto de 2010, realizou-se reunião ordinária do CONSUN, onde foi apresentada a proposta de estrutura dos Centros e a Criação do Centro de Letras e Comunicação.

Antes da apresentação da proposta o representante da Faculdade de Letras, membro da Comissão responsável pela elaboração das propostas de Reestruturação da UFPEL, relatou que chegaram a comissão dois documentos de Unidades Acadêmicas pedindo informações sobre a estrutura dos Centros, uma da Faculdade de Educação e outra da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e que a ASUFPEL solicitou que um membro da Comissão fosse prestar esclarecimentos a associação, o que foi feito pela Comissão.

O Pró-Reitor de Extensão e Cultura perguntou ao representante da Comissão se a representação discente tinha externado alguma consideração sobre os processos. O Conselheiro respondeu que não recebeu tal documentação e aproveitou para pedir aos Conselheiros que aprovassem a criação do Centro de Letras e Comunicação, pois “[...] foi uma proposta criada dentro da Unidade, “importantíssima para os projetos futuros” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 563-564).

Um Conselheiro representante dos discentes, respondeu que entendia que o quadro discente estava representado na Comissão e que este faria considerações provenientes das assembleias dos alunos. Salientou ainda que “[...] existem reflexões sobre a representação discente e de técnicos administrativos dentro dos Centros e o questionamento se haveria um espaço que represente o antigo Colegiado onde todos os professores se encontrem para deliberações e reuniões” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 572-574). O Pró-Reitor de Extensão e Cultura explicou seu questionamento dizendo que os processos que foram pedidos vistas, conforme deliberação da reunião anterior do CONSUN, “[...]”

deveriam retornar com parecer ou pelo menos uma ratificação do que já constava nos processos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 576-577). Ressaltou ainda que:

Caso contrário, o fato poderia ser visto como uma atitude meramente procrastinatória, o que significa dizer: pedir vistas, requer vistas, não externalizar nenhuma argumentação que pudesse ser debatida e simplesmente fluiu o prazo sem que o Conselho tivesse alguma coisa a cotejar em termos de ideias. Esta é a observação que deve ser feita sempre com respeito a pedido de vistas a processos (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 576-577).

O presidente do CONSUN informou aos conselheiros que “[...] os processos que tiveram pedido de vistas lamentavelmente por algum motivo não foram sequer examinados pelas pessoas que solicitaram os processos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 582-584). Afirmou que mesmo assim, poderiam ser acrescentadas durante a reunião as considerações que julgassem pertinentes aos projetos. Respondeu a pergunta do discente que acreditava que a representação dos alunos ocorra dentro das normas regimentais da Universidade. O presidente pediu ao membro da Comissão que explicasse aos representantes discentes como seria a representação discente dentro dos Centros, o qual ratificou que a participação discente é garantida por Lei, pelo artigo 56 da LDB²⁸. (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010).

O representante da Faculdade de Artes questionou a Comissão sobre quem teria assento no Conselho do Centro, e se “[...] unidades que possuem Cursos de Bacharelado e Licenciatura, os cursos de Bacharelado constituirão um Colegiado e os de Licenciatura outro, ou ambos constituirão um único colegiado?” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 659-661). O representante da Comissão respondeu que os colegiados que existem atualmente terão acento nos Conselhos dos Centros, mas o Centro pode entender que todos os cursos devam fazer parte do Conselho. Citou o exemplo da sua unidade, a Faculdade de Letras, que tem “[...]

²⁸ Art. 56 da LDB - As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

quatro cursos de Bacharelado e fazem parte de um Colegiado de Bacharelado e os cinco Cursos de Licenciatura fazem parte do Colegiado de Licenciatura. Logo são dois colegiados” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 665-666).

Sobre a estrutura mínima para criar um Centro, a Comissão citou o exemplo da Fundação Universidade do Rio Grande que “[...] na proposta de criação de centros, em seu Regimento, um Centro deve ter, no mínimo, trinta professores e três Cursos de Graduação ou, não tendo três cursos de Graduação, dois Cursos de Graduação e um de Pós-Graduação” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 669-671).

Ficou registrado em ata ainda que tudo que foi discutido na reunião ficará a critério da realidade de cada Unidade. Após finalizarem as manifestações o presidente do CONSUN colocou em votação a proposta básica de estrutura dos Centros, a qual foi aprovada com 43 votos e 6 abstenções (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010).

A seguir os Conselheiros retornaram a análise do item 3 da pauta da reunião que propunha a Criação do Centro de Letras e Comunicação. O representante da Faculdade de Letras apresentou os contextos para elaboração e apresentação da proposta e ressaltou que “[...] no próximo ano deverão estar com 340 vagas no vestibular, 2200 alunos de Graduação, 800 na Extensão, 75 professores, dezenove cursos já atendidos e mais de 200 disciplinas” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 683-685). Declarou que se a Unidade continuasse como Faculdade deveria criar “no mínimo, mais dois Departamentos, o que não seria viável neste momento para a Faculdade de Letras” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 686-687).

Um representante dos servidores técnico-administrativos expôs que os Centros já eram uma realidade na estrutura da Universidade e que os conselheiros acabaram de aprovar a sua estrutura. Afirmou que era “[...] um processo dinâmico e na medida em que a estrutura fosse experimentada poderiam ser propostas alterações mais adiante” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 686-687). Ressaltou que alguns “[...] tentaram fazer ainda um debate a cerca do assunto, pois ainda há um interesse e houve dificuldade em completar o debate, sendo que as pessoas ainda não conhecem bem” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 692-

693). Sugeriu “[...] a proposta de que cada grupo de Unidades que já tinham um entendimento de que deveriam se unir para formar um Centro o Conselho não deveria interferir no entendimento deles e estes deveriam ter autonomia para criá-lo” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 694-696). Após a manifestação do STA o presidente colocou em votação e a proposta foi aprovada com 43 votos favoráveis e seis (06) abstenções.

Durante a sessão do CONSUN, realizada no dia 30 de agosto de 2010, o Diretor do Instituto de Química e Geociências (IQG) apresentou a proposta de criação do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos. Em sua fala expressou que a proposta ali apresentada era uma iniciativa de um grupo majoritário de professores do IQG, em conjunto com os professores do Departamento de Ciência dos Alimentos²⁹. Informou que a proposta apresentada considera a afinidade existente entre os diferentes cursos que farão parte do novo Centro, facilitando assim ações conjuntas e objetivando o crescimento e fortalecimento da Unidade, e conseqüentemente a elevação da qualidade no desenvolvimento de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010).

Para o referido Conselheiro, um fator decisivo para aprovação da presente proposta na Unidade foi “[...] a possibilidade de manutenção de todos os professores que atualmente se encontram lotados nos três departamentos do Instituto de Química aglutinando os professores oriundos do então Departamento de Ciências dos Alimentos” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 761-763). Afirmou ainda que a proposta era aglutinadora e que não teriam prejuízos acadêmicos, pelo contrário, todas as áreas de interesse estariam contempladas no Centro, ou seja: “Ciência de Alimentos, Tecnologia de Alimentos Físico-Química, Bioquímica, Química Analítica, Química Orgânica, Química Inorgânica, Ensino de Química, Ciências Ambientais e Ciências Farmacêuticas” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 765-767). Ressaltou que a área de Ciências Farmacêuticas tinha sido implantada recentemente com a criação do Curso de Farmácia.

²⁹ A situação do Departamento continuava a mesma do que foi relatada na Ata do CONSUN n°03/2007, onde conforme informação da Faculdade de Administração e Turismo existia interesse da Unidade em transferência o referido departamento para outro setor da Universidade. Esse assunto estava em discussão desde 1994 na UFPEL. A ideia inicial era transferir o Departamento ou para a FAEM, ou para o IQG (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2007).

No discurso do Diretor do IQG percebe-se a intencionalidade de resolver um problema estrutural e administrativo, resolvendo a situação do Departamento de Ciências dos Alimentos, assim como, indo de encontro a proposta da Administração Central da UFPEL de aglutinar as áreas do conhecimento. Além disso, como o próprio nome da nova Unidade sugeriu (Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos), a proposta tinha como objetivo equalizar as sub-áreas do conhecimento presentes no Centro, tanto é que estava presente no discurso a inclusão das referidas áreas na designação da nova Unidade.

Ao final da apresentação da proposta do CCQFA, o representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação, que era docente lotado no IQG, se manifestou dizendo que a proposta que acabará de ser apresentada não era a única discutida na sua Unidade, e que existiam propostas alternativas que contemplavam a apresentada (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010).

Declarou ainda que, no Instituto a maioria é favorável a transformação em Centro Acadêmico. Entretanto, o Instituto tinha pouco mais de trinta professores e que apesar da Unidade se chamar Instituto de Química, era formada por profissionais formados em outras áreas, principalmente Bioquímica e alguns docentes remanescentes das Ciências Agrárias. Afirmou que na Unidade 16 professores são químicos de formação e atuação, que este grupo atuava nos últimos anos para a criação e consolidação do Curso de Graduação em Química – Bacharelado e Licenciatura, e que recentemente tinham criado, através do REUNI, o Curso de Química Industrial. Além disso, existia um Curso de Pós-Graduação em Química – Stricto Sensu – Mestrado em Química, e que tinha acabado de apresentar a proposta de criação do doutorado. Assegurou que o grupo de professores estava buscando fortalecer a área de Química na Universidade, que “[...] até alguns anos era basicamente prestadora de serviços atualmente é personagem ativa do avanço da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 791-793).

Para o referido Conselheiro o grupo de Químicos “[...] não enxerga, na configuração apresentada deste Centro, que tem o nome bastante amplo, possibilidades de a Química avançar enquanto área dentro da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 794-796). Declarou ainda que, a estrutura proposta não resolveria um problema antigo que era a existência de apenas 1 (um)

departamento para atender quatro áreas de Química, e que isso impediria o crescimento de áreas importantes como: Físico-Química, Química Orgânica, Química Inorgânica e Analítica (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010).

Após longa argumentação sobre a necessidade do fortalecimento da área de Química na Universidade, relatou que existia uma conversa com o Instituto de Física e Matemática, para que pudessem atender ao “apelo da Reitoria” e assim tentar aproximar as áreas do IFM e do IQG, afim de “[...] maximizar os recursos na Universidade, tanto para estrutura física quanto recursos humanos, visando o crescimento da área de Química e das Ciências Exatas” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 806-807). Esta proposta tinha como objetivo criar o Centro de Ciências Exatas agrupando os docentes do IFM e docentes do IQG, que na visão do representante dos Coordenadores de Curso de Pós-Graduação também aproximava as afinidades entre as referidas Unidades. Citou o exemplo que o Curso de Licenciatura em Química tinha cerca de 70% de docentes destas Unidades, assim como o Curso de Química Industrial. Salientou que existe grande afinidade nos projetos de Ensino e Pesquisa, os quais envolvem docentes da Física, Estatística e Química. Ressaltou que a proposta do Centro de Ciências Exatas atendia a proposta da Administração Central da Universidade e que foram feitas consultas aos Colegiados dos Cursos de Graduação e do programa de Pós-Graduação, os quais eram favoráveis a nova formatação com o IFM. Foi anexada atas destes colegiados ao documento que faz parte do processo (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010).

O referido Conselheiro fez a leitura da proposta de encaminhamento dos colegiados, e após a conclusão, expressou que “[...] tinham naquele momento a possibilidade de evitarem que fosse cometido um erro histórico. Tinham a possibilidade de agrupar as áreas afins das Ciências Exatas como acontece na maioria das universidades do país e do mundo” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 831-833).

Ainda ressaltou que a proposta do Centro de Ciências Exatas poderia incluir docentes que atuam nas Exatas, que estão lotados em outras Unidades, ou ainda os professores dos cursos novos do REUNI que não possuem lotação. Afirmou ter respaldo dos discentes, “[...] na medida em que os representantes

discentes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação apóiam esta proposta” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 836-837).

O Diretor do IQG destacou que somados os professores do Instituto de Química juntamente com os docentes do Curso de Química de Alimentos perfazem um total de cinquenta professores e que a maioria desses docentes são favoráveis a proposta de criar o CCQFA. Relatou que participou de reunião com todos os professores, onde a maioria (pouco mais de 40) decidiu pela criação do Centro. Salientou que o documento da proposta alternativa foi assinado por sete professores, de um conjunto de 47 professores. Este grupo pequeno de docentes optou por fazer parte de um novo Centro de Ciências Exatas, o qual seria majoritariamente formado por professores da Física e Matemática. Na opinião do Diretor a proposta deveria partir dessa área. Ainda ressaltou: “[...] que poder teriam professores de Química para chamar para si a formação de um Centro, onde apenas sete ou nove professores de quarenta e sete optaram por fazer parte de outro modelo de centro?” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 855-857). Falou ainda que democraticamente optou por discutir este assunto com todos os professores da Unidade em sessão plenária e acreditava que “[...] o encaminhamento deveria ter sido feito pelo IFM, que já tinha inclusive eleito novo Diretor, que encaminhou uma proposta de optarem pela manutenção de um sistema que já vinha acontecendo há bastante tempo” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010, linha 860-862).

O Diretor do IFM informou que existia a proposta de professores do Departamento de Física e Matemática com o grupo da Química, na forma como foi relatada pelo Conselheiro Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação. No entanto, o assunto não foi discutido em reunião do Conselho Departamental. O que estava sendo discutido era a Criação do Centro de Ciências Exatas, sem a inclusão do grupo da Química, pois entendiam que a discussão da Química ainda estava ocorrendo. Informou que estava sabendo na presente reunião que os docentes da Química pretendiam se juntar ao Centro das Ciências Exatas. Entretanto, não havia discussão formal concluída no IFM. Esclareceu ainda que tinha sido feita a chamada para duas reuniões do Conselho Departamental para tratar do assunto, mas não ocorreram por falta de quórum (CONSUN/UFPEL, Ata n° 02/2010).

Outro Conselheiro representante dos professores titulares entendia que as duas propostas eram válidas (CCQFA e Centro de Ciências Exatas), e sugeriu que o Centro de Ciências Exatas deveria incluir “[...] o termo Ciências Tecnológicas, podendo agregar os cursos de Química, Física, Matemática, Meteorologia, Engenharias, Tecnologia de Alimentos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 894-896). Acreditava também que as Ciências Farmacêuticas “[...] estava um tanto deslocado neste Centro. Este deveria participar do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 897-898). Ainda acreditava que “[...] a Química só é dependente da Física, pois são as ciências fundamentais, sendo primeiro a Física e depois a Química. O resto são invenções humanas. As duas deveriam estar juntas” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 898-900). Ressaltou ainda que era contra criar pequenos Centros, no “[...] máximo deveriam ser criados quatro ou cinco Centros incluindo áreas, com pórtico e potência de crescimento (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 904-905).

O Presidente do CONSUN alertou que “[...] estavam tratando de questões de poder. Sabia que é difícil juntar a Medicina com a Enfermagem, embora existam lógicas neste sentido, ou juntar alguns setores da Química” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 909-910). O referido Conselheiro era professor da Faculdade de Medicina, por isso entendia bem do contexto das relações entre a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem.

O Conselheiro ainda afirmou que tudo que tinha sido discutido confirmava a “[...] sua teoria de ser uma questão de poder ou de simpatias do que qualquer outra coisa” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 910-911). O Reitor estava se referindo aos motivos pelos quais algumas propostas de aproximação de Unidades acadêmicas pertencentes a uma mesma área do conhecimento, nunca saíram do papel ou de ideias de alguns conselheiros. Esta hipótese aparece também nos discursos de alguns Conselheiros que foram entrevistados para a realização do presente trabalho e que serão desenvolvidas neste capítulo.

O presidente declarou que:

[...] não via muita lógica nisto, da mesma forma que a Farmácia seja uma área aplicada e não uma área exata. Em todas estas coisas dentro do conhecimento, há uma tendência muito maior de agrupá-las do que separá-las. De qualquer forma, não queria, nem deveriam entrar nesta discussão, pois existem outras questões de áreas que não aceitam se agrupar. Isto faz

parte do poder dentro da UFPEL que é uma questão que não poderá ser resolvida nos próximos anos (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 911-916).

Conforme o representante dos professores adjuntos, docente do IFM, a sua Unidade tem discutido muito a Reestruturação, no entanto a proposta de Centro não tinha sido consolidada “[...] simplesmente por uma questão de ainda estar sendo discutida amplamente desde que foi proposta há mais de um ano pelo Reitor” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 922-924). Declarou ainda que não era porque não estava sendo apresentada ao Conselho que não existia uma proposta. Ressaltou que existiam ideias e afinidades que dependiam de esclarecimentos e que cada setor tinha suas dúvidas. A única definição era a transferência da Computação, que pertencia ao IFM, para o Centro de Desenvolvimento Tecnológico.

Representante do COCEPE, que também era docente do IFM, alegou que a reorganização da Universidade tinha efeitos gigantescos sobre o Instituto, pois as áreas de Desenho Técnico e Gráfica Computacional e Ciência da Computação, estavam buscando sua identidade dentro da UFPEL. Estas áreas “[...] são de alguma forma mais técnicas enquanto às áreas de Física e Matemática são áreas mais básicas, pois são conhecimentos necessários para o desenvolvimento de outras áreas” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 936-938). O Conselheiro admitiu que o processo de discussão em sua Unidade era complexo, por isso ainda não tinham tomado uma decisão sobre o assunto, pois “[...] como havia vários grupos buscando sua identidade, resolveram tomar uma resolução que seja conjunta com o IFM” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 939-940). Certificou que existia uma conversa com a Química, mas somente parte dos professores da Química se interessaram. O que acabou criando um problema dentro do IQG e que “[...] acreditava ser de identidade, pois as áreas onde estão envolvidos os cursos da Química têm uma identidade maior com a Física e outras áreas não têm esta identidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 942-944). Criou-se uma situação complexa, “[...] porque as áreas básicas da nossa Universidade não cresceram com a mesma identidade que as Faculdades já possuem” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 944-945).

O debate continuou e um dos representantes dos discentes declarou que “[...] o movimento estudantil tem discutido árdua e cansativamente a questão da reestruturação administrativa da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010,

linha 956-957). Tinha o entendimento que “[...] uma reestruturação administrativa é com vistas à racionalidade pública e ao desenvolvimento da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 957-958). Afirmou que os discentes se impressionavam que as discussões:

[...] estavam muito mais pautadas na organização de poder, e isto Foucault explica bem com a microfísica do poder, ao invés de orientar a produção de conhecimento e com o compromisso que a Universidade tem de desenvolvimento tecnológico e produção de conhecimento no país. Enquanto estudante acreditava que os Doutores deveriam ter mais compromisso com a produção de conhecimento do que preocuparem-se com seus próprios departamentos, nichos, centralidade de poder e unidades de semânticas. A ele chamava a atenção especialmente, que falavam muito na questão dos professores, mas realmente estes Institutos, estes cursos desenvolvidos não possuem uma tradição acadêmica de organização do movimento estudantil e faltavam muitos subsídios de suas bases para dizer o que os estudantes estão pensando, pois estes não tinham conhecimento de nada do que estava sendo discutido (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 960-970)

Ainda destacou que as Unidades “[...] proclamavam autoridade a partir de uma aprovação dentro de um Departamento, uma figura administrativa que a própria proposta dos centros prevê a extinção” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 972-974).

As discussões seguiram e o presidente do Conselho fez nova intervenção dizendo que o que estava se discutindo era a proposta de criação do novo centro, o CCQFA, mas diante das falas dos conselheiros percebia que o assunto deveria ser melhor discutido, mesmo sabendo que dificilmente as coisas iriam se ajustar. Diante do exposto o presidente ao CONSUN sugeriu que o assunto deveria ser rediscutido na próxima reunião. Colocou em votação, a qual foi aprovada com uma negativa e uma abstenção (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010).

Em 29 de outubro de 2010, durante reunião ordinária do CONSUN, discutiu-se novamente a criação do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos. O Diretor do IQG relatou que acolhendo a decisão dos conselheiros o processo retornou ao Instituto, o qual foi analisado e aprovado, por ampla maioria dos membros do Conselho Departamental da Unidade. Nesta nova discussão na Unidade, os alunos foram convocados para que pudessem apreciar e analisar o projeto, assim dando oportunidade de esclarecerem as dúvidas sobre o projeto de

criação do novo Centro e também puderam analisar a proposta de criação do Centro de Ciências Exatas. De acordo com o representante do IQG “[...] os alunos reunidos de forma representativa, embora um número pequeno, ouviram e não tiveram uma posição favorável ou desfavorável, mas pelo menos ficou esclarecido para a Comunidade do IQG” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 236-238). O Conselheiro apresentou um documento do Departamento de Ciências dos Alimentos, no qual a totalidade dos professores e STA lotados no setor eram favoráveis a sua transferência para novo CCQFA (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010). Diante das discussões percebe-se que apesar da Universidade propor a estrutura dos Centros sem a figura dos departamentos, ainda eram usadas para a criação dos Centros a instância destes setores, isso mesmo com a realização de assembleias ampliadas, as decisões eram submetidas aos órgãos colegiados.

O representante dos Cursos de Pós-Graduação, docente do IQG e favorável a criação do Centro de Ciências Exatas, confirmou que tudo o que foi relatado pelo Diretor do Instituto tinha ocorrido. Ressaltou que “[...] até a última reunião, onde este assunto entrou em discussão, haviam pendências com relação à consulta ao Conselho Departamental do Instituto, e esta foi realizada, na qual a maior parte dos presentes decidiu acatar a ideia da criação deste Centro” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 244-246). Declarou ainda que os discentes e os coordenadores de cursos foram contrários ao encaminhamento de criação do CCQFA, principalmente os alunos que “[...] alegavam a necessidade de uma maior discussão mais ampla entre os discentes” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 247-248).

O professor do IQG relatou que os discentes marcaram uma reunião após a reunião com os professores, na qual discutiriam as propostas. O referido Conselheiro garantiu que quando recebeu a convocação para a sessão do CONSUN, fez contato com “[...] os alunos para saber se eles haviam tomado alguma decisão a respeito e foi comunicado que não, provavelmente por não terem se interessado mais em discutir esta questão” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 250-251).

Ainda sobre a criação do CCQFA, o representante do IQG, afirmou ser contra a criação deste Centro. Entendia que cabia ao Conselho decidir sobre a

criação ou não do novo Centro, mas via que num futuro próximo pudesse visualizar a criação do Centro de Ciências Exatas (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2010). A criação do CCQFA não impediria a criação de outros Centros na Universidade, não foi possível compreender a lógica utilizada pelo Conselheiro, para ser desfavorável a proposta, pois os Químicos poderiam ficar lotados no CCQFA até que fossem criados outros Centros ou estruturas que pudessem acolher estes.

A proposta do Conselheiro de criar um Centro de Ciências Exatas era pertinente dentro da ideia de aglutinar áreas afins, mas para implementar esta proposição seria necessário a adesão do IFM, no qual não tinha indícios concretos que iriam aderir a proposta de Centros.

Analisando as atas do CONSUN, percebe-se que a concepção do Centro de Ciências Exatas não avançou e ficou apenas no campo das possíveis alternativas que poderiam ser implementadas na Universidade, assim como outras propostas que também não passaram de proposições. Esta questão pode ser constatada em outros casos que surgirão ainda neste trabalho.

O representante dos professores titulares sugeriu aos Conselheiros que discutissem novamente sobre os parâmetros para criação dos Centros na Universidade. Este entendia que a Instituição não deveria criar Centros pequenos, e afirmou que tinha enviado a Reitoria uma proposta baseada em outras Instituições, onde ou todas as Unidades aderem aos Centros ou não seriam criados os mesmos. Esclareceu que as divergências de pensamento no IQG demonstravam que nem todos queriam fazer parte do novo Centro. Isso para o Conselheiro lhe causava temor, pois “[...] se criassem os Centros posteriormente seria possível algum curso mudar para outro Centro” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2010, linha 273-274). A preocupação do mesmo era de que a Universidade poderia ficar com Centros com poucos cursos e conseqüentemente com poucos alunos. Além disso, trouxe a discussão novamente sobre as afinidades das áreas, citando a situação da Farmácia, que para o membro do CONSUN deveria ficar num Centro da área da saúde (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2010).

O novo diretor do IFM informou que a unidade já possui características semelhantes dos Centros, mesmo assim o Instituto discutiu sobre as novas possibilidades que o REUNI trouxe para a Universidade. Informou que um dos

parâmetros utilizados foi o “[...] fortalecimento da Área das Exatas dentro da Universidade, neste momento tão importante que se vive de expansão, onde a área de Tecnologia tem se desenvolvido” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 288-290). Segundo o Conselheiro este contexto norteou a decisão do Conselho Departamental que atendeu o pedido do Departamento de Informática para que esse fosse transferido para o Centro de Desenvolvimento Tecnológico, dando novo rumo ao curso de Ciência da Computação, de Engenharia da Computação e os professores lotados no referido departamento. Já a Física e a Matemática o Conselho Departamental optou por manter no Instituto, pois entendiam que era “[...] mais adequado dado as características, pois o Instituto tem um quadro docente muito jovem, ainda se estruturando e ainda definindo o rumo a tomar” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 298-299). Ainda afirmou que num futuro próximo a Universidade deveria pensar em fortalecer a área das Exatas com a aproximação da Física e Matemática com a Química (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010). No entanto, entende-se que o momento era propício para estas discussões, as quais não ocorreram nos Conselhos Superiores da Universidade, sendo apenas realizadas nos respectivos departamentos, os quais eram excluídos da nova estrutura proposta para a Instituição.

Após as manifestações dos conselheiros, o presidente do CONSUN fez algumas considerações sobre o que foi debatido na reunião. O mesmo ressaltou que as discussões sobre a Reestruturação estavam ocorrendo há quase dois anos na Instituição, portanto não era um assunto recente e que todos estavam a par do que estava ocorrendo com a expansão da Universidade. Entendia diante das discussões propostas pela Administração Central que o tempo percorrido já era suficiente para o alcance de uma conclusão. Lembrou que não se tratava apenas de um processo de aprovação ou não de um Centro, mas sim de uma forma de alocar os cursos criados pela Instituição. Não queria que soasse mal o que falaria, mas é que estavam no limite para que acontecessem as alocação dos cursos novos criados pelo REUNI, era “[...] necessário a acomodação de 47 cursos novos da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 308).

O presidente do Conselho ratificou discursos feitos em outras reuniões dizendo que “[...] passa por aqui os resquícios muito fortes ainda de uma cultura de 40 anos atrás que a nossa universidade dispõe e o poder está sem dúvida dentro de

qualquer discussão” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 309-311). Afirmou que se as pessoas que fazem parte da Instituição seguissem a lógica ou a razão, por uma questão racional, adeririam a criação de Centros, os quais abrigariam as Faculdades, Institutos e Cursos conforme suas áreas afins. Declarou que a “[...] afinidade, entretanto e lamentavelmente, não se dá por áreas. Afinidade na UFPEL se dá por uma luta pelo poder e por vaidades” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 314-315).

O Presidente do Conselho pediu desculpas pela sua fala, mas esclareceu que provavelmente já estavam acostumados com esta postura do Reitor, pois “[...] dizia isso em todas as reuniões” que ocorreram sobre a Reestruturação. Afirmou ainda que:

Infelizmente isto faz parte da estrutura da Metade Sul, da estrutura cultural da Metade Sul, da cultura Pelotense e a Universidade, graças a este grande número de docentes que está chegando aqui pelo REUNI, que não são do Sul, certamente está oxigenando a Universidade e as mudanças estão acontecendo. Gostaria que o Conselho aprovasse um número X de Centros e que tudo fosse Centro e agrupasse de forma homogênea, adequada todas as nossas Faculdades, Cursos e, indistintamente, todos trabalhassem juntos em prol da Universidade. Lamentavelmente não é o caso e deveriam utilizar destas formas que nada mais são do que algumas estratégias racionais para acomodar tantos cursos (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 317-323).

O Presidente do CONSUN esclareceu ainda que concordava com quase tudo que o representante dos professores titulares dissera. No entanto, não estava ocorrendo adesão de todas as Unidades a proposta dos Centros. A Universidade tinha a necessidade de alocar os Cursos de: Licenciatura de Química, Bacharelado de Química, Farmácia, Química Industrial, Química de Alimentos, Engenharia de Alimentos, assim como outros cursos em outros Centros que ainda não foram criados. Por isso, a Administração Central da Universidade apresentou algumas propostas de criação de novos Centros, mesmo sabendo que não era a melhor forma de resolver o problema de alocação dos cursos novos, assim como os cerca de 400 docentes novos que precisam estar vinculados a Unidades Acadêmicas, e não vinculados a Pró-Reitoria de Graduação (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010).

Ainda ressaltou qual era o objetivo da Reitoria com a criação dos Centros que seriam “[...] agregar e jamais criar nichos ou grupos pequenos, que a Universidade atualmente está recheada destes grupos. Isto tem que ser modificado,

pois caso contrário, o poder se concentra na mão de grupos muito pequenos, e isto não tem nenhum benefício para a Instituição” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 341-344). Por isso, foram propostos o CCQFA e o Centro de Artes.

A proposta de criação do CCQFA foi colocada em votação e aprovada com 25 votos favoráveis, 3 contrários e 18 abstenções. O presidente deixou espaço para que os conselheiros pudessem manifestar o motivo dos seus votos. O representante dos cursos de Pós-Graduação esclareceu que votou contrário, por achar que a melhor composição seria o Centro de Ciências Exatas e esperava que em breve pudesse ser discutido o assunto. O representante dos professores titulares declarou que votou contra pelos mesmos motivos do colega e manifestou que tinha restrições com relação a criar Centros pequenos, mas que era favorável a criação de Centros (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010).

Durante sessão ordinária do CONSUN, realizada no dia 27 de julho de 2010, o presidente do Conselho relatou a proposta apresentada pelo Instituto de Artes e Design, a qual propunha a criação de dois Centros vinculados às artes, sendo um aglutinando a Música, Teatro e Dança, onde ficaria absorvida parte do IAD e do Conservatório de Música e a segunda Unidade seria composta pelas Artes Visuais, Design e Cinema.

O presidente do CONSUN solicitou que o Diretor do IAD explicasse as propostas, o qual expôs que assim que foi instaurada a Comissão do CONSUN para desenvolver as propostas de Reestruturação, ocorreram as primeiras reuniões para discutir o assunto na sua Unidade. No princípio, houve a proposta de criar um Centro que agrupasse as áreas de Artes, a Arquitetura e parte de alguns cursos do Instituto de Ciências Humanas. Logo em seguida, começaram a trabalhar a ideia e entraram em contato com os Diretores das Unidades envolvidas para que pudessem se manifestar e realizar as consultas aos Conselhos Departamentais.

Segundo o Diretor do IAD, a Arquitetura optou por manter-se na forma atual, como Faculdade de Arquitetura. No entanto, o curso de Conservação e Restauro manifestou informalmente que o ICH não pretendia abrir mão deste Centro, sendo assim declarou que:

[...] continuaram trabalhando em conjunto com o Conservatório, até que chegaram aos dados finais sobre o que seria um Centro único na área de

Artes na Universidade e se depararam com alguns números bastante alarmantes, pois seria um centro que contaria com aproximadamente noventa professores. Ingresso anual de quatrocentos alunos, o que daria provavelmente mil e oitocentos alunos, nos cursos funcionando a pleno e distribuídos em seis prédios na cidade, dirigidos por um Diretor, constituindo um total de quatorze cursos (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 997-1003).

Afirmou que a Unidade tentou trabalhar a proposta de um Centro único, mas depois de muitas reuniões e discussões sobre o assunto, não houve um consenso da comunidade, os quais acabaram de forma quase unânime, aprovando a proposta de criação de dois centros: o Centro de Artes e Design e o Centro de Teatro Dança e Música. O Diretor do IAD salientou que houve um crescimento significativo do número de cursos de graduação a partir da adesão da Unidade ao REUNI, o que tinha ampliado muito a área de atuação da Unidade, que “[...] apesar de serem próximas, possuem particularidades e especificidades bastante significativas, daí vem a proposta aprovada pelas duas Unidades envolvidas” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 1009-1011).

A Diretora do Conservatório de Música (CM) também participou da discussão das Unidades apresentou uma série de argumentos da importância de criação do Centro de Música, Teatro e Dança, as quais destacam-se: a necessidade de valorização da área de Artes pelas Instituições de Ensino Públicas, a qual tem sido “[...] historicamente abrigada pelas Universidades Públicas e constitui espaço privilegiado de discussão e formação, contribuindo para uma mais qualificada vivência humanística dos alunos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 1014-1017).

Além disso, confirmou que “[...] a proposta de criação de dois centros na área de Artes trata-se de uma opção política de uma maior representatividade desta área nos Conselhos Superiores da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 1017-1019). Neste sentido, alegou que a Universidade Federal da Bahia possuía quatro centros na área de Artes, os quais são: Centro de Artes, Centro de Música, Centro de Teatro e Centro de Dança. Ressaltou que talvez “[...] seja um pouco dispare na nossa tradição de Universidade agrária, mas o próprio Reitor sabe muito bem como a Universidade tem se modificado e sido aberta para esta área da cultura” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 1021-1023).

Existia a possibilidade de perda da representatividade política no CONSUN das áreas referidas pelos Conselheiros, pois existiam o Instituto de Artes e Design e o Conservatório de Música, os quais os diretores de ambas as Unidades possuem assento no CONSUN. Caso fosse criada uma estrutura que agrupasse as duas áreas eles perderiam uma cadeira no Conselho Superior da Universidade. Isso sem contar os desdobramentos que poderiam ocorrer com esta decisão, como por exemplo, as discussões sobre o orçamento da Unidade.

A referida Conselheira explanou sobre a importância do fortalecimento da área de Artes na Universidade argumentando que: a área da cultura estava sendo contemplada com recursos do Governo Federal; a economia cultural estava em expansão na região, assim como no país, a necessidade de qualificação de profissionais na área; pelo número de professores que a Universidade tinha na área era necessário a criação de duas estruturas para atender de forma qualificadas as demandas. Com a abertura dos Cursos de Regência e de Música Popular, previstos para 2011, seria necessário trabalhar com regentes de coros e pequenos grupos instrumentais e com músicos populares da cidade, atendendo uma demanda antiga das escolas e comunidade externa; com os dois centros seria mais viável a manutenção das Unidades e a sua expansão; um centro único teria seis prédios diferentes no centro da cidade, necessitando de um quadro maior de servidores Técnico-Administrativos; existe uma lei de que a música é obrigatória nas séries iniciais e torna efetiva a demanda pela formação de profissionais na área; e ainda ressaltou que:

[...] existe ainda a questão de uma lei de 2004, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, que torna o CM Patrimônio Histórico Estadual e a criação do Centro de Música, Teatro e Dança irá manter o CM como órgão suplementar, garantindo que se cumpra esta determinação legal (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 1037-1040).

O presidente do CONSUN abriu espaço para que os Conselheiros pudessem tirar suas dúvidas sobre o processo. Uma representante dos STA informou que no IAD, diferentemente do que ocorreu no IQG, as discussões foram feitas através de reunião e que foram convocados todos professores, STA e discentes da Unidade (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010).

A diretora da Faculdade de Odontologia questionou o Diretor do IAD sobre a relação aluno/professor que a Unidade teria. O mesmo respondeu que no

Centro de Artes e Design ficarão de 55 a 60 professores e 250 ingressos de alunos anuais, o que resultaria num total de 1.000 alunos no pleno funcionamento dos cursos, perfazendo um índice de 18,18 alunos por professor, o que segundo o representante do IAD “[...] é muito alto para a área que tem uma especificidade de acompanhamento de professores” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010, linha 1050-1051). Já no Centro de Teatro, Dança e Música ficariam 48 professores e um total de 700 alunos, chegando a uma média de 14,5 alunos por professor, que também no entendimento do Conselheiro é muito alto.

O presidente do CONSUN ressaltou que poderiam criar um Centro que agrupasse todos os cursos e que poderiam ter setores que atendessem as necessidades da Unidade. Citou que poderiam ter um que contempla-se a Dança e Música, e outro que atendesse a Cinema e Design, dentro de um mesmo Centro. Após ampla discussão o presidente propôs a retirada de pauta do processo e informou que iria realizar uma reunião conjunta entre os Pró-Reitores e os professores, diretores, alunos e STA das unidades envolvidas, para tentar a união das áreas. A sugestão foi aprovada, com 03 votos contrários e 05 abstenções (CONSUN/UFPEL, Ata nº 02/2010).

Em 29 de outubro de 2010, durante reunião ordinária do CONSUN, deu-se prosseguimento as discussões sobre a criação do Centro de Artes. O diretor do IAD informou aos presentes o que tinha ocorrido na última reunião do CONSUN, ressaltando que existiam duas propostas: a primeira a criação de um Centro único e a segunda de criação de dois Centros, a qual surgiu a partir de uma rediscussão dos professores, STA e discentes da área (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010).

O representante dos professores Titulares questionou o referido Conselheiro mencionado se não existia uma necessidade de agregar cursos, ao “[...] invés de simplesmente trocar a nomenclatura das Unidades Acadêmicas já existentes” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 363-365).

Neste momento, o presidente da sessão interveio e declarou que conforme proposto na última reunião do CONSUN foi conversar com as Unidades envolvidas a fim de buscarem uma resolução de maneira mais equilibrada, em função dos objetivos que tinham. Expressou que a reunião ocorreu e envolveu os professores do IAD e do CM. Expôs ainda que surgiu a proposta de criar dois

Núcleos que seriam Música, Dança e Teatro e o outro Design, Artes Visuais e Cinema, pois a Unidade acolheria muitos cursos, e conseqüentemente um número muito grande de docentes. Relatou que o Instituto de Artes e Design já tinha uma experiência semelhante a esta, que foi muito difícil e traumática, quando o IAD era o Instituto de Letras e Artes, onde tinham uma estrutura física que era dividida em prédios diferentes, que gerava uma série de dificuldades administrativas, gerando muitos conflitos internos. Propôs que as unidades tentassem se unir, foi onde surgiu a ideia de criar abaixo da Direção do Centro a estrutura de dois Diretores Adjuntos, que pudessem ser responsáveis por duas sub-áreas (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010).

A diretora do Conservatório de Música relatou que a reunião ocorreu conforme mencionado pelo Reitor no dia anterior a sessão do CONSUN, “[...] apesar de não ter sido uma reunião oficial, pois não existiu uma decisão de Conselho Departamental” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 385-386). Declarou que foi retomada uma discussão que já tinha ocorrida na Unidade, que era a criação dos dois Centros, mas “[...] também tinha sido discutido no Conselho Departamental do Conservatório que, se esta proposta não fosse possível, acatariam a proposta de um Centro Único (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 389-390). Afirmou ainda que não podia deixar de externar a sua posição em relação a dois pontos, onde o primeiro era:

[...] a lógica de crescimento da Universidade que entendiam a questão de ser mais viável administrativamente, a necessidade de se unir as áreas, da questão que não poderão ter a possibilidade de receberem mais técnico-administrativos, com a estrutura que tinham atualmente, sim entendiam e concordavam com a necessidade dos Centros (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 395-398).

O segundo é a existia outra situação anterior ao REUNI, bastante preocupante e incômoda, que é a questão de estarem lidando com uma Unidade Acadêmica “[...] que é uma Instituição criada em 1918 junto à cidade de Pelotas, que fazia parte do patrimônio de Pelotas e que é reconhecido pela Assembleia Legislativa como Patrimônio Cultural do Estado” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 401-403). Acreditava que a Unidade tinha ajudado a Universidade na participação do REUNI, com o grande crescimento que teve, no crescimento do

número de alunos e professores, de cursos novos e que lhe preocupava muito qual seria a posição do Conselho, pois acreditava “[...] ser uma responsabilidade muito grande, sobre a extinção de uma Unidade que atualmente é uma Unidade, mas é uma Instituição da cidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 406-408). A Conselheira pensava que poderiam transformar o CM em uma Unidade que agregaria o Teatro e a Dança, pois assim respeitaria o crescimento e a necessidade de Reestruturação, assim como a trajetória do CM.

Após o término da fala da Diretora do CM, o presidente do Conselho relatou que explicou as Unidades envolvidas durante encontro que teve com os docentes, STA e discentes, o “[...] princípio que tem norteado a ideia da Administração com relação aos Centros: congregar Unidades e não dividi-las” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 417-418).

O presidente do Conselho propôs a apreciação e votação da criação de um único Centro. Antes ainda que o Conservatório de Música era parte da história da cidade de Pelotas e que entendia que a Universidade deveria ter um cuidado especial com esta Unidade para a sua manutenção. Sugeriu que o “[...] Conservatório, assim como o Hospital Escola, o Hospital Veterinário e tantos outros setores, deverá ser um órgão suplementar da Universidade como diz o Regimento” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 438-440). Para tanto, seria preciso alterar o Regimento da Universidade para incluir esta Unidade aos órgãos suplementares da Instituição.

Houve questionamento por parte de uma representante STA, que estava lotada no IAD, a respeito da representação da Unidade no Conselho, perguntou se o Centro de Artes teria apenas 1(um) assento no CONSUN. O presidente do Conselho apontou que até aquele momento não estavam definindo a composição do CONSUN, pois era necessário examinar toda a estrutura que resultaria daquela discussão. A Conselheira pediu que fossem feitas as alterações na composição do Conselho. No entanto, o presidente respondeu que não poderia haver nenhuma mudança imediata, pois existia a questão da proporção dos seguimentos (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010). A composição necessária para aprovação da Reestruturação era de 70% docentes e 30 % demais seguimentos, na forma da lei.

Mais uma vez fica evidente o quanto a questão de representatividade era uma preocupação dos Conselheiros e das Unidades.

Para o presidente do CONSUN “[...] não poderia haver nenhuma mudança imediata nisto tudo, porque a Universidade será totalmente desmontada”. Ainda declarou que “[...] o Conselho até aquele momento permanecia o mesmo até que examinasse completamente todo o Regimento e modificasse seu Regimento” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 438-440). Percebe-se analisando as atas do CONSUN que desde a adesão da UFPEL ao REUNI não houve alteração de estrutura do Conselho, o que ocorreu foi apenas a sua recomposição, ou quando terminava o mandato de um membro, ou quando existia mudança na direção das Unidades, ou até mesmo quando ocorria troca dos Pró-Reitores, mas a quantidade de assentos e o tipo de representação não eram alterados.

O representante dos Cursos de Graduação, e docente do Centro de Desenvolvimento Tecnológico, ressaltou que a essência dos Centros é valorizar os Cursos de Graduação e Pós-Graduação. Alocar os professores nos Centros não era desvalorizar as Unidades com Departamentos, mas sim valorizar os cursos. O Conselheiro deu o depoimento de como estava estruturado o CDTEC, dizendo que funcionava com um Diretor, um Diretor Adjunto e os Coordenadores de Curso, possuindo um Conselho do Centro que era composto, pelos dois Diretores, os Coordenadores dos Cursos de Graduação, pelos Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação e demais representações, onde são tomadas todas as decisões tanto administrativas, quanto acadêmicas. Revelou ainda que o Centro funciona muito bem com esta estrutura (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010). Ainda conforme os regimentos dos Centros fazem parte dos Centros representantes dos STA e representantes dos discentes, na forma da lei.

O Diretor do IAD declarou que “[...] fazer com que toda uma Unidade Acadêmica aceite uma transformação como esta, nem sempre era fácil, pois são conquistas e históricos que têm tanto a Escola de Belas Artes, quanto o Conservatório, antecedendo a Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 603-606).

Uma representante dos STA, lotada no IAD, considerou que pelo fato de ter sido aprovado em assembleia no Instituto Ihe “[...] parecia muito mais

interessante do que as próprias discussões que ocorrem dentro do Conselho Departamental. Tiveram uma boa discussão e uma boa representação dos segmentos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 543-544).

Analisando os discursos dos Conselheiros durante as reuniões que realizaram para discutir as propostas de Centros pode-se verificar que em alguns momentos as posições eram distintas de acordo com as propostas e os sujeitos envolvidos. Em alguns casos um mesmo membro do CONSUN, por exemplo, diz que o que vale é a decisão do Conselho Departamental, em outro que a assembleia tem mais peso que as decisões do Conselho Departamental, e vice-versa. Pode-se fazer um paralelo entre os discursos dos mesmos membros nas discussões sobre a criação do CCQFA e o Centro de Artes.

De acordo com um Conselheiro durante a reunião foi afirmado que “[...] o CM continuaria fazendo música com a sua história independente de formatação administrativa” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 623-624). No entanto, tinha dúvidas sobre isto, pois para ele as Unidades mais tradicionais da Universidade, como as que antecedem a criação da Instituição “[...] tem personalidade administrativa. Elas são reconhecidas e têm certa autonomia dentro do conjunto da Universidade e têm uma representação própria” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 625-628). Esta autonomia administrativa a qual se referiu o Conselheiro não está presente nem no Estatuto e nem no Regimento da UFPEL (ESTATUTO/UFPEL, 1977; REGIMENTO/UFPEL, 1977). Ressalta-se que o professor é vinculado a uma Unidade com mais de cem anos, que foi criada antes no início do século XX, e foi incorporada a UFPEL em 1969.

Outro Conselheiro, representante dos professores Auxiliares, observou que o CM seria despersonalizado com a fusão. Para ele não se tratava de perda de poder, mas a Unidade perderia autonomia administrativa. Afirmou ainda que “[...] se perdemos a autonomia administrativa, perdemos a nossa própria característica e nossa própria personalidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 717- 719).

A Diretora do CM pediu a palavra para retomar uma questão que para ela não tinha sido esgotada a discussão, pois o CM tinha “[...] um compromisso bastante grande frente à cidade e frente às outras Instituições de Música do Brasil” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 660-661). Declarou que não era contra a

fusão das duas Unidades Acadêmicas, pois acreditava que a Universidade deveria ser reformulada. No entanto, para a Conselheira estavam pulando duas etapas importantes, a primeira era a consulta aos Órgãos Colegiados, conforme se referiu a Diretora do Instituto de Biologia. Alegou que a reunião do dia anterior, mesmo que tivesse representatividade, foi convocada um dia antes no turno da tarde. Com isso, alguns professores e alunos não puderam participar. Por isso, se sentiria mais à vontade se fosse consultado o Conselho do Departamento. Afirmou que “não que ele fosse ter uma posição contrária, mas que ele teria sido consultado e assim, todos os conselheiros poderiam estar efetivamente votando com mais tranquilidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 667-669).

A segunda etapa, que para a Conselheira era a mais grave que estavam pulando, era “[...] qual é o critério para constituição dos doze Centros?” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 671-672). Para ela não havia ainda sido apresentado critérios para a construção dos doze Centros. Declarou ainda que tinha ouvido do próprio Reitor no dia anterior que “[...] não vai ser possível em uma estrutura de doze Centros de uma Universidade que fossem aprovados dois Centros de Artes. Ele colocou isto muito claro, ótimo, pois teriam que lidar com esta situação” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 673-676).

Para a referida Diretora era necessário saber de que forma as áreas seriam agrupadas. Assim conseguiriam visualizar os doze Centros e verificar a lógica de constituição, “[...] qual critério e como eles estavam sendo colocados, que áreas serão privilegiadas ou não” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 677-678). Declarou ainda que:

Todos sabem, e isto não é uma questão de poder apenas. É uma questão de representatividade, pois as áreas de Artes na Universidade são sempre fracas, sempre desconsideradas e menos levadas em consideração, por que? Porque sua lógica é diferenciada, pois possuem menos alunos por professor e isto é uma realidade em todo o Brasil. Os cursos de Música muitas vezes devem ter atendimento de poucos alunos. É assim em todo o mundo. É a missão de a Universidade acolher os Cursos de Arte e de Música. Que lugar eles terão dentro da estrutura da Universidade? (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 678-684).

Estes eram as questões que preocupavam a Conselheira, pois para ela não teria problema nenhum em votar desde que soubesse os critérios para a criação

dos Centros, para agrupar os cursos e para a definição dos Centros que seriam criados.

O Diretor do IAD declarou que a discussão vinha ocorrendo há mais de um ano, e que era normal que durante os debates na reunião do CONSUN surgissem dúvidas sobre detalhes da proposta, mas que isso causava algumas ansiedades e alguns problemas, que deveriam ser pontuados. No entanto não via mais a necessidade de dar continuidade a discussão (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 696-698).

Durante o debate o representante dos professores auxiliares confirmou que sabia da dificuldade administrativa da Universidade, frente a criação de muitos cursos novos, mas este “[...] imaginava a possibilidade de que estes cursos já viessem agrupados na forma de Centros” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 756-757).

O presidente do CONSUN interveio com o intuito de esclarecer os conselheiros sobre alguns pontos que foram levantados. Explicou que seria impossível realizar a Reestruturação da Universidade na forma como desejariam os Conselheiros. Citou o exemplo, respondendo ao representante dos professores auxiliares, afirmando que “[...] não existe a possibilidade de agrupar todos os cursos novos em forma de Centros separados das Unidades existentes” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 759-760). Declarou que esta ideia vai contra a proposta da Reitoria de agrupar cursos por áreas afins e cursos novos com cursos já existentes.

O Diretor do Instituto de Ciências Humanas manifestou que preocupava-se, pois poderia novamente ocorrer uma votação de criação de uma nova Unidade Acadêmica na Instituição na qual sua aprovação ocorreria com um grande número de abstenções, como ocorreu na criação do CCQFA. Pensava que isto não era positivo, pois acreditava que o CONSUN só deveria apreciar o processo depois que as Unidades envolvidas tivessem resolvidos seus problemas. Acreditava que a melhor solução seria a retirada de pauta do processo de criação do Centro de Artes e “[...] que retornassem com uma proposta única e que esta proposta pudesse ser debatida pelo Conselho Universitário” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 817-819). Para o Conselheiro se o CONSUN fosse criar Centros independente do que for decidido pelas Unidades Básicas, seria favorável a proposta de discutir critérios para

a criação de novos setores, se estes seriam “[...] pelo número de professores, se pelo número de alunos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 823).

Novamente o presidente do CONSUN fez uma intervenção e declarou que “[...] a função do Conselho Universitário era deliberar e não apenas homologar o que vinha das Unidades. Os Conselhos Departamentais poderiam aprovar e o Conselho julgar que não é o caso de homologar e vice-versa” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010).

Declarou ainda que era responsabilidade do Conselho Universitário, conforme artigo 18 do Regimento da Instituição, “[...] autorizar a criação de Faculdades, Escolas e Institutos, bem como seu desdobramento, assim como os Centros”, sendo assim afirmou que “[...] cabe ao Conselho e não às Unidades criar Centros” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 833-834). Tinha o entendimento que o Conselho poderia criar os Centros propostos pelas Unidades Acadêmicas, mas também poderia criar Centros que fossem elaborados pela Administração Central ou pelo próprio CONSUN. Afirmou que antes existiam quarenta e sete cursos de graduação hoje mais de noventa (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010).

Um dos representantes da Comissão de Reestruturação, Diretor da Faculdade de Letras, relatou que desde o início dos trabalhos tentaram dialogar com todas as unidades, “[...] trabalho feito também pelo Reitor que havia ouvido todos os Conselhos Departamentais das Unidades e que em muitas ocasiões membros da Comissão estavam presentes” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 922-923). Esclareceu, ainda, que membros da Comissão foram convidados a participar de várias reuniões nas Unidades Acadêmicas para apresentar e discutir a proposta dos Centros e que após terem recebidas todas as sugestões encaminharam o trabalho ao Gabinete do Reitor. Ressaltou que muitas Unidades não quiseram analisar a proposta, citando como exemplo a Faculdade de Direito, que “[...] havia enviado para a Comissão, e para o Gabinete do Reitor, um documento com cinco ou seis linhas dizendo que a Universidade estava buscando destruir a história da Faculdade de Direito, negando-se a discutir” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 929-931). Comunicou que as discussões foram permeadas por altos e baixos, onde muitas Unidades queriam discutir, e algumas destas apresentaram propostas, e outras não queriam discutir. Continuou dizendo que o papel da Comissão era de informar e

ajudar as Unidades, não era objetivo da Comissão impor a Reestruturação das Unidades, a Comissão era consultiva e não deliberativa.

Um representante dos discentes alegou que as discussões que estavam ocorrendo deveriam ter acontecido há dois anos, quando ocorreu a adesão da UFPEL ao REUNI. Relatou que o Movimento Estudantil, embora tardiamente, havia proposto uma Estatuinte, referendada junto à ADUFPEL e a ASUFPEL, junto às Direções e Assembleias das Categorias, de forma que esse processo fosse discutido a partir de uma perspectiva deontológica e não teleológica, e que fosse feito por pessoas que pudessem organizar o Estatuto e o Regimento da Universidade que não legislassem em causa própria e não estivessem ocupando cargo de poder dentro das Unidades. Concordou com o Pró-Reitor de Extensão e Cultura sobre a proposta de criar uma Comissão para reescrever o Estatuto e o Regimento da Universidade, solicitou que tivesse a participação de representantes dos STA e dos discentes (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010).

Uma representante dos STA, lotada no IAD, explicou que inicialmente votaria a favor das propostas de criação dos Centros se não houvesse questionamentos e quando tivesse alguma dúvida se absteria (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010). No entanto, a proposta de criação do Centro de Artes foi discutida de forma ampliada, pois além da discussão que estava ocorrendo no Conselho máximo da Instituição também tinha ocorrido de forma ampliada nas Unidades. Percebe-se isto na fala da referida STA quando manifestou durante reunião do CONSUN que:

[...] quando o Reitor fez a sugestão de retirada de pauta, ele explicitou que seria porque iria fazer a proposta de um único Centro, e se não discutiram, por falta de tempo, mesmo assim todos sabiam qual a razão da reunião com o Reitor, que seria apresentada a proposta de um único Centro. Então foi feita a chamada, mesmo que com pouca antecedência, mas mesmo assim representativa, mas o que achava estranho era que havia uma proposta da criação de um Centro, que foi discutida em toda a comunidade, havia dois Diretores, onde um explicitou que concordava plenamente, sem problema algum. ... **mas a outra(grifo nosso)** disse ter alguns questionamentos, que achava já terem sido esclarecidos, mas que seguia com a preocupação de não ter passado no Conselho Departamental, mas que a Conselheira também havia colocado que havia levado anteriormente para o Conselho Departamental e este tinha duas propostas, mas que se não passassem que não haveria problema(CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2010, linha 957-967).

A referida conselheira explicou que se diante daquela circunstância o Centro não fosse criado “[...] não saberia qual a linha seguir para aprovação dos próximos” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2010, linha 969-970). Entendia que a decisão de criar ou não o Centro de Artes deveria ocorrer naquele dia.

O presidente do Conselho informou que foi criado um grupo de trabalho em 2009 e que contou com a contribuição dos seguintes representantes: dos Coordenadores de Cursos de Graduação, da Direção da Faculdade de Letras, da Direção do Instituto de Sociologia e Política, da Direção da Escola de Educação Física, dois representante dos Servidores Técnico-Administrativos e um representante discente (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2010)³⁰.

A proposta de criação do Centro de Artes foi colocada em votação e aprovada com 39 votos favoráveis e nove abstenções (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2010).

A reunião que aprovou a criação do Centro de Artes começou às 9h e terminou às 12 horas e 35 minutos. Apesar de não ter sido pauta única, pois foram discutidos outros assuntos, verifica-se, através dos registros feitos em ata, que o debate sobre a criação do novo centro tomou quase todo tempo da sessão (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2010).

Neste sentido, para o Conselheiro³, uma das alterações significativas da estrutura das Unidades Acadêmicas ocorreu com a extinção do Conservatório de Música, pois o CM:

[...] passou a fazer parte do Centro de Artes, talvez isso não tenha sido bom para o Conservatório de Música porque o Conservatório se enfraqueceu muito como unidade e ainda não se reconfigurou como órgão suplementar, como o MALG que é um órgão suplementar também. O regimento da universidade trata muito pouco dos órgãos suplementares, diz que existem órgãos suplementares e ponto. Agora como o que são os órgãos suplementares? como funcionam? qual a sua autonomia? não diz nada sobre isto. Foi feito um adendo, mas ainda é muito incipiente. Por um lado foi bom porque se integraram mais com o Centro de Artes, mas a autonomia que eles tinham perderam um pouco, perderam a UGR (unidade gestora de

³⁰ Este grupo de trabalho foi instituído, através da portaria n° 366 do Gabinete do Reitor, para proceder a análise do teor do Estatuto e Regimento da UFPEL, e propor sugestões e alterações a serem encaminhadas aos Conselhos Superiores da Instituição. Esta portaria foi publicada no dia 16 de março de 2009, e dava 120 dias para os membros apresentarem o relatório final do estudo. Em 14 de julho de 2010, através da portaria n° 1057 do Gabinete do Reitor, a comissão foi alterada com a troca do representante discente, por motivo de término de mandato.

recursos) que eles tinham. Agora estão vinculados ao Centro de Artes (Conselheiro3).

No entanto, mesmo com a criação de cinco Centros Acadêmicos a Universidade ainda possuía cursos vinculados a Pró-Reitoria de Graduação. Situação esta que não poderia permanecer, pois o estatuto da Universidade não permite. Desta forma, a Instituição deveria ou vincular estes cursos as unidades existentes ou criar uma nova Unidade acadêmica. A proposta da gestão da UFPEL foi de transformar o Centro de Integração do MERCOSUL (CIM) em Unidade Acadêmica.

Em 13 de dezembro de 2011, durante reunião ordinária do CONSUN, foi analisada a transformação do Centro de Integração do MERCOSUL (CIM), em Unidade Acadêmica nos moldes de Centro, conforme Resolução nº01/2009 do CONSUN. O presidente do Conselho relatou que em 1993, durante seu primeiro mandato como Reitor da Universidade buscou em Brasília a possibilidade de transferência para a UFPEL de áreas da antiga Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), que tinha sido extinta do Ministério de Interior, mais tarde Ministério da Integração Regional, e atualmente Ministério da Integração Nacional. A partir deste momento, por um Decreto Presidencial do Presidente Itamar Franco foram incorporados a Universidade todos os bens patrimoniais, acervo histórico e científico do Tratado da Lagoa Mirim³¹. Na opinião do Conselheiro este ato fez com que a Universidade ingressasse de forma oficial nas relações internacionais, principalmente porque logo após foi criado o Departamento de Intercâmbio e Programas Internacionais (DIPI) (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011).

Declarou que em 1994, a Universidade criou o Centro de Integração do MERCOSUL, e afirmou que “[...] todos sabem que ali é o exemplo maior e pioneiro, único no país, de um Centro dedicado a temas de Integração Regional e MERCOSUL, sobre tudo MERCOSUL” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha

³¹ A Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim está localizada entre os paralelos 31°30' e 34°30'S e entre os meridianos 52° e 56°, correspondendo a uma superfície de aproximadamente 62.250 km², dos quais 29.250 km² (47%) em território brasileiro e 33.000 km² (53%) em território uruguaio, constituindo uma bacia transfronteiriça onde prevalece o regime de águas compartilhadas. Tratado de Limites de 1909 e Tratado da Lagoa Mirim de 1977 (UFPEL, 2017).

364-366). Relatou uma série de iniciativas de Desenvolvimento Regional e Integração realizadas pelo Centro, assim como vinculações com outras ações do Governo Federal para potencializar os projetos internacionais das Instituições de Ensino Superior. Falou ainda que nos últimos anos, através do REUNI, foi criado o curso de Relações Internacionais, assim como alguns cursos Tecnológicos que poderiam atuar na região de fronteira. Salientou que:

Também foi dedicada grande parte dos nossos esforços no sentido de que os cursos de Tecnólogos, que atualmente é um objetivo do Governo, face à necessidade de industrialização e necessidade de empreender maiores esforços para a criação de tecnologia ou mais que isto, pessoas qualificadas para trabalharem em tecnologia de diferentes áreas, principalmente energia e meio ambiente (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 394-398).

Para tanto, a Instituição tinha criado o Curso de Gestão Ambiental com foco principal em atuar para as fronteiras do MERCOSUL e o Curso de Transporte Terrestre, com foco nas logísticas das fronteiras. Ressaltou ainda que a UFPEL era pioneira com este curso já funcionando em Eldorado do Sul. E por fim, destacou a doação da Prefeitura Municipal de Pelotas, com apoio unanime da Câmara de Vereadores da cidade, do prédio do Grande Hotel que deverá se transformar em “[...] um Grande Hotel do MERCOSUL para o curso de Hotelaria, com foco internacional” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 405-406).

Manifestou que toda a sua exposição tinha como objetivo agregar estes cursos, e que atualmente estão vinculados a Pró-Reitoria de Graduação, e assim como os outros cursos criados pelo REUNI precisavam ser abrigados por um Centro. A ideia também era transferir a Agência da Lagoa Mirim, setor este que estava ligado ao Gabinete do Reitor há mais de 20 anos, com o objetivo de:

[...] atender o que determina o Decreto Presidencial 1428, que a Agência sirva ao Ministério de Integração Nacional e Ministério de Relações Exteriores, mas também desta forma sirva de apoio aos nossos Cursos Internacionais e Atividades de Integração, sobre tudo na fronteira Brasil/Uruguai, que é o objetivo principal deste Decreto (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 423-426).

O presidente do Conselho declarou ainda que em julho de 2012, o Brasil seria designado país presidente do bloco do MERCOSUL, ressaltando que a Universidade tinha outros projetos que:

[...] já estava trabalhando com a Presidência da República a convite da Secretaria de Assuntos Institucionais da Presidência e isto certamente significaria em maiores ganhos para a Universidade, principalmente se esta pudesse apresentar o Centro de Integração do MERCOSUL não apenas como um espaço que possa ser utilizado para eventos (como habitualmente tem sido utilizado), mas como Unidade Acadêmica formal com o Curso de Relações Internacionais(CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 423-426).

Um representante dos discentes solicitou ao presidente do Conselho que listasse os cursos que seriam transferidos para o CIM. O qual respondeu que seriam quatro cursos de graduação, os quais são: Bacharelado em Relações Internacionais, Tecnólogo em Transporte Terrestre, Tecnólogo em Gestão Ambiental e o Tecnólogo em Hotelaria que seria criado no início de 2012. No entanto, ressaltou que outros setores e núcleos que tinha referido anteriormente também seriam alocados no novo Centro, os quais eram: Núcleo de Estudos Fronteiriços em Santana do Livramento; Núcleo Binacional de Estudos Biodiversidade Fronteira em Santa Vitória do Palmar; Agência da Lagoa Mirim; Pólo Multicultural MERCOSUL; Núcleo de Cooperação e Mobilidade Acadêmica (DIPI); Núcleo de estudos Árabe-Islâmicos; Núcleo de Estudos Europeus e o Curso Multidisciplinar- Território e Sociedade em Populações Fronteiriças (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011).

O presidente do CONSUN relatou ainda que a criação do Curso de Hotelaria surgiu há poucos dias da presente reunião, pois “[...] fazia quinze dias que havia sido surpreendido com a oferta para a Universidade da transferência do prédio do Grande Hotel que é um patrimônio arquitetônico importante da cidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 458-461).

Informou que o prédio tinha sido parcialmente recuperado com recursos do MOMUNTA, importante Programa do Governo Federal. Afirmou que para que os recursos do Ministério do Planejamento e demais Ministérios da República fossem liberados a tempo seria necessário criar o Curso de Hotelaria de forma ágil, pois os processos públicos exigem uma série de tramitações e obediência a certos regramentos que devem ser obedecidos. Isso já pensando que o REUNI fecha seu

ciclo no final de 2012. Mesmo assim, relatou que “[...] foram ofertados dez milhões de reais para que pudéssemos recuperar o Grande Hotel, desde que tivéssemos uma justificativa acadêmica para isto” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 470-471).

Declarou ainda que:

Se para alguns que são pessoas estranhas a esta cidade isto não é importante, pelo menos para muitos de nós que aqui nascemos e vivemos isto é muito importante. Portanto, de forma alguma iria se omitir e trabalhou juntamente com dois ou três professores, rapidamente, para que pudessem obter esse apoio do Ministério do Turismo e também da Prefeitura e da Câmara Municipal, que sem dúvida alguma, representa toda a cidade, pois foram eleitos pela cidade e eles, por unanimidade, aprovaram este projeto (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 476-482).

O presidente do Conselho informou que tinha criado o Curso de Hotelaria “*ad referendum*” do COCEPE e do CONSUN, e afirmou que:

Se este Conselho por ventura no futuro, depois de estarem aqui os recursos, decidir que não quer o Grande Hotel, que foi inapropriada a atitude do Reitor, que os Conselheiros se manifestem, e isto seria tornado público e irão eliminar e devolver os recursos (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 484-486).

Acreditava que dificilmente os Conselheiros presentes, e “[...] até mesmo os representantes discentes, que diziam estar em uma ciranda, iriam proceder de maneira diferente em prejuízo da nossa Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 489-491).

Após ampla apresentação da proposta de criação do CIM, foi dada a palavra aos Conselheiros para que se manifestassem. A Diretora da Faculdade de Enfermagem manifestou que “[...] em sua avaliação esta ligação em torno do MERCOSUL, da Lagoa Mirim era a iniciativa mais importante da Universidade, pois ela reconhece o papel social que temos, considerando nossa localização e os compromissos que temos para o desenvolvimento da região” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 505-508). Para a Conselheira uma das frentes estratégicas para o desenvolvimento da Instituição na parte internacional era a estruturação do Núcleo de Estudos Transfronteiriços. Sobre a transferência do Grande Hotel da Prefeitura para a Universidade, que tinha ocorrido a poucos dias, lembrou de quando veio a

Pelotas prestar concurso e se hospedou neste Hotel. Considerou uma das grandes tristezas quando este foi abandonado. Por isso, apoiou a decisão do Reitor de incorporar esta importante estrutura junto ao patrimônio da Instituição. No entanto, assim como outros Conselheiros acreditava que os setores administrativos que ora estavam vinculados ao Gabinete do Reitor poderiam permanecer como Unidades Administrativas, e sugeriu como alternativa criar uma Pró-Reitoria de Assuntos Internacionais ou uma Superintendência (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011).

Segundo o Diretor da Faculdade de Direito, não teve notícias de resistências por parte de professores e alunos vinculados aos quatro cursos que seriam transferidos para o CIM. Destacou que:

Não há risco, segundo afirmou o próprio presidente, de perdas de docentes de outras Unidades para este Centro. Não há risco de que isto implique em uma desagregação, ao contrário, são cursos que estão esparsos e soltos pela Universidade e, erradamente, abrigados em uma Pró-Reitoria, de forma que não via inconvenientes na criação do Centro para abrigá-los (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 552-555).

No entanto, a maioria dos Conselheiros que se manifestaram acreditavam que as estruturas administrativas deveriam ficar de fora do novo Centro, pois entendiam que estas deveriam atender a toda a Universidade, principalmente o DIPI e ALM. O presidente do CONSUN afirmou que a proposta da Reitoria era de agrupar os cursos já referidos e os setores administrativos poderiam ficar vinculados ao Gabinete do Reitor (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011).

Vários Conselheiros também demonstraram preocupação em criar o Centro apenas para que a Universidade pudesse alocar estes cursos, pois viam que a atuação internacional dos cursos eram importante para a projeção da Universidade. Uma representante dos STA salientou que “[...] uma Unidade específica voltada para a área de Relações Internacionais seria importante neste aspecto de captação de recursos, e de ampliação das Relações Internacionais da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 585-587). Esta também destacou que era importante saber que esta nova Unidade já possuía os docentes próprios, não se utilizando de vagas de outras Unidades.

O presidente do Conselho respondeu que a discussão era importante para todos que trabalham com o MERCOSUL, e solicitou aos Conselheiros para relatar o depoimento do Embaixador Régis Aslanian, que é representante do Brasil no MERCOSUL e também no Parlamento do MERCOSUL e na Associação Latino Americana de Integração – ALADI, onde ele pontua que:

Ficou extremamente surpreso que apenas a UFPEL, entre todas as Universidades do Brasil, foi a única que se preocupou com este assunto, e que há vinte anos criou o Centro do MERCOSUL, único no país. O Embaixador acreditava, assim como os demais representantes do Itamarati que estiveram em Pelotas, que era importantíssimo que a UFPEL não perca este referencial (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 594-598).

O presidente do CONSUN afirmou que foi uma conquista para a UFPEL a criação do curso de Relações Internacionais e que este tem participado de forma “[...] bastante marcante, com apoio da Administração, em atividades vinculadas ao Itamarati na área Internacional, inclusive participando da Cúpula Social do MERCOSUL” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 600-602).

Ocorreu um longo debate sobre as conexões entre os cursos que ficariam vinculados a esta nova Unidade, pois alguns entendiam que o curso de Relações Internacionais poderia ficar próximo ao IFISP, enquanto os cursos de Gestão Ambiental e Transporte Terrestre vinculados a FAT, mas não houve consenso na proposta apresentada pelos discentes (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011). Após o debate e as considerações, a proposta de transformação do Centro de Integração do MERCOSUL em Unidade Acadêmica, com quatro cursos de graduação mais o Curso Multidisciplinar – Território e Sociedade em Populações Fronteiriças (em fase de elaboração); Núcleo Binacional de Estudos da Biodiversidade Fronteiriça/Santa Vitória do Palmar/Chuí; Pólo Multicultural UFPEL-MERCOSUL; Núcleo de Estudos Fronteiriços/Santana do Livramento e Rivera; Núcleo Universitário de Estudos Europeus; Núcleo de Estudos Árabe-Islâmico e o Grande Hotel – A Escola de Hotelaria do MERCOSUL; foi aprovada com 41 (quarenta e um) votos favoráveis, 7 (sete) contrários e 5 (cinco) abstenções.

Assim como na adesão da UFPEL ao REUNI, a formação de um grupo de coalizão foi fundamental para a criação dos seis novos centros acadêmicos (CDTEC, CENG, CCQFA, CA, CLC e CIM) na UFPEL. Os gestores conseguiram

mobilizar apoios para as propostas de sua preferência mediante a formação de coalizões de sustentação que evitem a paralisia decisória.

Neste sentido, a fase da implementação é tida como um dos maiores desafios para os gestores públicos. Esta etapa é considerada um passo vital no processo de governo porque envolve colocar programas em ação e produzir efeitos para os cidadãos (OLIVEIRA, 2006). Segundo Oliveira (2006), o estudo da implementação exige um entendimento de sua complexidade e interação com o planejamento. O resultado do planejamento, incluindo sua implementação, deve ser observado como uma série de eventos que são dependentes de uma cadeia. Assim, tornam-se necessárias coalizões de apoio, capacidade financeira, instrumental e operacional. Pela complexidade, envolvimento e dependência de diversos atores sociais esta etapa constitui uma das maiores causas do fracasso das políticas públicas (FERNANDES & BERTON, 2006).

Portanto, foi possível identificar ocorreram as coalizões de apoio e houve capacidade financeira, instrumental e operacional para implementar as medidas até aqui referenciadas. Destaca-se que sem estas ações não seria possível aprovar tanto a adesão da UFPEL ao REUNI, quanto executar as principais ações aqui relacionadas.

Na próxima sessão serão apresentadas as propostas apresentadas ao CONSUN e não implementadas pela UFPEL.

5.2 Propostas não aprovadas pelo Conselho Universitário

Uma proposta submetida ao Conselho máximo da UFPEL, de nova unidade acadêmica, foi a criação do Centro de Ciências Animais. Durante reunião do CONSUN o presidente o Conselho fez uma breve relato da criação os Centros na Instituição e destacou que vinha desenvolvendo um trabalho, de forma inicial, para criar dois novos Campi da Universidade, ambos fora de sede, os quais eram, um no município de Pinheiro Machado e outro em Eldorado do Sul (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011). Destaca-se que Pinheiro Machado fica pouco mais de 107 km de distância da cidade de Pelotas e Eldorado do Sul a 246 km. Esta última fica a cerca

de 10 km de distância da capital do estado, Porto Alegre. A criação de cursos de graduação e/ou Campus fora de sede necessita de autorização expressa do Ministério da Educação.

O referido Conselheiro informou que o número de cursos e a área de atuação que seriam criados nestes municípios estavam:

[...] vinculados à vocação e desenvolvimento regional que estas áreas dispõem, como por exemplo, em Eldorado do Sul, pelo grande número de empresas de alta tecnologia, como a Bel Computer e outras ao redor, e também o fato de que já foi ofertada à Universidade a doação de uma grande área da FEPAGRO [Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária], do Governo do Estado, para que ali seja instalado um Setor da Universidade e isto será trazido ao Conselho, em momento mais adequado, quando tiver novos detalhes e informações com mais consistência[...] (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 160-165).

O presidente do Conselho alegou ter feito referência a Eldorado do Sul, pois teriam alguns cursos “[...] com pesquisa de ponta vinculada à Área de Ciências Animais, sobre tudo Veterinária e também alguma coisa sobre Biotecnologia” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 166-168), que poderiam ser criados neste município. Afirmou que a Instituição estava:

[...] trabalhando intensamente em função do Pólo naval, com a Petrobrás próxima de todos nós, na cidade de Rio Grande, e atualmente o Parque Eólico na fronteira entre Brasil e Uruguai, especialmente em Livramento e atualmente em Santa Vitória do Palmar. Portanto, todos estes aspectos fazem com que tenhamos que, em pouco tempo, fazer uma grande transformação da Universidade tendo vários rumos e não podemos, de forma alguma, perder tempo com relação a estas possibilidades, uma vez que a Universidade também tem que atender exigências para o desenvolvimento da região e criação de espaços para os egressos, uma vez que, diferentemente da Academia, todas as áreas de trabalho atualmente funcionam de forma muito mais ágil, sobretudo na parte tecnológica, do que as próprias Instituições Universitárias (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 168-171).

Declarou ainda que a proposta de criação do Centro de Ciência Animais era originária da Faculdade de Veterinária (FV) e apoiada pela Direção e pelo Conselho Departamental da Unidade, a qual buscava agregar os cursos vinculados a estas áreas. Relatou aos Conselheiros que o curso de Zootecnia, assim como outros cursos criados pelo REUNI, ainda estavam lotados na Pró-Reitoria de Graduação, de forma emergencial, e que era necessário transferir o curso para uma

unidade acadêmica, razão pela qual estava apresentando a proposta de criação do Centro de Ciências Animais, a qual tinha sido aprovada pelo Conselho Departamental da FV (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011).

A proposta de criar a Unidade de Ciências Animais era discutida pela FV antes mesmo de surgir o REUNI e já tinha sido apresentada outras vezes a Reitoria. Inclusive a gestão anterior da Universidade, antes de 2005. A principal justificativa da FV para a criação do Centro era a afinidade natural entre os cursos de Veterinária e Zootecnia, pois estão vinculados ao Conselho Federal de Medicina Veterinária e aos Conselhos Regionais de todos os estados, os quais funcionam da mesma forma. Partindo deste princípio, o Conselho Diretor da FV realizou discussão interna e em maio de 2011 esta proposta foi referendada na Unidade, assim encaminharam a Administração Central da Instituição informando que tinham aprovado a proposta dentro das instâncias colegiadas (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011).

Após a apresentação da proposta de criação do Centro de Ciências Animais foi dada a palavra aos Conselheiros para que pudessem fazer suas considerações. A Diretora do Instituto de Biologia perguntou se esta proposta tinha sido aprovada pelo curso de Zootecnia e que gostaria de saber o posicionamento deste curso. O presidente do Conselho informou que também recebeu uma proposta de um novo Centro por parte do curso de Zootecnia, com a sugestão de criar o Centro Agropecuário da Palma, composto por três cursos: Bacharelado em Zootecnia, Tecnólogo em Recursos Pesqueiros e Aqüicultura e Tecnólogo em Laticínios. Este manifestou que:

[...] acreditava que houve um equívoco dos novos professores que não sabiam que o Termo Centro Agropecuário da Palma não poderia ser utilizado como Centro Acadêmico, pois é um órgão suplementar da Universidade que serve a todas as Ciências Agrárias como um todo, o que não impede de ser apresentada esta proposta com uma outra denominação (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 200-204).

No entanto, a proposta da Reitoria era de incluir os três cursos à proposição da FV e criar o Centro de Ciências Animais, acrescentando o curso de Produção Animal que deveria funcionar no município de Eldorado do Sul a partir de julho de 2012. O Diretor da FV respondeu a Diretora do IB que não existia um

posicionamento oficial do curso de Zootecnia. A Diretora do IB sugeriu deveriam ter ouvido primeiro o curso de Zootecnia antes de encaminhar a proposta ao CONSUN. O presidente do Conselho respondeu que o curso encaminhou o documento solicitando a criação de um novo Centro com 10 professores, “[...] o que acreditava ser desproporcional ao princípio de Centros, que é agregar e não dividir” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 215-216). Salienta-se que não existia em nenhum documento do REUNI a previsão de criação dos cursos de Tecnólogo em Recursos Pesqueiros e Aqüicultura e Tecnólogo em Laticínios, por isso até o momento o que existia na estrutura da Universidade era o curso de Zootecnia com 10 professores.

Um representante dos discentes declarou que não entendia o porquê do limite para criação de Centros, pois já existia na Universidade Centros criados de forma desproporcional. Afirmou ainda que outras instituições, como por exemplo, a Universidade Federal de Santa Maria, que dividiu as áreas do conhecimento para criar Centros, e:

[...] não um interesse político, que esta fazendo com que uma casa centenária como a nossa vire pequenos feudos ou tentativas de criação de pequenos feudos e acreditava que estavam esquecendo da responsabilidade que deixariam para a história desta Instituição, cada vez mais micro poderes para tentar fazer a ascensão de pessoas com poderes e cargos para o futuro desta Universidade (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 220-224).

O Conselheiro alegou que não tinha ouvido a preocupação dos Conselheiros com relação a posição dos discentes. Além disso, declarou que “[...] parecia que esta Universidade vive para trocar favores entre pessoas que estão no poder” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 2224-226). Apresentou aos Conselheiros um abaixo assinado do Diretório “[...] deste pequeno curso que tem uma representatividade grande” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 228-229), no qual eram contrários “[...] a formação do Centro de Zootecnia junto com a Medicina Veterinária” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 228-229).

Percebe-se tanto na fala do presidente do CONSUN que existia um interesse do Curso de Zootecnia, quanto no abaixo-assinado dos alunos do referido curso, que existia uma expectativa dos mesmos de criar um Centro de Zootecnia.

Por isso, provavelmente, os discentes e os docentes eram contra a fusão com a Veterinária, pois não existe nenhum outro motivo registrado em ata do Conselho sobre os motivos da recusa em serem alocados no Centro de Ciências Animais.

O discurso do representante dos discentes apesar de falar sobre a falta de participação dos discentes nas decisões de algumas Unidades - conforme verifica-se nas atas, nos relatos das entrevistas dos Diretores de Unidades Acadêmicas e nos discursos dos representantes docentes - realmente não contém, de forma explícita, a preocupação com a opinião dos alunos. No entanto, o Conselheiro demonstra um entendimento parcial das decisões que estavam sendo tomadas no CONSUN, pois o mesmo apoiava o documento dos alunos do curso de Zootecnia, assim como afirmava que a Universidade estava criando Centros “[...] sem responsabilidade, por não se ter o comprometimento de discutir as áreas do conhecimento, sem pensar em aliados políticos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 232-233). Por outro lado, a maioria das propostas apresentadas tinham como objetivo agregar os cursos, e na maioria dos casos buscando aproximá-los pela área do conhecimento. Infelizmente como pode-se analisar nem sempre foi possível agregar os cursos por áreas de afinidade, pois existiam contextos específicos em cada proposta que dificultavam implantação dos Centros.

O referido representante discente insistiu que a proposta de criação do Centro de Ciências Animais deveria retornar a Unidade para que houvesse um amplo debate, pois o que tinham “[...] eram sugestões unilaterais que interfeririam na vida das pessoas de forma desagradável” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 246-247). O presidente do Conselho afirmou que não poderia retirar de pauta da reunião, pois tinha sido aprovada no início da sessão e respondeu que as Unidades apresentavam as propostas de acordo com as decisões dos Conselhos Departamentais e estavam seguindo o Regimento previsto nas Normas da Universidade.

A partir deste momento, os Diretores dos Centros que foram criados até a presente data contraporão os argumentos do representante discente. O Diretor do CDTEC relatou que foi um dos primeiros Centros a serem criados e que estavam completando 3 anos de atividades. Afirmou que a estrutura dos Centros são modernas, e que os Centros representavam “[...] um avanço, uma inovação, uma

melhoria, um progresso em relação à estrutura tradicional da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 252-254). Advertiu também que via várias incoerências na fala do representante dos alunos, quando dizia que estavam criando os Centros para dividir e criar mais cargos, e conseqüentemente mais Unidades. Na verdade a proposta é justamente o contrário, a ideia é criar novas estruturas que agreguem vários cursos e até mesmo Unidades, e assim diminuindo o número de cargos de Direção e eventualmente o número de membros do CONSUN.

O Diretor do CDTEC ainda afirmou que:

[...] era favorável à criação deste Centro e acreditava que este vinha em benefício da Universidade, dos alunos, da qualidade do ensino e acreditava que a estrutura na forma de Centros tem a possibilidade de melhorar esta qualidade, de facilitar, diminuir processos burocráticos, melhorar a vida administrativa das Unidades, e com isso, trazer melhorias para a qualidade do ensino (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 261-265).

O Diretor do Centro de Artes explicou aos novos Conselheiros que as três atas que tinham sido aprovadas no início da reunião tinham em seus conteúdos exaustivas discussões sobre a criação de Centros na Instituição, e que estas estavam ocorrendo a quase três anos. Declarou ainda que discordava do Diretor do CDTEC, pois a sua Unidade também tinha aderido a estrutura de Centro e que este era um “[...] processo difícil e lento, mas era um processo que só poderia avançar nessas mudanças quando elas opontassem algum ganho ou uma mudança positiva, e isto tem sido possível” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 271-273).

Percebe-se nos discursos dos Diretores, que as expectativas em relação a implantação da nova estrutura proposta pela Administração Central da Instituição, eram grandes. Alguns entendia que todas as Unidades deveriam aderir a proposta, outros Conselheiros entendiam que só deveriam aderir as Unidades que entendessem que teriam ganhos, conforme fala do Diretor do Centro de Artes.

O Diretor do Centro de Artes acreditava que:

[...] era muito difícil mudar estruturas muito antigas e que estão consolidadas há muito tempo e uma das possibilidades de conseguir trabalhar os Centros era justamente com os professores novos, que não têm os vícios antigos da Universidade, e isto tem se mostrado possível (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 273-276).

O CDTEC demonstrava ser um caso de sucesso, pois pelos depoimentos do seu Diretor e do representante dos Cursos de Graduação, que era docente da Unidade, ressaltavam que viam o modelo dos Centros com grandes vantagens sobre as estruturas antigas da Instituição.

Esta Unidade, a época de sua criação, era composta pelos seguintes cursos: Bacharelado em Biotecnologia, Engenharia de Materiais, Engenharia Hídrica, Engenharia Geológica, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Computação, Ciência da Computação; e de Tecnologia em Geoprocessamento; e pelos Programas de Pós-Graduação em Biotecnologia, Computação, Ciência e Engenharia de Materiais, e Recursos Hídricos (CONSUN/UFPEL, RESOLUÇÃO n° 09/2012). Dos oito cursos de graduação vinculados ao CDTEC à época, apenas o curso de Ciência da Computação era anterior ao REUNI, este criado em 1994. Destaca-se que os cursos de Engenharia Geológica, Engenharia de Petróleo e de Tecnologia em Geoprocessamento, em 25 de agosto de 2014, foram transferidos para o Centro de Engenharias, conforme Resolução n° 25 do CONSUN.

Analisando o discurso do Diretor do Centro de Artes, de que Unidades novas que possuíam um grande número de professores recém contratados tinham mais êxitos no processo de adaptação a nova estrutura, pode-se relacionar o êxito da constituição do CDTEC ao fato deste possuir um grupo grande de docentes recém contratados. Este cenário, conforme informações coletadas, favoreceu implantação da Reestruturação desta área do conhecimento. Diferentemente do Centro de Artes que tinha um grande número de cursos anteriores ao REUNI, os quais eram: Bacharelado em Artes Visuais, Licenciatura em Artes Visuais, Bacharelado em Música (Canto, Flauta Transversal, Violão, Piano e Violino), Bacharelado em Design Gráfico e Licenciatura em Música.

Estes cinco cursos foram agrupados aos cursos criados através do REUNI, os quais eram: Bacharelado em Ciências Musicais, Bacharelado em Composição Musical, Bacharelado em Cinema e Audiovisual, Bacharelado em Cinema e Animação (atualmente em extinção), Licenciatura em Dança, Bacharelado em Design Digital, Bacharelado em Música Popular e Licenciatura em Teatro. Destaca-se que os cursos do CA têm uma trajetória maior junto a universidade, como os cursos de Artes Visuais, Bacharelado criado em 1960 e Licenciatura em

1974; Música, Bacharelado e Licenciatura ambos em 1974 e Design Gráfico em 2004. Portanto, estes possuíam um percurso diferente do traçado pelo Curso da Ciência da Computação, quando comparadas as especificidades de implantação do CDTEC e Centro de Artes.

Ainda respondendo ao representante Discente, o Diretor do Centro de Artes não concordava que estavam sendo criados Centros de forma aleatória, pelo contrário, pois entendia que todas as propostas tinham passado por um processo de discussão. Para ele “[...] um processo lento e talvez mais lento do que desejado, mas tem acontecido e no seu caso, junto com o Conselheiro do CDTEC, têm visto resultados positivos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 278-280).

O representante comunitário declarou que “[...] a estrutura atual representava um emaranhado de decisões que acabava emperrando o andamento de processos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 281-282). Falou ainda que a UFPEL deveria fazer o que outras instituições fizeram e que era “[...] necessário a interdisciplinaridade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 287). Portanto para o Conselheiro a Instituição deveria adotar um modelo que favorecesse isso.

Para o Diretor do Centro de Engenharias a sua Unidade não estava “[...] encontrado dificuldades em se organizar e estavam trabalhando de forma organizada e dando características de modernização ao ensino superior, que acreditava ser o enfoque dos Centros” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 291-293). O CENG é outro exemplo de Centro que contou com um grande acréscimo de professores novos, pois dos cursos que foram transferidos para esta Unidade quando de sua criação, apenas o curso de Engenharia Agrícola era anterior ao REUNI. Os demais cursos que foram incorporados a Unidade são: Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia Eletrônica e Engenharia Industrial Madeireira. Portanto, este tem especificidades similares ao CDTEC quanto a adaptação dos docentes a nova estrutura.

O representante dos professores associados, docente do IFM, sugeriu ao Conselho que não discutisse apenas a criação dos Centros, mas também o modelo que estavam usando para criá-los, pois “[...] este era problemático, por quererem criar Centros que sejam autossuficientes” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha

291-293). O Conselheiro estava se referindo a transferência de professores das Unidades já existentes em 2007 para os Centros Acadêmicos e sobre isso declarou que:

Em alguns casos a transferência estava sendo feita de forma harmônica e discutida, e em outros casos esta tem sido feita por Portaria sem discussão com a comunidade e os professores estão sendo transferidos e os encargos continuam na base de onde os professores saíram. Estamos multiplicando encargos e fazendo um processo de querer tornar cada Centro autossuficiente (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 298-302)

Afirmou ainda que a Universidade estava lotando os professores de disciplinas básicas, que poderiam atender a todos os cursos da Instituição, nos Centros, como forma destes não precisarem pedir docentes as outras Unidades (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011). Desta forma, seriam autossuficientes em uma questão que as Unidades sempre tiveram problemas, que é a solicitação de professores para atendimento de disciplinas básicas de seus cursos, pois antes do REUNI, eram atendidas pelos professores lotados nos Institutos. Com isso, para a Conselheira Diretora do IB estava gerando “[...] duplicidade de áreas e com mobilidade docente causando realmente um ônus bastante grande nas Unidades de origem” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 320-321). Ainda sobre o processo de criação do Centro de Ciências de Animais, falou que deveria estar sendo debatida pelos Conselheiros e gostaria de conhecer melhor o processo para saber exatamente do que se tratava para poder se manifestar. Houve uma série de manifestações sobre o tema pedindo para não retirar o assunto de pauta, mas que o mesmo deveria ser analisado de forma profunda (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011).

Um representante dos servidores técnico-administrativos manifestou-se dizendo que:

[...] tinha uma posição bastante sólida e discutida exaustivamente, no sentido de que se teriam uma reestruturação administrativa com esse aporte e uma estruturação fundamental estatutária na Instituição deveriam ter um método, uma forma de deliberação que seja compatível com a relevância dessa reestruturação. Queria ter podido participar da discussão com mais profundidade. Queria ter visto esta Instituição debatendo em um congresso estatuinte (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2011, linha 332-335).

A referida reformulação do Estatuto e do Regimento, através de uma Constituinte ou Estatuante, não foi concretizada no período de 2007 a 2012. No entanto, neste período apenas foram feitas adaptações nos referidos documentos:

- a) Resolução do CONSUN n° 2009/01 – Aprova a criação de Centros na Universidade Federal de Pelotas, incluindo no Estatuto e Regimento da Instituição;
- b) Resolução do CONSUN n° 2009/02 – Altera o Artigo 71 do Estatuto;
- c) Resolução do CONSUN n° 2011/02 – Aprova, *ad referendum* do CONSUN, as Disposições Legais para Funcionamento dos Centros, que passam a integrar o Estatuto Geral da Universidade Federal de Pelotas;
- d) Resolução do CONSUN n° 2012/03 – Aprova as Disposições Legais para Funcionamento dos Centros, que passam a integrar o Estatuto Geral da Universidade Federal de Pelotas.
- e) Resolução do CONSUN n° 2012/15 – Altera o artigo 269 do Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas.

Verificando nas atas do CONSUN, após dezembro de 2012, deliberação para constituição de processo de reformulação do Estatuto ou Regimento da Universidade, identifica-se a Resolução do CONSUN n° 33/2014, que propunha regulamentar o processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional, do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas e dá outras disposições. No entanto, mesmo após ter sido dado início a este processo, o mesmo não foi concluído, não encontrando-se até o momento nos documentos oficiais outra resolução sobre o tema.

Ainda sobre o processo de criação do Centro de Ciências de Animais, um representante dos Discentes também solicitou vista ao processo. O presidente do CONSUN concedeu vistas, com retorno em cinco dias, por escrito, à Secretaria dos Conselhos. Ficou registro em ata que a Diretora do IB ficaria com o processo e após passaria para o representante discente (CONSUN/UFPEL, Ata n° 01/2011).

Outra proposta submetida ao CONSUN foi de criação do Centro de Estudos da Terra. No dia 11 de outubro de 2012, durante sessão extraordinária do CONSUN, em seu item 2 da pauta, o presidente do Conselho solicitou que um

docente vinculado ao curso de Engenharia Geológica fizesse a apresentação da proposta de criação da nova Unidade, a qual seria formada pelos cursos de Engenharia Geológica, Engenharia do Petróleo e o Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento. Além destes, três cursos, que já estavam em funcionamento na Instituição tinha-se a proposta de criação de dois cursos no município de Candiota, os quais eram Engenharia de Minas e Engenharia Mecânica, estes já estavam cadastrados no MEC e começariam a funcionar a partir de 2013 ou 2014 (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012). Estes dois cursos que seriam criados em 2013, não estavam previstos no projeto REUNI da UFPEL.

O referido docente apresentou um histórico da Instituição com relação as Geociências e que desde o tempo do Instituto de Química e Geociência, havia a pretensão de ampliar a área de Geociências na UFPEL. Declarou que a Instituição “[...] era a única universidade Federal Brasileira que não tinha pelo menos um Departamento de Geociências em suas Unidades” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 245-247). Alertou que com advento do REUNI, foram criados em 2008 a Engenharia Geológica, em 2009 a Engenharia do Petróleo e em 2010 o Tecnólogo em Geoprocessamento.

Salientou que o objetivo era agrupar em um Centro os cursos relacionados “[...] às áreas de recurso mineral, mineração, energias renováveis e não renováveis de Geossistemas. É uma estrutura apropriada, mais dinâmica, em sintonia com a interatividade das demandas de formação profissional” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 254-255). Fez ainda uma ampla argumentação sobre a importância de ter na Universidade uma Unidade que desenvolvesse ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência da Terra, principalmente frente as necessidades humanas de:

[...] recursos minerais energéticos não renováveis e renováveis, a exploração dos recursos naturais que passa necessariamente por um entendimento aprofundado dos Geossistemas e há uma reorganização mundial na formação de profissionais na área de Ciência da Terra (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 257-260).

O referido docente afirmou ainda que projeto REUNI possibilitou a UFPEL criar cursos inovadores no cenário nacional, citando como exemplo o curso de

Engenharia Geológica, o qual tem como perfil de formação profissional a aproximação da ciência e engenharia. Para ele este é “[...] um movimento que vem se verificando em várias Universidades da Europa, Estados Unidos e Canadá” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 262-263). Informou ainda que no Brasil existiam cursos que seguiam a mesma formatação, e citou os exemplos da UNESP, da Federal de Ouro Preto e da UFPEL.

A seguir ressaltou o perfil de formação profissional do curso de Engenharia do Petróleo da UFPEL, o qual tem um perfil de desenvolvimento integrado nas áreas de exploração e produção. Citou ainda que nos “[...] trinta e seis cursos de Engenharia de Petróleo do Brasil, a nossa foi o única que foi aceita integralmente pelo CREA, para avaliar como um Engenheiro de Petróleo deve ser” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 266-267). Declarou que falta tradição, por parte das universidades brasileiras, na formação de profissionais destas áreas que ficariam vinculadas ao Centro de Estudos da Terra (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

Após descreveu o perfil dos cursos Geoprocessamento, Engenharia de Minas e Engenharia Mecânica. Citou a existência de um Núcleo de estudos de Pesquisas Geológicas, localizado no município de Pinheiro Machado, o qual estava em funcionamento desde 2011. Declarou que a UFPEL era responsável, através deste núcleo, por uma Estação Sismológica, localizada no município de Pedras Altas. Este projeto é coordenado pela USP, pela UNB e pela UFPEL, e que tinha a participação da UNIPAMPA (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

Declarou que a sua fala era no sentido de demonstrar a importância da área para a região, em termos de ensino, pesquisa e extensão. E acreditava que a Universidade deveria atuar em toda a metade sul do Rio Grande do Sul, que para ele sempre ficou à margem destes estudos por anos. Informou que durante dezessete anos era o único Geólogo presente na região e que era impossível desenvolver qualquer estudo ou trabalho por não ter estrutura (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

Fez ainda um amplo discurso esclarecendo como funcionariam os cursos junto ao novo Centro, como estavam as relações dos cursos existentes dentro do CDTEC, sobre o número de docentes existentes e o número de professores

necessários para criar o novo Centro com os cursos que seriam criados em 2013, entre outras questões (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

Após a fala do docente representante do curso de Engenharia Geológica, o presidente do Conselho passou a palavra aos Conselheiros presentes na sessão. A principal preocupação dos Conselheiros era o desmembramento do CDTEC, Centro este que tinha sido criado a pouco tempo e que perderia três cursos para um novo Centro. O representante da Engenharia Geológica ressaltou que a transferência dos três cursos tinha sido aprovada pelo Conselho Diretor do CDTEC, e que isto não envolveria perda de docentes para os cursos que ficarão no Centro (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

O representante dos professores adjuntos, docente do Centro de Engenharias, demonstrou preocupação com a criação de um novo Centro contendo cursos de Engenharia, pois para ele já existiam duas Unidades novas que tinham cursos de Engenharia, o CDTEC e o CENG. Para o referido Conselheiro:

Certamente existe duplicidade tanto de laboratórios, de estruturas, assim como contratação de professores e, embora se tenha um esforço de aproximação as duas unidades, é muito difícil essa aproximação, em função de serem unidades distintas, já que se tem alguns prejuízos para nossa Instituição (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 336-339).

Caso o CONSUN aprovasse a criação do Centro de Estudos da Terra, na opinião do Docente do CENG, haveria uma triplicação de áreas das Engenharias. Para o Conselheiro deveria ocorrer o caminho inverso “[...] de unificar as engenharias e não dispersar, pulverizar mais ainda essa área de atuação, pois é uma área de suma importância e de altos investimentos” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 342-345).

Os cursos de Engenharias da UFPEL, até então, estavam distribuídos da seguinte forma nas Unidades Acadêmicas: seis no CDTEC, os quais eram: Computação, Materiais, Hídrica, Geológica e Petróleo; e sete no CENG: Agrícola, Industrial Madeireira, Civil, Sanitária Ambiental, de Produção, de Controle e Automação e Eletrônica. Portanto, a Universidade tinha 11 cursos de Engenharias lotados em dois Centros. Destaca-se que dez cursos foram criados através do REUNI, apenas o curso de Engenharia Agrícola não foi vinculado ao projeto. O

curso de Engenharia Industrial Madeira foi criado antes de 2007, mas como ainda estava em formação foi incluído no projeto REUNI da UFPEL, por isso ele aparece como curso REUNI (UFPEL, 2007; ACORDO DE COOPERAÇÃO/MEC/UFPEL, 2008).

O Diretor do Centro de Artes lembrou aos Conselheiros como ocorreu a criação do seu Centro, no qual foi criado a partir de uma fusão do Instituto de Artes e Design e do Conservatório de Música, pois na época o próprio CONSUN deliberou que as áreas do conhecimento deveriam ser agregadas e não separadas. Portanto, seu voto seria contra a criação do novo Centro. Salientou que sabia que tinham muitos cursos na Universidade que estavam sem Unidades Acadêmicas, e era necessário criar os Centros para agrupá-los, como foi o caso da criação do Centro de Integração do MERCOSUL, mas os cursos que foram lotados neste centro não tinham ainda uma lotação. No entanto, não é o caso dos cursos que serão lotados na proposta do Centro de Estudos da Terra. Afirmou que acreditava “[...] que os interesses do grupo devem ser entendidos, compreendidos. Entendo isso, pois no meu grupo vivi isso também, mas temos que pensar coletivamente como um todo, como uma universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 371-373).

O representante dos professores associados, docente do IFM, entendia que a área de Ciências da Terra precisava ter uma identidade para se desenvolver melhor na Instituição, no entanto, percebe que com o fim dos departamentos nos Centros Acadêmicos, estas novas Unidades têm enfrentado problemas de identidade institucional. Para o referido Conselheiro:

No momento em que acabamos com o Departamento, essas identidades passam aos Centros, ou seja, em hipótese, se acabássemos com todos os Departamentos da Universidade, estas identidades deveriam ir para os Centros. Me parece que é o problema que estamos enfrentando aqui: os Centros deveriam ser centros interdisciplinares. Sem Departamentos, significa que as áreas estariam misturadas e sua identidade estaria dispersa. Sempre defendi que o papel do Departamento é justamente guardar a identidade institucional de umas áreas do conhecimento (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 379-385).

No entanto, analisando o discurso dos Diretores e professores que eram favoráveis a estrutura de Centros sem os Departamentos, estes entendiam que uma das principais vantagens era a agilidade administrativa, através da

desburocratização dos processos internos. É claro que Unidades consolidadas na Instituição que não tinham recebido um grande acréscimo de professores recém-contratados teriam mais dificuldade de se adaptar a nova estrutura.

A questão da identidade institucional também foi um critério presente nos debates entre os Conselheiros Universitários, mas na verdade as Unidades precisam de uma estrutura que favoreça a padronização das ações e normatize a forma de conduta das pessoas vinculadas a esta estrutura.

Para o representante dos Professores Associados, se “[...] tivéssemos a figura do Departamento seria mais fácil dar essa identidade para as áreas dentro de Unidades maiores” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 390-392). Para o Conselheiro para se ter identidade nos Centro é necessário agrupar os professores numa estrutura específica. Ressaltou ainda que a ideia de Centro era justamente criar instâncias de Unidades interdisciplinares. Entendia também que se fossem desmembrar o CDTEC era necessário ter uma proposta clara para esta Unidade.

Para o Diretor do Centro de Artes a identidade institucional de cada Unidade pode depender da área, da estrutura, da constituição histórica dos diferentes cursos da Universidade, justamente com relação à:

[...] importância e como pode-se constituir essa identidade institucional de cursos. Na verdade é que eu percebo não só pelo caso do Centro de Artes, mas de outros cursos que nem são Centros ainda, que essa identidade não esta necessariamente ancorada no Departamento. Inclusive a proposta de Centros, de ter Colegiados que estão vinculados ao curso, isso pode realmente consolidar a identidade do curso de uma maneira muito mais forte do que através de Departamentos (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 420-427).

Os Departamentos na verdade tem muita importância nos Institutos Básicos, que atendem um grande número de cursos e constituem a identidade de uma área de conhecimento. No entanto, as Faculdades, cujo grande pilar são os cursos já específicos, as áreas profissionalizantes, estão mais ancoradas sobre os Colegiados do que propriamente sobre os Departamentos.

Para o Diretor do Centro de Letras e Comunicação identidade institucional também ocorrerá nos Centros, pois:

[...] tem todo um espaço importante de diálogo, discussão e aproximação, seja no campo da pesquisa, no campo da extensão e no campo do ensino e, portanto, eu acho que só se esgotarem todas as possibilidades de aproximação entre áreas dentro de um Centro é que devemos apresentar proposta de quem sabe uma nova Unidade” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2012, linha 464-468).

Para o representante dos Coordenadores de Curso, docente do CDTEC, o Centro em que está lotado tem uma característica multidisciplinar, desta forma, para ter um bom funcionamento é necessário ter regras de funcionamento claras. Informou que era isso que sua Unidade buscou com a elaboração do regimento interno do CDTEC e que apesar de ser professor da Unidade não poderia falar em nome de sua direção, pois o mesmo não se encontrava na reunião (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2012).

Após ampla discussão entre os Conselheiros foi dada a palavra novamente ao professor do curso de Engenharia Geológica. Este fez uma série de observações sobre as falas dos membros do Conselho e contestou as contrariedades dizendo que:

Não estou aqui para dizer que, por exemplo, Medicina deva se juntar com a Enfermagem e com Odontologia, mesmo sendo áreas afins. Estou dizendo que algumas que estão montadas dessa maneira não estão corretas. Por mais que os senhores me falem que estão corretas, não está correto! Claro que tenho que acatar o que o Conselho esta dizendo (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2012, linha 515-519).

O docente estava se referindo as estruturas novas que tinham sido criadas e que não poderiam se constituir pela lógica de se agruparem por áreas afins.

O presidente do CONSUN sugeriu que, face as manifestações dos Conselheiros seria importante continuar discutindo sobre o tema e que para tomarem uma decisão teriam que ouvir os docentes envolvidos no processo, assim como a direção do CDTEC. Portanto, pediu ao Conselho que fosse postergado para uma decisão futura. A proposta foi aprovada pelos Conselheiros (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2012).

Ainda houve por parte do CONSUN a apreciação da incorporação do Curso de Zootecnia à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Esta ocorreu em sessão ordinária do dia 26 de outubro de 2012. O Presidente do Conselho declarou que houve a manifestação de todos professores e alunos que solicitaram que:

[...] como já existe um Departamento de Zootecnia e para evitar duplicidade de nome, estavam propondo a troca do Departamento de Zootecnia da FAEM para Departamento de Produção e Tecnologia Animal, ao mesmo tempo em que o curso passaria a ser vinculado à Faculdade (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012 linha 1414-1417).

Foi solicitado ao Diretor da FAEM que se manifestasse a respeito. O mesmo informou que havia sido criado dentro da Faculdade de Agronomia, aprovado pelo Conselho Departamental da Faculdade, mas tinha se afastado por um tempo da FAEM e naquele momento estava retornando a Unidade. Para adequar a solicitação do Curso de Zootecnia o nome do Departamento seria alterado para Departamento de Produção e Tecnologia Animal, conforme solicitação do Curso (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

O Diretor da Faculdade de Veterinária declarou que existia uma solicitação do Conselho Departamental de sua Unidade pedindo a incorporação do Curso de Zootecnia a FV, no entanto não tinha havido uma definição do CONSUN sobre o assunto, pois a Diretora do IB tinha solicitado vistas ao processo. A Diretora do IB informou que devolveu o processo ao CONSUN com seu parecer e que o Conselho não tinha discutido novamente o assunto. O Presidente do Conselho declarou que a situação estava definida e que iria encaminhar o processo ao COCEPE, pois este deve deliberar sobre o caso, pois estava seguindo o Regimento da Universidade, que diz que o assunto de desmembramento ou renomeação de Departamento é matéria para ser analisada pelo COCEPE (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

Percebe-se que as discussões sobre as propostas de criação dos Centros geravam um grande debate por parte dos Conselheiros Universitários, e muitas vezes os mesmos tratavam de vários pontos da proposta de Reestruturação da Universidade. Em alguns casos até mesmo de assuntos que não estavam incluídos

na pauta da reunião, mas que com certeza deveriam ser debatidos para que os Conselheiros pudessem decidir o futuro da Instituição.

5.3 Contextos de influência sobre o novo regimento dos Centros na UFPEL

Durante sessão do CONSUN nº 03/2012, tratou-se sobre o novo regimento dos Centros como Unidades Acadêmicas. O presidente do Conselho informou que o assunto já vinha sendo discutido a muito tempo e que após a última reunião do CONSUN que tratou do tema do novo Regimento ocorreu algumas reuniões entre os Diretores para que apresentassem ao Conselho uma proposta consensual e que a proposta que estava sendo apresentada naquele dia foi exaustivamente discutida pelos Diretores.

O presidente do Conselho passou a palavra aos Diretores para que pudessem fazer suas manifestações. O Diretor do Centro de Artes explicou que o presente processo que estava sendo submetido novamente ao CONSUN tratava dos dispositivos para o funcionamento dos Centros e que esta era uma proposta comum a todos os Centros. Informou que já tinha sido publicada portaria nº 1.260, de agosto de 2011, como forma de amparar os Centros que já estavam sendo constituídos naquela época e precisavam de um mínimo de regramento (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

A referida portaria foi publicada pelo Gabinete do Reitor e estava sendo utilizada para salvaguardar os Centros em suas decisões. A mesma tinha sido elaborada levando em consideração os critérios estabelecidos no CONSUN no momento da criação dos Centros. Durante o período da publicação da portaria em agosto de 2011 até a presente reunião tinham sido feitos alguns ajustes, conforme as necessidades e especificidades da nova estrutura da UFPEL. As sugestões para as alterações foram deliberados através das reuniões dos Diretores, a qual estava sendo submetida naquele momento ao Conselho (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

O Diretor do Centro de Letras e Comunicação pediu para realizar uma breve apresentação da proposta dos Diretores, pois percebia que tinham muitos

Conselheiros novos presentes na reunião. Informou que o trabalho estava sendo desenvolvido desde 2009, ano em que começaram as discussões sobre a nova estrutura da Universidade. Em 2010, o Conselho aprovou os Centros e as suas estruturas. Ressaltou que o Conselho precisava decidir sobre a aprovação dos Centros Acadêmicos sob pena de terem grandes prejuízos as atividades das Unidades (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

Após ampla apresentação do histórico e das discussões sobre o tema no Conselho uma representante dos STA solicitou que o documento fosse encaminhado a Comissão de Legislação e Normas do CONSUN, a qual foi aceita pelos membros do Conselho. O presidente informou que deveriam recompor a Comissão, pois a mesma estava defasada. A mesma foi recomposta com um representante Docente (da Faculdade de Direito), um representante TA e um representante Discente (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

Ainda na mesma sessão, mas realizada no dia 26 de outubro de 2012, foi submetido o parecer da Comissão de Legislação e Normas do CONSUN. O relator informou que a Comissão aprovou a proposta do Regimento dos Centros, sugerindo no entanto, a inclusão de uma cláusula que assegure:

[...] a autonomia dos Centros, para, entendendo conveniente ou necessário, para fins de atender a proporção mínima de docentes no respectivo Conselho dos Centros, que o Regimento de cada Centro tivesse autonomia para prever a existência de representação docente, constar a composição do Conselho, porque em alguns Centros menores pode haver dificuldade de atingir a proporção de 70% do Conselho com docentes (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 1051-1056).

Esta proposta tinha como objetivo possibilitar que os Centros pudessem ter em seus Conselhos representantes dos Docentes (sem distinção de classe), e não apenas os Diretores, Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação, representantes dos STA e representantes dos Discentes. Na prática, esta mudança proposta pela Comissão de Legislação e Normas era importantíssima, pois possibilitava uma flexibilidade maior para a composição do Conselho Diretor dos Centros. Isso levando em conta a necessidade de manter sua organização com

70% de docentes e 30% de STA e Discentes, na forma da Lei³². Além disso, a garantia de um acento no Conselho do Centro de um representante docente proporcionaria um canal de comunicação das demandas dos docentes, alternativo aos espaços de gestão. Desta forma, mesmo que as Coordenações de Curso sejam contra determinada proposta dos docentes, estes terão um caminho para apresentar suas propostas ao Conselho, que será através do seu representante.

A estrutura dos Centros não possui os Departamentos, desta forma, os professores são vinculados a Unidade, diferentemente do que ocorrem nas Faculdades, Institutos e Escolas. Cabe ainda destacar que na estrutura dos Conselhos Departamentais destas Unidades, conforme o artigo 44 do Estatuto da UFPEL – Integram o Conselho Departamental: o Diretor da Unidade, seu presidente; o Vice-Diretor; os Chefes de Departamentos; um representante dos professores titulares; um representante dos professores adjuntos; um representante dos professores assistentes; um representante dos auxiliares de ensino; um representante do Corpo Discente. Portanto, a sugestão da CLN de inclusão de representação docente nos Conselhos dos Centros possibilita a representação de todos os seguimentos, docentes, STA e discentes.

Neste sentido, o representante dos professores adjuntos, docente do CENG, citou o exemplo de sua Unidade que possuía mais de sessenta professores e via que a representação estava comprometida sem um representante dos docentes no Conselho do Centro, pois “[...] tem professores que atuam em disciplinas intermediárias, onde não tem um vínculo direto com nenhum curso, na verdade, e sim vários cursos, não tendo voz, pois o Coordenador vai defender, certamente, interesses do seu Colegiado e não questões referentes ao docente especificamente” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 1104-1108).

³² Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

O Diretor do Centro de Letras e Comunicação relatou que era importante o parecer da CLN, pois estavam discutindo um Regimento que seria aplicado a “[...] quase quinhentos docentes, milhares de alunos, cento e dez servidores Técnico-Administrativos, quarenta e nove cursos nos Centros, dos cento e quatro cursos da Universidade” (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2012, linha 1061-1063). Expôs ainda que as Unidades estavam com grande expectativa para a aprovação do mesmo e pediu aos Conselheiros que aprovassem a proposta.

O Diretor do Centro de Artes declarou que se sentia muito tranquilo ao ver a aprovação da proposta, pois a mesma já estava em funcionamento desde a publicação da portaria do Reitor, mas que naquele momento todos os atos dos Centros estavam assegurados com o parecer da CLN. Relatou que tinha acompanhado as discussões realizadas entre os Diretores dos Centros e que a presente proposta de Regimento assegurava a autonomia das Unidades, na medida que proporciona que as especificidades de cada área possa ser contemplada no dispositivo. Citou ainda o exemplo de sua Unidade que possuía 22 cursos, entre graduação e pós-graduação. Portanto era importante a aprovação do Regimento para estes cursos (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2012).

O Pró-Reitor de Infraestrutura, docente do CENG, demonstrou preocupação em relação as falas dos Conselheiros, pois relatavam que algumas Unidades tinham um grande número de cursos, professores e alunos, principalmente nos Centro de Artes e Centro de Engenharias, enquanto algumas Unidades tinham um número reduzido de cursos, docentes e discentes. Salientou que os Conselheiros deveriam pensar em uma forma de ter uma representatividade que se faça também em espelho do que é a comunidade acadêmica, tanto em número de professores, alunos e servidores (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2012).

O Diretor do CDTEC informou aos Conselheiros que sua Unidade estava funcionando desde 2009, ano de criação, portanto tinha quatro anos de experiência de funcionamento do novo modelo de Unidade Acadêmica. Informou ainda que sua Unidade discutiu e elaborou uma proposta de Regimento que foi encaminhada a Secretaria dos Conselhos, para ser apreciada e aprovada no CONSUN, porém antes era necessário as alterações do Regimento Geral da UFPEL, para que pudessem estar em sintonia com este dispositivo (CONSUN/UFPEL, Ata n° 03/2012).

Houve amplo debate sobre a forma como seriam encaminhados os Regimentos dos Centros ao CONSUN e sobre a composição dos Conselhos dos Centros e a sua proporcionalidade, na qual seria conforme a Lei, de 70% docentes e 30% STA e discentes (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

Um representante dos discentes solicitou esclarecimentos sobre as normas de consonância com a Lei, se deveriam aplicar a proporção de 70/30. Após manifestação do Pró-Reitor de Extensão e Cultura e do Presidente do Conselho, o representante discente respondeu que concordava com o Pró-Reitor de Extensão e sugeriu que as Unidades deveriam encaminhar “[...] seu entendimento de qual seriam os Centros que teriam afinidades para eventual necessidade de colégio eleitoral” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 1156-1157). O Pró-Reitor de Extensão e Cultura lembrou que os processos deveriam passar pela análise da Procuradoria Jurídica. Sem mais manifestações foi colocado em votação o parecer da CLN, o qual foi aprovado com quatro (04) votos contrários e oito (08) abstenções (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

Neste momento, o referido representante dos Discentes solicitou declarar seu voto contrário, relatando que:

[...] encaminhou o registro de votação atropelada, de ter sido ignorado o seu encaminhamento diverso em relação à aprovação, de ter sido ignorada emenda em relação ao artigo 5º e de possível incidente de ilegalidade pela forma como a votação foi conduzida, além de registrar a complacência dos demais conselheiros em relação ao atropelo da discussão da representação discente e da não discussão a este respeito (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, 1161-1165)

Uma representante dos STA declarou seu voto e alegou que tentou se inscrever antes do processo de votação. Afirmou que tinha dúvidas se estava garantido ao Centro de Artes as especificidades, com um Diretor e dois Diretores Adjuntos. Mencionou que não enxergava isso e essa era uma reivindicação do CA. Por este motivo se absteve (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012).

O Pró-Reitor de Extensão e Cultura declarou que:

[...] estava irredimido com a última fala do [representante discente] que tratava da generalização da complacência, porque a ele parecia que todos que votaram favoravelmente tinham absoluta e singular verticalidade, ou seja, eles não ficaram atrelados a nada. Então ele queria mostrar sua

irresignação e arrostava esse tipo de posicionamento e reprochava na verdade mais contundente esse tipo de manifestação (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 1170-1174).

Outra representante Discente apresentou sua indignação, visto que “[...] havia ficado totalmente perdida enquanto estava acontecendo a votação, pois era claro e dava para escutar o Conselheiro [representante discente] pedindo um encaminhamento e a mesa passou por cima de sua posição. Por isso não votou” (CONSUN/UFPEL, Ata nº 03/2012, linha 1175-1177).

Percebe-se que a esta altura, outubro de 2012, e final de gestão da Reitoria um desgaste muito grande, principalmente junto aos representantes discentes. Foram mais de 5 anos de debates sobre o REUNI na UFPEL, e especialmente no CONSUN. Neste período houve uma constante troca dos representantes discentes e de STA. Mas, também dos representantes docentes. Poucos foram os casos de representantes que permaneceram os mesmos desde o início das discussões e que puderam participar de todas as reuniões.

Ao longo do período de 2007 a 2012 percebe-se que ocorreram grandes transformações na UFPEL. No entanto, o grande problema foi discutir a proposta de Reestruturação, que não foi executada de fato, ocorreu em partes na Universidade, onde algumas unidades se reorganizaram com a criação dos Centros.

Considerando as propostas contidas nos documentos de criação do REUNI e nas diretrizes do Programa, pode-se concluir que as questões que envolviam a Reestruturação Acadêmica não tiveram o sucesso esperado. Alguns Conselheiros têm a percepção que a Universidade não foi Reestruturada, conforme destaca, por exemplo, o Conselheiro7, que afirma que:

[...] tenho conversando com colegas de outras instituições é que as universidades não foram reestruturadas, o MEC não conseguiu reestruturar as universidades através do REUNI. Não houve grandes alterações da estrutura de funcionamento interno, no caso da UFPEL a proposição de Centros acadêmicos chegou a ser levada ao Conselho Universitário, foram reuniões polemicas porque os diretores achavam que perderiam sua autonomia. A proposta tinha como objetivo criar grandes Centros Acadêmicos, através da migração dos cursos para os Centros nas grandes áreas. A ideia era unir os cursos das exatas, das agrárias, das humanas, etc. Os professores seriam lotados nestes centros com novas estruturas administrativas e acadêmicas (Conselheiro7).

Conforme dados do REUNI na UFPEL no período de implantação do Programa havia vagas de docentes, coisa que antes a Universidade não tinha, mas sabia-se que isso iria acabar. Conforme relato do Conselheiro3, “[...] o REUNI é um programa e vai se encerrar em 2012, por isso precisamos Reestruturar para otimizar os recursos humanos, aproximar as diferentes áreas, esta era a proposta da Reitoria”.

O Conselheiro3 declarou que:

[...] fui favorável a adesão da minha unidade em Centro por considerar que os modelos existentes eram defasados e corporativistas, e a forma de estruturação que existia no instituto que estávamos vinculados, composta por uma direção, por departamentos e por colegiados”. Atualmente sou coordenador de curso e estava numa reunião de coordenadores que estavam reclamando dos departamentos. Os departamentos foram importantes numa configuração inicial para a implantação da universidade, por exemplo: os institutos possuem departamentos para atender as necessidades das Faculdades, mas hoje a configuração é totalmente diferente. E mesmo assim, continuam existindo departamentos e os colegiados, para mim em alguns casos é totalmente desnecessário. O que fazem os departamentos de fato, coordenam os professores? E o que fazem os colegiados, coordenam os alunos? Os colegiados ficam dependendo dos departamentos. Agora para conseguir mexer nisso e mexer num vespeiro, pois as pessoas não querem mexer mesmo que seja para benefício da instituição, ou da unidade, porque irão perder o pequeno poder que possuem. A minha unidade funciona muito melhor hoje sem departamentos, é claro que dá mais trabalho, é claro que isso deveria ter sido compensado com mais servidores técnico-administrativos, que não aconteceu. A atual gestão até esta implantando a figura de um coordenador administrativo, que deverá ser uma figura importante para os centros.

Ainda para o Conselheiro:

O problema foi a Universidade não ter aderido como um todo ao modelo dos Centros, fica uma coisa quase esquizofrênica. Por exemplo, eu como coordenador de curso preciso ter duas senhas do sistema acadêmico para primeiro cadastrar as disciplinas e para depois entrar com outra senha para matricular os alunos. É assim que funciona com os modelos antigos com departamentos. Só que nas faculdades e institutos é assim porque existem as duas figuras, a do chefe do departamento e a do coordenador de curso. Ou sou como um chefe do departamento fantasma.

Para alguns Conselheiros a Reestruturação Acadêmica deveria ocorrer para todos os cursos da Universidade. O projeto executado pela UFPEL permitiu que algumas Unidades não participassem de forma direta do processo do REUNI. Neste sentido, para o Conselheiro8 o que ocorreu foi:

A UFPEL possui Faculdades com apenas 1 curso de graduação. Na estrutura tínhamos Escolas, Institutos e Faculdades. O que mudou foi que

acrescentaram os Centros com novas estruturas acadêmicas e mantiveram as estruturas anteriores. É claro que unidades que foram criadas a mais de 100 anos e sempre tiveram o seu funcionamento independente das outras unidades não gostariam de mudar esta situação. Acredito que isto é resquício da história da criação dos cursos. Os primeiros, antes mesmo de existir a UFPEL, que foi criada em 1969. Os cursos eram independentes e não se comunicavam. Só existia uma aproximação quando tínhamos eleição para Reitor e Vice-Reitor, mesmo assim existia uma briga por quem seria o candidato a Reitor e a Vice (Conselheiro8).

Na Unidade do Conselheiro6 até houve uma tentativa de discutir a adesão aos Centros Acadêmicos, mas segundo o Conselheiro “na minha unidade quando levei a proposta de adesão aos Centros foi muito difícil. Ninguém queria mudar a estrutura da unidade. Não queriam se juntar com outras unidades”.

Na Unidade do Conselheiro5, que aderiu ao modelo proposto pela Reitoria, a transformação foi muito tranquila, pois a comunidade já tinha amadurecido a ideia do REUNI, pois:

[...] nós já esperávamos que viesse alguma coisa do governo Federal no sentido de ampliar de vagas, no sentido de novos professores, enfim, uma ligação maior da universidade com a sociedade, e a partir destes estudos começamos a trabalhar uma proposta e fizemos uma proposta, nós tínhamos um curso de francês a tarde, um curso de inglês a tarde e um curso de espanhol e um curso de português a noite. Então a partir daí nós começamos a pensar uma reestruturação da nossa unidade e dos nossos cursos, e o curso de espanhol da noite nós passamos para tarde, e começamos a criar uma proposta do curso de alemão, então começamos a espelhar todos inglês, francês e espanhol numa mesma faixa pela tarde e cursos duplos como o português, e a noite seguimos com o curso de língua portuguesa, e abrimos mais um curso que começamos a trabalhar na possibilidade de abertura de um curso que era de redação e revisão de textos, e foi isso que nós fizemos (Conselheiro5).

Ainda para o referido Conselheiro o Programa REUNI poderia ter ocorrido diferente na UFPEL se todos quisessem discutir e participassem do processo de forma ativa, conforme salientou:

[...] eu acho que algumas questões, que inclusive nós temos hoje, como administrativa, de infraestrutura, de espaço físico e outras questões, poderiam estar minimizadas. [...] fui eleito para representar o os Diretores do CONSUN numa comissão para a implementação do REUNI e para o estudo do REUNI. Então a partir dali, eu e outros diretores, a diretora do IB, o diretor da ESEF, que representamos os diretores, depois tinha outros representantes, tinha representantes da reitoria, enfim de outros setores, mas começamos a trabalhar no REUNI junto com as unidades [...] foi muito difícil, porque as pessoas têm algumas dificuldades de dialogar as coisas, por exemplo, as pessoas tem uma dificuldade de entender que o novo pode

ser algo bom, pode ser algo positivo, e principalmente a partir daí nós, [Reitor] e a Reitoria começamos a fazer um diálogo intenso com a comunidade. [...] hoje eu vejo as pessoas falando que no REUNI não houve uma discussão, houve uma discussão muito grande em torno do REUNI sim, a nossa comissão, eu mesmo fui em várias unidades, no campus do Capão do Leão, conversar com a veterinária, conversar com a agronomia, conversamos com todas as unidades, mas nós fizemos uma conversa deixando as unidades na liberdade de fazer as suas propostas, e apresentarem as suas propostas, em termos de uma reestruturação administrativa (Conselheiro5).

Segundo ainda o Conselheiro havia por parte da comunidade acadêmica um desinteresse sobre o REUNI e também existia resistência a proposta de Reestruturação, pois atingiria diretamente as estruturas de poder das Unidades, conforme salientado a seguir:

Muitas pessoas não leram bem o projeto REUNI, o projeto REUNI trabalhava com a expansão das universidades, com o processo de inserção de novas pessoas dentro da universidade, de outras classes sociais dentro da universidade, universalizar a universidade, no sentido de que a universidade seja de todos, mas ao mesmo tempo, tinha no projeto REUNI muito claro lá na sua proposta que aquelas universidades que aderissem ao REUNI teriam que apresentar uma reestruturação administrativa e acadêmica, isto estava lá, então esta questão estava clara, e acho que foi essa questão de reestruturação administrativa e acadêmica foi o que mais atrapalhou o debate entorno do REUNI, porque as pessoas ficaram muito preocupadas enfim, se desestabilizar uma história que eles já tinham e deixaram de analisar o que era essencial que era justamente o futuro da universidade, justamente o que o projeto REUNI poderia nos trazer, então a minha fala foi nesse sentido (Conselheiro5).

Por fim, pode-se perceber que a Reestruturação Administrativa que ocorreu foi a criação das Pró-Reitorias de Gestão de Recursos Humanos, Infraestrutura e Assuntos Estudantis, no entanto não houve discussão da estrutura organizacional das Pró-Reitorias Administrativas no CONSUN. Toda alteração de estrutura da Universidade precisa ser aprovada pelos Conselhos Superiores.

Quanto a Reestruturação Acadêmica ocorreram poucas alterações, conforme verificado nas análises das atas do CONSUN neste capítulo. As principais mudanças foram: a criação dos Centros Acadêmicos - Centro de Desenvolvimento Tecnológico, Centro de Artes, Centro de Integração do MERCOSUL, Centro de Engenharias, Centro de Letras e Comunicação e Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos. No entanto, a Universidade continuou tendo 22

unidades acadêmicas, mesmo número que possuía antes do REUNI. Portanto, a Reestruturação Acadêmica foi pontual e não global.

E finalmente, quanto a Reestruturação Acadêmica não foi possível identificar grandes transformações na Universidade, a única constatada foi a criação dos cursos Tecnológicos com duração de 2 anos e meio a 3 anos.

A seguir apresenta-se alguns relatos dos impactos do REUNI na percepção dos Conselheiros Universitários.

5.4 Impactos do REUNI na UFPEL na percepção dos Conselheiros Universitários

Nesta sessão, não tem-se como objetivo realizar uma análise aprofundada sobre os relatos dos Conselheiros Universitários, mas sim identificar os principais impactos globais do REUNI produzidos pela política a nível local, na percepção dos entrevistados conforme definidos no capítulo que apresentou a metodologia utilizada neste trabalho.

Para todos os Conselheiros Universitários entrevistados a política de Expansão e Reestruturação do Governo Federal trouxe ganhos significativos a Instituição a nível local, e mesmo os que tinham dúvidas sobre os possíveis benefícios e melhorias que o REUNI traria a UFPEL, antes da adesão da Universidade ou até mesmo nos primeiros anos de implantação, revelaram que as mudanças ocorridas, num contexto global, foram perceptíveis a toda a comunidade universitária.

Conforme o relato do Conselheiro³ “[...] o REUNI deu um gás, foram muitas conquistas e o pessoal ressurgiu das cinzas. Hoje continuamos com alguns problemas, mas pelo menos ainda vemos esperança”.

Para o Conselheiro 5 “[...] o REUNI foi um dos maiores projetos que a Universidade já participou, um projeto elaborado pelo Ministério da Educação, e que trouxe para a UFPEL vários benefícios em múltiplas áreas e diferentes contextos”.

Para os Conselheiros Universitários, o REUNI proporcionou um aumento significativo do número de professores efetivos em diversas unidades acadêmicas, conforme verifica-se a seguir.

Para o Conselheiro6 houve um grande incremento no número de professores na Universidade, pois “[...] hoje temos 36 professores efetivos e 3 substitutos, que estão substituindo 2 professores com cargo de direção na Gestão atual da UFPEL e 1 substituindo professor afastado para doutorado”.

Segundo o Conselheiro4 “[...] a minha unidade tinha 32 professores, sendo 16 efetivos e 16 substitutos. Hoje temos 52 professores efetivos, e os poucos substitutos são para cobrir os afastados para doutoramento”.

Para o Conselheiro5 o REUNI conseguiu repor o número de professores que a UFPEL e a sua Unidade perderam nas décadas anteriores a implantação do Programa, conforme relato a seguir:

Em 2007, nós tínhamos 36 professores substitutos, nós tínhamos o dobro de professores substitutos do que professores efetivos. Porque nós tínhamos 18 professores efetivos, mas parece que 2 estavam afastados para doutorado e aí nós tivemos um momento que foi muito difícil para nós realmente. Então hoje nós temos uma estabilidade maior em termos de funcionalidade, de profissionais de servidores, tanto servidores docente quanto servidores técnico-administrativos.

Segundo o Relatório de Gestão da UFPEL de 2007, a Universidade contava com 676 docentes com dedicação exclusiva, 86 com 40 horas e 17 com 20 horas semanais, perfazendo um total de 779, onde destes 47 estavam afastados de suas atividades³³.

Ainda segundo o mesmo relatório a Instituição contava com 183 professores substitutos com 40 horas e 49 com 20 horas semanais, totalizando 232 docentes. Portanto a UFPEL tinha, em 2007, 1011 professores em seu quadro.

Segundo o Relatório de Gestão da UFPEL de 2013, a Instituição tinha 1295 docentes com dedicação exclusiva ou 40 horas e 16 com 20 horas semanais, totalizando 1311 professores, onde destes 39 estavam afastados de suas atividades³⁴.

³³ Utilizou-se os dados da fita espelho do SIAPE de dezembro de 2007.

³⁴ Utilizou-se os dados da fita espelho do SIAPE de dezembro de 2013.

Ainda segundo os dados de 2013 a UFPEL contava com 44 professores temporários e substitutos com dedicação exclusiva ou 40 horas e 19 com 20 horas semanais, totalizando 63 docentes. Portanto a Universidade tinha, em 2013, 1374 professores em seu quadro.

Considerando apenas os professores efetivos o aumento foi muito significativo, pois, em 2007, a Universidade tinha 779 docentes e, em 2013, contava com 1311 professores, um acréscimo de 532 servidores, perfazendo aproximadamente 69% de ampliação de seu quadro de docentes permanentes.

É necessário também destacar outra iniciativa do Ministério da Educação do referido período, o qual efetivou a reposição das vagas oriundas das referidas aposentadorias, que somente foi possível a partir de abril de 2007, quando da implantação do Banco de Professor Equivalente. Nota-se que a data de oficialização desta importante conquista das Universidades Federais é a mesma da criação do Programa REUNI.

Esta conquista trouxe segurança administrativa e acadêmica para as IFES, pois antes de abril de 2007, as vagas dos aposentados, ou melhor dizendo: os códigos de vagas que permitem a contratação de novos servidores, retornavam para o Governo Federal, que desta forma poderia fazer o que quisesse com elas. Era muito comum ver no diário oficial da época a liberação de um código de vaga para uma determinada universidade proveniente de um aposentado de outra instituição.

Segundo o Relatório de Gestão da UFPEL de 2012, somente as vagas de reposição autorizadas pelo MEC e que resultaram em novos concursos no período 2011-2012 significaram o ingresso de 220 docentes para a Instituição.

Além disso, à pós-graduação da UFPEL apresentou significativo avanço no mesmo período, com um crescimento de 65% nos cursos de pós-graduação de diferentes áreas. Antes do início da adesão da Universidade ao REUNI, a Instituição dispunha de 17 cursos de mestrado e 10 cursos de doutorado, ao final de 2012, contava com 39 cursos de mestrado e 16 cursos de doutorado (RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFPEL, 2012).

Sem sombra de dúvida, isto só foi possível graças as iniciativas elencadas neste trabalho, promovidas pelo Governo Federal, que possibilitaram a

contratação de novos professores altamente qualificados em diversas áreas do conhecimento e que puderam contribuir para o crescimento e fortalecimento da Pós-Graduação da UFPEL. Pois, se a carga-horária de sala de aula dos professores efetivos for elevada, com certeza prejudica a paridade do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

Neste contexto, para o Conselheiro4 o REUNI proporcionou a UFPEL dar um salto de qualidade na área da pesquisa, pois de acordo com o docente:

Estou aposentado desde 31 de maio deste ano, e hoje mesmo estava olhando os resultados da UFPEL da pesquisa, da produção, olhando o número de egressos da graduação e da pós-graduação e fiquei impressionado com os resultados da Universidade destes últimos anos, é muito diferente de 30 anos atrás, e também muito diferente de 10 anos atrás. A universidade deu um salto de qualidade podemos verificar pelos registros e pelas patentes que estão surgindo. Então eu acho que a universidade além de ensinar e cumprir com o seu papel social, ela também tem dado um salto na questão tecnológica, até na inovação e pode inovar mais. O setor da informática e das engenharias que ainda não estão bem informados sobre as patentes, os registros e os depósitos, mas na hora que eles se derem conta vão fazer a coisa evoluir muito. Isso porque tem um pessoal muito competente e capacitado que ingressaram na UFPEL pelo REUNI (Conselheiro4).

Este contingente de docentes qualificados permitiu também avanço na área da pesquisa e pós-graduação com 230 grupos de investigação certificados pelo CNPq e mais de 1100 projetos de pesquisa cadastrados na instituição (RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFPEL, 2012).

Além das conquistas com relação ao quadro de pessoal, também ocorreram mudanças significativas na parte de infraestrutura física da Instituição, onde segundo os Conselheiros destacam-se a transferência da reitoria do município do Capão do Leão para a cidade de Pelotas e as novas instalações de salas de aulas e salas administrativas, além de outras condições.

Segundo o Conselheiro3:

A minha unidade se beneficiou de forma muito significativa do REUNI, é claro que tivemos um ônus por fazer as mudanças e transformações que estamos pagando até hoje, mas quando eu entrei na Universidade como estudante em 1987, era outra Universidade, uma Universidade extremamente Agrária, a Reitoria funcionava no Campus Capão do Leão, tínhamos poucos prédios na cidade de Pelotas, muitos deles sucateados, eu tinha aulas em 6 prédios diferentes, muitos emprestados ou cedidos por outras unidades acadêmicas ou instituições, para se ter uma ideia tive aulas na Faculdade de Direito, na Universidade Católica, na Faculdade de Odontologia, etc (Conselheiro3).

Ainda para o Conselheiro3 o REUNI transformou de forma significativa a sua Unidade, pois:

Atualmente a realidade na minha unidade é completamente diferente, todos os cursos, os antigos e os novos criados pelo REUNI lotados na unidade ocupam 2 prédios, que pertencem a nossa unidade. Um de 5 andares e outro de 3 andares. Este prédio de 5 andares foi uma reivindicação da nossa unidade para aderir ao REUNI. Foi uma das persuasões que nos levaram a aderir de forma total ao programa REUNI. Veja não é pouca coisa. Embora tivemos problemas de planejamento, mas as coisas aconteceram e estão marcadas na nossa Unidade. Estou na Universidade a muito tempo, e conheço os meus colegas, os nossos servidores, alunos, e se o MEC, os Reitores das universidades e os diretores das unidades acadêmicas tivessem feito uma ampla discussão como alguns queriam na época, estaríamos discutindo até hoje e nada disso que relatei teria acontecido (Conselheiro3).

Segundo o Conselheiro9 as mudanças na UFPEL foram muito significativas e a comunidade acadêmica acompanhou de perto as transformações, conforme relato abaixo:

A gente viu o processo acontecer, quando começamos a receber os professores novos, servidores técnico-administrativos, equipamentos, as reformas nos prédios existentes e sem contar a construção dos prédios novos. É claro que tinha servidores que eram contra o REUNI, mas com as transformações acontecendo as coisas mudaram muito. Para uma universidade que tinha passado por momentos tão difíceis nos anos anteriores. O REUNI foi uma conquista da Universidade apesar de todos os problemas, de falta de planejamento, como sempre foi na universidade, mas os ganhos foram muito maiores (Conselheiro9).

Além disso, para o Conselheiro6 o contexto político influenciou muito as decisões em todas as instâncias da Universidade, conforme relatado abaixo:

Veja bem, o contexto político na Universidade é muito forte. Fui aluno da Universidade e sou professor a mais de 30 anos. Já participei de todos os conselhos da Instituição e de várias comissões. O que eu percebi é que quando o sujeito é governo faz de tudo para agilizar e aprovar as propostas da Gestão, quando é contra a Gestão faz de tudo para atrapalhar as ações da gestão, e quando o sujeito é neutro barganha para ganhar algo em troca, ou para si, ou para a sua unidade, ou para o seu projeto. Veja o caso da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) antes de 2012 uma turma era contra a adesão da Universidade, só mandava contra. A partir de 2013, com a nova gestão da universidade as mesmas pessoas que antes eram contra passaram a defender a implantação, inclusive com discursos fervorosos. Tem tudo registrado nas atas dos conselhos da Universidade (Conselheiro6).

Sobre as vagas docentes para o Conselho3 a Universidade precisa dar uma atenção especial aos cursos criados pelo REUNI, visto que:

Hoje nós estamos perdendo professores. Hoje temos uma disputa interna muito grande. Então hoje temos uma matriz de vagas que não leva em consideração os cursos criados no REUNI. Muitos cursos ainda estão em consolidação. É necessário compreender que no início do REUNI muitas vagas docentes foram destinadas aos cursos antigos que não aderiram ao REUNI. Na época concordei com a decisão da Reitoria de atender as necessidades de todos os cursos com recursos do REUNI, mas precisamos levar em conta as peculiaridades e os contextos dos cursos (Conselheiro3).

Para o Conselho8 o perfil dos novos professores contratados através do Programa REUNI é outro, e as exigências também, conforme salienta a seguir:

Os professores novos não viveram a realidade que nos tivemos na década de 90 e tem um grau de exigência muito grande. Eles não sabem o quão difícil chegarmos até aqui. Quando entrei como professor da universidade me deram uma mesa e uma cadeira e disseram vai trabalhar. Hoje os colegas esperam mais do que isso. Querem laboratórios equipados, salas de aula com ar-condicionado, cadeiras estofadas, etc. Nos anos anteriores ao REUNI nunca imaginei ver as salas nestas condições. A gente não se permitia sonhar com certos "luxos". Lembro que antes do REUNI a minha unidade tinha alguns retroprojetores que a gente agendava a utilização com a direção da unidade. Com a advento do REUNI se espalharam as salas de aula chamadas de salas multimídias. As todas as salas foram equipadas com data-show e algumas com som e TV para as aulas didáticas. Hoje em dia é difícil um professor dar aula sem a utilização do projetor multimídia e um computador (Conselheiro8).

Neste sentido para o Conselho6:

[...] os professores me diziam: as salas aqui parecem de cursinho pré-vestibular, todas tem data-show, todas tem ar-condicionado, todas com cadeiras estofadas, todas com cortinas, todas as conquistas através do REUNI. Hoje as pessoas não entendem porque comemoramos estas conquistas. Eu entendo eles, não conheceram a realidade antes do REUNI (Conselheiro6).

Quanto ao perfil dos estudantes, para o Conselho1, foi alterado completamente, pois o REUNI e o SISU proporcionaram esta mudança:

A UFPEL se tornou realmente uma cidade universitária. A cidade foi invadida pelos estudantes literalmente. Eu não tenho dados para afirmar isto, mas a cidade foi tomada por estudantes que fazem girar a economia da

cidade. Restaurantes, bares, pousadas, pensões, apartamentos para locação, supermercados, isso tudo incrementou muito o cidade. Hoje temos estudantes de todos os pontos do Brasil. Temos cursos reconhecidos em todo o país. Esses também são aspectos positivos (Conselheiro1).

Para o Conselheiro9 o REUNI retomou uma discussão antiga na Universidade, que era o compartilhamento dos espaços físicos, conforme relatado abaixo:

[...] uma das grandes mudanças decorrentes do REUNI foram as salas de aula compartilhadas. Em muitas unidades da UFPEL as salas de aula e laboratórios eram de responsabilidade das unidades que estivessem vinculadas. Assim na distribuição dos espaços sempre levavam vantagem os cursos mais fortes ou que pudessem ter maior poder. Um exemplo, eram as salas de aula do Campus da Medicina, lembro sempre das reclamações da Faculdade de Enfermagem sobre as distribuições das salas. A prioridade era sempre dada para as turmas da Medicina e o que sobre era destinado aos outros cursos (Conselheiro9).

Sobre as transformações realizadas pelo REUNI na UFPEL e as mudanças comportamentais dos servidores o Conselheiro6 relata que:

A minha unidade era uma antes do REUNI e é outra depois do REUNI. Tem coisas que a gente não consegue explicar. O sentimento antes do REUNI era de uma universidade muito sucateada. A gente não tinha vontade de brigar pela unidade e pela universidade. As coisas melhoram muito. Hoje eu vejo gente com vontade de brigar pelas coisas, por uma universidade melhor. Eu vejo as pessoas dizendo briga, vai pedi que dá, mas tem que correr atrás. Sou professor desde 1979, e posso afirmar que o REUNI foi um divisor de águas para a UFPEL. Não faço julgamento se o projeto era do partido X ou Y, mas o que posso dizer é que o programa REUNI foi muito bom para as universidades, mudou a perspectivas da gente. Fico triste só de pensar que podemos novamente retroceder e voltar a precarização da década de 90 (Conselheiro6).

Sobre a questão do nível de exigência da comunidade acadêmica, o Conselheiro6 entende que o REUNI fez com que as exigências fossem potencializadas:

Alguns criticavam e diziam que aumentaram a universidade sem condições de crescer, mas como falei antes o cavalo estava passando encilhado e ai ou tu pega e toca para frente ou tu fica para no mesmo lugar. Se a universidade não fizesse o REUNI com o que nós tínhamos não iria sair do lugar. Cada gestão da universidade faz um pouco, e tenta melhorar coisas aos poucos. As coisas hoje estão muito mais calmas do que eram antes. É claro que as pessoas também ficam mais exigentes, principalmente os alunos (Conselheiro6)

Sobre o contexto de implantação do REUNI na UFPEL, o Conselheiro 8 acredita que “[...] se o REUNI fosse feito em uma universidade sem o passivo que a UFPEL tinha, hoje nós teríamos uma universidade sem problemas, mas a verdade é que o REUNI foi implementado em uma universidade sucateada. O passivo era muito grande”.

Para o Conselheiro4 a UFPEL mudou muito com o REUNI, pois:

Hoje nós temos equipamentos de ponta na Universidade. Não foi só o crescimento da instituição. A expansão da UFPEL teve reflexo na sociedade e um impacto social e econômico na região. Se a gente analisar a nossa universidade depois do REUNI e comparar com a UFSM. Hoje nós estamos praticamente no mesmo patamar da UFSM, e nós éramos bem inferiores a eles. Não estou falando apenas de números absolutos. Estou falando de produção científica, em projetos e em bolsas pelas fontes financiadoras. Isso foi graças ao REUNI, porque captamos muita gente boa para a universidade, muita gente capacitada (Conselheiro4).

Para o referido Conselheiro a Universidade existe para o aluno, conforme relato a seguir:

Nunca imaginei que a UFPEL teria 20 mil alunos de graduação. Vamos ver os reflexos disso daqui a alguns anos. A universidade existe para o aluno. Eu prefiro um professor dando aula teórica para 50 alunos, do que esse estudante na rua sem formação, mesmo com todas as dificuldades que temos ainda hoje. Espero que não piore com as medidas que estão sendo tomadas pelo atual governo (Conselheiro4).

Para o Conselheiro3 a Universidade está em constante crescimento e evolução. Segundo o Conselheiro é necessário compreender o processo de implantação do REUNI para aperfeiçoar os processos e as políticas para a Educação Superior:

Eu acho que o REUNI foi uma lição para aqueles que não acreditavam na Instituição e que não acreditam nas administrações da Universidade. Acredito que toda a administração da Universidade terá seus erros e acertos, mas não acredito em gestão que assuma a Universidade para destruir a Instituição. Cada gestão contribui um pouco com o crescimento da instituição. Por isso, apesar de militar na esquerda eu sempre apoiei as propostas da Universidade, apoiei o REUNI na UFPEL da forma como foi feito. Apesar dos erros que possam ter sido cometidos. Porque ao final a Instituição esta muito melhor do que era antes de aderir ao REUNI. A UFPEL foi muito modesta quando da criação da instituição em 1969. Existia uma fartura de recursos para as universidades e criação de cursos. Naquele momento não aproveitamos para crescer. Pensamos apenas em consolidar a UFPEL, através dos cursos que já existiam. Já com o REUNI a gente precisava ser arrojados, e fomos. Acredito que acertamos em expandir e

vamos consolidar esta Instituição nos próximos anos. Para isto, precisamos lutar por esta Instituição. Não podemos deixar que o governo atual destrua tudo que conquistamos nos últimos anos (Conselheiro3).

Para o Conselheiro7 as transformações na Universidade foram significativas, conforme relato abaixo:

Eu fiquei diretor da Faculdade de 2002 a 2006, e depois 2006 a 2010. Ainda fiquei de Diretor pro-tempori do Centro até 2011. Quando eu sai em 2011, nós tínhamos aumentado de 120/130 alunos para 1500 alunos. Nós tínhamos aumentado de 1 curso de engenharia para 7 cursos de engenharia. Nós tínhamos nos transferido de um prédio no Campus Capão do Leão com 720 metros quadrados para um prédio que atende as demandas do Centro com 5.400 metros quadrados. Talvez a unidade que mais criou vagas, e que mais conseguiu em troca a contratação de professores, em 2006 com 22 professores e em 2011 nós estávamos com 120 professores. Hoje é a maior unidade da Universidade. [...] temos no Centro 9 cursos de engenharia e 1 tecnólogo. Sem contar com os 3 cursos de engenharia que estão lotados no Centro de Desenvolvimento Tecnológico – CDTEC (Conselheiro7)³⁵.

Além disso, o Conselheiro7 complementa as análises sobre o histórico de planejamento institucional da Universidade, conforme segue abaixo:

A Universidade nunca foi de um planejamento muito adequado, então me recorde que os recursos começaram a aparecer, e teriam que ser gastos e nós não tínhamos um planejamento estratégico do que realmente nós queríamos, a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo. Então a gente fez algumas incursões em áreas da UFPEL que estariam disponíveis, então nós criamos cursos novos, foi feito vestibular e esses alunos entraram na Universidade, tá e agora aonde vamos colocar esses alunos, quem é que vai dar aula para esses alunos, então foi uma coisa que deveria ser um pouco mais bem planejada.

Ademais o Conselheiro7 afirmou que a UFPEL sempre teve problemas com relação ao seu planejamento, e relatou que:

Quando eu falo em falta de planejamento na Universidade, não estou falando nas últimas 3 ou 4 reitorias. Eu estou falando que a UFPEL nunca teve um planejamento muito bom. Eu ingressei na UFPEL como aluno em 1974, em 74 o Campus Capão do Leão era praticamente o prédio da Faculdade de Agronomia, mais o prédio das Ciências Domésticas e estavam sendo construídos uns prédios para Física e Matemática. Já naquela época era um horror, uns prédios sem acabamento, uns prédios

³⁵ Os cursos que ficaram lotados no CDTEC são: Engenharia de Computação, Engenharia de Materiais e Engenharia Hídrica.

com pisos frios, com telhas calhetão, sem conforto acústico, sem conforto térmico, uns prédios horrorosos. Então o crescimento da Universidade foi desorganizado. Aquela época foi um divisor de águas da UFPEL. A UFPEL foi criada e estava tomando corpo e ali acho que faltou um planejamento de olha onde nós vamos colocar a UFPEL. Vamos colocar lá no Campus Capão do Leão? Mas o que tínhamos? Tinha a Faculdade de Medicina, que antigamente era a LEIGA que foi federalizada, que já tinha uma estrutura ali no Fragata, tinha a Faculdade de Direito com prédio próprio, tinha o prédio da Faculdade de Odontologia no centro da cidade, que antes era da UFGRS que foi incorporada na UFPEL, tinha o ISP, então era uma série de arranjos que teriam que ser feitos naquela época e não foram. Então a Universidade Federal de Pelotas continuou com o núcleo da Medicina, da Odonto, do Direito, etc, e um Campus da UFPEL no Capão do Leão (Conselheiro7).

A distância da localização entre os campi da universidade também impactou nas decisões tomadas pelos gestores:

O Campus do Capão do Leão fica muito longe do centro da cidade. O problema de transporte sempre foi crítico. Imagina transportar hoje 10 mil alunos, 15 mil alunos para o Campus Capão do Leão. Ao longo dos anos a Universidade também pensou em outras áreas para que pudesse expandir, uma delas foi a área do CAVG, era uma boa ideia construir um Campus naquela área, porque era uma área grande, fácil de construir, mas politicamente não foi muito bem aceita na comunidade. Essas discussões passaram por várias gestões da UFPEL, até que chegou o REUNI. Eu não crítico o Reitor por ter comprado a massa falida do anglo, porque aquela área no futuro, o pessoal vai dizer: que beleza que ficou isso aqui. Só que aquilo ali é uma transformação, tu imagina um abatedouro de bois, um frigorífico, com câmaras frias, adaptados a salas de aula, a prédio da reitoria, então tudo vai ficar uma adaptação, mas a área é grande e tem como expandir. Pena que o MEC deixou as universidades pintando a parede e tirou a escada do REUNI, porque tu imagina aquela área toda do Campus Anglo restaurada a parte antiga e criados prédios novos que abrigassem novos cursos, novas instalações na beira do São Gonçalo. O que restou para a reitoria, isso não foi apenas com o Cesar Borges, a própria Inguilore comprou a massa falida da cooperativa de lãs onde hoje encontra-se o ICH. Hoje a região do Porto de Pelotas, que até pouco tempo era uma região degradada da cidade, ela tá caracterizada por ter prédios da Universidade Federal de Pelotas. Ainda vai levar alguns anos ainda, mas assim como outras grandes universidades será a região da Universidade, é o prédio da BHRAMA, é o prédio da COTADA, o prédio que era a COSULÃ, era o prédio do Anglo, era o prédio da Receita Federal. Então aquilo ali agora é patrimônio da Universidade, e a Universidade terá que trabalhar isso daí e seguir em frente (Conselheiro7).

Sobre o crescimento da Universidade o Conselheiro7 acredita que deveria ter sido melhor desenvolvida a proposta.

Acho que deveria ser um pouco mais dimensionado para por áreas, área da saúde, de área das Engenharias, área do Direito, e cada um propor dentro das suas áreas o que seria melhor para a Universidade. Foi meio que

melhor para as pessoas. Depois acertar isso aí não foi muito fácil. Mas assim, o que eu vejo, a expansão da UFPEL, então o REUNI proporcionou a vinda de alunos de todo o Brasil. Eu vejo pelos cursos de ciências agrárias, os cursos de ciências agrárias eram muito focados em alunos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e alguma coisa do Paraná, e ficava por aí. Depois do REUNI, a Universidade ficou aberta, ficou visual para todo país, hoje nós temos dentro do Centro de Engenharias pessoal do Rio, pessoal de Minas, é paulista, é pessoal de Goiás, baianos, muito pessoal da Bahia, que vem aqui para o Sul. Isso mudou muito a identidade do aluno da Universidade, e também acho que a Universidade tinha que ter se preparado melhor para receber este tipo de aluno, com característica um pouco diferente das características dos alunos antes do REUNI. Então alguns transtornos também causaram essa vinda desse novo aluno da UFPEL e a quantidade, mais do que o dobro de alunos que nós tínhamos em 2007. Para nos foi muito bom éramos apenas um curso sem expressão antes do REUNI e hoje temos uma unidade consolidada (Conselheiro7).

Para o Conselheiro5 o principal problema do REUNI é ter sido implementado como um Programa e não como uma política permanente do Estado, visto que:

Teve uma hora que parou. Após 2012, a coisa estancou. A gestão de governo estancou e algumas coisas ficaram inacabadas. Acho que um problema foi a falta de planejamento. Eu acho que não foi só da UFPEL, acho que o MEC deveria ter feito um planejamento mínimo dos cursos que as instituições criaram, áreas estratégicas, localizações estratégicas, claro que eu entendo que se o MEC chegasse com essa proposta de forma descarada iriam encontrar muitas resistências por parte das universidades. As universidades iriam dizer que eles estavam ferindo a autonomia universitária (Conselheiro5).

Esta condição influenciou de forma significativa a decisão dos Conselheiros Universitários, principalmente na forma como as unidades aderiam e apoiaram o REUNI na UFPEL.

Para Souza (2009, p. 27), analisar a gestão universitária constitui-se num espaço especial de pesquisa, pois é necessário considerar que as universidades passaram por um momento de “[...] grandes transformações políticas e administrativas, aumentando assim as incertezas que refletem diretamente nas atividades acadêmicas e, conseqüentemente, nas questões pertinentes às teorias universitárias”.

A proposta do REUNI para as Universidades Federais era muito ambiciosa, pois tinha como objetivo remodelar os modelos existentes nas

instituições. Aliado a isto, também existe segundo Souza (2009), outros contextos de um mundo contemporâneo que também influenciaram as decisões das IFES quanto ao REUNI, onde o principal desafio é o avanço da ciência, impulsionado pelo forte desenvolvimento tecnológico, o qual tem trazido constantes desafios às organizações, incluindo as universitárias, no sentido de adaptarem-se ao ambiente no qual estão inseridos.

Este cenário era que estava posto para os gestores locais na UFPEL. Essas premissas aliadas à própria complexidade das universidades exigem, segundo Tamayo (2007, p. 12), uma gestão diferenciada das demais organizações, uma vez que a gestão e a produção dos serviços educativos que inclui a educação superior é um serviço muito complexo com características particulares “[...] que invalidam qualquer teoria de gestão empresarial vigente”.

Todavia, a falta de uma teoria específica e adequada para a gestão das Universidades, em especial para as públicas, tem levado seus gestores a importar modelos de gestão utilizados no ambiente empresarial como forma de encontrar maior rapidez e excelência organizacional. Não obstante essa prática pouco contribui para o sucesso das organizações, pois trata-se de um tipo de instituição complexa com características específicas, que limitam ou impedem a utilização de práticas gerenciais oriundas das empresas, e que são ineficazes quando utilizadas nesse contexto (MEYER JR. E MEYER, 2011).

Segundo Souza (2009), é necessário considerar a gestão de universidades públicas possui muitas especificidades e, embora existam semelhanças entre a gestão de empresas e gestão universitária no que tange alguns aspectos administrativos, ambas são bastante distintas. Consequentemente, para Meyer Jr. e Meyer (2011) é preciso ter a profissionalização da gestão acadêmica como uma necessidade que poderá ajudar estas instituições educacionais a obter melhores resultados. Para tanto, defendem o desenvolvimento de uma teoria própria que atenda às especificidades dessas instituições.

O caso da UFPEL demonstrou que os gestores não possuíam experiência na implementação de políticas públicas. Além disso, outro fator destoa das outras organizações, que é a questão política institucional.

Estes aspectos influenciaram e estavam presentes nos discursos dos Conselheiros Universitários. Além disso, é possível destacar, no âmbito dos depoimentos colhidos, três importantes dimensões do caso da UFPEL, que tiveram forte influência na implementação do Programa, a saber: política, pedagógica e de infraestrutura.

Na dimensão política, foi possível identificar o cumprimento do objetivo do programa de possibilitar uma maior democratização do acesso, com o aumento de mais do número de vagas de graduação presencial ofertadas na UFPEL.

O projeto de expansão da UFPEL tem muita relevância no cenário nacional, pois potencializa o processo de democratização do acesso ganhando destaque acentuado no contexto da interiorização do ensino superior federal do país. As novas vagas criadas trazem a oportunidade de estudos universitários a estudantes que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as IFES.

A expansão das vagas nas universidades vem a atender uma demanda antiga destas instituições. Para além da possibilidade de acesso, o REUNI constituiu-se em programa que propiciou as Universidades Federais a rediscussão dos modelos acadêmicos existentes, não deixando, de até certo ponto, ser considerada uma reforma da educação superior no Brasil. O Programa teve a adesão de 100% das Universidades Federais existentes em 2007.

Não foi identificado nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPEL, qualquer referencial para a elaboração da proposta de expansão da Instituição, apresentada ao MEC. Embora a Universidade considerou as metas contidas no Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010) como forma de justificar o seu projeto. Acredita-se que devido ao longo período que as universidades viveram sem perspectivas de expansão, principalmente na década de 1990 e início dos anos 2000, potencializaram a magnitude da proposta da UFPEL.

Foi possível identificar nas entrevistas com os Conselheiros Universitários que, apesar de ressalvas em relação à necessidade de haver um processo de recuperação e melhoria da infraestrutura das universidades (isso antes de aderir ao REUNI), a maioria dos Conselheiros afirmam que o REUNI atendeu às suas expectativas.

Mesmo detectando que a proposta da UFPEL ao REUNI foi aprovada no Conselho Universitário (órgão máximo da Instituição), é necessário destacar que uma das principais observações feitas, tanto na formulação da proposta, quanto na adesão e também na implementação do projeto, e que a dimensão política institucional pesou muito. Isso diz respeito à necessidade de se ter um tempo maior para a etapa de planejamento institucional, de modo a garantir o envolvimento em discussões das unidades acadêmicas. Torna-se necessário ampliar também as discussões junto à comunidade externa, seja para definição de seus cursos, seja para a discussão da localização das unidades acadêmicas.

O REUNI foi um importante programa para o restabelecimento do papel do Estado de induzir a expansão do ensino superior pela rede pública, o que amplia as condições para reverter predominância de matrículas no setor privado.

Na parte pedagógica não foi possível obter-se muitas informações oficiais sobre as mudanças ocorridas. O único documento que apareciam as mudanças em curso na UFPEL é um relatório de acompanhamento do programa REUNI publicado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Nesta publicação foi possível identificar algumas inovações acadêmicas implementadas na UFPEL através do REUNI, as quais foram:

- a) criou forma de flexibilização curricular, a qual foi denominada de “formação livre”;
- b) criou ferramenta que disponibiliza ao aluno autonomia em seu percurso formativo e de construção do conhecimento;
- c) institucionalizou-se a figura do Professor Orientador de Percurso Acadêmico, de maneira a potencializar percursos diferenciados dos alunos em seus cursos de graduação, de forma alinhada aos objetivos da formação livre; e

- d) pretendia potencializar e otimizar o uso dos recursos físicos e humanos, além da estrutura organizacional. (ANDIFES, 2010, p.18-27)

Na UFPEL houve um movimento institucional que possibilitou a reorganização dos cursos de graduação e o incentivo à diversidade de itinerários formativos, com destaque a que se refere à proposta de reformulação de currículos mais flexíveis e na criação de cursos de Superiores de Tecnologia.

Segundo Fernando Seabra Santos e Naomar de Almeida Filho (2012, p.139), destacaram que algumas instituições implantaram de forma significativa a proposta inovadora do governo federal, as quais são: a UFRN, Ufersa, UFCG, UFJF, Unifal, UFVJM, UFSJ, UFSC, Ufac, Ufopa e Unipampa.

Segundo o documento Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012 (BRASIL, MEC, 2012), avaliando a dimensão pedagógica do REUNI, a Comissão composta por membros do MEC, UNE, Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG) e Andifes afirmam, sem mais detalhes, que 15 universidades implantaram os Bacharelados Interdisciplinares(BIs). Portanto, tem-se a percepção de que o REUNI induziu as universidades federais a aderirem a proposta de BIs.

Estas informações confirmam a expectativa de que, o REUNI, para cumprir suas metas, com base no orçamento proposto, teria de se valer de uma reestruturação, na qual o reordenamento acadêmico passaria por um ciclo básico polivalente, na verdade, uma reconfiguração do projeto Universidade Nova, com a influência do Processo de Bolonha.

Segundo o relatório da Andifes “Das 53 universidades federais que aderiram ao REUNI, 45, ou seja, 85% delas responderam que estão realizando inovações acadêmicas”(ANDIFES, 2010, p.18). As principais inovações propostas pelas universidades, segundo o relatório são: políticas de combate à evasão, ações para ocupação de vagas ociosas, ações de assistência estudantil e reestruturação acadêmico-curricular.

No caso da UFPEL, não foi possível identificar nos documentos oficiais ações para ocupação de vagas ociosas, e nem uma política específica para combater à evasão.

Portanto, apesar do Plano de Reestruturação e Expansão da UFPEL apresentar uma série de ações e inovações acadêmicas, as mesmas não foram executadas pela Instituição. Portanto, a política não possibilitou a reconfiguração da UFPEL no nível acadêmico como se propunha.

O REUNI foi planejado e centrado em duas dimensões (eixos), expressa em suas metas quantitativas – RAP de 18/1 e TCG de 90%. No entanto, para o atingimento destas metas foi proposto às IFES uma reestruturação de sua estrutura acadêmica. No caso da UFPEL, esta reestruturação não ocorreu. A proposta da Gestão da UFPEL de criar 12 centros acadêmicos que agregassem todos os cursos da Instituição não foi aprovada pelo Conselho Universitário. Mesmo as Unidades que aderiram a expansão de vagas da graduação, muitas não aderiram a proposta dos centros. Ao final de 2012, a UFPEL continuava contando com as 22 unidades acadêmicas que possuía em 2007.

No entanto, é necessário destacar que quem executa uma política de governo não implementa literalmente, não sendo uma aplicação vertical, pois há sempre uma recontextualização, reconfiguração ou releitura, a partir das experiências locais, de seus contextos e possibilidades. Desta forma, os diferentes contextos modificam a política (BERNSTEIN, 1996 & 1998).

Para Silva (2014) as dificuldades do programa estão vinculadas à pretensão de ser um programa acadêmico que induzia a remodelação das IFES sob o discurso da busca de qualidade e o político, “pois se vinculou a uma visão sistêmica da educação” (SILVA, 2014, p.137). Ao mesmo tempo era um programa estratégico, pois foi apresentado como um instrumento para enfrentar os desafios do século XXI.

Muitos dos desafios enfrentados pela UFPEL estão relacionados com a forma como o Programa foi pensado e implementado. A proposta da UFPEL para a expansão, com a criação de novas vagas e cursos em um curto espaço de tempo,

aliada a intenção de realizar a reestruturação acadêmica na Universidade não levaram em consideração os contextos institucionais locais.

Do ponto de vista da expansão a Universidade ultrapassou seus objetivos, aumentou de forma significativa o número de vagas e de cursos, em consequência aumentou os recursos orçamentários, e recebeu investimentos em infra estrutura física e recursos humanos (docentes e técnico-administrativos). Também houve a manutenção dos recursos orçamentários previstos para os anos de vigência do Programa.

Se, por um lado, as ações implementadas na UFPEL potencializaram a democratização do acesso e da permanência na educação superior brasileira, ratificando a importância de políticas como o REUNI, por outro lado, a expansão e a reestruturação apressada não contribuíram para uma melhor implementação do Programa. Entende-se que, por ser um programa de governo e não uma política permanente do Estado brasileiro, a implementação do REUNI possa em poucos anos, não representar tantos ganhos, quanto deveriam, pois se não existir um olhar específico, com atenção aos cursos novos criados e não consolidados (com recursos do REUNI), tem-se a percepção que o sucateamento da Educação Superior pública, registrado na década de 1990, possa retornar as nossas instituições. Observa-se que este processo atualmente está em curso, diante das reduções de orçamento das IFES nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Sem dúvida alguma o REUNI foi um projeto singular de expansão de vagas nas universidades federais que induziu a reestruturação acadêmico-curricular, abrangendo a totalidade das instituições, mesmo diante de algumas polemicas e oposições.

A análise de políticas públicas possibilitam auxiliar o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, bem como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. “É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo” (CUNHA, 2006, p.1).

Muito além dos aspectos quantitativos dos resultados da implementação da política, a análise aborda muitos aspectos qualitativos, constituindo-se em um julgamento sobre o valor das intervenções governamentais por parte dos avaliadores internos ou externos.

Entretanto, para que uma política pública alcance a efetividade é necessário trabalhar de forma integrada e que a mesma seja tratada como um processo cíclico com distintas fases e que permita a retroalimentação recíproca para correção de problemas em qualquer uma das fases do seu ciclo. O que percebe-se ao final de 10 anos passados da criação do REUNI e que não está ocorrendo a retroalimentação da política. Este fato pode comprometer de forma significativa todas as conquistas alcançadas pelo Programa REUNI nas universidades brasileiras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que os processos de implementação do Programa REUNI reajustaram as deliberações da política nacional, as quais foram adaptadas as exigências locais. Os contextos locais que permearam a construção e implementação da proposta da UFPEL estavam muito centrados na conjuntura política e administrativa da Universidade, pois os atores políticos locais responsáveis pelas decisões que foram tomadas as ajustaram as suas necessidades e levaram em conta o contexto em que estavam inseridos.

Retomando os objetivos do presente estudo tem-se que os principais contextos de influência na adoção do REUNI na UFPEL foram a situação caótica em que se encontrava a Instituição. Pode-se verificar que o contexto de precarização e sucateamento da Universidade influenciaram na decisão da comunidade universitária, no sentido de aderir ao Programa REUNI como forma de solucionar os problemas estruturais e de falta de recursos humanos na Universidade.

Com relação aos recursos humanos o número de professores substitutos era muito grande. Tinha casos de unidades com 50% de professores efetivos e 50% de docentes contratados. Conforme relato dos Conselheiros Universitários este foi um ponto importante para a adesão ao REUNI, pois eles acreditavam que a única saída para a Universidade conseguir novas vagas de docentes era aderir a política de estado.

A falta de recursos financeiros era outro problema da Instituição, pois conforme os Conselheiros quase não existia recursos para o custeio e investimentos, e grande parte do orçamento da Universidade era para cobrir os salários dos servidores. A comunidade acadêmica tinha grandes expectativas com relação ao Programa REUNI e entendiam que era a única alternativa para a Universidade, visto que não existia perspectiva de incremento do orçamento de 2008 para as Instituições que não aderissem ao Programa. Só iriam ser contempladas, com um aumento de 20% do total da LOA de 2007, as instituições que aderissem ao projeto. Ainda assim, estariam vinculados ao cumprimento das metas fixadas pela Instituição, em atendimento aos objetivos do Programa.

Conclui-se através dos depoimentos dos entrevistados que a principal motivação para à UFPEL aderir ao REUNI deu-se em função da possibilidade de obter mais recursos do governo federal. Esse fato traz algumas semelhanças com o que é assinalado por autores que tratam do tema (LÉDA; MANCEBO, 2009; CISLAGHI, 2010) de que a adesão em massa ao REUNI ocorreu porque as universidades perceberam que essa seria a única forma delas obterem mais recursos.

Pode-se observar que a implantação e implementação do REUNI na UFPEL, assim como em outras universidades, não ocorreu imune a polêmicas e questionamentos. A maneira como foi implantado sem uma discussão aberta com a comunidade acadêmica e a sociedade, foi uma das principais reclamações dos Conselheiros que se opunham ao programa na Instituição. Porém, toda a comunidade acadêmica participou das discussões através dos Conselhos representativos. Além disso, a exigência de adesão ao programa já com o cumprimento de metas antes da liberação dos recursos, demonstra que não houve um planejamento mais estruturado com vistas a adequar primeiramente as condições físicas e humanas para atender a nova demanda.

Com relação ao alinhamento da proposta nacional com o projeto a nível local para o REUNI na UFPEL, identificou-se que a proposta do governo federal foi implementada na Universidade com a criação dos cursos superiores de tecnologia, seguindo a lógica de contemplar a formação específica, encurtando a duração dos atuais cursos e focalizando as etapas curriculares de práticas profissionais.

Cabe destacar que, em reunião do CONSUN, foi apresentado o modelo utilizado pela Universidade da Bahia e Universidade de Brasília, como sendo “tipos possíveis de podermos implantar se assim as Unidades desejassem (CONSUN/UFPEL, Ata nº 01/2007, linhas 1155-1160). Este é o primeiro indício, presente em ata do CONSUN, da influência da proposta da “Universidade Nova” no discurso da Administração Central da Universidade.

Na configuração da proposta da UFPEL para o REUNI identificou-se que diversos atores influenciaram na formulação do projeto da Universidade. O principal ator citado nas entrevistas e evidenciado na análise das atas do Conselho Universitário foi o Reitor da Instituição à época. No entanto, existiram outros

importantes atores locais que também exerceram papel chave no processo, os quais foram: os Conselheiros Universitários, em especial os Diretores das Unidades Acadêmicas e os Pró-Reitores. Além destes, os Conselhos Departamentais das Unidades Acadêmicas tiveram participação ativa, pois das 22 Unidades Acadêmicas que existiam em 2007, 19 aderiram ao REUNI (apenas 3 não aderiram), e para que ocorresse a aprovação no Conselho Universitário, era exigência da Administração Central da Universidade as deliberações nos Conselhos Departamentais. E por fim, os professores dos diversos cursos existentes em 2007, pois foram estes que apresentaram as propostas de criação de cursos novos e auxiliaram nos processos acadêmicos de criação dos mesmos. Em alguns casos, estes docentes foram os primeiros coordenadores dos cursos criados através do REUNI.

Além disso, foi formado um grupo de coalizão que sustentou a proposta de adesão da Universidade ao REUNI. Este, conforme relatos dos Conselheiros Universitários, construí espaços de negociação que ajudaram a aprovar a projeto. No entanto, na Reestruturação Acadêmica da UFPEL, a gestão da Instituição não contou com o apoio expressivo deste grupo de coalizão para aprovação de sua proposta de criação de 12 Centros Acadêmicos. Estes Centros aglutinariam todos os cursos e docentes da Instituição.

O REUNI na UFPEL ampliou o número de vagas de graduação e criou novos cursos. O Programa expandiu os cursos de graduação da Instituição, de 47 em 2007 para 104 em 2012. Além disso, houve uma diversificação dos cursos, com a criação dos tecnólogos e o fortalecimento da área das engenharias. Em 2007, a UFPEL ofertou em seu processo seletivo 1947 vagas e, em 2012, foram 4.264 vagas.

Contudo, não conseguiu ultrapassar alguns aspectos institucionais muito vinculados a tradição e a cultura organizacional da Instituição, como por exemplo, em nenhum momento o Conselho Superior da Universidade avaliou de forma efetiva a possibilidade de Reestruturação para Unidades tradicionais da Universidade. Quando os Conselheiros Universitários discutiram os Centros não houve a possibilidade de alterar toda a estrutura da UFPEL. Isso não ocorreu pelo fato de os Conselheiros respeitarem as instâncias colegiadas que não queriam mudanças.

Além disso, percebe-se as ações previstas na política nacional foram adaptadas as necessidades e interesses dos atores locais, desta forma recontextualizando o programa a nível local. No presente contexto de uma política de governo, que pretendia reestruturar e expandir as universidades públicas brasileiras, a regra de recontextualização pode ser vinculada com o Programa REUNI, instituído por decreto federal e a sua implementação realizada na Universidade Federal de Pelotas. No caso da UFPEL, a política foi recontextualizada a nível local (quando considera-se a criação dos Centros Acadêmicos) ou até mesmo transformada (quando não deu conta de desenvolver ações para o combate da evasão e a criação de uma política de preencher as vagas ociosas). Neste caso, segundo Bernstein (1996, p. 91) “esse processo se refere à mudança no texto como se ele fosse, primeiramente, deslocado, e depois realocado”. Desta maneira, o referido processo se dá pela apropriação de outros discursos que são realocados de acordo com a própria lógica de ordenamento (em nível local).

A UFPEL preocupou-se em ampliar as vagas dos cursos já existentes, criar novos cursos de graduação, proporcionar melhores condições de trabalho: com a contratação de docentes e servidores técnico-administrativos; ampliação dos espaços acadêmicos e administrativos, etc. Mas, com relação a reestruturação acadêmico-curricular não ocorreu a transformação proposta pela Instituição no momento da adesão ao Programa REUNI.

Outro aspecto importante foi a forma com que o REUNI foi formulado e implementado na Universidade. Analisando as atas do CONSUN, tanto de adesão ao Programa, quanto das outras reuniões realizadas até dezembro de 2012, pode-se inferir que, na ótica de alguns Conselheiros, não houve o planejamento adequado para a execução do REUNI na UFPEL.

Por outro lado, analisando os fragmentos de cada etapa desde a formulação até a conclusão da implementação do projeto na UFPEL, verificou-se que os contextos institucionais, políticos, administrativos, pessoais, de classe, corporativos, etc, foram muito mais impactantes no processo do que as outras questões. Pois, na perspectiva de respeitar as especificidades de cada unidade o projeto não foi implementado na forma como gostaria a Administração Central da Universidade. As discussões ocorreram em todas as esferas e as decisões tomadas,

principalmente para a Reestruturação Acadêmica da Universidade, tiveram participação direta do Conselho Universitário, que ouviu as Unidades e os Conselhos Departamentais em todas as deliberações que ocorreram sobre os Centros Acadêmicos.

Com relação aos contextos elencados acima, dentre os principais pode-se destacar como institucionais a situação de precarização da Instituição antes de aderir ao REUNI, a falta de professores, recursos financeiros exíguos e a falta de cultura institucional na implantação de políticas públicas similares (de expansão e reestruturação).

Como contextos políticos cita-se a proposta de Reestruturação Acadêmica da UFPEL que previa a criação de 12 Centros que alocariam os cursos e docentes, e que mudariam a estrutura de poder dentro das Unidades Acadêmicas, as quais ficariam sem departamentos e seus respectivos Conselhos Departamentais e se criaria uma nova estrutura chamada de Conselho Diretor da Unidade, contando com uma representação diferente da estrutura anterior. A própria composição dos Conselhos Diretores foi questionada diversas vezes pelos representantes das categorias. Este ponto foi amplamente discutido nas reuniões do CONSUN e gerou muitas dúvidas nos Conselheiros.

Ao mesmo tempo, o principal contexto administrativo presente nas deliberações do CONSUN está relacionado à extinção dos departamentos nos Centros Acadêmicos. Os Centros passariam a contar apenas com a estrutura dos Colegiados, que teriam como responsabilidade trabalhar as questões administrativas e acadêmicas dos respectivos cursos. As novas Unidades que desejassem poderiam criar Câmaras (de pesquisa, ensino e extensão) como órgãos consultivos e não deliberativos.

Com relação aos contextos pessoais estes ficam evidentes, principalmente, nas propostas de criação dos Centros Acadêmicos. Com destaque para as propostas de criação dos Centros de Ciências Exatas; de Ciências Animais; e Estudos da Terra.

Com relação aos contextos relacionados às categorias de docentes e servidores técnico-administrativos foi possível perceber que apesar de apoiarem o

Programa REUNI em nível nacional, esta situação não ocorria em nível local, pois sempre que se manifestavam expressavam que as deliberações deveriam ocorrer na comunidade acadêmica e não no Conselho máximo da Instituição. Estes sempre pronunciavam que deveria ocorrer um amplo debate na Universidade. No entanto, não participavam dos espaços de discussão promovidos pelo CONSUN.

Ainda com relação aos objetivos do estudo, percebeu-se que com relação as perspectivas, dos Conselheiros Universitários, de implantação do Programa REUNI, estes entendem que o REUNI potencializou a recuperação da alta estima da comunidade acadêmica. O financiamento dos novos cursos e a recuperação das áreas acadêmicas foi outro ponto que teve destaque nos relatos. As novas vagas de docentes e servidores técnico-administrativos conseguiram diminuir o déficit que a Instituição tinha em seu quadro de servidores. Para os Conselheiros Universitários entrevistados o Programa REUNI foi um dos maiores projetos elaborado pelo Ministério da Educação para o ensino superior brasileiro.

Por fim, ainda é necessário destacar que, a educação em nosso país, por muitas vezes, tenha servido de estratégia política para o alcance de metas e objetivos governamentais decorrentes, na maioria das vezes, de acordos internacionais. Provavelmente, o marco central das atuais políticas para o setor educacional brasileiro e, mais especificamente para a educação superior, esteja no fato do Estado ser o protagonista do processo.

Entende-se que a busca pela efetivação do direito fundamental à educação como instrumento de transformação social deve ser o “carro chefe” das políticas públicas no Brasil, com a implantação de um processo educacional inclusivo, baseado no sujeito como ser consciente e pensante. Ou seja, deve proporcionar ao indivíduo a oportunidade de igualdade de condições para que se torne efetivamente um cidadão.

Dentro de um contexto de Expansão e Reestruturação proporcionado pelo Programa REUNI tem-se a expectativa que em um período bem próximo poderão ser visualizadas as consequências positivas da implementação da referida política. No entanto, é necessário uma política de Estado que fortaleça a Educação brasileira, e principalmente identifique que os ganhos tidos com a implementação do

REUNI merecem ser mantidos, pois sem investimento em educação, não há como a Universidade desempenhar seu papel social.

A inclusão, a reestruturação do modelo universitário e a expansão do acesso ao ensino superior gratuito e qualificado, ainda são desafios pertinentes ao atual contexto brasileiro, onde se visa transformar não somente o perfil dos futuros egressos como também participar de forma efetiva nas ações necessárias para o desenvolvimento social, econômico e político.

Na educação, como visto neste estudo, os investimentos, assim como em outras áreas, também foram reduzidos sob um contexto de retração da atividade econômica seguindo uma orientação neoliberal. Neste sentido, o projeto atual é de desqualificação do ensino público federal, como forma de justificar a privatização deste serviço.

Diante deste contexto, e da trajetória de Educação Superior brasileira pós CF de 1988, destaca-se que a partir de 2003 houve um importante acréscimo de investimentos na área por parte do Estado. Entre eles, o principal diz respeito ao programa de reestruturação e expansão do ensino público superior.

Portanto, quando a UFPEL assumiu o compromisso de trabalhar e participar da política de reestruturação e expansão do ensino superior, avocou para si um compromisso social com o país, de ampliar o acesso à universidade pública.

Além disso, entende-se como sendo de responsabilidade de todos, e de cada um de nós, a efetiva participação nos processos de construção que envolve a discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e qualificação da instituição pública, seus cursos, seus programas e seus projetos.

Por fim, conhecer e analisar os contextos político-administrativos que nortearam os processos decisórios de implantação do REUNI na UFPEL, proporcionou compreender a dimensão e complexidade do processo de Expansão e Reestruturação na Universidade, entre 2007 a 2012. Acredita-se que os contextos apresentados e as conseqüentes discussões sobre o tema, possam trazer avanços na execução de programas para a Educação Superior, no sentido de fornecer subsídios em relação as dificuldades encontradas para a implementação de Políticas Públicas e Sociais.

7. REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. H. **Política social e combate à pobreza: a teoria da prática**. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. *Política social e combate à pobreza*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.
- ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. In: Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.org.br>. Acesso em: 15/06/2015.
- ARRETCHE, Marta. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas**. In: MOREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC SP, 2001.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): O Brasil e sua gente estão nas Universidades Federais**. Brasília (DF): Andifes, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARROYO, Miguel G. **A Universidade, o Trabalhador e o Curso Noturno**. Em: *Estudos e Debates*. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília : CRUB, (17), julho de 1990, pp. 91-94;
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: lãs lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1995.
- BARRETT, Susan. **Implementation studies: time for a revival? Personal reflections on 20 years of implementation studies**. Public Administration, v. 82, n. 2, p. 249-262, 2004.
- BERNSTEIN, Basil. **A Estruturação do Discurso Pedagógico: Classe, Códigos e Controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. **Pedagogia, controle simbólico e identidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Estatuto da Universidade Federal de **Pelotas**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65881-16-dezembro-1969-407283-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 15/09/2016.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://planalto.gov.br> . Acesso em: 20/05/2016.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República**. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 23.12.1996. Disponível em: <http://camara.gov.br>. Acesso em: 18/07/2016.
- _____. Lei nº10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 10.01.2001. Disponível em: <http://camara.gov.br> . Acesso em: 22/05/2016.
- _____. Decreto de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/dnn9998.htm >. Acesso em: 15/07/2017.
- _____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm Acesso em: 07/09/2016.
- _____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm Acesso em: 15/07/2016.

_____. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm> Acesso em: 15/07/2016.

_____. Projeto de lei nº 7.200, de 2006. **Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/PL/2006/msg449-060608.htm> Acesso em: 15/07/2016.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 25.04.2007. Disponível em: <<http://camara.gov.br>>. Acesso em: 20/05/2016.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> . Acesso em: 18/08/2016.

_____. Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008. **Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm . Acesso em: 11/06/2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Avaliação do Plano Nacional de Educação, 2001-2008.** Brasília, DF, MEC/INEP, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14950:80-seminario-reuni-27-a-29-de-janeiro-de-2010-universidades-federais-consolidacao-e-expansao-2011-2020-subsidios-para-o-plano-nacional-de-educacao&catid=219&Itemid=86 . Acesso em: 20/09/2016.

BURAWOY, M. (1998). **“Critical Sociology: A Dialogue Between two Sciences”**, Contemporary Sociology, 27 (1). Copiado a 23 de Novembro de 1998 de: ProQuest Direct, UMI.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do Reuni: uma Nova Expressão da Contra – Reforma Universitária Brasileira.** 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

COBB, R. W. & ELDER, C. D. **Issues and Agendas.** In: THEODOULOU, S. Z. & CAHN, M. A. Public Policy: the essential readings upper saddle river: Prentice Hall, 1995.

COHEN, Michael, MARCH, James e OLSEN, Johan. **A Garbage Can Model of Organizational Choice.** Administrative Science Quarterly 17: 1-25. 1972.

COLLINS, P. (1998), **“Negotiating Selves: Reflections on ‘Unstructured Interviewing’”**, *Sociological Research Online*, 2 (2). Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk./socresonline/3/3/2.html> . Acesso em: 12/03/2016.

CORBUCCI, P. R. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma.** Educação & Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867-891, Especial - Out. 2004.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil.** George Washington University. 2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

FERNANDES, B. H. R.; BERTON, L. H.. **Administração Estratégica: da Competência Empreendedora à Avaliação de Desempenho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

FONTANELLA, B.J.B. et al. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02>. Acesso em: 05/11/2016.

FREY, K. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** In.: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, IPEA, nº 21, 2000.

FUKS, Mario. **Definição da agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social.** In: Bib,n.49, 1º sem. 2000, p. 79-94.

GOIN, Mariléia. **O PROCESSO CONTRADITÓRIO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO MERCOSUL: uma análise a partir dos planos educacionais. 2008.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis/SC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91413/260714.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18/10/2016.

IBGE, 2013. **SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2013.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015471711102013171529343967.pdf>> Acesso em:06/04/2016.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2006. **Sinopse estatística da educação superior 2005.** Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 18/06/2015.

_____. **Conceitos e descrição, avaliação institucional das IES, Sinaes, 2009.** Brasília, DF 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/2008/instrumento_de_avaliacao_externa.pdf> . Acesso em: 20/06/2015.

_____. [on-line] Site. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.** Disponível em:< <http://inep.gov.br>> Acesso em: 26/06/2015.

KINGDON, J. W. **Agendas alternativas, and Public Policies.** 2. Ed. New York: Harper Collins, 1995. In: THEODOULOU, S. Z. & CAHN, M. A. Public Policy: the essencial readings upper saddle river: Prentice Hall, 1995.

KLEINMAN, Sherryl et al. **Privileging Fieldwork over Interviews: Consequences for Identity and Practice.** Symbolic Interaction, 17 (1), 37-50, 1994.

KOGLIN, João Carlos de Oliveira. **Proposta de avaliação econômico-financeira do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais brasileiras na UFPEL. 2011.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas-RS.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAHERA, Eugenio Parada. **Política y políticas públicas.** Serie de políticas sociales. División de desarrollo social. CEPAL. Santiago de Chile - Chile, agosto de 2004. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6085/S047600_es.pdf;jsessionid=C5F8B80B2485279FEC8E08984A71B8E3?sequence=1> Acesso em: 10/03/2016.

LÉDA, Denise; MANCEBO, Deise. **REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente .** Revista Educação e Realidade, nº 34(1) jan/abr São Paulo, 2009.

LIMA ROCHA, João Augusto; ALMEIDA FILHO, Naomar. **ANÍSIO TEIXEIRA E A UNIVERSIDADE NOVA.** Disponível em: <<http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Conceitos>>. Acesso em: 17/10/2017.

LINDBLOM, Charles E. **Still Muddling, Not Yet Through.** Public Administration Review 39: 517-526. 1979.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service.** New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOTTA, Gabriela Spanghero. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade.** In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

_____. **Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família.** 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-20102010-120342/pt-br.php>>. Acesso em: 13/02/2016.

- MALHOTRA, Naresh K. et. al. **Introdução a pesquisa de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- MATLAND, R. **Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation**. Journal of Public Administration Research and Theory, v. 5, n. 2, p. 145-174, 1995.
- MARTINS, M. H. **O que é leitura**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MAZZOTTI, A.J.A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneiras; 1998.
- MAINARDES, J.; STREMEL, S. **A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 1-24, maio/ago. 2010.
- MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reforma universitária e ensino superior no País - O debate recente na comunidade acadêmica**. Relatório Final. Brasília, novembro de 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/reformauniversitariaensinosuperiorpais.pdf>> Acesso em: 16/07/2017.
- _____. DIRETRIZES DO REUNI. Documento complementar. 2007. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/reuni/documento_complementar_diretrizes_gerais.pdf> Acesso em: 16/03/2017.
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais . Reuni 2008 – **Relatório de Primeiro Ano, 30 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28>. Acesso em: 23/04/2017.
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Reuni – Expansão**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81>. Acesso em: 24/09/2017.
- MEYER JR., V.; MEYER, B. **Planejamento estratégico nas instituições de ensino superior: técnica ou arte?** Trabalho apresentado no IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina–UFSC, Florianópolis, 8-10 dez. 2004. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/area1.htm> Acesso em: 16/12/2017.
- MELO, A.K.D.; SANTANA, T.M. **O REUNI e suas implicações na Universidade Federal de Sergipe**. 2010. Disponível em: <http://educonse.com.br/2010/eixo_13/e13-02.pdf> Acesso em: 16/10/2016.
- MENDES, J. M. **Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas**. In. Seminário de Pesquisa ALICE. Coimbra: CES, 2015.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MINAYO, M.C. de S. (2010). **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Ciência & Educação , v.9, n. 2, p.191 - 211, 2003.
- MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva: processo construído de múltiplas faces**. Ciência & Educação , v.12, n.1, p.117 - 128, 2006.
- MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.
- OLIVEIRA, J. A. P. de. **Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas**. (2006). Disponível em: www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf Acesso em: 23/12/2017.
- PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. 2nd Ed. Newbury Park: Sage Publications; 1991.
- PINTO, Isabela Cardoso de Matos. **Ascensão e Queda de uma Questão na Agenda Governamental: O Caso das Organizações Sociais da Saúde na Bahia**. Tese de Doutorado em Administração do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA. 2004.

RICO, E. M. (org.) **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

SABATIER, Paul e JENKINS-SMITH, Hank. **Policy Change and Learning: The Advocacy Coalition Approach**. Boulder: Westview Press. 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. New York: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI. Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>> Acesso em: 25/06/2017.

SANTOS, S.R. **Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa biomédica**. J Ped. 1999; 75(6): 401 – 6.

SCHEINVAR, E. **El derecho a la educación en Brasil**. – 1ª ed. – Buenos Aires; Fundación Laboratorio de Políticas Públicas. E-Book. (Libros FLAPE; 4), 2007. Disponível em: <http://foro-latino.org/es/publicaciones/el-derecho-a-la-educacion-en-brasil> Acesso em: 10/10/2016.

SILVA, Patricia Aparecida da. **O REUNI NA UFJF: um estudo sobre os principais desafios enfrentados pelos gestores**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora-MG. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2010-patricia-aparecida-da-silva.pdf>> Acesso em: 15/10/2016.

SGUISSARDI, V. **Educação superior: o Banco Mundial reforma suas teses e o Brasil reformará sua política?** Educação Brasileira. Brasília: 2000, v. 22, n. 45.

SOARES, Marianna Luiza Alves; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. **Reflexões acerca de ser um estudante trabalhador em uma universidade pública brasileira**. Revista Congreso Universidad. Vol. II, No. 2, 2013, ISSN: 2306-918X. Disponível em: <http://www.congresouniversidad.cu/revista/index.php/congresouniversidad/article/view/164/968>. Acesso em: 04/10/2017.

SOUZA, Nara Poliana. **Políticas Públicas, Financiamento e Democratização da Educação Superior: Avaliação do Reuni na Universidade Federal de Tocantins (UFT), 2009**. Disponível em: <http://apl.mds.gov.br/ojs/index.php/RBMA/article/view/35/32>. Acessado em: 12/12/2017.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 15/01/2016.

SPOSITO, M. P. **Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação**. In: Estado do conhecimento. Juventude e escolarização. _____ (Coord.), 2000. Disponível em: http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/juventude_escolarizacao.pdf. Acesso em: 19/04/2014.

TAMAYO, Horácio V. Barreto. **Características distintivas em la gestion del servicio educativo**. 2007. Disponível em: <http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/gual/article/view/771/864>. Acesso em: 18/12/2017.

_____. **Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Pelotas para o período 2008-2012**. Pelotas, 2007.

_____. **Relatório de gestão UFPEL**. Disponível em: <<http://portal.ufpel.edu.br/relatorios/>> . Acesso em: 15/11/2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011-2015**. Pelotas, 2011.

_____. **Universidade Nova – Apresentação da Proposta**. Disponível em: <<http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Apresentacao>> Acesso em: 17/10/2017.

VALLES, M. S. **Técnicas cualitativas de investigación social: reflexión metodológica y práctica profesional**. Madrid: Síntesis, 1997.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; SILVA, Maria das Graças da; BERALDO, Tânia Maria. **Expansão no ensino superior noturno em Mato Grosso: um processo democrático?** In: SILVA, Maria das Graças Martins da. (Org.). **Políticas educacionais: faces e interfaces da democratização**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2011. p. 39-68.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS GESTORES UNIVIVERSITÁRIOS

I – Qual era a situação da UFPEL antes da adesão ao REUNI?

II - Como ocorreu a discussão sobre o REUNI na UFPEL antes da adesão ao projeto?

III – Quais contextos/atores influenciaram na configuração da proposta da UFPEL?

IV - Quais as resistências quanto a adesão da UFPEL ao REUNI?

V – Quais foram os critérios adotados pela UFPEL na tomada de decisão quanto à adesão ao REUNI?

VI – Como você avaliava a proposta de adesão ao REUNI apresentada pelo Reitor na Reunião do CONSUN de 26 de outubro de 2007, que aprovou a adesão da UFPEL ao programa?

VII – Quais eram as suas perspectivas com relação ao REUNI em 2007?

VII – Quais foram os critérios adotados pela UFPEL para a criação dos cursos novos?

IX – Quais impactos a política produziu na UFPEL (Reestruturação e expansão)?

X – Como você avalia os resultados do REUNI na UFPEL?

XI – Tem mais alguma coisa que você gostaria de dizer sobre o processo de implementação do REUNI na UFPEL?

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA QUALITATIVA COM OS CONSELHEIROS UNIVERSITÁRIOS

I – Como ocorreu a discussão sobre o REUNI na sua unidade antes da adesão ao projeto? Houve discussão entre a sua unidade e a comunidade acadêmica como um todo?

II – Quais contextos/atores influenciaram na configuração da proposta da UFPEL?

III – Quais foram os critérios adotados pela sua Unidade e pela Universidade na tomada de decisão quanto à adesão ao REUNI?

IV – Como você avaliava a proposta de adesão ao REUNI apresentada pelo Reitor na Reunião do CONSUN de 26 de outubro de 2007, que aprovou a adesão da UFPEL ao programa?

V – Qual foi o seu voto e o que lhe motivou a votar dessa forma naquela ocasião?

VI – Quais eram, em 2007, as suas perspectivas com relação ao REUNI?

VII – Quais impactos a política produziu em nível local, e especialmente na sua unidade?

VIII – Como você avalia os resultados do REUNI na UFPEL?

IX – Tem mais alguma coisa que você gostaria de dizer sobre o processo de implementação do REUNI na UFPEL?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho por meio deste, na condição de pesquisador e doutorando da Universidade Católica de Pelotas, matriculado no Programa de Pós-Graduação em Política Social, com vistas à preservação dos critérios éticos relativos às atividades de pesquisa, prestar-lhe as informações que seguem e solicitar seu consentimento para que, através desta entrevista de coleta de dados, integre o grupo de sujeitos da pesquisa.

Título da Pesquisa:

As determinações político-administrativas que nortearam os processos decisórios para a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais na Universidade Federal de Pelotas.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as determinações político-administrativas que nortearam os processos decisórios para a adesão e implantação do Programa REUNI na Universidade e a convergência ou a divergência entre as diretrizes MEC e a implementação do Programa.

Metodologia da Pesquisa:

Pesquisa documental e coleta de dados, com gravação digital, através de entrevistas individuais e posterior análise qualitativa destas.

Garantias aos sujeitos da pesquisa:

Esta pesquisa se compromete com as seguintes garantias aos sujeitos da pesquisa:

- a) prestar todo e qualquer esclarecimento acerca da pesquisa, em qualquer momento de sua ocorrência;
- b) manter o sigilo sobre a identidade do sujeito da pesquisa. Assim, na divulgação dos resultados, eventuais transcrições de trechos das entrevistas terão a fonte indicada somente por nomes fictícios ou números e dados sobre a justificativa que não permitam que sua identidade seja revelada; e

c) admitir que o sujeito da pesquisa retire-se da pesquisa em qualquer fase dos procedimentos de coleta de dados.

Esclarecimentos finais:

O sujeito da pesquisa pode, a qualquer tempo, para solicitação de esclarecimentos, buscar contato com os membros da equipe de pesquisa: Doutorando em Política Social – João Carlos de Oliveira Koglin, telefone (XX) XXXXXXXXX, e-mail: joakoglin@yahoo.com.br ou Profa. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira, e-mail: veramrn@gmail.com

Eu, _____,
tendo sido informado de todo o conteúdo constante nesse documento e sentindo-me esclarecido sobre o mesmo, consinto em participar da pesquisa intitulada - as determinações político-administrativas que nortearam os processos decisórios para a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais na Universidade Federal de Pelotas.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura do pesquisado